

CENSO VIZINHANÇA USP

**CARACTERÍSTICAS
DOMICILIARES E
SOCIOCULTURAIS DO
JARDIM SÃO REMO E
SEM TERRA**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS - IEA
CÁTEDRA OLAVO SETUBAL DE ARTE, CULTURA E CIÊNCIA
PROJETO DEMOCRACIA, ARTES E SABERES PLURAIS - DASP

Realização

Cátedra Olavo Setubal
de Arte, Cultura e Ciência

ie]  Instituto de
Estudos
Avançados da
Universidade de
São Paulo

Parceria

USP

VC ItaúCultural

OBSERVATÓRIO
ITAÚ CULTURAL

Apoio

Fundação
Tide
setubal



CENSO VIZINHANÇA

USP

CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES E SOCIOCULTURAIS DO JARDIM SÃO REMO E SEM TERRA

Universidade de São Paulo - USP
Instituto de Estudos Avançados - IEA
Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência
Projeto Democracia, Artes e Saberes Plurais - DASP

Coordenação: Eliana Sousa Silva e Martin Grossmann

Organização: Eliana Sousa Silva, Érica Peçanha e Dalcio Marinho Gonçalves

Autores dos textos: Camila Mendes Ferreira dos Santos, Cristiane da Silva Cabral, Dalcio Marinho Gonçalves, Danilo Pereira Sato, Dennis de Oliveira, Edemilson Antunes de Campos, Edson Diniz Nóbrega Júnior, Eliana Sousa Silva, Érica Peçanha, Ericsson Michel Silva Magnavita, Everton Pereira da Silva, Liliana Sousa e Silva, Maria de Lourdes Zuquim, Marina Mange Grinover, Martin Grossmann, Nayara Klingner Castilho Santos, Oswaldo Santos Baquero, Paulo Rogério Nunes dos Santos, Raquel de França Bezerra, Rosângela do Nascimento Ferreira, Rosenilton Silva de Oliveira e Vitor Coelho Nisida

SUMÁRIO

Apresentação 8

Conhecer para conviver 10

Guilherme Ary Plonski

Relação da universidade com seu entorno 12

Eduardo Saron

Por uma sociedade mais solidária, comunitária e justa 13

Neca Setubal

PRIMEIRA PARTE: UM POUCO SOBRE O PROJETO E A PESQUISA

1. O censo no contexto do Instituto de Estudos Avançados da USP 16

Eliana Sousa Silva e Martin Grossmann

2. O sentido de fazer o censo no Jardim São Remo e Sem Terra 18

Eliana Sousa Silva

2.1. Representatividade dos dados coletados

2.2. Potencial do censo para o desenvolvimento territorial

3. O percurso da pesquisa 24

Érica Peçanha

4. Um pouco da história de São Remo e Sem Terra 26

Maria de Lourdes Zuquim, Mariana Grinover, Danilo Sato e Érica Peçanha

5. Localização e tipologia de ocupação 29

Dalcio Marinho Gonçalves

6. Temas e variáveis pesquisadas 32

Dalcio Marinho Gonçalves

7. Metodologia do censo 42

Dalcio Marinho Gonçalves

7.1. Período de coleta e data de referência

7.2. Cobertura censitária

7.3. Estimação das informações para os domicílios fechados

8. População e domicílios: resultados gerais 49

Dalcio Marinho Gonçalves

8.1. Tamanho da população, número de domicílios e média de moradores por domicílio

8.1.1. Apontamentos sobre a média de moradores por domicílio

8.2. Densidade demográfica

8.3. Composição por idade e gênero

SEGUNDA PARTE: ANÁLISE DE ALGUNS RESULTADOS

9. Questões fundiárias 60

Vitor Coelho Nisida

10. Serviços urbanos 66

Vitor Coelho Nisida

10.1. Água

10.2. Esgoto

10.3. Coleta de lixo

10.4. Energia elétrica

11. Trabalho e Renda 69

Edson Diniz Nóbrega Júnior

12. Nacionalidade e naturalidade 79

Everton Pereira da Silva

13. Acesso à tecnologia e à internet 83

Eliana Sousa Silva

14. Educação 91

Rosenilton Silva de Oliveira

14.1. Educação em São Remo e Sem Terra

15. Família, conjugalidade e reprodução 102

Cristiane da Silva Cabral

15.1. Maternidade e paternidade

15.2. Domicílios com e sem casal

15.2.1. Domicílios unipessoais

15.2.2. Domicílios com casal

15.2.3. Domicílios sem casal

15.3. Considerações

16. Práticas culturais 110

Martin Grossmann e Liliana Sousa e Silva

16.1. Práticas culturais por gênero

16.2. Práticas culturais por idade

16.3. Práticas culturais e escolaridade

16.4. Práticas culturais e identidade racial

16.5. Práticas culturais e religião

16.6. Práticas culturais e tecnologias digitais

16.7. Práticas culturais por renda domiciliar

- 17. Alimentos que representam a família 126**
Martin Grossmann e Liliana Sousa e Silva
- 18. Torcida para time de futebol 127**
Dalcio Marinho Gonçalves
- 19. Dependência de álcool, tabaco e outras drogas 130**
Edemilson Antunes de Campos
19.1. Dependência de álcool
19.2. Dependência de tabaco
19.3. Dependência de drogas ilícitas
- 20. Doenças crônicas não transmissíveis 137**
Edemilson Antunes de Campos
- 21. Saúde mental 138**
Edemilson Antunes de Campos
- 22. Condições de saúde: planos de saúde privados 140**
Edemilson Antunes de Campos
- 23. Pessoas com deficiência 145**
Edemilson Antunes de Campos
- 24. Religião e religiosidade 147**
Rosenilton Silva de Oliveira
- 25. Animais de companhia 153**
Oswaldo Santos Baquero
- 26. Ambiente e animais sinantrópicos 158**
Oswaldo Santos Baquero
- 27. Cultivo de plantas no domicílio 161**
Oswaldo Santos Baquero
- 28. Moradores que trabalham na USP 162**
Danilo Pereira Sato
- 29. Relação dos moradores com a USP 167**
Érica Peçanha
- 30. Mapeamento sociocultural 179**
Érica Peçanha, Danilo Sato, Nayara Castilho, Paulo Nunes dos Santos e Raquel de França
- 31. Algumas recomendações dos moradores para a realização de projetos acadêmicos em periferias e favelas 186**
Érica Peçanha, Danilo Sato, Camila Mendes, Ericsson Magnavita e Rosangela do Nascimento
- 32. Apontamentos sobre alguns resultados do Censo Vizinhaça USP 188**
Dennis de Oliveira

Guia de ruas 192

Referências 194

Lista de ilustrações 198

Lista de gráficos 198

Lista de tabelas 199

Lista de quadros 201

Expediente do projeto Democracia, Artes e Saberes Plurais - DASP 202

APRESENTAÇÃO

Entre janeiro de 2019 e abril de 2021, o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) realizou o Censo Vizinhança USP em quatro territórios com características de favela ou periferia: Jardim São Remo e Sem Terra, vizinhos à Cidade Universitária, e Jardim Keralux e Vila Guaraciaba, vizinhos à Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

O censo buscou traçar o perfil demográfico dos territórios e caracterizar os domicílios e seus moradores em relação a temas como acesso a bens e serviços urbanos, condições de vida, práticas culturais, formas de relacionamento com a USP, presença de cães e gatos, dentre outros. O objetivo geral foi produzir dados sobre a realidade desses espaços periféricos a fim de subsidiar a identificação de suas demandas sociais.

O levantamento dos dados foi organizado em duas etapas. A primeira delas, o censo domiciliar, realizada entre fevereiro de 2019 e março de 2020, contou com visitas a todas as unidades residenciais para o registro de informações sobre os domicílios, moradores e animais domiciliados. A segunda, o mapeamento sociocultural, ocorreu entre fevereiro e abril de 2021 com identificação e registro de informações sobre equipamentos públicos, instituições, grupos e pessoas que desenvolvem ações sociais, artísticas, esportivas, educacionais e religiosas nos territórios.

Os responsáveis pelos levantamentos de dados foram estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes cursos da USP, a maioria deles de origem popular, negra e periférica. Ao longo de todo o censo, foram envolvidos 56 estudantes-pesquisadores, além de dois geógrafos consultores e quatro moradores do Jardim São Remo que atuaram como articuladores locais, responsáveis por difundir os objetivos da pesquisa, agendar as entrevistas e intermediar o diálogo com outros moradores e instituições das localidades pesquisadas. O censo contou, também, com a participação de diversos docentes da USP que se envolveram na seleção e formação dos pesquisadores, na cessão de bolsas de pesquisa, na elaboração dos questionários utilizados e na reflexão sobre os resultados.





Os resultados do Jardim Keralux e da Vila Guaraciaba foram organizados em outra publicação. Nesta, estão apresentados exclusivamente os dados obtidos nos territórios vizinhos à Cidade Universitária, em que foram contabilizados, no Jardim São Remo, 7.363 moradores e 1.245 cães ou gatos residindo em 2.496 domicílios e, no Sem Terra, 1.094 moradores e 185 cães ou gatos em 393 domicílios. No total, foram 8.457 pessoas e 1.430 cães e gatos em 2.889 domicílios.

A primeira parte traz uma reflexão sobre a motivação para a realização do censo e seu potencial de contribuição para as comunidades e, na sequência, um panorama geral sobre a localização dos territórios e a metodologia utilizada. A segunda parte é composta por textos com a análise de resultados, elaborada por professores e especialistas que atuaram no projeto.

Os dados produzidos no censo podem subsidiar novos projetos de pesquisa e extensão na USP, bem como as reivindicações dos moradores desses territórios junto ao poder público ou à iniciativa privada. Entretanto, não apenas os dados produzidos, mas também as articulações que foram feitas ao longo da pesquisa, tanto com moradores e lideranças comunitárias quanto entre os docentes, têm grande potencial de melhorar a relação da USP com a sua vizinhança. Espera-se, portanto, que os resultados e as análises estimulem a organização de iniciativas mais abrangentes e integrativas, que possibilitem uma política institucional de longa duração voltada ao convívio e ao avizinhar-se, inspirando novas formas de relação entre a universidade e as periferias nos contextos urbanos no Brasil.

Desejamos uma boa leitura!

CONHECER PARA CONVIVER

Quero que você se preocupe com o seu vizinho.

Você conhece o seu vizinho?

Madre Teresa de Calcutá (1910-1997)

O que conhecemos a respeito de nossos quase vinte mil vizinhos que moram em áreas lindas aos dois grandes *campi* da USP na Capital? Quem são, de onde vieram e quando e porque foram lá residir? De que infraestrutura física e social dispõem, qual o seu perfil de renda e que formas culturais, religiosas e de lazer praticam? Quantos e quais animais de estimação têm? Como percebem e se relacionam com o seu vizinho, essa instituição pública imensa, que tem a responsabilidade de honrar todos os dias o nome que lhe foi atribuído de Universidade de São Paulo?

E por que se dedicou o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo a buscar respostas qualificadas a essas e outras perguntas conexas, organizando-as em quase 400 páginas nos dois volumes que enfeixam os resultados do cuidadoso *Censo Vizinhança USP* ora divulgado?

Várias são as razões. A fundamental, mas não única, é expressa na epígrafe, uma das numerosas máximas inspiradoras atribuída à notável, ainda que controversa, albanesa-indiana Anjezë Gonxhe Bojaxhiu, conhecida como Madre Teresa de Calcutá, cujos 25 anos de passagem aqui se registra.

Como defendido no título deste singelo texto, as e os uspianos precisamos conhecer muito melhor os nossos vizinhos próximos para que possamos, todos, conviver melhor. A convivência melhor na sociedade diversa e díspar do século 21 não se materializa pela elevação de muros de separação físicos, sociais e mentais. Ela é gradualmente alcançável por um esforço organizado de fortalecimento de conexões que já existem e busca criativa de novos nexos.

E que princípios são essenciais para alcançarmos padrões mais satisfatórios no relacionamento entre vizinhos que são tão diferentes em tantos aspectos? Uma indicação relevante é encontrada na fala do presidente da Comissão Norueguesa que atribuiu à Madre Teresa o Prêmio Nobel da Paz de 1979: “A marca distintiva de sua obra tem sido o respeito pelo indivíduo, assim como pelo valor e dignidade do indivíduo”.

Como constatarão os leitores atentos já nos capítulos introdutórios, os princípios de respeito, valor e dignidade perpassam o trabalhoso processo de busca de informações sobre os 17.588 indivíduos encontrados nas quatro comunidades vizinhas e sobre os

seus contextos relevantes. Respeito, valor e a dignidade são também a mola mestra da incorporação de 56 estudantes-pesquisadores, alunos e alunas de graduação e pós-graduação de diversos cursos da USP, a maioria dos quais tem origem popular, negra e periférica. A sensibilidade da liderança do projeto para a essencial função educativa da Universidade contribuiu assim ao desejável processo de aprendizagem integrativa.

Efusivos cumprimentos às cerca de cem pessoas que se envolveram direta ou indiretamente na produção do *Censo*. A capacidade de mobilização da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência, pelo seu braço Democracia, Arte e Saberes Plurais, impregnou de energia vital o acolhedor espaço do Instituto no período anterior às limitações da atual pandemia. A mobilização se manteve, em outro formato, também durante o período restritivo. Um agradecimento especialíssimo à incansável Eliana Sousa Silva, idealizadora dessa iniciativa durante a sua titularidade, quando generosamente compartilhou conosco a sua extraordinária experiência nas comunidades da Maré, no Rio de Janeiro. Estende-se o reconhecimento aos competentes e dedicados Érica Peçanha e Dalcio Marinho Gonçalves, que perfazem com Eliana o trio organizador da obra ora disponibilizada.

A Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência, iniciada na gestão do professor Martin Grossmann à frente do IEA-USP, é a pioneira da safra recente de seis frutíferas cátedras do Instituto. A liderança de Martin na Cátedra, que tem o competente suporte da Liliana Sousa e Silva, vem contribuindo exemplarmente para a realização de uma das funções precípuas do IEA, que é desafiar os limites vigentes e gerar propostas viáveis de atuação inovadora da Universidade.

Essencial para se aventurar por campos novos foi ter, desde o início, um parceiro da estatura do Itaú Cultural. Reitera-se aqui o reconhecimento ao seu Diretor, Eduardo Saron, pela atenção crítica à parceria e pela sensibilidade estratégica na condução conjunta por terrenos amplos e variados como são Arte, Cultura e Ciência. Igualmente importante é a sua postura sempre empática.

Registra-se também a gratidão à Fundação Tide Setubal pelo apoio em momentos cruciais. E merecem destaque as valiosas colaborações da Administração Superior da Universidade e de várias de suas unidades, com destaque para a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), que compreenderam o alcance do trabalho.

Expressamos a expectativa de que o conhecimento agora disponível sobre a nossa vizinhança ajude a comunidade uspiana – estudantes, docentes e servidores – a estender o olhar para além dos limites estritos da Universidade. A publicação do *Censo* coincide com uma importante inovação na organização da USP – a criação de uma Pró-Reitoria de Inclusão, Diversidade e Pertencimento. Oxalá este trabalho sensibilize a nova Pró-Reitoria a também se preocupar com os nossos quatro vizinhos, ajudando a buscar formas adicionais de valorizar respeitosamente as nossas relações.

A Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência, fruto da parceria entre o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP) e o Itaú Cultural, é um espaço de reflexão e pesquisa no qual, desde 2016, são desenvolvidos debates, seminários, cursos e outras ações que, partindo de diversas perspectivas, buscam promover a democratização, a difusão e o acesso à cultura.

Guilherme Ary Plonski

Diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP

RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM SEU ENTORNO

A cátedra é uma homenagem a Olavo Setubal, conhecido por sua paixão pela arte e por seu olhar aguçado para a cultura, especialmente a brasileira. Em 1987, Olavo Setubal fundou o Itaú Cultural (IC). Hoje, passados mais de 30 anos, a organização se firma como um dos mais importantes espaços de acesso e difusão do patrimônio cultural e artístico do Brasil, tendo como mote o incentivo à diversidade para a expansão das liberdades de expressão e das iniciativas de criação artística e intelectual no país.

Alinhada ao rigor e à excelência acadêmica do IEA/USP, com a preocupação do IC com o universo cultural, a Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência é um importante espaço interdisciplinar, que, por meio de seus titulares, tem proposto debates sobre política e gestão cultural e sobre a relação da universidade com seu entorno, bem como sobre as inúmeras intersecções entre arte e ciência ao longo da história da humanidade.

Assim, o projeto Pontes e vivências de saberes, que foi iniciado durante a titularidade de Eliana Sousa Silva na Cátedra Olavo Setubal em 2018, nos mostra a relevância em reconhecer a enorme produção de conhecimento de sujeitos periféricos nas mais diversas expressões artísticas, políticas e culturais, além de revelar a potência desses territórios periféricos como espaços de superação e com sujeitos inventivos, articuladores e resilientes.

Reconhecer e apoiar a constituição de memória da arte e da cultura brasileiras é um dos princípios do Itaú Cultural e, desse modo, a organização dá continuidade ao legado de Olavo Setubal, ao propor ações que refletem, crítica e simbolicamente, os anseios, as expectativas e os valores da população brasileira.

Eduardo Saron
Diretor do Itaú Cultural

POR UMA SOCIEDADE MAIS SOLIDÁRIA, COMUNITÁRIA E JUSTA

A Fundação Tide Setubal apoia iniciativas que fomentam a justiça social e o enfrentamento às desigualdades socioespaciais de modo a contribuir para uma sociedade mais solidária, comunitária e justa. Para nós, as parcerias são parte intrínseca do desenvolvimento de projetos, assim como o apoio à produção de conhecimento e fortalecimento de organizações periféricas. Acreditamos também no papel fundante das universidades como portadoras da ciência e do conhecimento na sua conexão com a sociedade.

Conhecer os territórios com suas especificidades urbanas, socioeconômicas e culturais é fundamental para subsidiar o desenho de políticas públicas e o apoio ao Censo Vizinhança da Universidade de São Paulo (USP) insere-se nesse contexto.

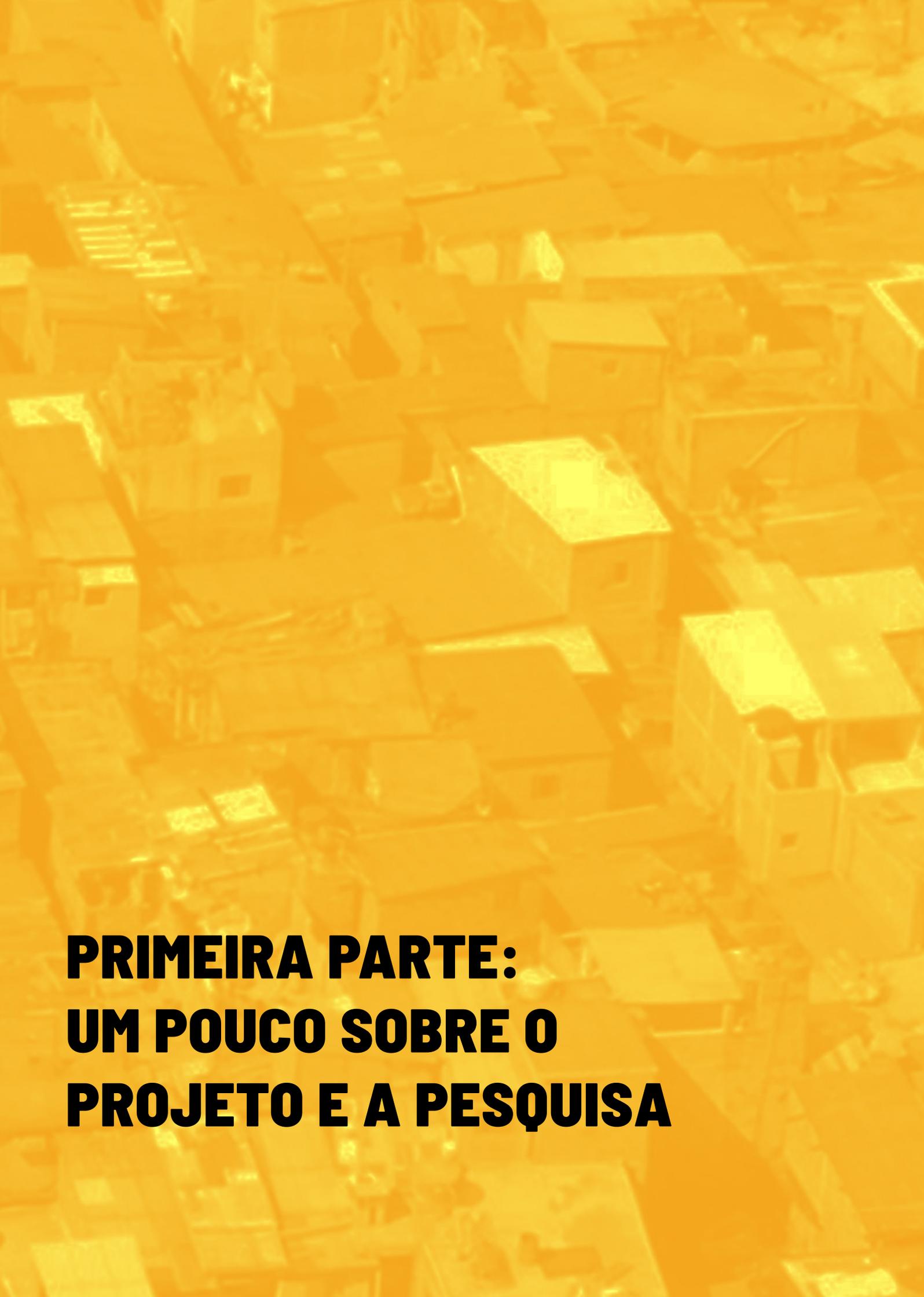
O censo, realizado no Instituto de Estudos Avançados, é uma referência inovadora de pesquisa com sua coleta de dados e as análises realizadas por jovens pesquisadores, na sua maioria, de origem periférica, a partir de um olhar transdisciplinar e articulada com moradores, lideranças comunitárias e docentes.

Os dados revelam esses territórios e permitem a comparação com outras regiões da cidade. É possível identificar, por um lado, os piores índices de renda, educação e saúde, por exemplo, ao mesmo tempo em que apontam uma maior escolaridade das meninas a partir do ensino médio, a forte presença em cursinhos pré-vestibulares na própria USP ou um percentual muito maior de pessoas autodeclaradas pardas e pretas em relação à cidade de SP: 61% X 37%. Esses são apenas alguns exemplos, pois existem inúmeros dados, que poderão desencadear diversos estudos e iniciativas para aproximação da universidade com as comunidades do seu entorno.

Ao apoiar essas iniciativas, o investimento social privado mostra a importância do encontro da academia com seu entorno, do conhecimento dos territórios e de suas lideranças e da formação de jovens pesquisadores. A valorização da aproximação da universidade com essa realidade pode também trazer insumos fundamentais para formação dos estudantes e dos próprios docentes da Universidade de São Paulo. Finalmente, dada a importância da USP, esse tipo de pesquisa torna-se referência no cenário nacional.

Neca Setubal

Presidente do Conselho Curador da Fundação Tide Setubal



**PRIMEIRA PARTE:
UM POUCO SOBRE O
PROJETO E A PESQUISA**

1. O CENSO NO CONTEXTO DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

O censo foi desenvolvido no contexto da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência – uma iniciativa do IEA-USP em parceria com o Itaú Cultural, sob a coordenação acadêmica do professor Martin Grossmann. A cátedra tem o objetivo de fomentar reflexões interdisciplinares sobre temas científicos, artístico-culturais e sociais e, anualmente, convida uma pessoa de fora do quadro funcional da USP e de referência nas áreas em que atua para orientar suas atividades.

A convidada do ano de 2018 foi a ativista social Eliana Sousa Silva, que elaborou o projeto Democracia, Artes e Saberes Plurais (DASP), com o intuito de promover pesquisas e interações que contribuam para aproximar a USP das periferias e favelas, reconhecer a importância da produção de conhecimento desses territórios e ampliar a representação dos sujeitos e experiências periféricas na universidade. Dessa forma, o DASP se estruturou em três ações que foram pensadas como complementares e organizadas para dar maior visibilidade ao tema da periferia dentro da USP, assim como estimular outras formas de relacionamento da universidade com os territórios e as populações periféricas: o ciclo de eventos Centralidades Periféricas, a plataforma digital Conexões USP-Periferias e o Censo Pontes e Vivências de Saberes, apresentado, a partir desta publicação, como Censo Vizinhança USP.

O *Centralidades Periféricas* promoveu diálogos sobre as produções artísticas e culturais das periferias e favelas a partir de diferentes linguagens, com a participação de integrantes do mundo acadêmico (professores, pesquisadores e estudantes),

artistas, intelectuais e ativistas. Ao mesmo tempo que se buscou destacar essas manifestações como centrais para debates contemporâneos, também se afirmou novos sujeitos que se manifestam a partir de diferentes expressões artísticas, culturais e sociais.

Já a plataforma *Conexões USP-Periferias* é resultante de um levantamento das atividades de pesquisa, ensino e extensão da universidade, considerando-se as especificidades de cada área do saber e suas maneiras de se relacionar com as realidades empíricas e formulações teóricas em torno de territórios e sujeitos periféricos. Trata-se de uma base de dados multidisciplinar com a sistematização de trabalhos acadêmicos, disciplinas de graduação e pós-graduação, projetos de extensão, coletivos estudantis e grupos de pesquisa, além de professores especialistas. Com essa plataforma digital, busca-se chamar atenção para a necessidade da democratização do acesso a produções e ações acadêmicas voltadas para as periferias e favelas, como uma resposta direta às populações que muitas vezes são estudadas, mas que não têm retorno sobre o conhecimento produzido. A expectativa é que esse espaço interativo ampliará os lugares de escuta institucional, que se fazem tão importantes quanto os lugares de fala no atual contexto sociopolítico e cultural.

Por fim, o *Censo Vizinhança USP*, que gerou uma ampla base de dados dos territórios vizinhos à Cidade Universitária e à EACH-USP, teve como propósito maior a promoção de reflexões sobre a relação que a USP tem estabelecido com as comunidades que estão localizadas no seu entorno. O ponto de partida foi o de que a universidade precisava



conhecer melhor os seus vizinhos, para entender como se engajar nas demandas por direitos nessas regiões.

As ações desenvolvidas têm relevância para o trabalho de produção intelectual que o IEA-USP fomenta ao buscar um diálogo permanente e contemporâneo com a sociedade. Como legado deste projeto, foi sugerida a criação de um grupo de pesquisa composto por especialistas no conjunto de temáticas que se relacionam com os territórios periféricos e suas populações, o nPeriferias. O grupo é um espaço de reflexão a ser ampliado para garantir que a periferia seja não somente um campo potente de estudos e experiências, mas, principalmente, o lugar de onde é possível gerar novas formas de se olhar o mundo. Por ocasião da criação deste grupo de pesquisa no final de 2019, também foi sugerida à governança da USP a criação do escritório USP Periferias, que poderá servir de ponte entre esses universos que ainda se encontram distantes um do outro, apesar de sua vizinhança.

Outro fato a ser destacado é que esse projeto possibilitou reunir no IEA, de forma inédita, um grupo de jovens pesquisadores em sua grande maioria de graduação e provenientes da periferia. Esse grupo numeroso, heterogêneo e diverso, não só usufruiu dessa ambiência interdisciplinar e motivante que o IEA da USP oferece, como também constituiu sua própria e singular dinâmica coletiva de pesquisa e convivência, registrada de forma plural pelo livro *Narrativas periféricas: entre pontes, conexões e saberes plurais*, organizado por Érica Peçanha, supervisora do DASP.

Por seu histórico de atuação, com foco na pesquisa interdisciplinar e na promoção de eventos que despertam reflexões e embasam políticas públicas para o país, o IEA-USP é um campo fértil para o alargamento do pensamento e de práticas necessárias para se construir outras formas de agir e outros modos de vida. A periferia tornou-se, assim, um estudo avançado em uma instituição reconhecida como modelo de universidade pública no Brasil e no exterior.

2. O SENTIDO DE FAZER O CENSO NO JARDIM SÃO REMO E SEM TERRA

Se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza recenseamento de toda a população brasileira, por que realizar um censo em territórios como São Remo e Sem Terra? O que queremos gerar com informações levantadas a partir de uma pesquisa que articula a universidade, com sua missão de produzir conhecimento, e as instituições e lideranças dessas comunidades?

Essa legítima questão esteve presente na construção do projeto desde o momento em que refletimos sobre o sentido da iniciativa e o esforço para realizá-la. De imediato, com base em todo o acúmulo produzido na histórica relação da USP com essas comunidades, veio a certeza de que era necessário (re)conhecer as condições de vida dos moradores e, conseqüentemente, suas demandas específicas em um nível de detalhamento maior – e mais singular – do que o proporcionado pelo IBGE.

Nessa perspectiva, enfatizamos que o conjunto de dados oficiais disponível até o momento não é suficiente para orientar de modo pleno as intervenções que assegurem os direitos dos moradores de espaços empobrecidos na cidade. Vivemos um contexto em que a representação negativa, os estereótipos e os preconceitos direcionados a esses territórios – e suas comunidades – evidenciam a falta de reconhecimento dos direitos mais básicos dessas populações por parte das políticas públicas.

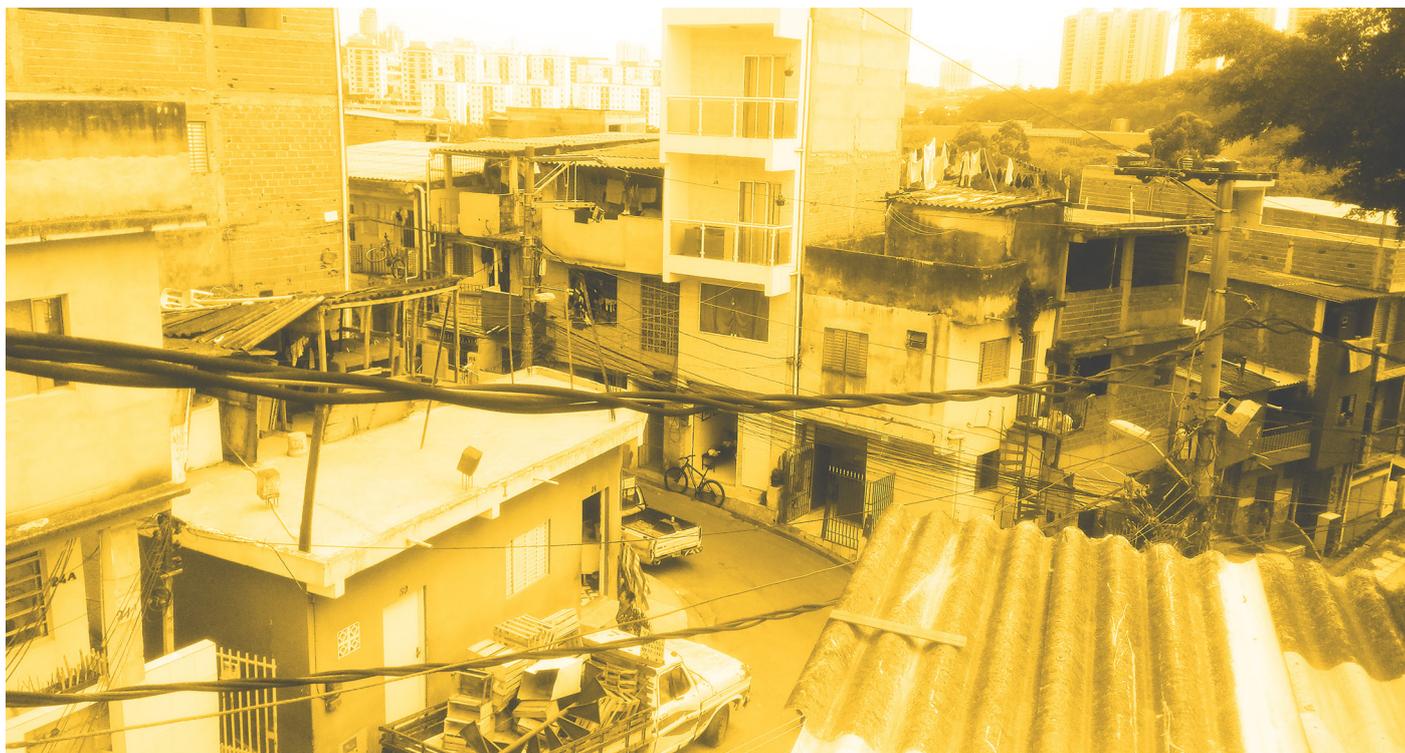
O Censo Vizinhança USP não foi formulado para repetir o recenseamento do IBGE, tampouco para confrontar seus resultados. Este trabalho pretende ser um facilitador da complementaridade de informações sobre as áreas da cidade mais atingidas pelas desigualdades que tanto caracterizam o nosso país. O intuito que rege esta iniciativa é, portanto, materializar, por meio de vivências, reflexões e construção de metodologias, ações que ampliem os campos de possibilidades sociais e de direitos dos moradores de favelas e periferias.

2.1. REPRESENTATIVIDADE DOS DADOS COLETADOS

Apesar da reconhecida excelência do Censo Demográfico do IBGE, também existem fatores de ordem técnica que justificam levantamentos de dados mais focalizados. Entre esses fatores, estão a (i) representatividade estatística das informações na escala intramunicipal e a (ii) dificuldade da cobertura censitária em favelas e espaços assemelhados.

(i) Representatividade estatística das informações na escala intramunicipal

O propósito de um levantamento censitário é retratar aspectos da realidade social em uma escala territorial detalhada e, no que diz respeito aos municípios, o Censo do IBGE cumpre bem essa expectativa em todo o país. No entanto, dependendo da



informação observada, não se pode dizer o mesmo para a escala intramunicipal.

Isso porque o IBGE divide seu censo em duas pesquisas: Universo e Amostra. A primeira é realizada em todos os domicílios encontrados, com aplicação do chamado Questionário Básico, contendo poucos quesitos. Já a Amostra utiliza o questionário mais longo e só é realizada em uma parcela dos domicílios. Em outras palavras, boa parte do conteúdo da pesquisa do IBGE é levantada exclusivamente por método amostral. Essa amostra varia de 5% a 50% dos domicílios, conforme o número de habitantes do município. No Censo de 2010, em São Paulo, por abrigar mais de 500 mil habitantes, o questionário extenso foi aplicado em 5% dos domicílios, isto é, um a cada 20 existentes – e isso se repetirá no próximo censo do IBGE.

Para o nível geográfico municipal, a expansão da amostra apresenta um bom grau de precisão, o que equivale a dizer que sua representatividade é muito boa. Mas em territórios como os de São Remo e Sem Terra, com menos de nove mil habitantes, os dados da amostra não são suficientes para estimar resultados precisos. Para efeito de comparação, em municípios com menos de 20 mil habitantes, a fração amostral do

Censo 2010 do IBGE foi de 20%, isto é, um em cada cinco domicílios.

Um bom exemplo de temáticas que são exploradas somente na coleta por amostra é a educação. No Questionário Básico, aplicado ao Universo – isto é, em todos os domicílios –, a única pergunta relacionada ao tema é se a pessoa “sabe ler e escrever”. Todas as outras informações sobre educação derivam do Questionário da Amostra, inclusive, a escolaridade da pessoa e o número de crianças fora da escola. Assim, é possível estimar esses e outros indicadores com boa precisão para a totalidade do município, mas não para comunidades pouco numerosas.

Nesse contexto, um conjunto de informações relevantes para as políticas públicas e para as estratégias de atuação se apresenta demasiadamente impreciso para localidades que demandam intervenções e investimentos específicos. Por isso, além de explorar alguns temas de interesse da comunidade e da universidade, em particular, o Censo Vizinhança USP reproduziu alguns quesitos da Amostra do recenseamento do IBGE para conhecer a realidade local com maior precisão, bem como para a produção de indicadores comparáveis com os da cidade, da região metropolitana, do estado e do país.

(ii) Dificuldade na cobertura censitária de áreas periféricas

Os levantamentos de dados primários em favelas, periferias e espaços similares vêm ganhando cada vez mais atenção, impulsionados pelo maior grau de reconhecimento da participação social, econômica, política e cultural de seus moradores no contexto da cidade, seja qual for a dimensão temática pesquisada. No entanto, ainda persistem inúmeros vieses metodológicos nas pesquisas domiciliares realizadas nesses espaços. A maior parte provém do grau de dissonância entre as bases cartográficas de setores em favelas (aglomerados sub-normais, conforme o IBGE) e a realidade desses territórios. Uma dificuldade da cobertura censitária em favelas está associada ao adensamento das habitações e à forma de uso do solo. Becos e passagens

intrincadas, edificações não numeradas, difícil separação de domicílios, acessos encobertos e prédios fechados sem mediação para alcançar as unidades residenciais são ocorrências comuns nesses espaços. Assim, são recorrentes os problemas com a identificação de logradouros, a compreensão e definição do percurso e a contagem de domicílios.

Não há como ignorar, também, a existência de vieses decorrentes da estigmatização das favelas e periferias como *locus* da carência, da falta de segurança e da desordem. Esses juízos afetam desde o planejamento da pesquisa até a realização da entrevista e podem se manifestar de diversas formas como, por exemplo, através do receio de circulação em determinados logradouros e porções do território.

2.2. POTENCIAL DO CENSO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

As metrópoles brasileiras convivem com o fenômeno das favelas e periferias há muito tempo. Embora sejam processos sociais distintos, ambos os tipos de território podem ser vistos como símbolos das desigualdades socioeconômicas brasileiras e, notadamente, abrigam parte significativa da população do país. Além de ser inegável o impacto produzido no cenário urbano, é evidente o fato de que favelas e periferias contribuem de forma criativa para nossas maiores manifestações culturais e artísticas, bem como ajudam a movimentar a economia das cidades com o trabalho de seus moradores. Apesar disso, esses territórios ainda não são devidamente conhecidos, o que é um paradoxo – já que todos os dias as favelas e periferias são objeto de narrativas diversas, entre elas, jornalísticas e acadêmicas – que só pode ser explicado pelo escasso número de reflexões que conseguem ir além das visões superficiais e reducionistas sobre a vida nessas localidades.

O fato é que, apesar do IBGE tratar as favelas como territórios diferenciados desde 1950 (GONÇALVES, 2020), o que existe ainda é insuficiente para dimensionar e planejar as questões vivenciadas por seus moradores. Isso gera uma série de equívocos, para além do atraso nas ações necessárias para efetivar os direitos mais básicos das populações. Um dos mais comuns, por exemplo, é definir as favelas e periferias como “uma coisa só”, homogênea e, a partir daí, acreditar na aplicação de um mesmo modelo para resolver as questões dos moradores em áreas tão diversas.

A diversidade das favelas está relacionada ao processo histórico-social que as gerou. Na verdade, o crescimento delas está associado à própria expansão das cidades brasileiras durante o século XX. Em 1940, por exemplo, a taxa de urbanização do país era de 23%; em 1960, quando houve um aumento extraordinário das favelas, a taxa de urbanização brasileira estava perto de

45%, alcançando 87% em 2010 (PASTERNAK; D'OTTAVIANO, 2018). Esse rápido processo de urbanização ocorreu, em sua maior parte, sem planejamento e ao custo do agravamento das desigualdades socioeconômicas. Aqueles que chegaram aos grandes centros urbanos, movidos pela esperança de melhores condições de vida, em geral, não contaram com qualquer apoio do poder público. Os novos moradores da urbe receberam, pois, a solidariedade de outras pessoas que haviam feito o mesmo caminho e, de uma forma ou de outra, conseguiram se estabelecer justamente em favelas.

Esse movimento migratório – que resultou na contínua criação e expansão de áreas faveladas¹ – teve duas vertentes principais: a primeira é aquela que seguiu a direção norte-sul, quando milhares de pessoas das regiões Norte e Nordeste do país se deslocaram para o Rio de Janeiro e São Paulo em busca de melhores condições de vida; a segunda vertente é interna e ocorre quando moradores desses estados, vindos do interior, procuram as favelas como opções de moradia mais barata e mais próxima ao emprego. Hoje, milhões de brasileiros habitam esses territórios. Só em São Paulo, a metrópole que concentra o maior número de favelados no país, há mais de 2 milhões, que correspondente a 11% da população da cidade (MAIS..., 2018).

No entanto, apesar de sua importância histórico-cultural-econômica, os moradores das favelas brasileiras ainda são tratados como cidadãos de segunda classe, visto que têm seus direitos básicos sistematicamente negados pelo Estado. Direitos como moradia digna, segurança, saúde, educação, trabalho e renda, por exemplo, estão longe de serem garantidos como determina a Constituição de 1988. Esse tratamento desigual tem muito a ver com uma determinada imagem construída pelas elites brasileiras sobre as favelas, que as identificam como o “negativo da cidade” ou como a “anticida-

de” (FERNANDES; SOUZA E SILVA; BARBOSA, 2018). Com esse rótulo, as favelas são vistas, então, como o reverso do “mundo civilizado”, locais onde leis e regras sociais não valem ou podem.

Desse modo, demandas como segurança, infraestrutura urbana, educação, saúde, trabalho e renda passaram a definir as favelas perante o conjunto da cidade muito mais do que a potencialidade criativa e a resiliência encontradas no cotidiano de suas comunidades. Essa representação trouxe prejuízos aos moradores, pois ampliou o isolamento e as distâncias sociais entre as favelas e os chamados bairros formais.

Esse quadro já estava desenhado no censo sobre as favelas cariocas de 1948, realizado pela Prefeitura do Distrito Federal (atual município do Rio de Janeiro) e o primeiro no Brasil a considerar esses territórios como unidades censitárias específicas. A pesquisa aconteceu em um contexto amplamente desfavorável para os moradores por estar em curso uma campanha conhecida como “a batalha do Rio”, liderada pelo jornalista Carlos Lacerda, eleito depois Governador de Guanabara, cujo objetivo declarado era a extinção das favelas e a remoção dos favelados para áreas distantes da cidade (GONÇALVES, 2020). Antes, em 1940, o relatório do engenheiro Mattos Pimenta, encomendado pela prefeitura, havia descrito as favelas como “a lepra estética da cidade” e igualmente recomendava sua extinção (VALLADARES, 2000).

Por isso, podemos afirmar com segurança que os primeiros estudos sobre as favelas foram realizados com um propósito bem definido: extingui-las, removendo seus moradores para regiões afastadas das áreas centrais da cidade. E aqui se nota que os interesses ligados à especulação imobiliária sempre estiveram presentes e devem ser considerados como um dos fatores importantes no debate sobre as favelas nas grandes cidades.

1 O uso dos termos favelado/favelada e periférico/periféricos remete a um passado de preconceito quando se fazia referência a uma imagem negativa de seus moradores. No entanto, hoje, a maioria dos ativistas e organizações de favelas utiliza os termos de um modo afirmativo, pois eles denunciam desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, carregam consigo as ideias de resistência e resiliência diante dessas mesmas desigualdades.

É dos anos de 1940 que se tem notícia do aparecimento das primeiras favelas na cidade de São Paulo, nas várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí, nas proximidades do centro histórico ou das áreas industriais. O desenvolvimento das favelas em larga escala ocorreria somente nos anos de 1970, dada a pauperização da população e insuficiência de políticas estatais (ENOUT, 2014). Apesar de serem mais recentes do que as favelas cariocas, todas têm questões parecidas, tais como a ausência de assistência por parte do Estado e a falta de investimentos privados.

Ao longo do tempo, a Prefeitura de São Paulo realizou alguns levantamentos sobre as favelas da cidade. Dois deles foram um cadastro elaborado em 1973 e um censo em 1987. Comparando seus resultados, observa-se um aumento de 984% da população favelada em um intervalo de apenas 14 anos, enquanto a população da cidade aumentou cerca de 50% no mesmo período. Entre 1980 e 1991, a população paulistana cresceu a uma taxa de 1,16% ao ano, mas considerando somente a ocupação das favelas, a taxa de crescimento foi de 7,07% ao ano (PASTERNAK, 2006).

A favelização das periferias paulistanas ocorreu no contexto dos anos 1990, quando esse tipo de assentamento informal se deslocou para regiões onde “havia mais vazios urbanos com menos possibilidade de expulsão ou reintegração de posse” (ENOUT, 2014, p. 221). Esse foi o período, também, em que se identificou o crescimento da população nas regiões mais periféricas e a diminuição da população nos bairros tidos como centrais (JACOBI, 2000). Fenômeno que continuou a acontecer nos anos 2000 na maior parte das áreas periféricas do norte, sul, leste e oeste do município de São Paulo (NAKANO, 2018).

Ao mesmo tempo que as periferias paulistanas apresentavam crescimento populacional, tornavam-se heterogêneas com relação às suas características urbanísticas, acesso a bens e serviços e práticas sociais. A partir da década de 1990, modifica-se o padrão de segregação socioespacial observado em São Paulo desde os anos 1940, que fixava, de um lado, as camadas médias e altas em áreas centrais, urbanizadas e bem equipadas e, de outro lado, a população de baixa renda

em regiões que se expandiram às margens do centro geográfico, com infraestrutura precária e autoconstrução das moradias. Situações cada vez mais diversificadas tanto no centro quanto nas periferias explicavam essa mudança, tais como a expansão dos serviços públicos e a especulação imobiliária em algumas áreas periféricas, a inserção de membros das camadas populares em moradias das regiões centrais (mesmo que em cortiços e ocupações), o deslocamento das camadas privilegiadas para condomínios de luxo em periferias, a formação de novas centralidades econômicas e de hiperperiferias, entre outras.

As marcas da urbanização periférica, no entanto, continuam a moldar a produção da cidade de São Paulo e a gerar novas formas de desigualdade espacial e social, uma vez que a irregularidade e a ilegalidade caracterizam o modo pelo qual os pobres se instalam na cidade (CALDEIRA, 2015). Além disso, as periferias ainda concentram a maior parte da população paulistana, com cerca de 6,5 milhões de pessoas, quase 52% do total (D'ANDREA, 2020). É essa parcela da população, marginalizada econômica, racial e socialmente, que segue penalizada pela restrição do exercício da cidadania, pelo maior percurso diário até seu local de trabalho e pela exposição a riscos ambientais quando comparada àquela população que ocupa as áreas historicamente tidas como centrais ou nobres.

Essas reflexões apontam para um crescimento excepcional das favelas e periferias na cidade e, ao mesmo tempo, denunciam a incapacidade do Estado em construir alternativas de moradia e amparo social para os mais pobres. Estes encontraram abrigo nas favelas existentes, criaram novas favelas ou se instalaram em loteamentos precários nos quais resolveram sozinhos a questão da habitação, vista pelo Estado e pelo mercado como pertencente ao mundo privado e individual.

Só depois do crescimento, resistência e consolidação das favelas e periferias, e também a partir da Constituição de 1988, que se deu ao solo urbano um caráter social. Em 2001, o Estatuto das Cidades colocou a moradia digna como direito básico e foram

intensificados os programas de habitação popular e reformas urbanísticas de enfrentamento da questão do acesso à moradia. Esse processo é o resultado de uma progressiva passagem da política de remoção – embora ela não tenha sido totalmente abandonada – para a ideia da urbanização das favelas e periferias, especialmente aquelas que se formaram a partir de loteamentos irregulares.

Programas urbanísticos e habitacionais que começaram com as “Vilas de Habitação Provisórias”, passando pelo “Bairro Legal” até os projetos “Cingapura” (PASTERNAK; D’OTTAVIANO, 2018) e, mais recentemente, o “Minha Casa Minha Vida” – programas que envolveram as três esferas de governo – tiveram sucesso apenas relativo, pois sofreram com a descontinuidade de políticas que deveriam ser de Estado e não somente de governos. Por outro lado, apesar de proporem ações para resolver ou atenuar a questão da habitação popular, os projetos acima – e muitos outros espalhados pelo país – não realizaram estudos mais completos sobre as reais necessidades das populações atendidas. Essa característica é uma das fragilidades da maioria das iniciativas semelhantes, o que resulta em fracasso ou em um alcance limitado.

Diante desse quadro, a realização do Censo Vizinhança USP, por meio do projeto Democracia, Artes e Saberes Plurais – DASP, é uma ação das mais relevantes para São Paulo e para os territórios estudados. Ao mesmo tempo que contribui para o planejamento urbano, o censo coloca em foco questões relativas a uma parcela importante da população da cidade, quase sempre esquecida no planejamento urbano.

Esse movimento poderá gerar ações cuja finalidade seja o desenvolvimento territorial das favelas e periferias pesquisadas. Isso porque os dados tornados públicos constituem fonte fundamental para um planejamento urbanístico mais humano e atento às características e necessidades de cada um dos territórios estudados. Investir mais e melhor em educação, saúde, meio ambiente, segurança, renda e trabalho, lazer, juventude e infraestrutura urbana são apenas alguns exemplos de dimensões da

cidadania que poderão ser impactadas pelos resultados do censo. Por outro lado, ele ainda torna possível identificar potencialidades locais a serem estimuladas e amparadas para também gerar transformação social em larga escala. Além disso, os moradores poderão se conhecer mais e saber de suas dificuldades e capacidades coletivas, tendo indicadores objetivos para fundamentar a reivindicação de políticas públicas e investimentos privados que melhorem a qualidade de vida local.

Assim, não resta dúvida de que os dados gerados pelo censo têm potencial transformador na medida em que convidam/desafiam Estado, grupos de pesquisa, universidades como a USP e instituições da sociedade civil a ajustar e qualificar suas ações nas comunidades pesquisadas. A partir daí, abrem-se espaços e oportunidades para a construção – com a participação dos moradores – de projetos direcionados às necessidades das populações faveladas e que estimulem o desenvolvimento comunitário.

Só com informações qualificadas e dados objetivos poderemos desfazer os estereótipos, os preconceitos e o racismo que ainda estruturam as distinções entre a cidade e as favelas e periferias. É preciso colocar em xeque as concepções que ainda tratam de forma desigual os moradores de territórios periféricos, isolando-os e segregando-os.

Por fim, o Censo Vizinhança USP pode contribuir decisivamente para a afirmação de que favelas e periferias também são a cidade. Pode ser, ainda, um passo importante na direção de uma São Paulo mais justa e igual para todos os paulistanos e brasileiros. Espera-se que seu legado seja inestimável para as gerações futuras e para a nossa democracia.

3. O PERCURSO DA PESQUISA

Os conceitos e procedimentos utilizados no Censo Vizinhança USP derivam do método de cobertura domiciliar do IBGE. Assim, São Remo e Sem Terra foram divididos em setores censitários e cada estudante pesquisador ficou responsável por registrar as informações sobre os domicílios e seus moradores em folhas de coleta e em questionários.

O trabalho teve início em janeiro de 2019, com a elaboração dos questionários a serem utilizados nas entrevistas e a capacitação dos pesquisadores para atuar nos territórios. As questões foram organizadas por estudantes de graduação e pós-graduação da USP, com a orientação de consultores e professores, e estruturadas em três questionários: Domicílio, Pessoa e Animal. Os temas e as variáveis pesquisadas serão apresentados mais à frente, no item 6 desta publicação.

O levantamento de dados foi realizado entre fevereiro de 2019 e março de 2020, com circulação regular dos recenseadores pelos territórios e visitas a todos os domicílios para a realização de entrevistas com moradores que residiam em São Remo ou Sem Terra na data de referência de 1º de janeiro de 2019. A participação dos moradores nas entrevistas aconteceu de maneira voluntária e foi mobilizada, com o apoio de articuladores comunitários, a partir de uma intensa divulgação com carro de som, colagem de

cartazes e entrega de panfletos informativos. Também foi disponibilizado um número de telefone para explicações sobre o trabalho e os agendamentos de entrevistas.

Durante as entrevistas, os questionários foram preenchidos em um aplicativo do tipo *open data kit*, o ODK Collect, da Google, e os dados exportados para a plataforma de dados Ona Data. Para a realização das entrevistas, os pesquisadores estavam munidos de dispositivos eletrônicos do tipo *tablet*, dotados de sistema operacional Android. Os *tablets* possuíam geolocalizador e acesso a dados móveis de internet para que registrassem as coordenadas geográficas das unidades de coleta, sendo esse o registro que permitiu o georreferenciamento dos resultados.

Já o mapeamento sociocultural foi realizado de fevereiro a abril de 2021. O ponto de partida foram as instituições e pessoas previamente identificadas pela equipe durante a coleta de dados domiciliares. Na sequência também foram incluídos outros atores individuais e coletivos que prestam serviços públicos ou desenvolvem ações regulares de caráter social, cultural, artístico, esportivo, educacional ou religioso nos contextos pesquisados.

Foram entrevistados artistas, lideranças comunitárias, representantes de institui-





ções e grupos, formalizados ou não, atuantes nos territórios na data de referência de 1º de fevereiro de 2021. Os dados levantados consideraram temas como: identificação, histórico e áreas de atuação, atividades desenvolvidas, dificuldades enfrentadas, captação de recursos, redes e parcerias, caracterização dos integrantes e formas de contato.

Em razão da pandemia do coronavírus, o levantamento de dados socioculturais foi viabilizado por meio da realização de entrevistas por telefone ou autopreenchimento de questionário *online*, com uso de formulário eletrônico disponibilizado pela Microsoft Forms. Para os pesquisadores envolvidos, ficou a frustração de não estabelecer (ou retomar) o contato direto com pessoas e instituições que representam a potência da vida comunitária e sociocultural dos territórios, assim como o desafio de garantir a amplitude do mapeamento e mobilizar os moradores nessa nova etapa da pesquisa.

Nesse sentido, tanto a qualidade das relações desenvolvidas durante o trabalho de campo do censo domiciliar quanto a participação dos moradores que atuaram como articuladores locais na busca por contatos telefônicos e na mediação com possíveis entrevistados foram fundamentais no contexto da pandemia. Além disso, contou-se com uma ampla divulgação via redes sociais, com cartazes virtuais especificamente desenvolvidos para explicar os objetivos do

mapeamento e as formas de participação das comunidades.

Todo o desenvolvimento do censo foi subsidiado pela articulação da coordenação do projeto com lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil e equipamentos públicos presentes nos territórios, estabelecendo uma dinâmica de reuniões para acompanhamento do trabalho, mobilização dos moradores e divulgação dos resultados parciais. A expectativa é que essa articulação fortaleça a rede de atuação local para que as instituições e lideranças possam se apropriar dos dados do censo e definir formas de encaminhamento prático das demandas.

As análises de dados foram elaboradas por professores da USP especialistas em temáticas abordadas no censo, além de pesquisadores que foram convidados a contribuir com o projeto. Os textos contaram, ainda, com a leitura crítica dos articuladores locais, que fizeram sugestões para a adequação da linguagem e do conteúdo aqui apresentados.

4. UM POUCO DA HISTÓRIA DE SÃO REMO E SEM TERRA¹



A história das favelas São Remo e Sem Terra se relaciona com os processos de formação do bairro do Butantã e da USP. Ambas estão situadas na zona oeste paulistana, entre a Avenida Corifeu de Azevedo Marques e os muros da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, maior *campus* da USP na capital.

São Remo é uma ocupação mais antiga, data de 1967 e se estende por uma área de cerca de mais de 80 mil m², de propriedade mista (parte do estado, parte da USP)². Embora alguns moradores ouvidos pela pesquisa indiquem que já havia barracos de madeira na região nos anos 1950, a narrativa mais recorrente é que o adensamento populacional, e consequentemente a sua consolidação urbana, se deu pela demanda de mão de obra para a construção das primeiras unidades da Cidade Universitária nos anos 1960 e, logo até os dias atuais, pela demanda de mão de obra para postos de trabalho em serviços gerais, favorecidos pela proximidade entre universidade e comunidade.

Algumas conquistas locais também são antigas. Depois de muita luta da população, representada pelo Movimento das Favelas Unidas do Butantã, chega a São Remo, em 1979, os serviços públicos de luz e água. Na época, as reivindicações não se restringiam apenas a esses serviços, mas se estendiam também à melhoria da estrutura viária (guias e sarjetas), acesso à educação e saúde (creches e posto de saúde), saneamento (rede de esgoto, canalização dos

córregos e coleta de lixo), policiamento e, principalmente, a permanência da população no local por meio de uma proposta de parcelamento da terra com a aquisição de lotes pelos moradores.

Já na década de 1980, acontece um movimento de valorização imobiliária de diversas favelas na cidade de São Paulo³. A São Remo também se destacaria nesse processo, uma vez que já tinha desde a sua origem as ruas largas dos antigos loteamentos da Vila Butantã, como a Avenida São Remo e as ruas Aquianés, Baltazar Rabelo, Pangaré, Pires Brandão e a Cipotânea. Nesse período, houve um forte crescimento da comunidade tanto horizontal quanto verticalmente, além de terem surgido novas ruas nomeadas pelos próprios moradores, como as Velas do Leite e do Café, e a Travessa Presidente Carlos Viotti, em homenagem a um dos primeiros presidentes de uma associação comunitária. Essa valorização seria crescente nas décadas seguintes com o deslocamento do centro econômico de São Paulo para a região da Faria Lima, a proximidade de importantes eixos viários, como a Rodovia Raposo Tavares, e a chegada do metrô no Butantã.

Os anos 1990 marcam a intensificação dos conflitos de vizinhança entre a USP e a São Remo. O *campus* da Cidade Universitária era bastante acessado como área de lazer, pelas crianças e adolescentes, e de trabalho, pelos adultos da comunidade, contudo os muitos furtos e assaltos que ocorriam

1 Este texto é uma adaptação do artigo “Cartografias de áreas precárias: um ensaio sobre ensino e pesquisa na pós-graduação da FAUUSP”, escrito por Maria de Lourdes Zuquim e Marina Grinover (2018).

2 Fonte: SEHAB/HABITASAMPA. Favela Habitasampa. Geosampa, 2016. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

3 BRAIDO, Antenor. Especulação eleva preços de barracos a até Cr\$ 1 milhão. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 jan. 1983. 2º Caderno - Local - Saúde, p. 16. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8302&anchor=4305767&origem=busca&originURL=&pd=e2f4150fb04bb384265dc2def0cca537>. Acesso em: 19 jul. 2021.

por lá eram atribuídos a essa presença regular dos moradores da favela. Do lado dos moradores, também havia reclamações constantes de constrangimentos e violência por parte da guarda universitária. E a construção do muro entre a USP e a São Remo, finalizada em 1997, foi a resposta institucional encontrada à época para os problemas da violência no *campus*. Para uns, sob o discurso da segurança, o muro materializava de forma emblemática a separação física e simbólica entre a universidade e a favela, explicitando certa diferenciação social. Já para outros, sobretudo os moradores mais antigos, o muro parecia indicar que a USP não tinha mais a intenção de reivindicar aquela parte do terreno (ROCHA, 2016).

Na contramão desses conflitos, a governança e várias unidades uspianas passaram a desenvolver trabalhos de pesquisa e extensão com foco nas questões locais de sua vizinhança periférica, como o projeto pioneiro *Avizinhar*⁴, originalmente idealizado e operacionalizado pela extinta Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais – CECAE, assim como outras iniciativas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Escola de Comunicação e Artes (ECA), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Faculdade de Biologia, Escola Politécnica, entre outras unidades.

É nesse contexto, em 1999, que ocorre o surgimento do Sem Terra, que passou a ocupar uma porção do terreno da USP em desuso até então e destacada da favela São Remo⁵. A área está registrada nas bases oficiais da Prefeitura de São Paulo com o total de 7.950 m² e está próxima a um conjunto de loteamentos, ocupados parcialmente de forma legal, que totaliza 21 mil m² e é identificado por alguns moradores e estudos anteriores como Carmine Lourenço e



Vila Clô (SALA, 2004). Essas características fazem prevalecer a compreensão de ser uma favela distinta de São Remo, por vezes, conhecida por mais de um nome.

Fato é que essas comunidades, que margeiam o *campus* da USP há tempos, provocam a universidade a pensar sua relação com os territórios populares, assim como tensionam o uso de recursos e conhecimentos a serviço da sua vizinhança. Afora as iniciativas de professores, pesquisadores, funcionários e estudantes, a própria Reitoria da USP, em 2011, criou uma comissão para desenvolver o projeto de urbanização para áreas da USP ocupadas irregularmente, entre elas a favela São Remo (Portaria nº 680, de 14/06/2011). Em dezembro do mesmo ano, foi assinado um protocolo de intenção com as secretarias de habitação do estado e do município para o desenvolvimento do projeto. Em 2016, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) deu início ao “Diagnóstico Preliminar Sócio Territorial do Assentamento São Remo”. No entanto, esse diagnóstico traz de forma pragmática leituras físicas do urbano e dados socioeconômicos para sustentar o projeto de urbanização, mostrando uma desconexão entre a leitura de campo e a história urbana e social da favela. Os resultados deixaram ao largo a compreensão tão delicada da relação de vizinhança, seus conflitos e interdependência, e não desencadearam intervenções efetivas⁶.

4 O Programa Avizinhar foi criado em 1998 com o objetivo de estabelecer uma convivência respeitosa entre a USP e a população de baixa renda vizinha ao campus. Assim sendo propôs desenvolver ações visando a inclusão sócio-econômica dessas comunidades ao campus da Usp na zona oeste da cidade de São Paulo, tendo como público-alvo as crianças e adolescentes. Foi formalizado na USP pela portaria GR Nº 3303, de 28 de setembro de 2001. Com a extinção do CECAE, o programa foi transferido para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, mantendo suas características iniciais, sendo rebatizado como Programa Aproxima-Ação <<https://prceu.usp.br/programa/usp-aproxima-acao/>>.

5 Fonte: SEHAB/HABITASAMPA. Favela Habitasampa. Geosampa, 2016. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2021.



Para além disso, alguns dos moradores mais antigos entrevistados durante a pesquisa incluem como demandas urgentes para esses territórios a construção de áreas de lazer, a ampliação das vagas em creches e a promoção de atividades que ocupem o tempo livre de crianças e idosos. Os relatos sinalizam vínculos solidários e fortes entre os moradores, o aumento do comércio local e a presença significativa de instituições e projetos voltados para o desenvolvimento comunitário. Mas também indicam queixas sobre o crescimento de situações de violência e de discriminação sofrida pelos moradores. Principalmente a São Remo, mais frequentemente retratada pela mídia e recebe destaque por temas como violência, marginalidade e pobreza, da mesma forma que a maioria das favelas brasileiras.

Nesse sentido, pode-se reconhecer que em São Remo e Sem Terra há questões que são inerentes ao universo urbano brasileiro dos espaços populares, que vão desde a infraestrutura incompleta e, às vezes, ausente, até a falta de áreas livres, verdes, públicas e a parca oferta de serviços sociais. Entretanto, é preciso distinguir, também, as particularidades desses lugares, pedaços da cidade: as lutas, a identidade local, as conquistas, as demandas e a história com a USP. O modo de ser urbano nas favelas de São Remo e Sem Terra.

6 A área cedida para intervenção pelo CDHU estava sem uso e se tornou um ponto de descarte de resíduos da comunidade. Em fevereiro de 2021, essa área, conhecida como Buracanã, foi ocupada por centenas de famílias em meio à crise da pandemia. Adiante, esse acontecimento será melhor informado.

5. LOCALIZAÇÃO E TIPOLOGIA DE OCUPAÇÃO

De acordo com a malha distrital da Prefeitura, o Jardim São Remo e o Sem Terra estão localizados no distrito Rio Pequeno, na zona oeste da cidade de São Paulo, fazendo limites com o distrito Butantã, onde está situada a Cidade Universitária da USP. Além desses, vale destacar a proximidade com o distrito Jaguaré, a pouco menos de 500 metros ao norte.

A lei que estabeleceu os atuais distritos de São Paulo é do ano de 1992 (Lei 11.220) e, até a data desta consulta, o Portal de Dados Abertos da Prefeitura informa que o último ajuste na delimitação dos distritos em sua base vetorial ocorreu em julho de 2015. Nota-se que o limite entre Rio Pequeno e Butantã contorna toda a área habitada de São Remo e Sem Terra. No primeiro, ape-

nas o terreno do campo de futebol da Rua Aquianés não está incluído. Porém, a recente área ocupada entre São Remo e Sem Terra, que tem sido chamado de Buracanã, pertence ao distrito Butantã, haja vista que ainda não era habitado quando os limites foram traçados. A depender da consolidação deste assentamento, ora irregular, é possível que esses limites sejam revistos pela Prefeitura futuramente

A Prefeitura de São Paulo distingue alguns tipos de ocupações territoriais e assentamentos humanos, entre eles, os núcleos urbanizados e as favelas. No seu Portal de Dados Abertos, núcleos urbanizados são descritos como “favelas que já possuem infraestrutura de água, esgoto, iluminação pública, drenagem e coleta de lixo”.¹

Figura 1 - Localização do São Remo e Sem Terra em relação aos limites dos distritos de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo. Portal de Dados Abertos. Acesso em: 16 jul. 2021. Imagem: Google Earth, 2021.

Diante disso, o que chama a atenção, mas não surpreende, é a Prefeitura classificar o Jardim São Remo e o Sem Terra como favelas da cidade de São Paulo, ou seja, assentamentos que não possuem a infraestrutura característica dos núcleos urbanizados.² Mesmo situados em uma região valorizada da cidade, esses territórios ainda não estão devidamente contemplados com os serviços mais básicos para as condições de moradia urbana.

O mesmo entendimento da Prefeitura é adotado pelo IBGE atualmente, que classifica o Jardim São Remo e o Sem Terra como aglomerados subnormais, assim mesmo denominados (IBGE, 2020). Os aglomerados subnormais são áreas definidas a partir das carências de regularização fundiária e de serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica e que demandam, por isso, políticas públicas especiais:

Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular; carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação.³

As figuras 2 e 3 mostram os limites e áreas de São Remo e Sem Terra referentes às favelas da Prefeitura de São Paulo e aos aglomerados subnormais do IBGE. Ambas as imagens, disponíveis no Google Earth, são de maio de 2021 e, portanto, exibem a recente ocupação conhecida como Buracanã. Como as camadas da Prefeitura e do IBGE são mais antigas, a ocupação não existia.

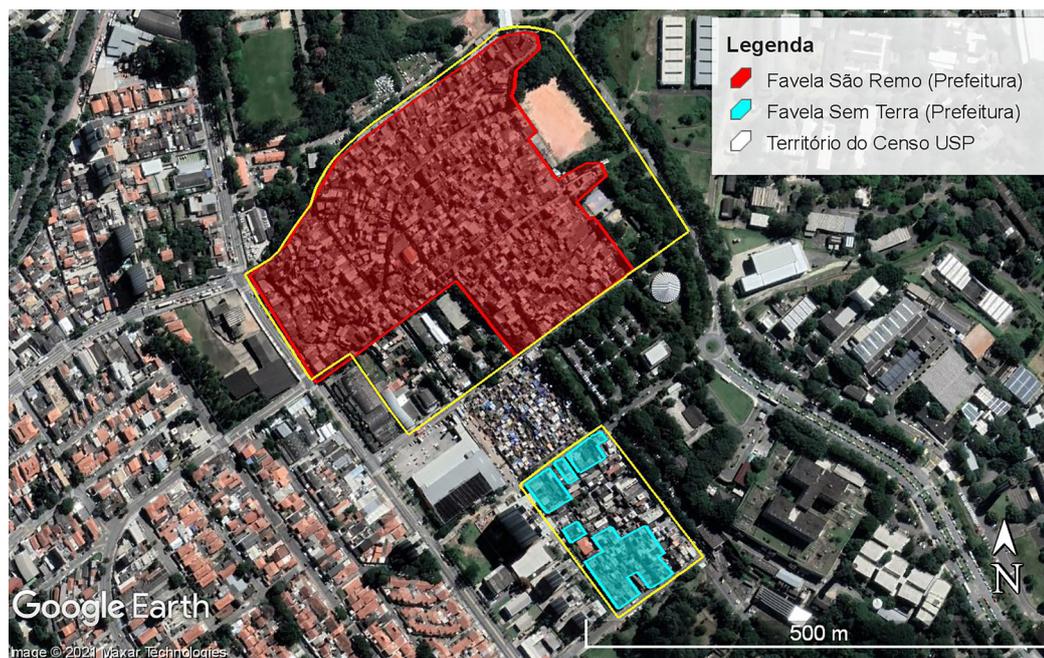
O cadastro da Prefeitura considera toda a área ocupada de São Remo como favela. O mesmo não ocorre no Sem Terra, onde somente algumas quadras são demarcadas. Já o IBGE, cuja base é de 2019, compreende a totalidade de ambos os territórios como aglomerados subnormais.

1 Portal de Dados Abertos da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/nucleo-urbanizado-da-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em 16 jul. 2021.

2 Portal de Dados Abertos da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/favelas>. Acesso em: 16 jul. 2021.

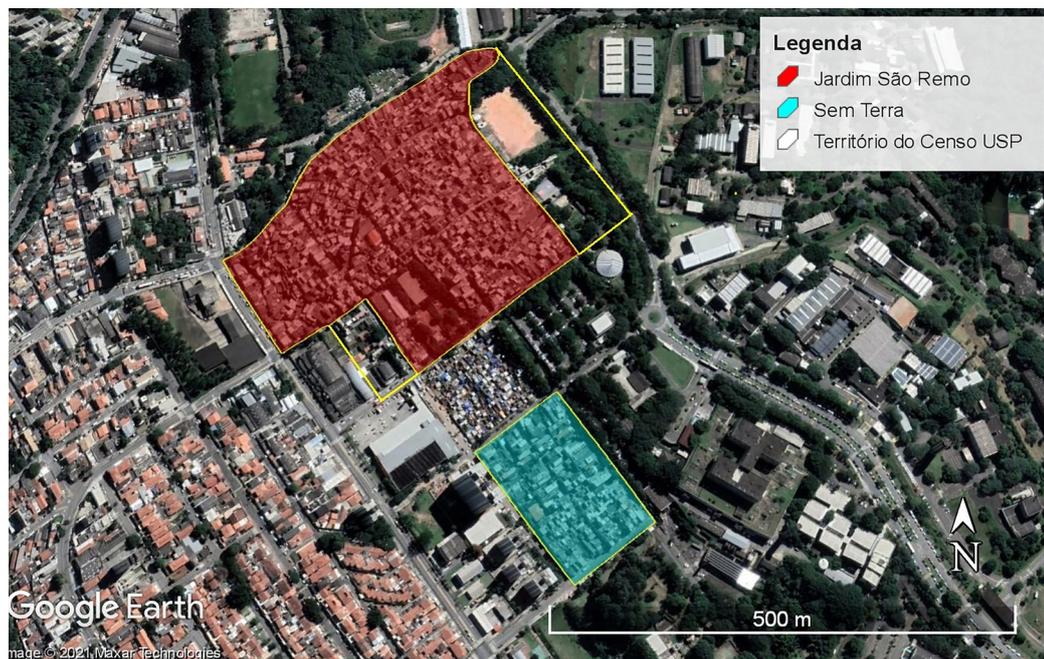
3 IBGE. Aglomerados Subnormais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 27 jul. 2021.

Figura 2 - Favelas de São Remo e Sem Terra na base da Prefeitura de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo. Portal de Dados Abertos. Acesso em: 16 jul. 2021. Imagem: Google Earth, 2021.

Figura 3 - Aglomerados subnormais do IBGE correspondentes ao Jardim São Remo e Sem Terra



IBGE. Mapeamento Preliminar dos Aglomerados Subnormais, 2019. Acesso em: 27 jul. 2021. Imagem: Google Earth, 2021.

6. TEMAS E VARIÁVEIS PESQUISADAS

O Censo Vizinhança USP foi composto por três questionários: Domicílio, Pessoa e Animal. Os temas compreenderam aspectos comuns às pesquisas demográficas, mas também se voltaram para questões peculiares aos moradores dos territórios estudados, tais como a relação com a USP, as práticas culturais e a participação em projetos sociais.

Os microdados, dicionários de variáveis e questionários referentes ao Domicílio e Pessoa estão à disposição dos usuários interessados mediante solicitação ao IEA-USP. Também podem ser acessadas as coordenadas geográficas dos registros, o que permite ao usuário o georreferenciamento das informações.

Na edição da base de microdados, foram observados todos os procedimentos necessários para eliminar o risco de identificação dos domicílios e a consequente violação da privacidade das pessoas. A divulgação dos resultados e da base georreferenciada está em conformidade com os princípios da

ética em pesquisa e com o que determina a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A presente publicação traz informações sobre o desenvolvimento do projeto, a metodologia da pesquisa e a análise de alguns resultados. Entretanto, como o conteúdo levantado no censo foi mais amplo e diverso do que o selecionado aqui, faz-se oportuna uma síntese dos temas e perguntas que fizeram parte dos questionários.

Algumas variáveis são diretamente vinculadas aos dois contextos de extração e análise de resultados – Domicílio e Pessoa – e, neste caso, para facilitar o usuário, estão presentes em ambas as bases de dados. Outras, estão em apenas uma delas, mas, como são microdados, o usuário poderá fazer a mesclagem (*merge*) dos bancos e relacionar as respectivas variáveis. Os quadros a seguir listam, de forma simplificada, as questões referentes aos questionários Domicílio e Pessoa (Quadro 1) e Animal (Quadro 2).

Quadro 1 - Síntese dos Temas e Quesitos presentes nos questionários Domicílio e Pessoa

Temas	Questões / Variáveis	Base de dados
Número de moradores no domicílio	Quantas pessoas moravam neste domicílio em 1º de janeiro de 2019?	Domicílio / Pessoa
Tempo de moradia da família no domicílio	Há quantos anos a família mora neste domicílio?	Pessoa
Idade e Faixa etária	Idade em 1º de janeiro de 2019.	Pessoa
Gênero	Gênero.	Pessoa

Temas	Questões / Variáveis	Base de dados
	Se outro, qual?	Pessoa
	É pessoa cisgênero ou transgênero?	Pessoa
Cor ou raça	Qual é a cor ou raça?	Pessoa
	Diante das opções de resposta utilizadas nos cadastros oficiais qual é a cor ou raça?	Pessoa
	Se identifica como pessoa negra?	Pessoa
	Se identifica como pessoa indígena?	Pessoa
Religião ou Crença	Qual é a principal religião ou crença?	Pessoa
Nacionalidade e Naturalidade	É brasileira ou estrangeira?	Pessoa
	Mora no território desde que nasceu?	Pessoa
	Se não, há quantos anos mora no território?	Pessoa
	Estado de nascimento	Pessoa
	Município de nascimento.	Pessoa
	Se estrangeira, qual país de nascimento (ou nacionalidade)?	Pessoa
Educação	Sabe ler e escrever?	Pessoa
	Atualmente, cursa / frequenta creche ou escola (inclusive faculdade)?	Pessoa
	Se não frequenta atualmente, já frequentou anteriormente?	Pessoa
	Quando parou de estudar, qual foi o curso / etapa mais elevado que frequentou?	Pessoa
	Tem interesse ou vontade de voltar / começar a estudar?	Pessoa
	Se frequenta atualmente, qual é a modalidade?	Pessoa
	Qual é o curso / etapa que frequenta?	Pessoa
	Estuda em instituição pública ou privada?	Pessoa
	Se instituição pública, qual dependência administrativa?	Pessoa
	Se instituição privada, com ou sem fins lucrativos?	Pessoa
	Se com fins lucrativos, como é o custeio?	Pessoa
	Onde estuda é dentro ou fora do território?	Pessoa
	Frequentou escola / instituição pública ou privada no fundamental e/ou médio?	Pessoa

Temas	Questões / Variáveis	Base de dados
Pessoa Com Deficiência	Algum morador(a) tem alguma dificuldade ou deficiência física permanente?	Domicílio
	A pessoa tem dificuldade ou deficiência física?	Pessoa
	Algum morador(a) tem alguma dificuldade ou deficiência intelectual / mental permanente?	Domicílio
	A pessoa tem alguma dificuldade ou deficiência intelectual / mental?	Pessoa
	Teve diagnóstico médico?	Pessoa
	Algum morador(a) tem deficiência visual total?	Domicílio
	A pessoa tem deficiência visual?	Pessoa
	Qual grau de deficiência visual da pessoa (total ou parcial)?	Pessoa
	Precisa usar e tem óculos ou lente?	Pessoa
	Algum morador(a) tem deficiência auditiva total?	Domicílio
	A pessoa tem deficiência auditiva?	Pessoa
	Qual grau de deficiência auditiva da pessoa (total ou parcial)?	Pessoa
	Precisa usar e tem aparelho auditivo?	Pessoa
	Algum morador(a) tem dificuldade de locomoção total?	Domicílio
	A pessoa tem dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus?	Pessoa
	Qual grau de dificuldade de locomoção da(s) pessoa(s)? (total ou parcial)	Pessoa
	Precisa usar e tem prótese ou item auxiliar (bengala, muleta, cadeira etc.)?	Pessoa
	Saúde	Algum morador(a) tem outro tipo de deficiência, síndrome ou doença?
A pessoa tem outra deficiência, síndrome ou doença? Qual?		Pessoa
Teve diagnóstico médico?		Pessoa
Algum morador(a) tem dependência química de álcool ou de outras drogas?		Domicílio
A pessoa tem algum tipo de dependência química? Qual?		Pessoa
Possui Plano de Saúde ou Convênio de Assistência Médica Particular?		Pessoa

Temas	Questões / Variáveis	Base de dados
Gravidez	Foi em alguma consulta com dentista nos últimos 12 meses (2018)?	Pessoa
	Se não, em que ano foi a última consulta?	Pessoa
	Alguma pessoa no domicílio está grávida ou com a parceira grávida? Quantas?	Domicílio
	A pessoa está grávida ou está com a parceira grávida? A própria pessoa ou a parceira?	Pessoa
Nupcialidade	A pessoa grávida e o parceiro moram juntos no domicílio, mora somente a pessoa grávida ou mora somente o parceiro da pessoa grávida?	Pessoa
	Há casal no domicílio? Quantos?	Domicílio / Pessoa
	Há casal hétero ou homoafetivo?	Domicílio
	A pessoa compõe casal no domicílio? Com qual pessoa?	Pessoa
Responsabilidade pelo domicílio	Forma casal hétero ou homoafetivo?	Pessoa
	O domicílio tem responsável único(a) ou principal?	Domicílio
	Ou a responsabilidade pelo domicílio é igualmente compartilhada?	Domicílio
	Se é igualmente compartilhada, por quantas pessoas?	Domicílio
Trabalho, Renda e Assistência Social	A pessoa é a responsável principal ou uma das responsáveis pelo domicílio?	Pessoa
	Atualmente, tem trabalho remunerado?	Pessoa
	Se não tem trabalho remunerado, já trabalhou com remuneração antes?	Pessoa
	Se tem trabalho remunerado, o vínculo ao trabalho principal é formal ou informal?	Pessoa
	Se formal, de que forma está vinculado(a) ao trabalho principal?	Pessoa
	Está à procura de (outro) trabalho? Há quanto tempo?	Pessoa
	É aposentado(a) ou pensionista de previdência oficial (municipal, estadual ou federal)?	Pessoa
Algum morador(a) recebe Bolsa Família? Qual(is) morador(es)?	Domicílio	

Temas	Questões / Variáveis	Base de dados
	Algum morador(a) recebe outro auxílio ou benefício de programa social (BPC, PETI etc.)?	Domicílio / Pessoa
	Se recebe, qual auxílio ou benefício?	Domicílio / Pessoa
	A pessoa recebe outro auxílio ou benefício de programa social (BPC, PETI etc.), exceto Bolsa Família?	Pessoa
	Quantas pessoas têm renda?	Domicílio
	Qual a renda domiciliar mensal aproximada somando a renda das pessoas do domicílio?	Domicílio
	Renda domiciliar mensal per capita.	Domicílio / Pessoa
Tecnologia da Informação	Há internet no domicílio, sem ser a do celular?	Domicílio
	Tem computador ou microcomputador, inclusive notebook, no domicílio?	Domicílio
	Utiliza internet?	Pessoa
	Utiliza computador ou microcomputador?	Pessoa
Práticas culturais	Cinema - quais moradores costumam acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Filmes / Séries / Documentários - quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Fotografia - quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Música / Canto - quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Hip hop / Rap / Breaking - quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Funk - quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Dança / Baile - quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Teatro - quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Artesanato - quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa

Temas	Questões / Variáveis	Base de dados
	Desenho / Pintura / Artes visuais / Artes visuais de rua – quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Circo – quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Capoeira – quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Skate – quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Escola de samba / bloco de carnaval – quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Arte literária / leitura – quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Sarau / Slam? – quais moradores costumam promover, praticar ou acompanhar?	Domicílio / Pessoa
	Alguma outra manifestação cultural não mencionada? Qual(is)?	Domicílio / Pessoa
	Qual é o alimento (ou prato) que representa / simboliza a família desse domicílio?	Domicílio
Agente ou beneficiário de projeto social ou cultural	Atua ou atuou na condição de agente ou mobilizador(a) em alguma ação coletiva, grupo ou projeto voltado para a comunidade?	Pessoa
	Se sim, em qual instituição ou grupo? É ou foi neste no território?	Pessoa
	Participa ou participou na condição de aluno(a), atendido(a) ou beneficiário(a) de algum grupo ou projeto social, esportivo, cultural, educativo, comunitário?	Pessoa
	Se sim, em qual ação ou projeto? Em qual instituição ou grupo? É ou foi neste no território?	Pessoa
Torcida ou preferência por time de futebol	Torce para algum time de futebol? Qual?	Pessoa
Relacionamento com a USP: ensino	Estuda ou já estudou na USP? Se sim, em que local?	Pessoa
	O curso que fez / faz na USP foi de ensino superior? Se sim, qual?	Pessoa
	Qual foi o curso ou escola que fez ligado à USP?	Pessoa

Temas	Questões / Variáveis	Base de dados
	Fez curso preparatório (cursinho) para vestibular ou ENEM? Teve/tem alguma relação com a USP? Qual relação com a USP?	Pessoa
Relacionamento com a USP: trabalho	Trabalha ou trabalhou na USP?	Pessoa
	Se trabalha, há quanto tempo trabalha na USP?	Pessoa
	Se trabalha, em que função? Qual é o vínculo de trabalho?	
	Se trabalha, em que campus (ou local)? Como se desloca (meio utilizado) de casa para o local do trabalho na USP?	Pessoa
	Se não trabalha, há quanto tempo deixou de trabalhar na USP?	Pessoa
	Se não trabalha, em que função trabalhava? Qual foi o principal vínculo principal de trabalho que teve com a USP?	Pessoa
	Em que campus (ou local) da USP trabalhou?	Pessoa
Relacionamento com a USP: vizinhança	Algum morador(a) pratica alguma atividade ou utiliza algum serviço na USP?	Domicílio
	Quais pessoas?	Domicílio
	Qual atividade ou serviço da USP a pessoa acessa?	Domicílio
	Onde (em que local) a atividade ou serviço é realizada?	Domicílio
	Algum morador(a) do domicílio utiliza algum espaço da USP para prática de lazer ou esporte?	Domicílio
	Tem alguma coisa que incomoda você ou sua família que diz respeito à (vizinhança com a) USP? O quê?	Domicílio
	Tem alguma coisa que agrada você ou sua família que diz respeito à (vizinhança com a) USP? O quê?	Domicílio
	Como vizinho(a), tem alguma sugestão ou reclamação relativas à USP que gostaria de encaminhar para a mesma? O quê?	Domicílio
	Algum morador(a) do domicílio utiliza o Hospital Universitário da USP (HU)?	Domicílio

Temas	Questões / Variáveis	Base de dados
	Em algum período anterior, o HU chegou a ser uma unidade de saúde utilizada por algum morador desse domicílio?	Domicílio
	Algum morador(a) do domicílio costuma escutar rádio? Costuma escutar a Rádio USP?	Domicílio
Cães, gatos e pássaros domiciliados	Tinha cão ou gato no domicílio em 1º de janeiro de 2019? Quantos cães? Quantos gatos?	Domicílio
	E teve algum cão ou gato que saiu do domicílio em 2018? Quantos cães? Quantos gatos?	Domicílio
	Tinha pássaro neste domicílio em 1º de janeiro de 2019? Quantos?	Domicílio
Cultivo ou existência de plantas no domicílio	Há plantas neste domicílio?	Domicílio
	Se sim, qual a principal motivação para tê-las?	Domicílio
Animais sinantrópicos no território	Viu ou ouviu falar de escorpiões no território?	Domicílio
	Se sim, algum morador do domicílio já foi picado por escorpião?	Domicílio
	Há algum (outro) bicho em grande quantidade próximo ao domicílio que possa causar doenças ou pôr em risco algum morador(a)? Se sim, qual?	Domicílio
Condição de ocupação do domicílio	Qual a situação em relação à ocupação do imóvel?	Domicílio
	Se próprio, já possui documento de propriedade?	Domicílio
	Se possui, que tipo de documento?	Domicílio
	Se alugado, a pessoa proprietária reside no São Remo/Sem Terra?	Domicílio
	Se cedido, por quem?	Domicílio
Saneamento básico	O domicílio está ligado à rede abastecimento de água da SABESP?	Domicílio
	Se não está ligado à SABESP, qual a forma de abastecimento de água?	Domicílio
	Se está ligado à SABESP, há (problema) de falta d'água com frequência?	Domicílio
	Se há (problema) de falta d'água, com que frequência ocorre?	Domicílio

Temas	Questões / Variáveis	Base de dados
	Como é eliminado o esgoto do domicílio?	Domicílio
	Qual é o destino dado ao lixo deste domicílio, predominantemente?	Domicílio
	Se coletado na porta, em quantos dias na semana tem sido feita a coleta?	Domicílio
	Se coletado na porta, essa frequência tem sido suficiente?	Domicílio
Abastecimento de energia elétrica	Existe algum problema ou falha no abastecimento de energia elétrica que afeta seu domicílio? Qual?	Domicílio
Armazenamento e consumo de água e alimentos	O domicílio tem caixa d'água?	Domicílio
	Se sim, já foi feita limpeza da caixa d'água? Quando foi realizada a última?	Domicílio
	Para purificar/preparar a água de beber no domicílio, qual tratamento/procedimento é adotado?	Domicílio
	O domicílio possui geladeira (ou refrigerador)?	Domicílio

Quadro 2 - Síntese dos Temas e Quesitos presentes no questionário Animal domiciliado

Temas	Questões / Variáveis	Base de dados
Residência	Tem cão ou gato morando?	Animal
	Se não tem, havia algum morando nos 12 meses anteriores?	Animal
	Se tinha, qual foi o motivo de ter deixado de morar?	Animal
Características	Espécie (cão ou gato)	Animal
	Sexo	Animal
	Idade do animal que mora	Animal
	Idade do animal que morava nos 12 meses anteriores	Animal
Circulação do animal	O animal sai sozinho à rua?	Animal
Aquisição do animal	Adquiriu em 2018 ou antes?	Animal
	Em que estado foi adquirido?	Animal
	Em que cidade foi adquirido?	Animal
	Foi adquirido no território?	Animal
	De que forma foi adquirido?	Animal

	Foi adquirido para substituir algum cão ou gato que saiu nos 12 meses prévios à aquisição?	Animal
Castração	Estava castrado em 1º de janeiro de 2019?	Animal
	Se sim, estava castrado quando adquirido?	Animal
	Quando foi castrado?	Animal
	Se algum animal deixou de morar nos 12 meses anteriores, estava castrado?	Animal
Reprodução	Teve filhotes em 2018?	Animal
	Se teve filhotes, quantos?	Animal

7. METODOLOGIA DO CENSO

7.1. PERÍODO DE COLETA E DATA DE REFERÊNCIA

As visitas aos domicílios ocorreram entre 19 de fevereiro de 2019 e 16 de março de 2020. Todos os domicílios foram visitados pelo(as) pesquisadores(as) de campo e registrados nas folhas de coleta ainda em 2019. Nos meses seguintes, os primeiros do ano letivo de 2020, os esforços se concentraram nas revisitas aos domicílios em que os moradores ainda não haviam sido encontrados em casa e, por isso, estavam sem entrevista. Com o início da pandemia da Covid-19, a coleta do censo foi suspensa e, logo depois, encerrada.

A data de referência da pesquisa foi o dia 1º de janeiro de 2019. Portanto, os quesitos foram perguntados de modo que as informações retroagissem ao primeiro dia do ano de 2019 – inclusive a contagem e a idade dos moradores. As únicas exceções foram os quesitos relacionados à frequência à escola ou universidade, cuja data de referência foi deslocada para 1º de fevereiro de 2019, o primeiro dia letivo do ano.

Em janeiro de 2021, dez meses após o encerramento do trabalho de campo, um terreno baldio entre os limites do Jardim São Remo e Sem Terra – especificamente, entre os setores 5 e 6 do censo – foi ocupado por cerca de 300 famílias, segundo informações que circularam nas redes sociais e na imprensa, confirmadas por participantes da ocupação. O local tem sido chamado de Buracanã. Esse registro se faz necessário para informar que as unidades domiciliares situadas na ocupação, sejam permanentes ou improvisadas, não estão contabilizadas nos resultados do censo. Durante o período da coleta, não havia nenhuma unidade domiciliar no terreno, o qual ainda estava inteiramente coberto por vegetação.

Quanto às pessoas que fixaram residência no local, cabe assinalar que aquelas que moravam no Jardim São Remo ou no Sem Terra na data de referência do censo, ou seja, 1º de janeiro de 2019, estão incluídas nos resultados. No entanto, até a edição deste livro, não há números conhecidos sobre quantas pessoas residiam na referida vizinhança e quantas migraram de outras localidades.

Figura 4 - Terreno entre São Remo e Sem Terra em março de 2020, mês de encerramento do trabalho de campo do censo



Imagem: Google Earth, 2020.

Figura 5 - Terreno entre São Remo e Sem Terra em maio de 2021, após a ocupação de janeiro do mesmo ano



Imagem: Google Earth, 2020.

7.2. COBERTURA CENSITÁRIA

O Censo Vizinhança USP foi um censo domiciliar, com entrevistas realizadas porta a porta em toda a área ocupada do Jardim São Remo e Sem Terra. O trabalho de campo seguiu rigorosamente o método de cobertura das pesquisas censitárias do IBGE, garantindo, com isso, a confiabilidade técnica necessária a todo o processo de coleta. Dentre os muitos motivos para a adoção do método do IBGE, vale citar o controle da ocorrência de duplicidade, para que a mesma unidade domiciliar não fosse registrada mais de uma vez, e das chamadas áreas de sombra, para que nenhuma fosse excluída do percurso dos pesquisadores.

Os territórios foram divididos em setores censitários e, neles, os bolsistas de graduação atuaram como agentes de coleta. Assim, o Jardim São Remo e o Sem Terra foram repartidos, respectivamente, em 12 (doze) e 3 (três) setores para a distribuição dos agentes.

O método de cobertura adotado nos censos precisa assegurar que 100% dos domicílios existentes sejam registrados e contados. Porém, quanto maior a quantidade de domicílios, maior é a dificuldade em obter a entrevista de todos, ou seja, no universo da pesquisa. Por isso, o Censo Vizinhança USP operou, assim como o do IBGE, com a meta de entrevistar, no mínimo, 92% dos domicílios ocupados.

Há várias razões para alguns domicílios não serem entrevistados e, para compreendê-las melhor, cabe apresentar ao leitor a definição de alguns termos muito usados no conteúdo de um censo:

- **Universo** – é a totalidade (100%) das unidades de coleta, assim, no caso do censo domiciliar, o universo é constituído por todos os domicílios existentes.
- **Morador ou moradora** – é a pessoa que ocupa uma unidade domiciliar de forma permanente, fazendo dela sua residência principal.
- **Domicílio ocupado** – é a unidade domiciliar que tem morador permanente.
- **Domicílio de uso ocasional** – é a unidade domiciliar usada, eventualmente, por pessoas que não moram nela de forma permanente, pois têm outra unidade como residência principal.
- **Domicílio vago** – são unidades destinadas à moradia que se encontram vazias, ou seja, sem moradores ou usuários.

Como visto acima, o censo diferencia domicílios ocupados, de uso ocasional e vagos. Os dois últimos, vagos e de uso ocasional, por não possuírem moradores, não produzem entrevistas, sendo a coleta finalizada apenas com o registro da localização e a contagem da unidade. Já os domicílios ocupados, isto é, com moradores, demandam a entrevista.

Mas nem sempre a entrevista de um domicílio ocupado é realizada e são diversos os motivos para isso. O principal é não haver pessoas em casa nos dias e horários em que as visitas ocorreram. Além dessa ausência momentânea, existe também a ausência por períodos mais longos, como as que decorrem, por exemplo, de viagens. E ainda há a possibilidade de o morador se recusar a participar da pesquisa. No censo, o domicílio ocupado sem a entrevista realizada é chamado de domicílio fechado.

A classificação de um domicílio na categoria de fechado é equivalente a considerá-lo como uma não-resposta, que é um dos erros não-amostrais mais comuns na realização de uma pesquisa, seja ela censitária ou por amostragem. Há muitas formas diferentes de se lidar com a não-resposta. Uma delas é a que utiliza procedimentos de imputação. Procedimento de imputação é aquele que atribui informações individuais às unidades sem informação. O pressuposto básico do procedimento de imputação é que a perda de dados seja aleatória, e se não for, que o padrão de não-resposta seja conhecido ou pelo menos estimado, para ser considerado durante o tratamento da não-resposta por imputação. (IBGE, 2010)

O início da pandemia da COVID-19, em março de 2020, suspendeu a coleta e, passadas algumas semanas, impôs o encerramento das atividades de campo. Por essa razão, a cobertura em São Remo e Sem Terra não atingiu a meta de realizar entrevistas em 92% dos domicílios ocupados, mas alcançou um nível absolutamente seguro para a estimativa dos domicílios não entrevistados.

Detalhando em números, a cobertura no Jardim São Remo e Sem Terra foi de 84,7%. Mas cabe assinalar dois pontos: (i) no momento da suspensão do campo, os 15 setores de coleta estavam com percentual de cobertura muito parecidos, oscilando pouco em torno da média; e (ii) todos os setores já estavam inteiramente percorridos pelos pesquisadores, sendo o número de domicílios ocupados não entrevistados um resultado direto da ausência dos moradores nos dias e horários em que as visitas ocorreram ou, eventualmente, da recusa do morador em conceder a entrevista. Em outras palavras, nenhuma porção do território, por menor que seja, ficou com seu percentual de cobertura distante da média, uma vez que a coleta foi simultânea e uniforme, e nenhum trecho do percurso apresentou continuidade ou concentração de domicílios não entrevistados, pois, como os setores já estavam percorridos em toda a sua extensão, os domicílios não entrevistados ficaram dispersos nos territórios.

Portanto, para diminuir a diferença entre a população entrevistada e o efetivo real de moradores, foi preciso estimar a parcela da população moradora nos domicílios fechados. Para isso, o procedimento adotado foi o mesmo utilizado no Censo do IBGE, que será descrito a seguir.

7.3. ESTIMAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PARA OS DOMICÍLIOS FECHADOS

Apesar de nem todos os domicílios terem uma entrevista realizada, o censo também fez a contagem dos domicílios que ficaram fechados. Em São Remo e Sem Terra, o censo contou um total de 2.889 domicílios. Destes, 2.446 receberam a entrevista e 443 ficaram fechados.

Como descrito acima, para que os resultados do censo expressassem o universo pesquisado, isto é, 100% das residências existentes e de seus moradores, foram estimadas informações para os domicílios fechados, já que neles não houve entrevista. O procedimento de estimação adotado foi o de domicílios doadores, tal como no Censo do IBGE. Nele, domicílios selecionados aleatoriamente são duplicados para substituir os domicílios fechados.

Assim, entre os domicílios com entrevista, foi realizado um sorteio de 443 doadores e, ato contínuo, suas entrevistas foram duplicadas para chegar ao total de 2.889 entrevistas, completando 100% do universo. Para aumentar as chances de que as entrevistas doadas representassem bem os domicílios fechados, o sorteio foi separado em áreas de ponderação, que, na prática, são porções do território. Entretanto, os 15 setores iniciais,

delimitados operacionalmente para a atuação dos entrevistadores, implicavam em uma fragmentação inadequada para o sorteio, pois a limitada quantidade de domicílios entrevistados em cada um deles poderia produzir, em termos estatísticos, uma variância muito alta, o que significa valores bem distantes da média. Vale destacar que uma estimativa deve buscar justamente o contrário: a maior proximidade em relação à média para não forjar resultados distorcidos. Neste sentido, para reduzir a variância, fez-se necessário a diminuição do número de setores e, deste modo, sortear os doadores em um conjunto mais numeroso de domicílios.

A realidade do território e os dados coletados sugeriram a delimitação de 6 (seis) setores – cinco no São Remo e um no Sem Terra. Após a estimação descrita, não é mais correto, do ponto de vista estatístico, a extração de resultados desagregados pelos 15 setores operacionais do trabalho de campo, mas sim pelos 6 (seis) setores de ponderação. Assim, a base de dados disponível para consulta pública permite a obtenção de resultados por cada um dos setores censitários finais.

Outro procedimento adotado para garantir a robustez do método, foi o de retirar do sorteio alguns domicílios que não atenderam critérios para serem domicílios-doadores (IBGE, 2010). No Censo Vizinhaça USP, foram retirados do sorteio os domicílios com mais de 8 (oito) moradores, por serem poucos e se distanciarem da média de moradores encontrada e, também, todos os domicílios que tiveram alguma informação imputada, o que totalizou, respectivamente, 9 (nove) e 45 (quarenta e cinco) domicílios.

As tabelas, o quadro e a figura a seguir informam, em números e imagem, os pontos discutidos acima, por território e por setor:

Tabela 1- Unidades domiciliares, ocupadas ou não, contabilizadas no censo

	Ocupados	Uso ocasional	Vagos	Total
Total	2.889	23	215	3.127
São Remo	2.496	17	158	2.671
Setor 1	275	3	23	301
Setor 2	446	10	58	514
Setor 3	708	3	33	744
Setor 4	516	-	17	533
Setor 5	551	1	27	579
Sem Terra	393	6	57	456
Setor 6	393	6	57	456

Tabela 2 - Domicílios ocupados, com entrevistas e fechados, e o motivo da não realização da entrevista

Território ou Setor	Domicílios ocupados			Total
	com entrevista	fechados		
		por ausência e outros motivos (nota)	por recusa	
Total	2.446	391	52	2.889
São Remo	2.114	353	29	2.496
Setor 1	225	43	7	275
Setor 2	416	28	2	446
Setor 3	589	107	12	708
Setor 4	427	84	5	516
Setor 5	457	91	3	551
Sem Terra	332	38	23	393
Setor 6	332	38	23	393

Nota: <Outros motivos> inclui, por exemplo: a inaptidão do morador para dar a entrevista em função do estado de saúde, o falecimento da pessoa que morava sozinha na data de referência, morador em estado etílico ou de entorpecentes que ponha em risco a entrevista; dentre outras situações.

Quadro 3 - Domicílios existentes e totais utilizados no sorteio dos domicílios-doadores para a substituição dos fechados

Território ou Setor	Domicílios			Sorteio dos domicílios-doadores				
	existentes (universo)	com entrevista		domicílios com entrevista			Sorteados e duplicados	
				retirados do sorteio		base do sorteio		
		com mais de 8 moradores	com alguma informação imputada	Total	Total			
Total	Total	% sobre o universo	Total	Total	Total	Total	% sobre o universo	
Total	2.889	2.446	84,7%	9	45	2.392	443	15,3%
São Remo	2.496	2.114	84,7%	8	38	2.068	382	15,3%
Setor 1	275	225	81,8%		4	221	50	18,2%
Setor 2	446	416	93,3%		11	405	30	6,7%
Setor 3	708	589	83,2%	2	6	581	119	16,8%
Setor 4	516	427	82,8%	1	10	416	89	17,2%
Setor 5	551	457	82,9%	5	7	445	94	17,1%
Sem Terra	393	332	84,5%	1	7	324	61	15,5%
Setor 6	393	332	84,5%	1	7	324	61	15,5%

Figura 6 - Malha de setores utilizada para estimação do universo e extração de resultados

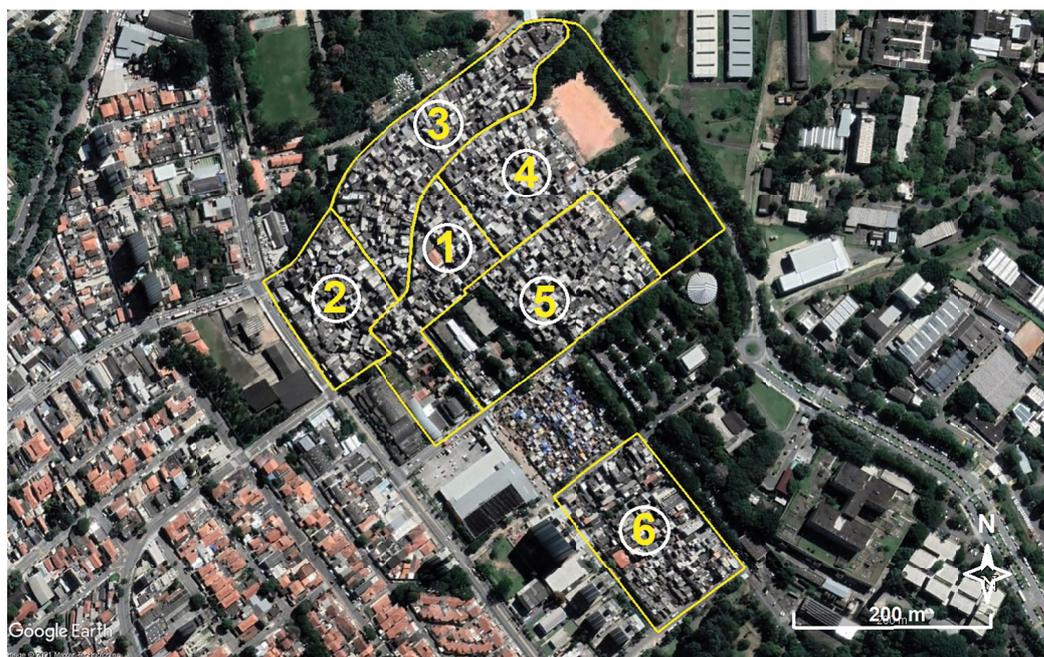


Imagem: Google Earth, 2021

8. POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS: RESULTADOS GERAIS

8.1. TAMANHO DA POPULAÇÃO, NÚMERO DE DOMICÍLIOS E MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIO

Tendo como data de referência da pesquisa o dia 1º de janeiro de 2019, o Censo Vizinhança USP contou, no São Remo, 7.363 moradores residindo em 2.496 domicílios e, no Sem Terra, 1.094 moradores em 393 domicílios. Esses números resultam em uma média de 2,95 e 2,78 moradores por domicílio, respectivamente.

Tabela 3 - Total de habitantes, número de domicílios e média de moradores por domicílio

Território	Habitantes	Domicílios ocupados	Média de moradores por domicílio
Total	8.457	2.889	2,93
São Remo	7.363	2.496	2,95
Setor 1	794	275	2,89
Setor 2	1.283	446	2,88
Setor 3	2.140	708	3,02
Setor 4	1.549	516	3
Setor 5	1.597	551	2,9
Sem Terra	1.094	393	2,78
Setor 6	1.094	393	2,78

Se comparados aos dados de 2010, do IBGE, observa-se um aumento expressivo do número de domicílios e um pouco menor de moradores. Enquanto a população cresceu 10,5% no período (com taxa anual de 1,11%), o número de domicílios aumentou 31,1% (com taxa de 3,06% ao ano). Consequentemente, a média de moradores por domicílio diminuiu nesse período, de 3,47 para 2,93 moradores por domicílio. A rigor, o aumento do número de moradores ocorreu somente no São Remo, já que no Sem Terra a diferença foi ínfima.

Tabela 4 - Comparação entre o total de habitantes, o número de domicílios e a média de moradores por domicílio de 2010 e 2019, em São Remo e Sem Terra

Território	Habitantes			Domicílios			Média de moradores por domicílio		
	IBGE 2010	IEA 2019	Crescimento relativo	IBGE 2010	IEA 2019	Crescimento relativo	IBGE 2010	IEA 2019	Crescimento relativo
São Remo	6.562	7.363	12,2%	1.870	2.496	33,5%	3,51	2,95	-15,9%
Sem Terra	1.092	1.094	0,2%	333	393	18,0%	3,28	2,78	-15,1%
Total	7.654	8.457	10,5%	2.203	2.889	31,1%	3,47	2,93	-15,7%

Fonte dos dados de 2010: IBGE, Censo Demográfico.

Como visto, o que chama a atenção nos dados acima é o aumento do número de domicílios em um ritmo bem maior que o de habitantes e a consequente diminuição da média de moradores por domicílio. Segundo projeções da Fundação Seade¹, esse fato também vem acontecendo no distrito Rio Pequeno e na cidade de São Paulo. A tabela a seguir mostra o aumento de domicílios e habitantes entre o Censo de 2010 do IBGE e a projeção para 2019 feita pela Fundação Seade:

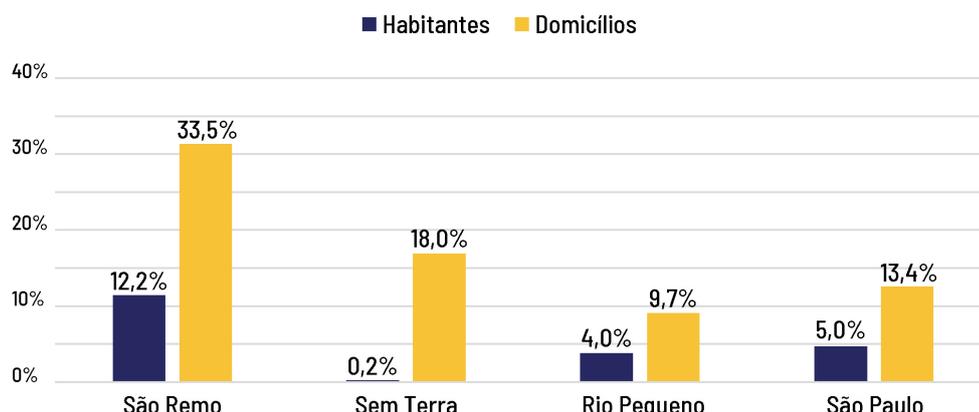
Tabela 5 - Comparação entre o total de habitantes, o número de domicílios e a média de moradores por domicílio de 2010 e 2019, no distrito Rio Pequeno e no município de São Paulo

Território	Habitantes			Domicílios			Média de moradores por domicílio		
	IBGE 2010	SEADE 2019	Crescimento relativo	IBGE 2010	SEADE 2019	Crescimento relativo	IBGE 2010	SEADE 2019	Crescimento relativo
Rio Pequeno	118.459	123.238	4,0%	37.308	40.933	9,7%	3,17	3,01	-4,9%
São Paulo	11.253.503	11.811.516	5,0%	3.574.286	4.054.458	13,4%	3,14	2,91	-7,1%

Nota: Na Média de moradores por domicílio de 2010, a população considerada no Rio Pequeno e em São Paulo foi de 11.209.673 e 118.161, respectivamente, referente aos moradores de domicílios particulares permanentes. Isso porque a população total inclui os residentes em pensionatos, hotéis, presídios, internatos, pessoas em situação de rua, entre outras. Fonte: Dados de 2010 – IBGE, Censo Demográfico. Dados de 2019 – Fundação Seade, Projeções Populacionais. Acesso em: 27 jul. 2021.

¹ A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) está vinculada à Secretaria de Governo do Estado de São Paulo e é encarregada de produzir e disseminar análises estatísticas socioeconômicas e demográficas do estado. A Fundação Seade disponibiliza seu acervo, projeções e dados em seu site: <https://www.seade.gov.br/lista-produtos/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

Gráfico 1 - Crescimento relativo do total de habitantes e do número de domicílios em São Remo, Sem Terra, distrito Rio Pequeno e município de São Paulo entre 2010 e 2019



Fonte: Dados de 2010 – IBGE, Censo Demográfico. Dados de 2019 do Rio Pequeno e São Paulo – Fundação Seade, Projeções Populacionais. Acesso em: 27 jul. 2021.

8.1.1. APONTAMENTOS SOBRE A MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIO

Os dados do Rio Pequeno e de São Paulo trazidos pelo IBGE, em 2010, e pela Fundação Seade, em 2019, contextualizam, em parte, o que vem acontecendo em São Remo e Sem Terra. Porém, para entender a evolução dos números entre o Censo do IBGE de 2010 e os do Censo Vizinhaça USP em 2019, é oportuno observar o atual comportamento demográfico no Brasil. O principal aspecto é a queda acentuada da fecundidade/natalidade entre os segmentos sociais de baixa renda nos últimos anos, alcançando um patamar bem próximo ao que já era observado, alguns anos antes, entre os segmentos mais ricos e escolarizados. Nesse aspecto, a diferença temporal entre os citados segmentos tem sido, grosso modo, de mais de uma década.

Entre 2014 e 2019, a Taxa de Natalidade na cidade de São Paulo caiu de 15,40 para 13,41 filhos por 1.000 habitantes, segundo dados da Fundação Seade. Da mesma forma, caiu a Taxa de Fecundidade Geral, de 53,66 filhos para 48,70 filhos por 1.000 mulheres entre 15 e 49 anos de idade. Há poucas décadas não seria questionável afirmar que as maiores taxas estavam nas regiões mais empobrecidas da cidade, as

quais contribuíam para puxar a média para cima. A ideia da família ou da mulher jovem com muitos filhos era prontamente remetida às favelas e periferias, enquanto o planejamento familiar era associado, quase exclusivamente, aos contingentes com maior renda e escolarização. Mas a observação dos dados em alguns distritos paulistanos mostra que esse arranjo já não é a regra. A seguir, são mostradas as taxas de natalidade e fecundidade em quatro distritos de São Paulo – Morumbi, Ermelino Matarazzo (onde está localizado o Jardim Keralux, pesquisado pelo Censo Vizinhaça USP), Capão Redondo e Rio Pequeno – em 2014 (o último ano divulgado para distritos até o momento desta consulta), segundo a Fundação Seade:

Tabela 6 - Taxa de Natalidade por 1.000 habitantes e Taxa de Fecundidade Geral por 1.000 mulheres entre 15 e 49 anos de idade em distritos de São Paulo e no município, em 2014

Distritos e Município	Taxa de Natalidade	Taxa de Fecundidade Geral
	por 1.000 habitantes	por 1.000 mulheres entre 15 e 49 anos
	nascidos vivos	nascidos vivos
Morumbi	17,45	62,14
Rio Pequeno	17,08	59,78
Ermelino Matarazzo	16,66	57,04
Capão Redondo	17,41	56,78
Cidade de São Paulo	15,4	53,66

Fonte: Fundação Seade, População. Acesso em: 27 jul. 2021.

O Morumbi, que possui uma renda *per capita* alta no contexto de São Paulo, estava com taxas de natalidade e fecundidade acima da média da cidade e maior do que os demais distritos selecionados, que têm rendas *per capita* mais baixas. Isso não significa que todos os distritos com rendimento *per capita* mais elevado estão com taxas maiores, mas mostra que o padrão do passado vem se transformando nos últimos anos e os indicadores demográficos referentes a segmentos socioeconômicos distintos vêm se aproximando. E essa mudança é mais recente e acelerada (ano a ano) nas áreas mais pobres – em São Remo, provavelmente, mais do que no conjunto do Rio Pequeno. Já nas áreas mais desenvolvidas, a queda brusca aconteceu há mais de uma década e, agora, diminui menos ou já tende à estabilidade.

Outro fator a ser levado em conta é o aumento da renda média dos setores mais pobres que, desde a estabilidade da inflação na década de 1990 até, pelo menos, a crise econômica de 2014, estimulou a construção de novos domicílios, puxadinhos, pavimentos superiores (crescimento vertical), edifícios de apartamentos etc. Com isso, membros da família, casados ou emancipados, adquiriram um domicílio próprio. Em outras palavras, enquanto a economia favoreceu, aquela realidade de que os adultos solteiros ou os casais não tinham alternativa a não ser continuar morando com pais, irmãos e

avós vem sendo cada vez mais superada. Portanto, é uma realidade que mudou muito nos últimos anos e continua mudando.

Vale lembrar, também, que foram contados um bom número de unidades para aluguel, relativamente novas, com poucos anos de existência. São apartamentos do tipo *kitnet*, em geral, destinados a um ou dois moradores e caracterizados pela alta rotatividade de ocupantes. A localização central do São Remo e Sem Terra favorece o investimento em unidades para locação. Os dados a seguir mostram o número de domicílios de acordo com a quantidade de moradores e é possível notar a representatividade das residências com um ou dois moradores, totalizando 43,1% dos domicílios ocupados.

A média de moradores por domicílio no conjunto das favelas continua sendo maior, mas não tanto quanto há 10 ou 20 anos. Por outro lado, ainda existem aquelas famílias extremamente pobres que, de fato, têm um número de membros raramente encontrados entre os segmentos de renda e escolaridade mais altas. Isso contribui para a prevalência da ideia de que nas favelas o número de moradores em cada domicílio seja tão maior, sem levar em conta que esses casos são, cada vez mais, a exceção, e não a regra.

Mas se ainda persiste a ideia de que na favela moram muito mais pessoas em cada casa, o motivo deve estar mais relacionado ao tamanho dos domicílios do que ao da família. O fato de serem pequenos, muitos com nenhum ou apenas um dormitório, permanece uma realidade dramática nas favelas e periferias urbanas em função do valor proibitivo dos terrenos em áreas regularizadas da cidade.

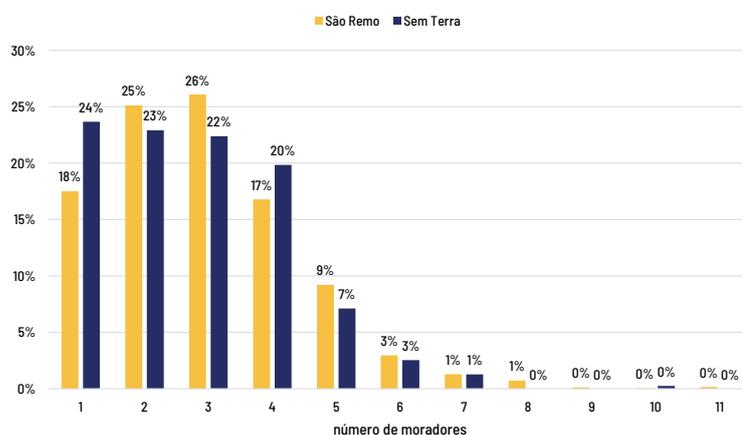
Cabe assinalar, também, que uma das especificidades do Censo Vizinhança USP, realizado por estudantes moradores ou oriundos de periferias, foi a determinação

na aplicação dos critérios de separação e independência dos domicílios como, por exemplo, no caso dos puxadinhos e dos pavimentos superiores. Muitas vezes, os pesquisadores de campo levaram um bom tempo para descobrir a quantidade real de domicílios atrás ou acima de alguma edificação, escada ou portão, sendo necessárias várias visitas e consultas, ainda que não conseguissem encontrar os moradores em casa. Ou seja, mesmo não obtendo a entrevista, foram rigorosos em apurar o número exato de domicílios, o qual, nos adensamentos mais assimétricos e não loteados, é quase sempre maior do que aparenta.

Tabela 7 - Total absoluto e relativo de domicílios segundo o número de moradores

Número de moradores	São Remo		Sem Terra		Total	
	domicílios	%	domicílios	%	domicílios	%
1 morador	437	17,5%	93	23,7%	530	18,3%
2 moradores	627	25,1%	90	22,9%	717	24,8%
3 moradores	651	26,1%	88	22,4%	739	25,6%
4 moradores	419	16,8%	78	19,8%	497	17,2%
5 moradores	230	9,2%	28	7,1%	258	8,9%
6 moradores	74	3,0%	10	2,5%	84	2,9%
7 moradores	32	1,3%	5	1,3%	37	1,3%
8 moradores	18	0,7%	-	-	18	0,6%
9 moradores	3	0,10%	-	-	3	0,1%
10 moradores	1	0,0%	1	0,3%	2	0,1%
11 moradores	4	0,2%	-	-	4	0,1%
Total Geral	2.496	100%	393	100%	2.889	100%

Gráfico 2 - Total relativo de domicílios segundo o número de moradores



8.2. DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Além da média de moradores por domicílio, é interessante observar a densidade demográfica dos territórios. A tabela 8 mostra o perímetro, a área total e a área habitada do São Remo e Sem Terra por setor. Por fim, é calculado o número médio de habitantes por hectare (1 ha = 10.000 m²), o que corresponde à densidade demográfica. Para melhor representar a realidade, foi considerada apenas a área habitada.

A densidade demográfica total é de 787 habitantes por hectare, mas mostra-se bem mais elevada no São Remo (851 hab/ha) do que no Sem Terra (521 hab/ha). Entre os setores de São Remo, varia de 611 a 939 hab/ha, porém, o setor com menor densidade (setor 1) destoa dos demais e isso ocorre porque sua área habitada inclui uma face da Rua Baltazar Rabelo com Avenida São Remo com poucas edificações, construídas em lotes maiores, bem distintas do padrão de ocupação encontrado um pouco mais à frente no bairro.

Tabela 8 - Perímetro, Área total, Área habitada, número de Habitantes e Densidade demográfica

Território	Perímetro	Área total	Área habitada	Habitantes	Densidade demográfica da área habitada
	em metros (m)	em hectares (ha)	em hectares (ha)		habitantes por hectare (hab/ha)
Total	-	14,25	10,75	8.457	787
São Remo	1.420	12,15	8,65	7.363	851
Setor 1	750	1,75	1,3	794	611
Setor 2	530	1,5	1,5	1.283	855
Setor 3	840	2,4	2,4	2.140	892
Setor 4	955	3,85	1,75	1.549	885
Setor 5	695	2,65	1,7	1.597	939
Sem Terra	595	2,1	2,1	1.094	521
Setor 6	595	2,1	2,1	1.094	521

Figura 7 - Densidade demográfica, por hectare, total e por setor

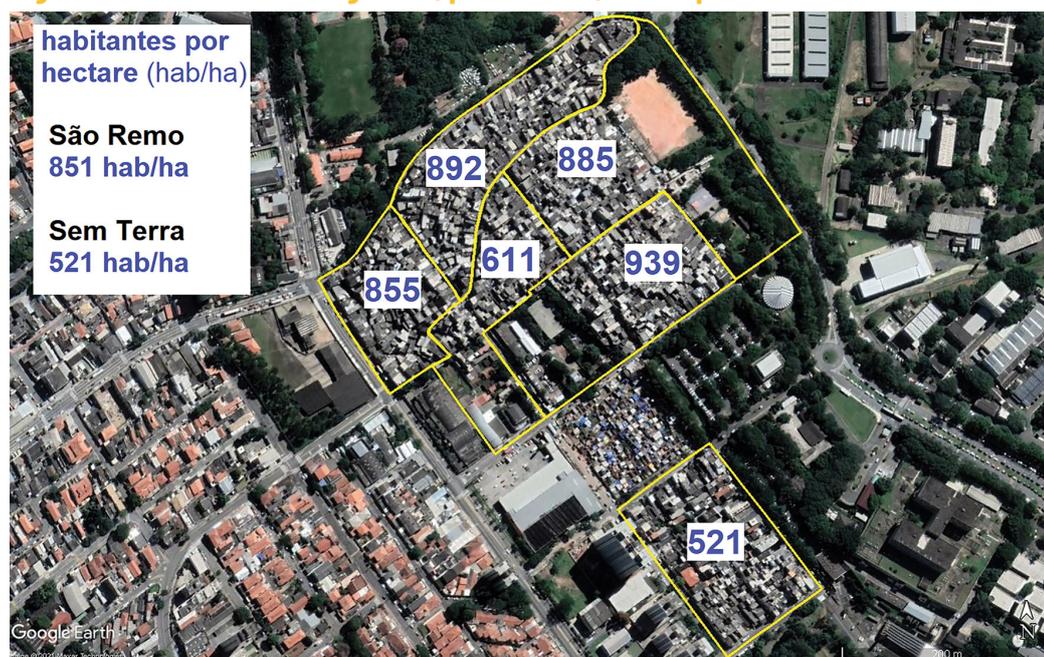


Imagem: Google Earth, 2021.

8.3. COMPOSIÇÃO POR IDADE E GÊNERO

A população de São Remo e Sem Terra é marcada por uma composição jovem, com maior frequência relativa na faixa etária de 20 a 24 anos, que concentra mais de 11% dos moradores. Abaixo dessa idade, as coortes são menos representadas, chegando a cerca de 7% na faixa etária de 0 a 4 anos, o que reforça a leitura de uma queda da fecundidade em curso.

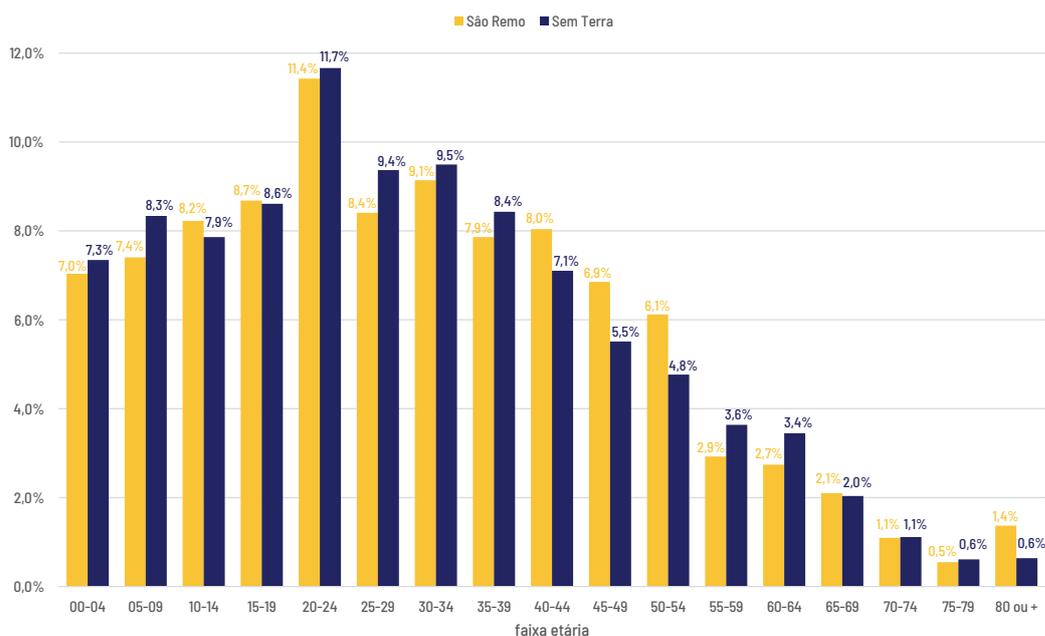
Nos dois territórios, mais da metade da população tem menos de 30 anos (considerar que a data de referência é 1º de janeiro de 2019) – 51,2% no São Remo e 53,2% no Sem Terra. A população de 0 a 14 anos é de 23,4% e o contingente acima

de 60 anos é de 7,9%, bem distante dos 15,2% que a Fundação Seade (2019) projetou para o ano de 2019 na cidade de São Paulo. A diferença na proporção de idosos entre os territórios pesquisados e a cidade de São Paulo é reflexo, por um lado, da cronologia mais recente da queda da fecundidade, que faz o contingente jovem ainda ser bem representativo e, por outro, da menor expectativa de vida dos segmentos mais empobrecidos, que é mais uma das consequências das desigualdades sociais.

Tabela 9 - Total absoluto e relativo de habitantes por faixa etária

Faixa etária	São Remo		Sem Terra		Total	
	habitantes	%	habitantes	%	habitantes	%
00 a 04 anos	77	7,0%	541	7,3%	618	7,3%
05 a 09 anos	81	7,4%	614	8,3%	695	8,2%
10 a 14 anos	90	8,2%	579	7,9%	669	7,9%
15 a 19 anos	95	8,7%	634	8,6%	729	8,6%
20 a 24 anos	125	11,4%	859	11,7%	984	11,6%
25 a 29 anos	92	8,4%	690	9,4%	782	9,2%
30 a 34 anos	100	9,1%	699	9,5%	799	9,4%
35 a 39 anos	86	7,9%	621	8,4%	707	8,4%
40 a 44 anos	88	8,0%	523	7,1%	611	7,2%
45 a 49 anos	75	6,9%	406	5,5%	481	5,7%
50 a 54 anos	67	6,1%	351	4,8%	418	4,9%
55 a 59 anos	32	2,9%	268	3,6%	300	3,5%
60 a 64 anos	30	2,7%	254	3,4%	284	3,4%
65 a 69 anos	23	2,1%	150	2,0%	173	2,0%
70 a 74 anos	12	1,1%	82	1,1%	94	1,1%
75 a 79 anos	6	0,5%	45	0,6%	51	0,6%
80 ou +	15	1,4%	47	0,6%	62	0,7%
Total	1.094	100%	7.363	100%	8.457	100%

Gráfico 3 - Total relativo de habitantes por faixa etária



A composição por gênero, com 52,3% da população declarada feminina, se mostra semelhante à do distrito Rio Pequeno e à da cidade de São Paulo, que apresentavam em 2019, respectivamente, 52,1% e 52,4% de mulheres, segundo projeção da Fundação Seade em 2019. A seguir, encontram-se tabelas e gráficos com a distribuição por gênero estratificada por idade.

O Censo Vizinhaça USP considerou a possibilidade de declarar como gênero a resposta “outro”, que não o masculino ou o feminino. Duas pessoas indicaram essa resposta, ambas no Sem Terra. Vale lembrar que, geralmente, a entrevista do censo é realizada com uma só pessoa do domicílio, que responde por ela e pelos demais moradores.

Tabela 10 - Total absoluto e relativo de habitantes por gênero

Gênero	São Remo		Sem Terra		Total	
	habitantes	%	habitantes	%	habitantes	%
Feminino	3.858	52,4%	563	51,5%	4.421	52,3%
Masculino	3.505	47,6%	529	48,4%	4.034	47,7%
Outro	-	-	2	0,2%	2	0,0%
Total	7.363	100%	1.094	100%	8.457	100%

Gráfico 4 - Pirâmide de idade e gênero do São Remo

Faixa etária	São Remo			
	Masculino	Feminino	Outro	Total
80 ou mais	10	37	-	47
75 a 79	16	29	-	45
70 a 74	30	52	-	82
65 a 69	64	86	-	150
60 a 64	95	159	-	254
55 a 59	111	157	-	268
50 a 54	160	191	-	351
45 a 49	191	215	-	406
40 a 44	206	317	-	523
35 a 39	315	306	-	621
30 a 34	357	342	-	699
25 a 29	359	331	-	690
20 a 24	427	432	-	859
15 a 19	283	351	-	634
10 a 14	307	272	-	579
5 a 9	295	319	-	614
0 a 4	279	262	-	541
Total	3.505	3.858	-	7.363

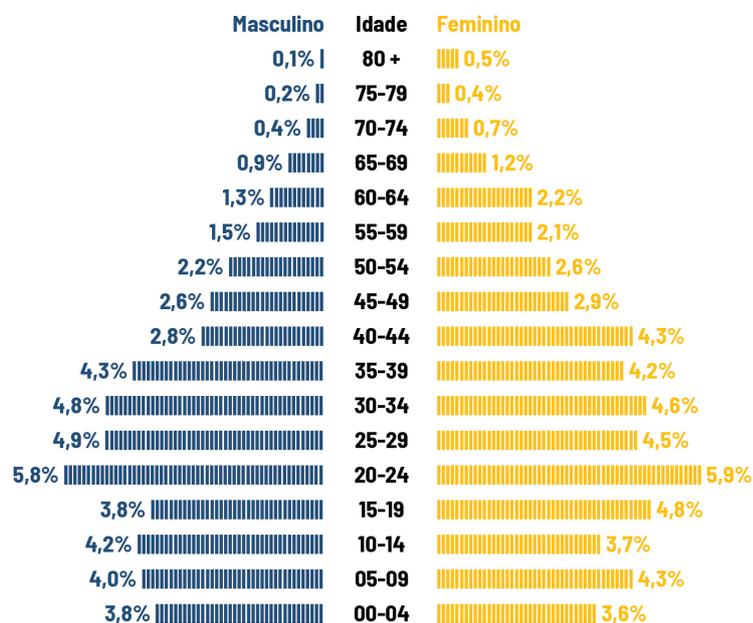


Gráfico 5 - Pirâmide de idade e gênero do Sem Terra

Faixa etária	Sem Terra			
	Masculino	Feminino	Outro	Total
80 ou mais	4	11	-	15
75 a 79	3	3	-	6
70 a 74	3	9	-	12
65 a 69	14	9	-	26
60 a 64	14	16	-	30
55 a 59	18	14	-	32
50 a 54	27	40	-	67
45 a 49	32	43	-	75
40 a 44	44	43	1	88
35 a 39	44	42	-	86
30 a 34	44	56	-	100
25 a 29	40	52	-	92
20 a 24	59	65	1	125
15 a 19	55	40	-	95
10 a 14	42	48	-	90
5 a 9	40	41	-	81
0 a 4	46	31	-	77
Total	529	563	2	1.094

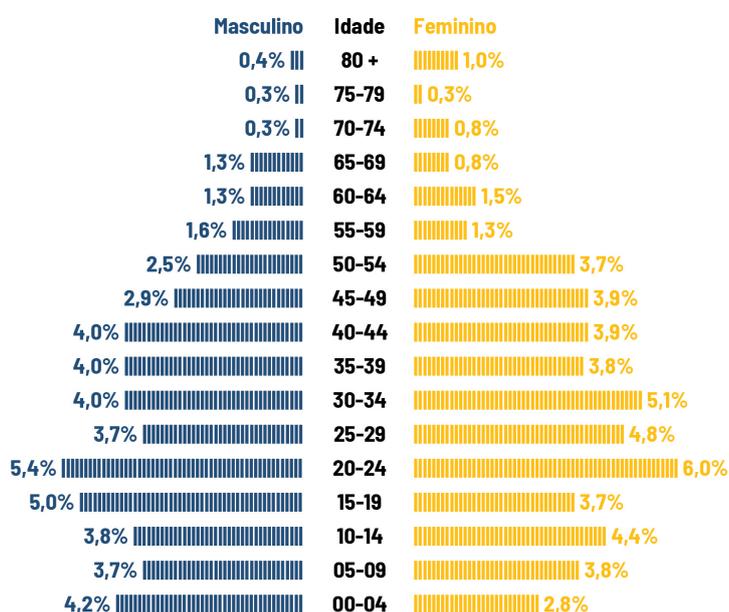
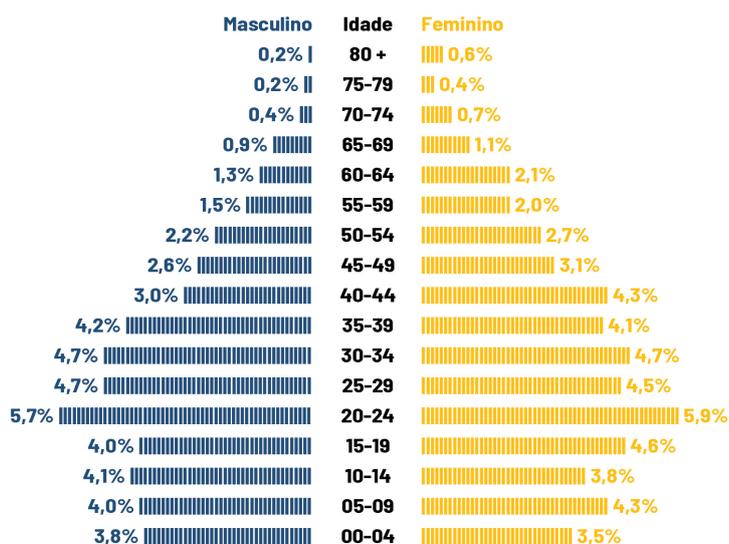


Gráfico 6 - Pirâmide de idade e gênero de São Remo e Sem Terra

Faixa etária	Total			
	Masculino	Feminino	Outro	Total
80 ou mais	14	48	-	62
75 a 79	19	32	-	51
70 a 74	33	61	-	94
65 a 69	78	95	-	173
60 a 64	109	175	-	284
55 a 59	129	171	-	300
50 a 54	187	231	-	418
45 a 49	223	258	-	481
40 a 44	250	360	1	611
35 a 39	359	348	-	707
30 a 34	401	398	-	799
25 a 29	399	383	-	782
20 a 24	486	497	1	984
15 a 19	338	391	-	729
10 a 14	349	320	-	669
5 a 9	335	360	-	695
0 a 4	325	293	-	618
Total	4.034	4.421	2	8.457



An aerial photograph of a densely packed urban neighborhood, showing a grid of buildings and streets. The entire image is overlaid with a semi-transparent yellow filter. The text is positioned in the bottom-left corner.

**SEGUNDA PARTE:
ANÁLISE DE ALGUNS
RESULTADOS**

9. QUESTÕES FUNDIÁRIAS

São Remo e Sem Terra são assentamentos classificados como ZEIS-1, ou Zonas Especiais de Interesse Social (tipo 1). É o Plano Diretor do Município de São Paulo (lei 16.050/14) que define esse tipo de zona em assentamentos precários e informais que precisam ser consolidados e regularizados. Isso porque, para a Secretaria de Habitação do Município (SEHAB), os dois assentamentos são favelas, ou seja, ocupações de terras que, geralmente, surgem de forma espontânea e não seguem um desenho previamente definido de ruas e lotes. Muitas delas são caracterizadas pela autoconstrução e pela ausência de alguns serviços públicos como, por exemplo, de saneamento. A instalação de infraestruturas básicas costuma ser feita após muitas reivindicações, mas não são raros os casos de favelas em que os próprios moradores e moradoras se organizaram para construir instalações próprias, como galerias de esgoto e ligações de água.

Justamente por serem áreas ocupadas, as favelas devem passar por intervenções de regularização fundiária e urbanística. Além de melhorias que garantem serviços básicos e cidadania para as pessoas residentes, a regularização também tem o objetivo de assegurar a posse das famílias ocupantes, reconhecendo seu direito à terra e ao imóvel em que vivem. O processo de regularização é um passo importante para se efetivar o direito à moradia adequada que é garantido a todas as pessoas pela nossa Constituição Federal de 1988 e por leis municipais.

Figura 8 - Vista área dos loteamentos São Remo e Sem Terra

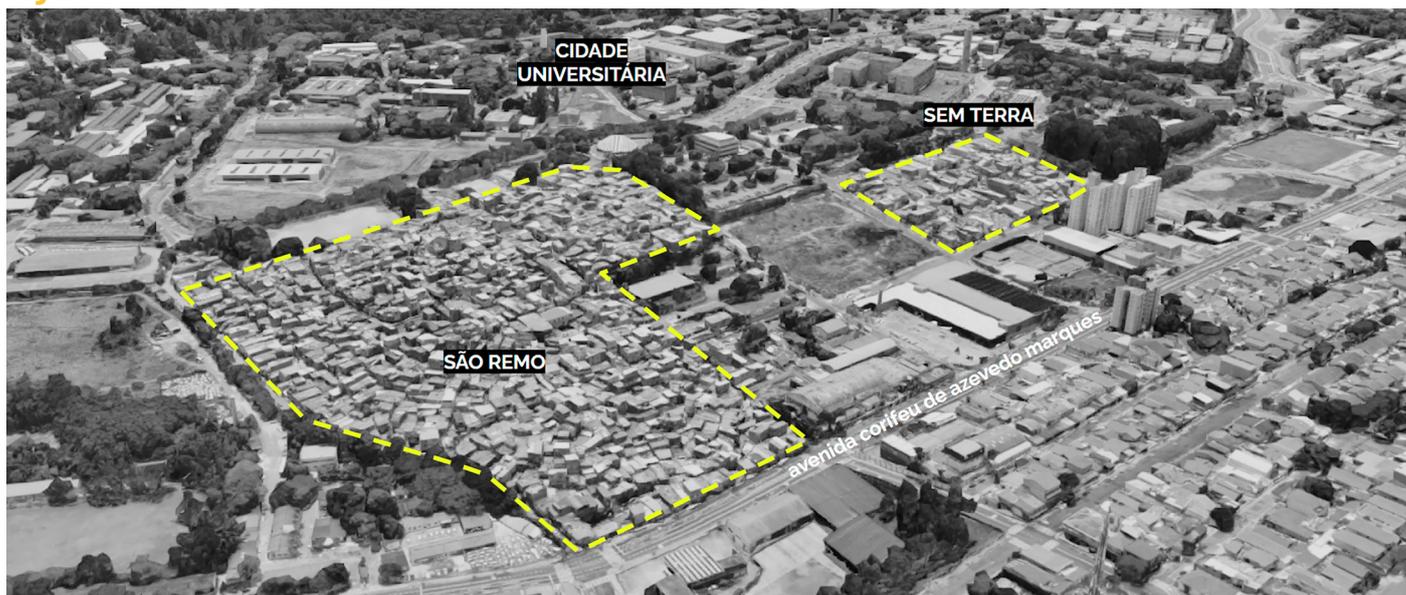
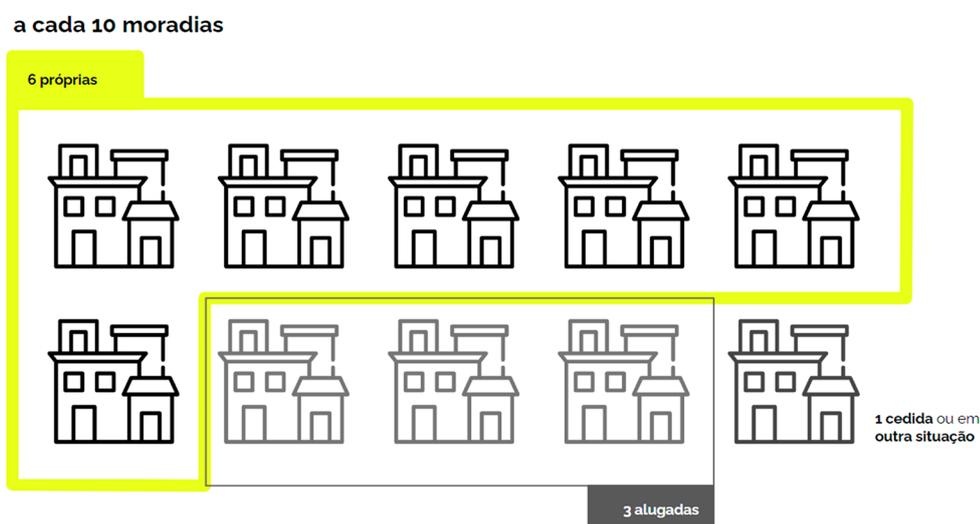


Imagem: Google Maps, 2020.

Conhecer melhor a favela em que se vive é fundamental para entender melhor suas demandas. Pensar quais melhorias, quais investimentos e quais programas públicos devem ser planejados para cada assentamento é um trabalho que exige bastante conhecimento sobre cada localidade. Por essa razão, é importante saber a situação de ocupação dos imóveis (se é alugado, comprado, cedido etc.), já que esse aspecto da moradia de cada família deve ser considerado em um eventual processo de urbanização e/ou de regularização fundiária. Este censo fez um levantamento sobre os imóveis das favelas São Remo e Sem Terra. Os resultados desta pesquisa nos ajudam a fazer um retrato desses dois assentamentos.

Considerando os dois assentamentos juntos, cerca de 61% dos domicílios levantados são “próprios”. Isso quer dizer que a maioria, cerca de 6 (seis) a cada 10 (dez) moradias, já está quitada ou ainda está sendo paga. Os outros 39% dos domicílios podem ser (a) alugados, ou (b) cedidos ou até (c) estar em “outra situação”.

Figura 9 - Condição dos domicílios em relação à propriedade, em São Remo e Sem Terra



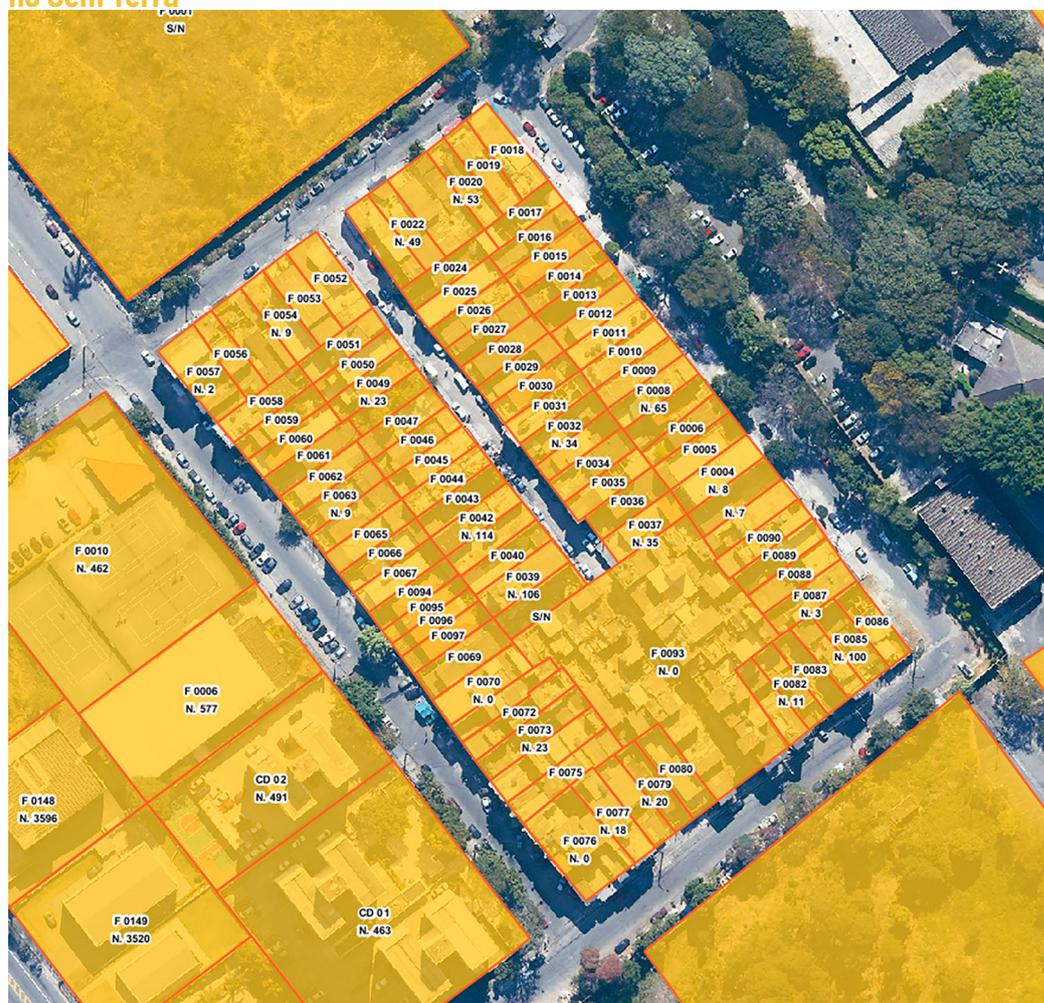
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Dentre os domicílios próprios (quitados ou não), cerca de 70% não têm documento que comprove a posse do imóvel nos dois assentamentos. Isso significa que 7 (sete) em cada 10 (dez) moradias “próprias” não possuem título, escritura, contrato, declaração ou qualquer outro tipo de documentação. Dentre os 1.124 domicílios próprios de São Remo, apenas 335 (22%) têm algum tipo de documento. O mais comum é o registro de “promessa de compra e venda (em cartório)”, mas houve também quem dissesse possuir uma “escritura”, além das pessoas que não especificaram o tipo de documento. Na favela Sem Terra, há 230 domicílios próprios, dos quais 111 (48%) possuem algum documento de posse – uma proporção superior à da favela vizinha. Na Sem Terra, quase metade dos registros também é de “promessa de compra e venda (em cartório)” e quase um terço dos documentos é de “escrituras”. “Título de posse” cedido pelo poder público é o documento que somente 13 domicílios disseram ter nas duas favelas.

Este quadro ajuda a ilustrar a situação dos dois assentamentos que possuem muitos “domicílios próprios”, porém ainda irregulares. Documentos como aqueles identificados pela pesquisa são registros importantes da posse e do vínculo de cada família com o lugar e com sua moradia, mas não são a única forma de garantir a comprovação da posse. A ausência de documentação é apenas um indicativo da situação fundiária local, mas não compromete os direitos das famílias residentes.

Na favela Sem Terra, que ocupa uma área bem menor, os registros da Prefeitura reconhecem a maioria dos imóveis e apresentam uma estrutura fundiária condizente com a ocupação em mais da metade do assentamento. Há, no entanto, um “miolo” (na entrada da Rua Carmine Lourenço Del Gaiso) cujas edificações e vias ainda não foram registradas nas bases do município.

Figura 10 - Divisão de lote registrados nas bases da Prefeitura de São Paulo, no Sem Terra



Nota: A figura mostra como muitos lotes já têm um desenho definido nas bases da Prefeitura. Esse tipo de definição é importante porque é dele que a regularização fundiária parte, mas é necessário mais do que apenas os desenhos para concretizar o processo. No canto inferior direito, é possível verificar o núcleo de domicílios que ainda não foram reconhecidos pela divisão de lotes. Fonte: Geosampa, 2021.

Nas bases da Prefeitura, apenas dois quarteirões da São Remo (entre as ruas Aquianes, Grande Arrozal e Cipotânea) apresentam uma divisão de lotes condizente com a ocupação dos imóveis. Trata-se de uma área com um Auto de Regularização de 1983, onde estão muitas das residências que declararam ter “escritura” ou “título dado pelo governo” como documento comprovante de sua posse. Os demais trechos da São Remo são definidos por grandes lotes (que nada têm a ver com a ocupação existente) ou estão inseridos na grande gleba correspondente à Cidade Universitária (propriedade estadual).

Essa situação demonstra como, apesar de alguns domicílios possuírem documentação de compra e venda, as moradias e a terra que elas ocupam ainda se encontram sem registro na Prefeitura. Esse tipo de observação é importante ser feita, mas é ainda mais importante afirmar que nem sempre o título de propriedade individual (lote a lote, com registro no cartório) é a única forma de regularizar as moradias e garantir a segurança da posse às

peças. Processos de regularização fundiária (regularização da posse da terra) podem ser feitos através de várias estratégias e com uso de vários instrumentos, de modo que a indefinição do lote ou a falta de documentação sejam empecilho ao direito de posse das famílias residentes.

Figura 11 - Divisão de lotes registrados nas bases da Prefeitura de São Paulo, em (parte de) São Remo

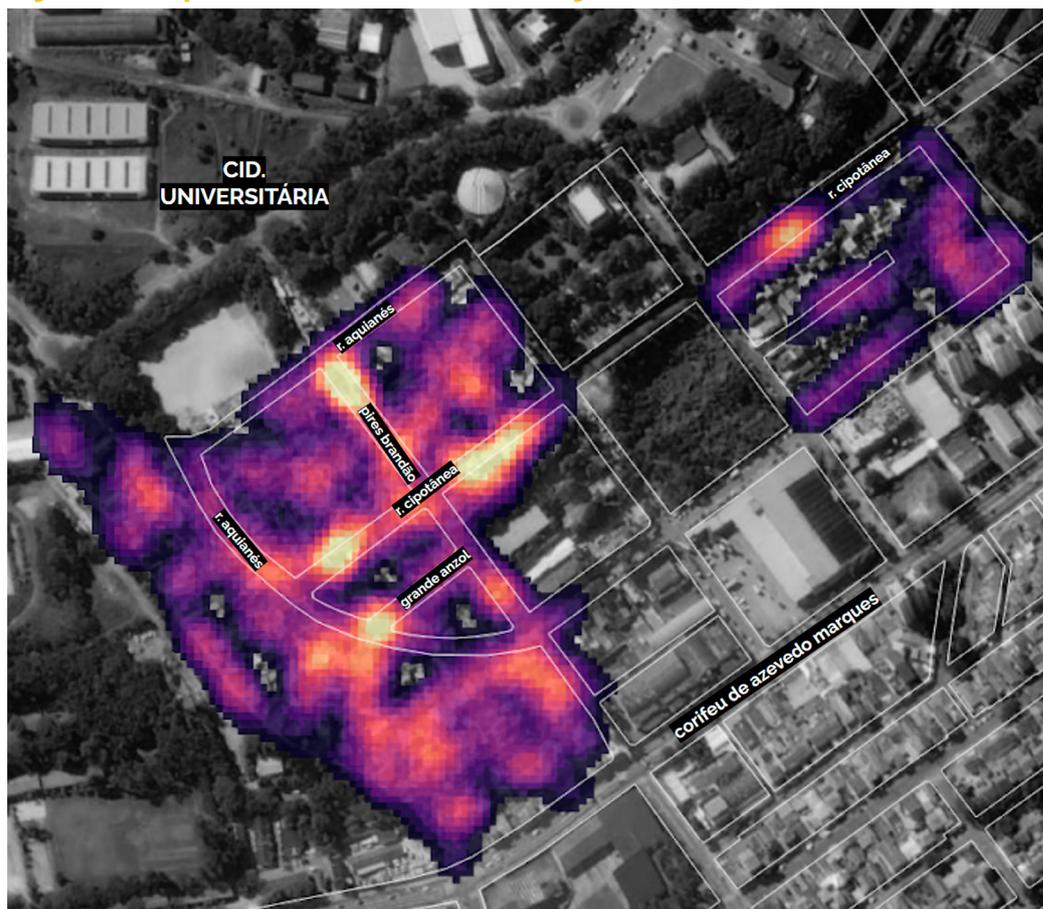


Nota: A figura da esquerda mostra como constam alguns lotes nas bases da Prefeitura. Nesses poucos casos, a divisão é condizente com a ocupação dos imóveis. Na direita, a forma como as moradias ocupam o terreno não é reconhecida pelos registros oficiais. Nas bases do município, todo o quarteirão consta ainda como um único lote. Fonte: Geosampa, 2021.

Na São Remo e na Sem Terra, 34% dos domicílios são de aluguel. Em outras palavras, a cada 10 (dez) moradias, 3 (três) são alugadas. Isso mostra a importância da locação de imóveis para o acesso à moradia nesses dois assentamentos. Dentre os imóveis alugados na São Remo, 55% pertencem a moradores ou moradoras que moram no mesmo território. A proporção na Sem Terra é de 48%. Os números sugerem que parte dos domicílios disponíveis para locação é resultado do investimento local de famílias, que construíram novas moradias, possivelmente, como meio para obter uma renda extra mensal. Mas também é possível que a outra parte disponível para locação corresponda a um mercado de aluguéis bastante ativo, a ponto de estimular pessoas de fora a investir na construção de novos domicílios nas duas favelas.

Há domicílios alugados por toda a extensão das duas favelas, mas existem algumas vias onde eles estão em maior concentração. Na São Remo, as moradias de aluguel se concentram mais ao longo da Rua Cipotânea, em parte da Rua Pires Brandão (próximo à Rua Aquianés) e na Rua Grande Anzol. Na favela Sem Terra, a maior concentração está na Rua Cipotânea. Isso não significa que não haja locação de moradia nas demais vias dos dois assentamentos, mas indica em quais trechos há uma densidade de domicílios alugados acima da média geral das favelas. A locação está muito associada à verticalização da favela, feita a partir da construção de lajes sobre lajes.

Figura 12 - Mapa de calor dos imóveis de aluguel em São Remo e Sem Terra



Nota: Quanto mais intensa a cor (amarela), maior a concentração de domicílios alugados. Quanto mais escura (roxa), menor a concentração de aluguel. A inexistência de cores indica que há muito pouco ou não há imóveis de aluguel. Imagem: Google Maps, 2020.

É importante atentar para o número de domicílios alugados, porque retrata a parcela de famílias residentes que, mesmo não sendo donas do imóvel em que moram, também têm direito de serem atendidas em um eventual processo de urbanização e regularização.

Os imóveis cedidos são apenas 3% nas duas favelas. Não é uma quantidade expressiva, mas retrata situações em que pessoas cedem um imóvel para parentes, familiares ou, às vezes, amigos e amigas morarem. Embora a “cessão” não seja um vínculo como a locação, que envolve pagamentos regulares referentes ao aluguel, ou como do domicílio próprio (comprado e quitado), também os/as residentes de moradias cedidas têm direitos. O fato de pessoas morarem “de favor” não diminui seu vínculo com o local e tampouco reduz seus direitos.

No caso dos domicílios que estão em “outra situação” (não são alugados, nem cedidos e nem próprios), existe uma diferença interessante entre os dois assentamentos. Embora sejam a minoria na São Remo (menos de 1% do total de moradias), os domicílios em “outra situação” se dividem entre uma variedade de situações. Quase metade deles reconhece estar em “ocupação” ou “invasão”. É uma fração pequena diante da imensidão de imóveis em área pública, mas coincide, justamente, com o terreno na divisa com a Cidade Universitária, que é de propriedade estadual. No caso da favela Sem Terra, a proporção de domicílios em “outra situação” é um pouco maior, 3%, porém poucos apontam a situação de irregularidade de “ocupação” ou “invasão” – alguns deles estão na entrada da Rua Carmine Lourenço Del Gaiso, onde não consta divisão de lotes nas bases da Prefeitura.

Figura 13 - Mapa de calor dos imóveis declarados em situação de ocupação, invasão e outras em São Remo e Sem Terra



Nota: Quanto mais intensa a cor (amarela), maior a concentração de domicílios nesta situação. Quanto mais escura (roxa), menor a concentração. Neste caso, a inexistência de cores indica que não há imóveis na situação mapeada. Imagem: Google Maps, 2020.

10. SERVIÇOS URBANOS

Água, esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia são serviços básicos que conferem dignidade à população de qualquer território da cidade, seja ele um bairro de luxo ou uma favela. A implantação de infraestruturas urbanas e a adequada prestação desses serviços são, portanto, formas de garantir direitos e cidadania. Por essa razão, é importante analisar as condições de saneamento básico e de distribuição de energia elétrica nas favelas São Remo e Sem Terra.

10.1. ÁGUA

Sem Terra e São Remo têm realidades relativamente diferentes quanto ao abastecimento de água. Enquanto 92,3% dos domicílios de São Remo estão conectados à rede da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), apenas 79,6% das moradias da favela Sem Terra possuem ligação. Somente uma parte dos domicílios que não possuem conexão com a rede da concessionária especificou o modo como obtêm água encanada, sendo que ligações irregulares, “sem relógio”, “direto da rua” e “rede tipo gato” foram as respostas mais comuns.

Há domicílios sem ligação com a rede em várias áreas da favela São Remo, mas a maior concentração deles está nas vielas da parte baixa, circunscrita pelas Rua Catumbi, Av. São Remo, R. Pires Brandão e Av. Corifeu de Azevedo Marques. Na favela Sem Terra, a maioria dos domicílios sem ligação de água também se concentra nas vielas transversais à rua principal (Carmine Lourenço Del Gaiso).

A cobertura da rede de água, no entanto, não é suficiente para avaliar a qualidade deste serviço básico. Mais da metade dos domicílios ligados à rede da SABESP têm problemas no fornecimento de água (55% na São Remo e 59% na Sem Terra), sendo que muitos deles alegam que a falta d’água ocorre todos os dias do mês.

10.2. ESGOTO

A coleta de esgotamento sanitário é um dos serviços mais importantes, porque garante a segurança e a saúde da população residente. No entanto, apenas 72,6% dos domicílios da São Remo e 79,6% da Sem Terra possuem ligação à rede da SABESP. Isso significa que, de cada 10 moradias, 2 da Sem Terra e quase 3 da São Remo despejam seu esgoto de forma inadequada. Alguns domicílios utilizam fossas sépticas e outros lançam o esgoto doméstico em “rede clandestina”. Mas a maioria das casas desconectadas despeja seu esgotamento direto em córrego ou em vala a céu aberto. Na São Remo, são 311 domicílios nessas condições, justamente aqueles que se concentram na parte baixa da favela, às margens do córrego paralelo à Avenida Corifeu de Azevedo Marques, afluente do córrego Jaguaré.

Figura 14 - Domicílios que não possuem ligação à rede da SABESP e que despejam seu esgoto doméstico no córrego, em São Remo e Sem Terra

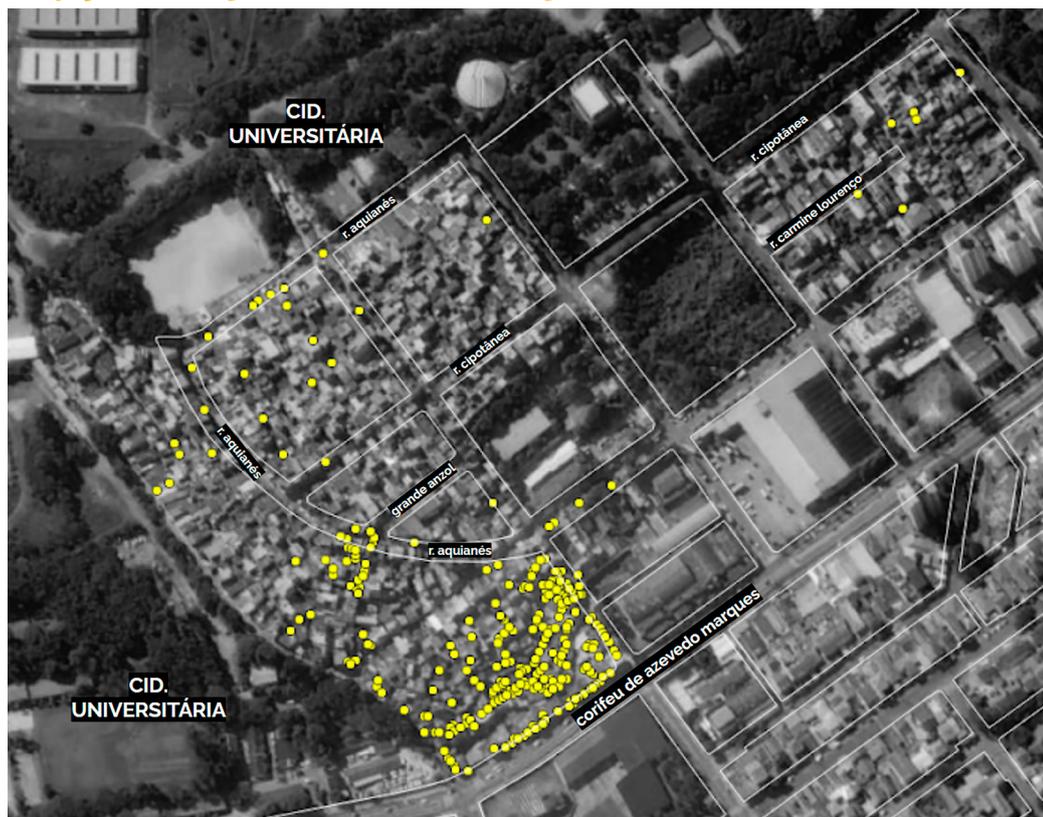


Imagem: Google Maps, 2020.

10.3. COLETA DE LIXO

Quanto à coleta de lixo, as realidades dos territórios pesquisados na zona leste parecem ser diferentes. Na Sem Terra, cerca de metade dos domicílios (49,4%) possui coleta de lixo na porta e a outra metade (48,3%) precisa depositar seus resíduos em local específico para serem coletados. Na favela São Remo, 1 a cada 5 moradias (21,2%) possui coleta domiciliar, enquanto 73,3% depositam o lixo em local indicado.

A não coleta domiciliar de lixo (na porta das casas) pode estar relacionada às condições do sistema viário muito estreito (como em becos e vielas), que talvez inviabilize o tráfego de veículos que prestam este serviço.

Mesmo domicílios localizados em vias pelas quais trafegam automóveis, como os situados nas ruas Cipotânea e Pires Brandão (na São Remo), não possuem coleta na porta de casa. Isso porque estas vias não têm largura para o tráfego de veículos que prestam o serviço de coleta de lixo domiciliar (geralmente caminhões ou caminhonetes com caçamba).

Figura 15 - Domicílios que possuem coleta de lixo na porta de casa, em São Remo e Sem Terra



Imagem: Google Maps, 2020.

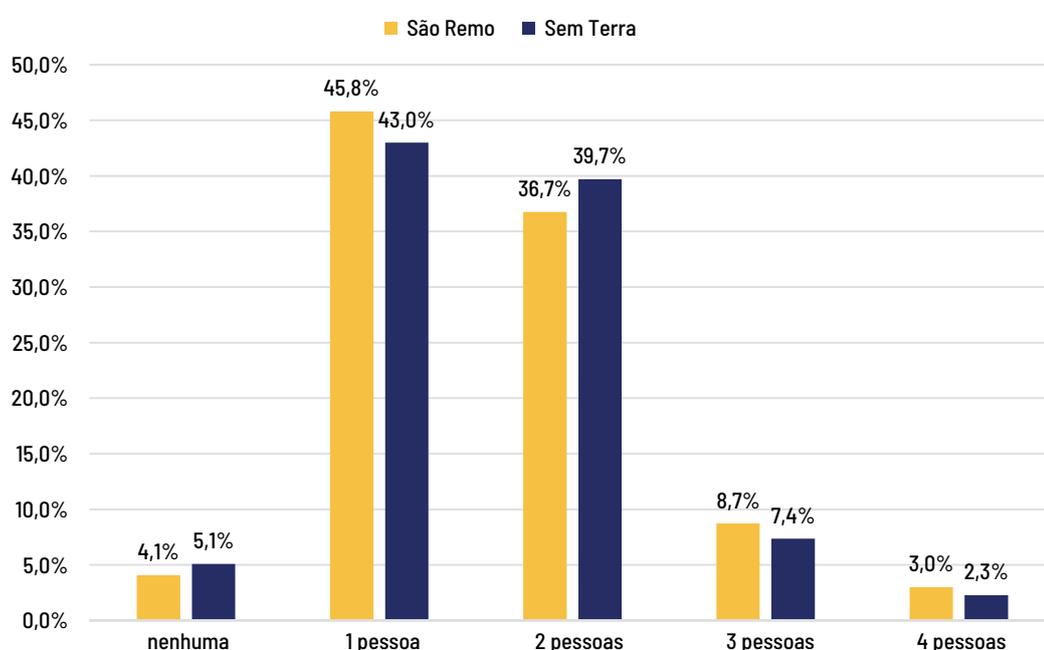
10.4. ENERGIA ELÉTRICA

De cada 4 domicílios da São Remo, 1 tem problemas com o fornecimento de energia elétrica (27,5% do total). Na Sem Terra, esta proporção é de 1 para cada 5 moradias (20,1%). Faltas frequentes no fornecimento de luz, oscilações na rede ou queda de energia durante chuvas fortes são os problemas mais recorrentes. Este parece ser um tipo de problema generalizado nas duas favelas, e pode estar relacionado a defeitos na própria infraestrutura elétrica ou no serviço prestado pela concessionária de energia.

11. TRABALHO E RENDA

Neste item, observaremos dados referentes ao trabalho e à renda nas favelas São Remo e Sem Terra, localizadas na zona oeste da cidade de São Paulo. O objetivo é traçar um quadro da vida dos moradores dessas favelas para que possamos conhecê-los mais e com isso disponibilizar dados e análises para serem utilizados no sentido de melhorar os indicadores sociais aqui apresentados.

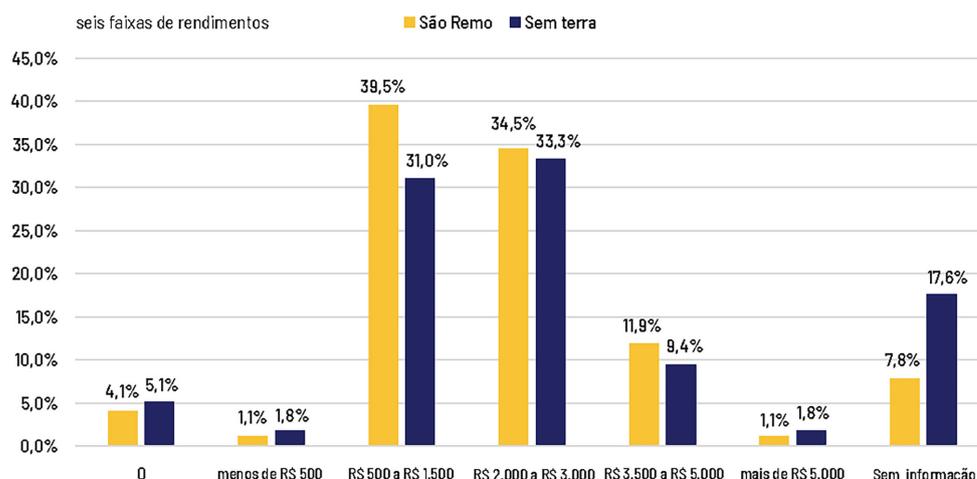
Gráfico 7 - Número de pessoas com rendimento por domicílio



O Gráfico 7 indica que nas favelas analisadas a maior parte da renda nos domicílios provém de um ou dois moradores apenas. Assim, enquanto em São Remo 45,8% da renda é gerada por apenas um morador, na favela Sem Terra esse percentual é de 43%. Quando observamos os dados sobre domicílios sustentados por 2 pessoas temos em São Remo 36,7% e em Sem Terra 39,7%, um percentual pouco maior de domicílios nessa condição.

Ao considerarmos esses percentuais em conjunto, podemos dizer que em 82,5% dos domicílios de São Remo o rendimento domiciliar é gerado por até 2 pessoas; já em Sem Terra, 82,7% dos domicílios estão na mesma condição. Seria oportuno refletir um pouco sobre o que representam esses dados em termos de geração de níveis de bem-estar social menos ou mais elevados a partir das faixas de renda.

Gráfico 8 – Total relativo de domicílios segundo o rendimento domiciliar por faixa de renda



O Gráfico 8 apresenta a renda domiciliar a partir de seis faixas que variam entre os domicílios sem rendimento até aqueles cujo valor ultrapassa R\$ 5.000,00. Ela nos ajuda a identificar quais são as faixas de renda mais comuns nas favelas de São Remo e Sem Terra e isso é importante pois pode servir como parâmetro na orientação de programas de proteção e de complementação de renda familiar.

Destacamos de início a concentração da renda nas faixas entre R\$ 500,00 e R\$ 1.500,00 (terceira) e na faixa que vai de R\$ 2.000,00 até R\$ 3.000,00 (quarta), em ambas as favelas. Isso, portanto, significa uma concentração da ordem de 74% em São Remo e 64,3% em Sem Terra, na terceira e quarta faixa de renda somadas, ou seja, entre R\$ 500,00 e R\$3.000,00.

Se transformarmos esses valores em termos de salário-mínimo, podemos dizer que o rendimento da maioria dos domicílios dessas favelas se concentra entre meio e três salários mínimos, em valores de 2019, ou seja, R\$ 998,00. Porém, destacamos que é considerável o percentual de domicílios cuja faixa de rendimentos se localiza entre R\$ 500,00 e R\$ 1.500,00, ou seja, entre meio e um salário e meio, em valores aproximados. Em São Remo, temos nessa faixa 39,5% dos domicílios e em Sem Terra, 31%. Esse é um dado significativo, pois aponta para possíveis limitações financeiras impostas à vida das pessoas que moram nas duas favelas analisadas.

Para termos uma ideia aproximada dessas dificuldades podemos comparar tais rendimentos com o valor de uma cesta básica na cidade de São Paulo para o ano de 2019. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o valor da cesta básica chegou a R\$ 506,50,¹ ou seja, valor que ultrapassa ou consome mais de um terço dos rendimentos domiciliares da terceira faixa de renda apresentada no Gráfico 8. Mesmo aqueles que se encontram na faixa seguinte (R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00) não escapam das possíveis dificuldades financeiras, pois, assim como os outros, ficam abaixo da renda média domiciliar da cidade de São Paulo que é de R\$ 3.443,00.²

1 Informação disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2019/201912ces-tabasica.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.

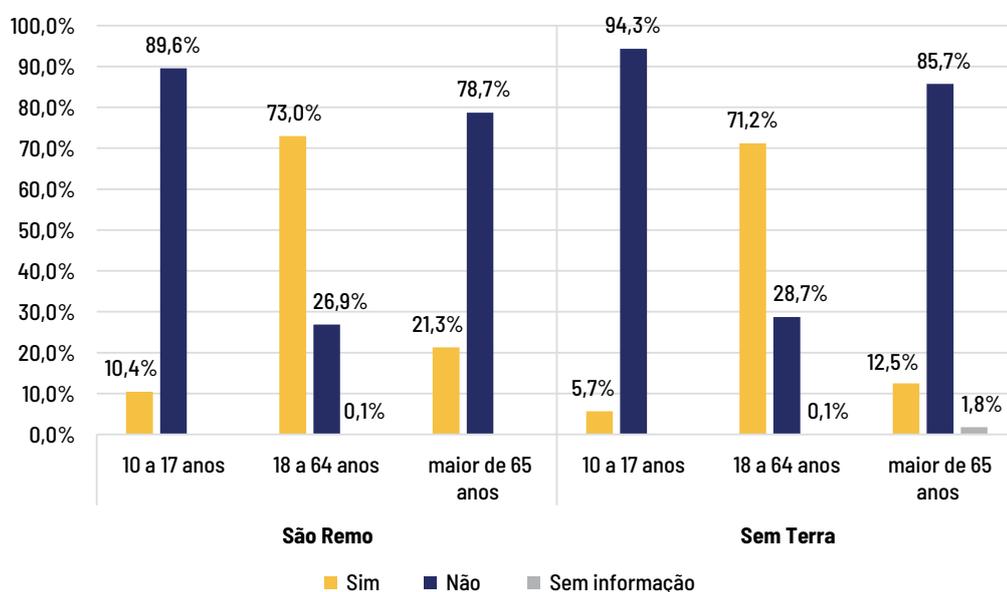
2 Dado disponível em: www.trabalho.seade.gov.br. Acesso em: 27 jul.2021.

Acima dessa média estão os domicílios cuja renda varia entre R\$3.500,00 e R\$ 5.000,00, ou seja, 11,9% em São Remo e 9,4% no Sem Terra e aqueles que constituem pouco mais de 1%, que se localizam na faixa de R\$ 5.000,00.

Desse modo, tendo como referência a média de rendimento por domicílio na cidade de São Paulo e usando como parâmetro o valor da cesta básica – poderíamos ter incluído transporte, roupas, aluguel, remédios, educação, entre outras despesas essenciais – fica evidente que os moradores de São Remo e Sem Terra têm dificuldades concretas para manter suas famílias dentro de um padrão razoável de bem-estar social.

Os gráficos a seguir tratam basicamente dos vínculos de trabalho dos moradores. Os dados foram agrupados em três faixas etárias: a) 10 a 17 anos de idade, englobando crianças e adolescentes; b) 18 a 64 anos de idade, em que se localizam os adultos; e c) 65 anos ou mais, considerando os moradores idosos. Começamos por discutir o percentual de cada faixa etária a partir da questão se os moradores tinham trabalho remunerado no momento da pesquisa.

Gráfico 9- Trabalho remunerado atualmente



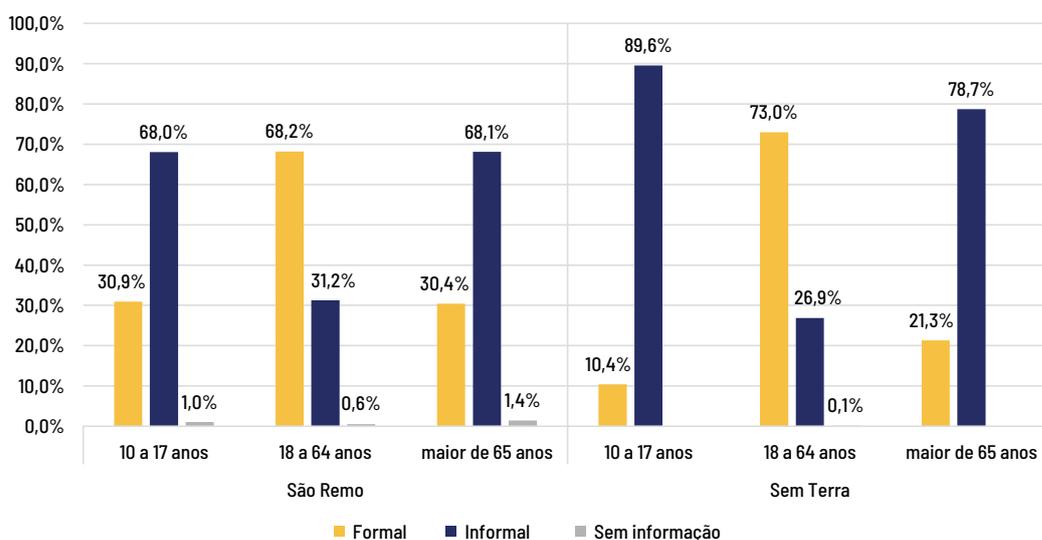
No Gráfico 9 o primeiro dado a chamar atenção é que na faixa etária de 18 a 64 anos, ambas as favelas têm taxa superior a 70% de pessoas exercendo trabalho remunerado no período da pesquisa (anterior à pandemia do coronavírus). No entanto, há uma pequena diferença de 1,8 ponto percentual em favor de São Remo. Esse é um dado relevante, pois se refere a faixa etária mais produtiva em termos de trabalho e renda, por isso um percentual acima de 70% de pessoas com trabalho remunerado é importante para as comunidades. A questão é que a renda por domicílio, como vimos no Gráfico 8, não é alta, pelo contrário, a faixa de renda preponderante se concentra entre meio e três salários mínimos. Isso significa que, mesmo a maior parte dos moradores tendo trabalho remunerado, ainda encontrará dificuldades financeiras consideráveis.

Na faixa etária em que se concentram as pessoas acima de 65 anos, o percentual de pessoas com trabalho remunerado em São Remo é de 21,3%, ou seja, 8,8 pontos percentuais acima da taxa de Sem Terra, que fica em 12,5%. Esse também é um dado importante já que muitas casas contam com a remuneração e o trabalho das pessoas nessa faixa etária para se manter.

Por fim, quando observamos os mais jovens, percebemos que o percentual de crianças e adolescentes que têm trabalho remunerado é alto, o que pode configurar trabalho infantil. Isso porque em São Remo o percentual de crianças e adolescentes na faixa etária que vai dos 10 aos 17 anos de idade com trabalho remunerado chega a 10,4%. Em São Remo esse percentual é de 5,7%.

São percentuais acima da taxa brasileira para o ano de 2019, que ficou em 4,6%, segundo o governo federal (CUNHA, 2020). Esses são dados preocupantes, pois crianças e adolescentes são colocadas em situação de vulnerabilidade social e o trabalho precoce concorre com a escola, por exemplo. Significa também que muitas famílias são obrigadas, por conta de suas condições financeiras, a aceitar que suas crianças e adolescentes trabalhem muito cedo. Seja como for, o trabalho infantil é sempre uma questão socioeconômica que precisa ser tratada com a máxima urgência para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

Gráfico 10 - Trabalho remunerado formal ou informal



O Gráfico 10 trata da questão do trabalho remunerado sob o ponto de vista de seu vínculo empregatício. Assim, os dados apresentados aqui dizem respeito aos percentuais para cada uma das três faixas etárias, considerando, como trabalho formal, o vínculo com carteira assinada ou outro tipo de contrato e, informal, aquele sem contrato algum.

De acordo com Alvarenga (2021), os dados da PNAD de 2019 revelam que a força de trabalho no Brasil foi estimada em 106,2 milhões de pessoas, destas, 94,6 milhões estavam ocupadas e cerca de 11 milhões estavam desocupadas.³ Dos ocupados, 55,4 milhões tinham trabalho formal, sendo que destes, 33,2 milhões estavam empregados com carteira assinada e outros 11,58 milhões trabalhavam sem carteira assinada, todos no setor privado. Completando este quadro, 38 milhões de brasileiros estavam no mercado informal.

Assim, olhando para a faixa etária adulta (18-64 anos), do ponto de vista do trabalho, tanto em São Remo (68,2%) quanto Sem Terra (73%) a maior parte dos moradores tem trabalho remunerado formal. E há uma leve diferença, da ordem de 4,8 pontos percentuais.

3 Para acesso aos dados completos, ver: IBGE. Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2019. 14 fev. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_4tri.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

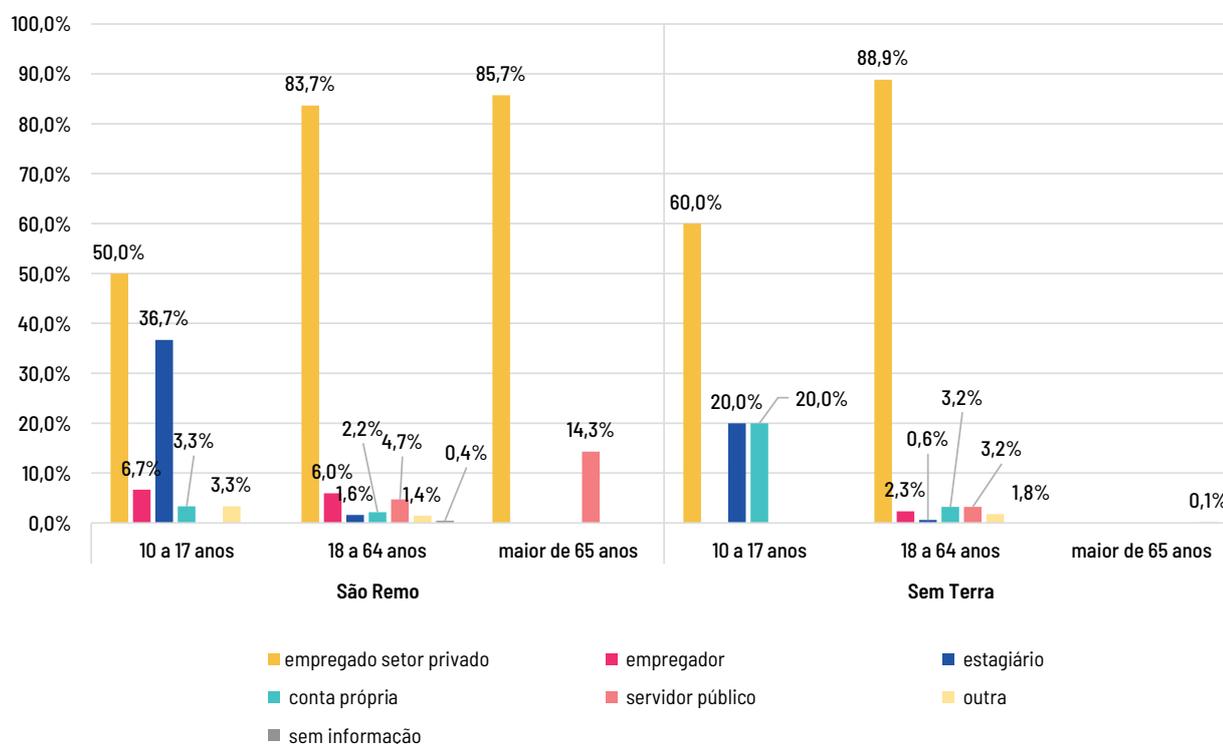
tuais, em favor de Sem Terra nessa faixa etária. É importante ressaltar ainda que a taxa de ocupação formal nessas favelas é um pouco inferior à taxa nacional, pois segundo o IBGE, 74% da população em idade de trabalhar tinha trabalho formal no final de 2019.⁴

Percebemos também que a relação entre trabalho formal e informal se modifica nas demais faixas etárias. O ponto de atenção está na faixa etária das crianças e adolescentes, em ambas as favelas, pois em São Remo, por exemplo, dentro dos 10,4% (Gráfico 9) com trabalho remunerado, 68% têm emprego informal e apenas 30,9% têm vínculo formal – muito provavelmente, nesta categoria se encontram os “aprendizes”, permitido por lei – o que significa maior fragilidade social. Em Sem Terra, dos 5,7% de crianças e adolescentes com trabalho remunerado, 10,4% têm trabalho formal e 89,6%, tem vínculo informal com o trabalho.

Assim, embora o percentual de crianças e adolescentes trabalhadores seja menor em Sem Terra, há uma maior concentração do trabalho na modalidade informal, o que também configura um caso de fragilidade social importante.

Com relação à população idosa, em São Remo, dos 21,3% que possuem trabalho remunerado, 30,4% estão empregados formalmente e 68,1%⁵ trabalham sem vínculo formal. Em Sem Terra, dos 12,5% de idosos que trabalham de forma remunerada, 21,3% mantém vínculo formal e 78,7% estão na informalidade. Embora Sem Terra tenha um percentual menor de idosos trabalhando, há maior concentração desse trabalho na modalidade informal, como no caso das crianças e adolescentes. No próximo gráfico, observaremos o tipo de trabalho formal exercido pelos moradores das duas favelas.

Gráfico 11 - Tipo de vínculo do trabalho formal



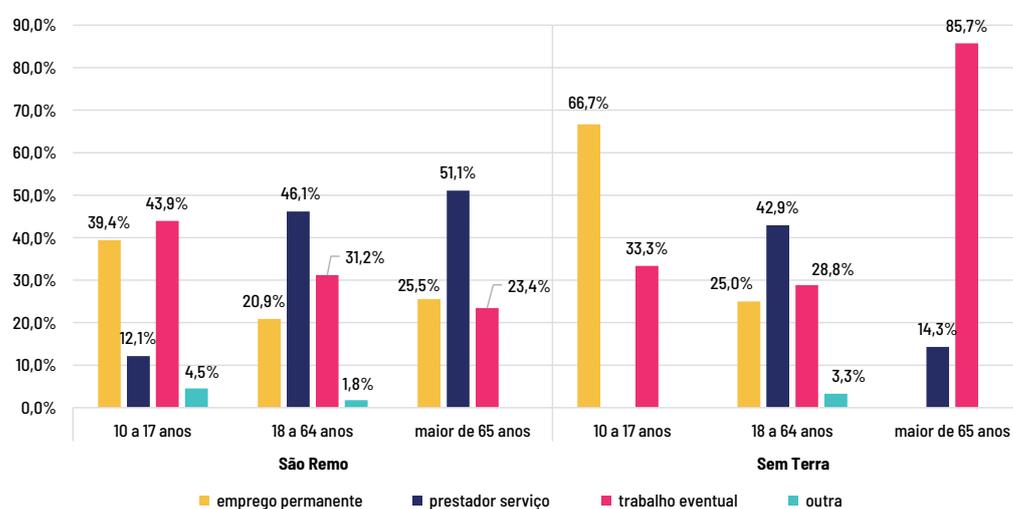
4 IBGE. Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2019. 14 fev. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_4tri.pdf. Acessado em: 29 jun. 2021.

5 Na pesquisa não foi possível identificar cerca de 1,5 % do tipo de vínculo trabalhista para esse grupo.

A primeira constatação que pode ser feita a partir do Gráfico 11 é que a maioria dos trabalhadores em São Remo e Sem Terra que têm emprego formal está alocada no setor privado. Por isso, temos, na faixa dos adultos (18 a 64 anos), perto de 85% dos trabalhadores e trabalhadoras na categoria “empregados no setor privado”. Dentre os mais jovens também ocorre o mesmo, pois nas duas favelas o percentual dos que têm entre 10 e 17 anos com trabalho formal no setor privado está acima dos 50%. Nesse grupo, merece destaque o percentual de “estagiários” apontado no gráfico 11. Em São Remo eles correspondem a 36,7% dos trabalhadores nessa faixa etária com trabalho formal e no Sem Terra, 20%.

No Gráfico 12, temos dados para o grupo de trabalhadores e trabalhadoras informais por tipo de vínculo com o trabalho que exercem. Como uma boa parte dos grupos mais vulneráveis, como as crianças, adolescentes e idosos, mantém vínculos com o trabalho informal (Gráfico 10), é importante olharmos para a relação entre informalidade e o tipo de vínculo.

Gráfico 12- Trabalho informal por tipo de vínculo

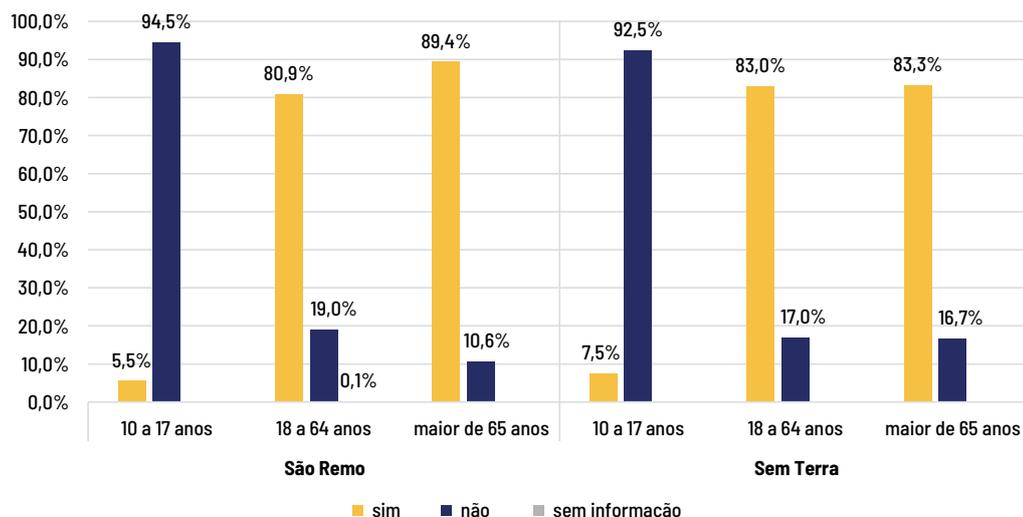


À primeira vista, chama a atenção o fato de que entre as crianças e adolescentes com trabalho informal remunerado, quase 40% em São Remo e mais de 66% em Sem Terra, têm vínculo permanente com o trabalho. Embora na primeira favela, a maior parte das crianças e adolescentes, cujo vínculo com o trabalho é informal, só trabalhe eventualmente (43,9%). O que pode significar maior fragilidade e precariedade social.

Entre os adultos, a maior parte se vincula como “prestador de serviço”, é assim em São Remo, com mais de 46% dos trabalhadores informais, e em Sem Terra, com mais de 42% das pessoas nessa mesma condição. Em seguida, nesse mesmo grupo, vem o “trabalho eventual” como segundo nível de ocupação, sendo em São Remo 31% e em Sem Terra quase 29% dos trabalhadores e trabalhadoras dessa faixa etária.

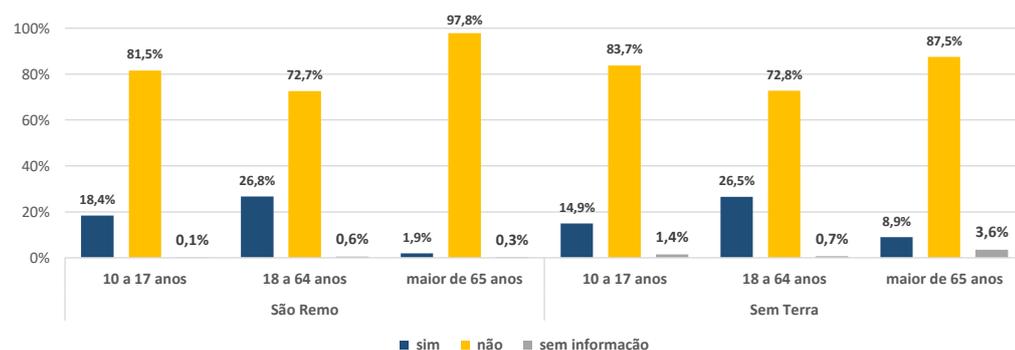
Por fim, merece destaque o percentual elevado de idosos vivendo em Sem Terra que têm trabalho eventual, ou seja, 85,7% daqueles com trabalho remunerado informal. Observando esses dados mais de perto inferimos maiores dificuldades socioeconômicas justamente nos grupos mais vulneráveis: crianças e adolescentes e idosos, por estarem mais expostos às inseguranças e instabilidades geradas pelo trabalho informal.

Gráfico 13- Se está sem trabalho remunerado, já trabalhou?



No Gráfico 13 aparecem os dados dos moradores que estavam sem trabalho remunerado à época da pesquisa e a indagação feita foi se já haviam exercido trabalho remunerado antes. Como fica evidente, as parcelas mais jovens são aquelas que menos tiveram experiências anteriores de trabalho, embora mereça destaque o percentual de crianças e adolescentes em Sem Terra com alguma experiência de trabalho. Nesse grupo, chega a 7,5%, um pouco acima do percentual do mesmo grupo etário em São Remo. Essa é mais uma evidência do trabalho infantil que atinge as populações dessas favelas estando acima da taxa brasileira, que em 2019 foi de 4,6%.⁶ Nas demais faixas etárias, fica evidente que a maioria dos moradores em ambas as favelas já teve experiências anteriores com o trabalho remunerado.

Gráfico 14 - Procura por trabalho independentemente se já tem trabalho remunerado

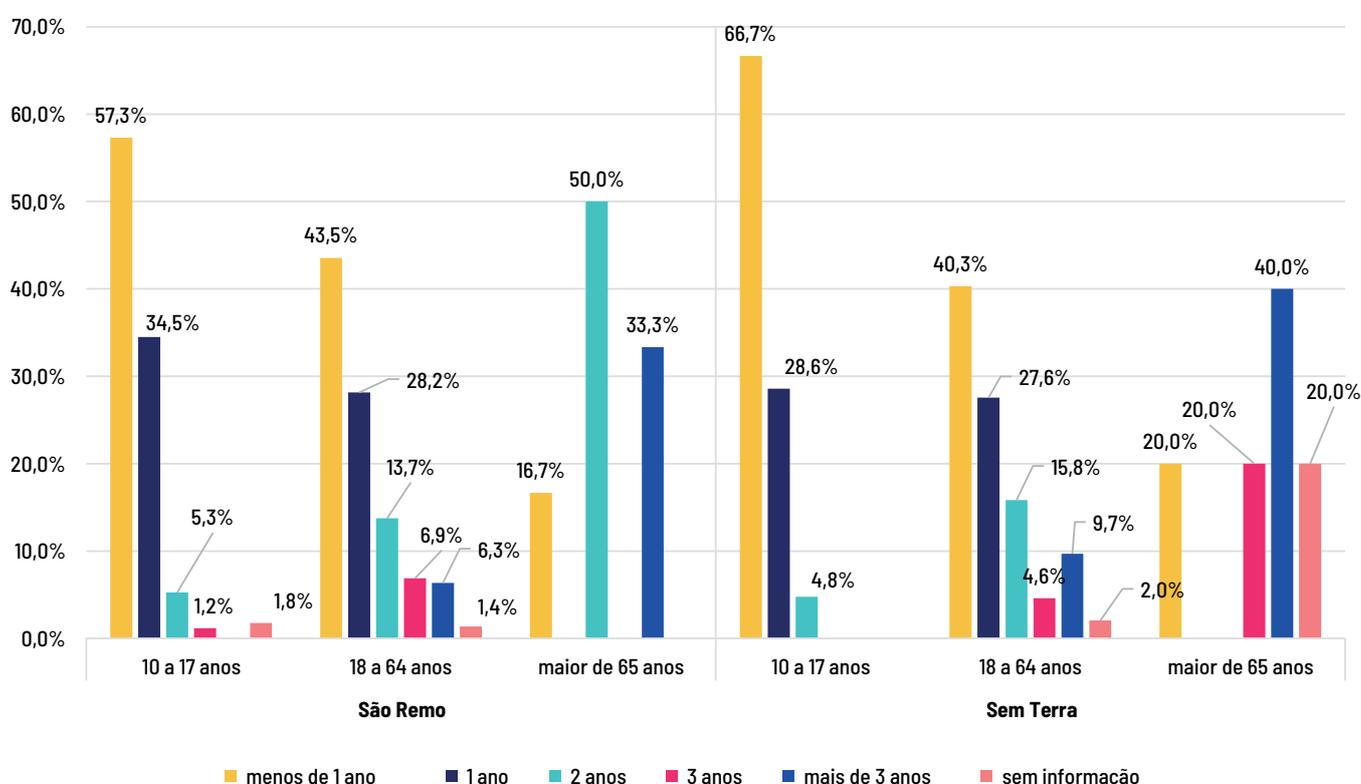


6 IBGE. Agência IBGE notícias. Em 2019, havia 1,8 milhão de crianças em situação de trabalho infantil no país, com queda de 16,8%, frente a 2016. Publicado em 17 dez. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releas-es/29737-em-2019-havia-1-8-milhao-de-criancas-em-situacao-de-trabalho-infantil-no-pais-com-queda-de-16-8-frente-a-2016>. Acesso em: 22 ago. 2021.

O Gráfico 14 mostra dados sobre a procura dos moradores de São Remo e Sem Terra por trabalho independentemente se eles já têm ou não um trabalho remunerado. Desse modo, podemos verificar que a maioria, em todas as faixas etárias, não está em busca de trabalho. Mas não deixa de ser significativo o percentual daqueles que procuram trabalho, sobretudo, no grupo adulto (18 a 64 anos), justamente o grupo cujo percentual de trabalho remunerado é mais alto (Gráfico 9). Em São Remo, esse percentual chega a 26,8% e, em Sem Terra, 26,5%. Mais uma vez, chama a atenção o grupo de crianças e adolescentes que está em busca de trabalho remunerado: em São Remo, 18,4% e, em Sem Terra, 14,9%.

No Gráfico 15, poderemos ver dados complementares a esses, pois observaremos dados relativos ao tempo de busca por trabalho independentemente se a pessoa já tem ou não trabalho.

Gráfico 15- Tempo (em anos) de procura por trabalho

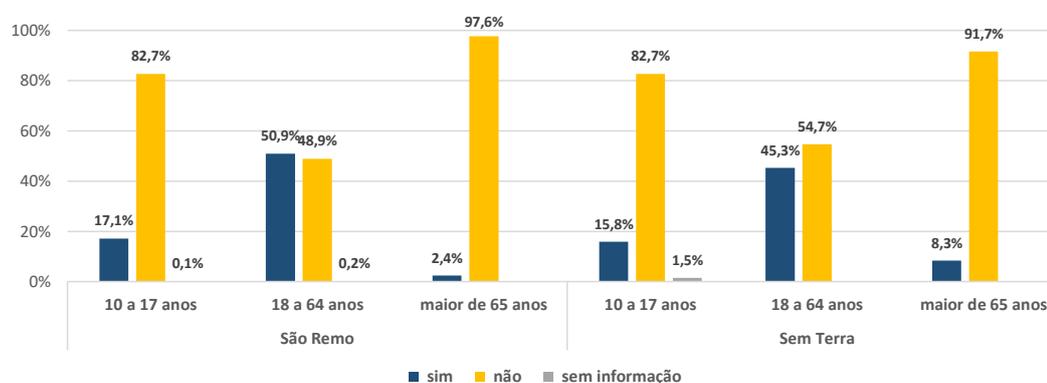


O Gráfico 15, apresenta dados referentes ao tempo de busca por trabalho por parte das pessoas com ou sem trabalho. Assim, verificamos que a maioria delas, em todas as faixas etárias, procura por trabalho há menos de um ano ou até um ano. Essa busca é mais intensa na faixa etária mais jovem, talvez a que tenha mais dificuldades de encontrar trabalho por conta justamente de sua inexperiência.

A verdade é que esses dados se aproximam dos dados do IBGE para o Brasil em 2019, pois, segundo eles, 38% dos que procuram emprego o fazem há menos de um ano. Como podemos ver, o percentual dos que procuram trabalho há menos de um ano é superior à média nacional.

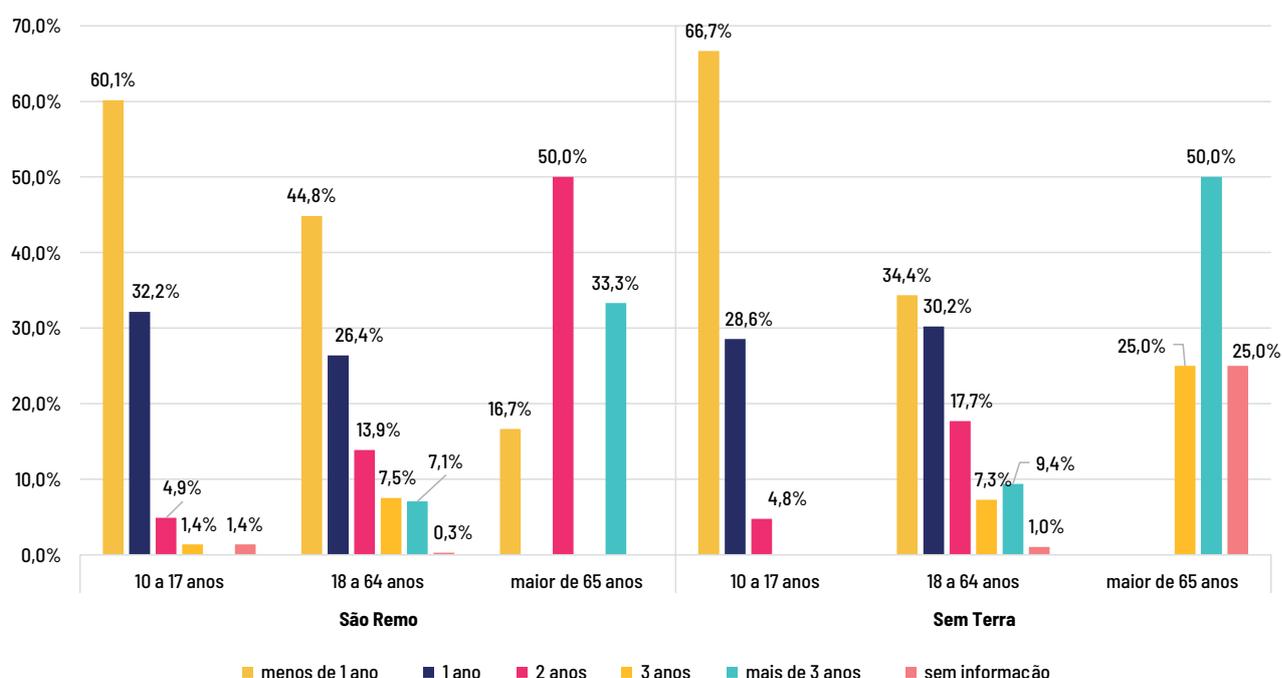
Mas chama a atenção também os percentuais dos que buscam trabalho por um ano, por isso se considerarmos em conjunto esses dois grupos, temos o maior contingente de moradores de São Remo e Sem Terra nessa condição. No próximo gráfico, observaremos mais de perto os percentuais por faixa etária das pessoas que não estão trabalhando e buscam trabalho remunerado.

Gráfico 16 - Procura por trabalho remunerado entre pessoas que não estão trabalhando



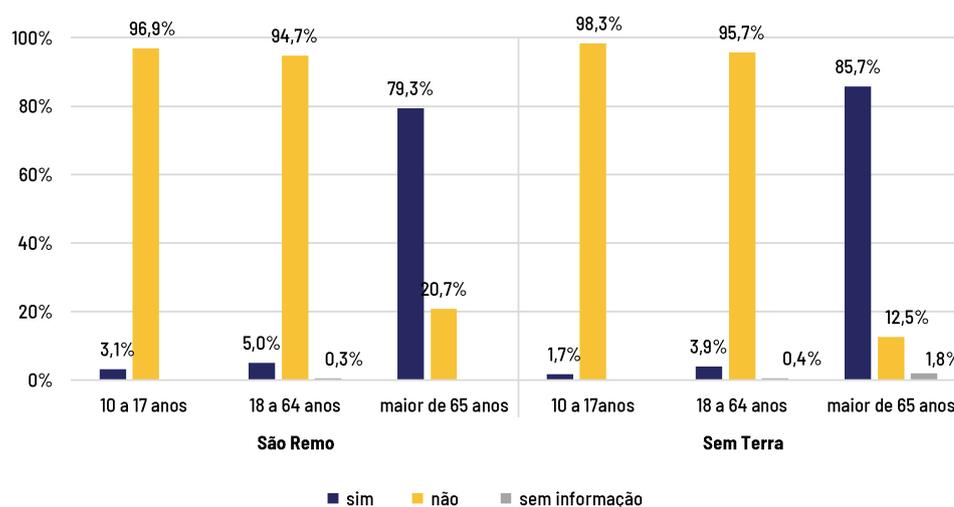
Os dados apresentados no Gráfico 16 apontam que o grupo que mais busca por trabalho se encontra na faixa etária adulta (18 a 64 anos), onde há uma espécie de equilíbrio entre os que buscam trabalho e os que não estão nessa procura. Muito embora, em Sem Terra, o percentual dos que não buscam trabalho seja superior em mais de nove pontos em relação aos que não estão trabalhando e buscam trabalho remunerado. Nas outras duas faixas etárias a proporção dos que não procuram trabalho é bem maior.

Gráfico 17- Tempo (em anos) de procura de trabalho entre os que estão à procura e sem trabalho



No Gráfico 17, temos os dados referentes ao tempo de procura por trabalho dos que não estão trabalhando. Esses grupos, na maioria dos casos, também procuram trabalho entre menos de um ano e um ano. A exceção a essa regra se localiza no grupo dos idosos, em que a busca por trabalho é mais longa, já que em São Remo a procura por trabalho se concentra nos dois anos e depois em mais de três anos. Em Sem Terra, no mesmo grupo o maior percentual se concentra na busca por trabalho por mais de três anos. Esses são dados importantes na medida em que revelam uma dificuldade adicional para os idosos que buscam trabalho, pois quanto mais tempo longe do mercado de trabalho mais difícil fica de se conseguir uma colocação.

Gráfico 18 - Aposentados e pensionistas



O Brasil tinha cerca de 14% de aposentados e pensionistas em 2019, segundo dados do IBGE. Dentro desse grupo, os idosos com mais de 60 anos de idade são maioria, embora 57% deles continuem trabalhando para completar a renda familiar (PESQUISAS FPA, 2020). No caso de São Remo e Sem Terra, constatamos que a maioria dos idosos já se aposentou, no primeiro caso esse percentual é de 79,3% e no segundo, 85,7%. Esse certamente é um dado importante para as famílias de ambas as favelas, pois significa uma renda constante e certa. Muito embora, como vimos no Gráfico 8, a renda domiciliar da maioria das casas gire em torno de um ou dois salários mínimos.

Por tudo que vimos até aqui, no que diz respeito à renda e trabalho, fica evidente que os moradores das favelas São Remo e Sem Terra têm dificuldades maiores do que os moradores de áreas mais abastadas da cidade de São Paulo. Como demonstrado neste estudo, a renda por domicílio, baixa para a maioria dos casos, o tipo de trabalho, o nível de desocupação e a informalidade não oferecerem perspectivas de uma vida socioeconômica mais estável e com níveis de bem-estar social elevados.

Assim, diante dos dados aqui apresentados é fundamental que Estado, sociedade civil e mercado desenvolvam ações e políticas de ampliação da renda, trabalho e proteção social para atender às necessidades dos moradores das favelas de São Remo e Sem Terra na cidade de São Paulo.

12. NACIONALIDADE E NATURALIDADE

São Paulo é a principal metrópole da América Latina. Por esse motivo, há na cidade uma forte presença de pessoas de outras nacionalidades que não a brasileira. Porém, os 67 estrangeiros nas comunidades de São Remo e Sem Terra não chamam a atenção pela quantidade, pois configuram um percentual pequeno, de 0,8% apenas, mas sim por sua origem.

A maior parte desses imigrantes veio de países latino-americanos e, entre eles, é amplo o domínio de bolivianos - 51 residentes. Os outros vieram do Haiti, Paraguai e Uruguai. Há também um imigrante do Japão, um de Portugal e um dos Estados Unidos.

Os espaços periféricos surgem como possibilidade de moradia para os migrantes com poucos recursos financeiros. No caso de São Remo e Sem Terra, conta o fato de não ser tão distante das áreas centrais da cidade, onde, principalmente os bolivianos, se envolvem em atividades do setor têxtil. Entretanto, uma estratégia comum entre os imigrantes é a criação de uma rede de apoio na qual aqueles que se estabelecem primeiro ajudam os que vêm depois. Por isso, além das estratégias econômicas, as redes de parentesco e de amigos também são componentes decisivos na dinâmica migratória (PATARRA E BAENINGER, 2006).

Tabela 11 – Nacionalidade dos moradores

	São Remo		Sem Terra		Total	
	peçoas	%	peçoas	%	peçoas	%
Brasileira	7.309	99,3%	1.081	98,8%	8.390	99,2%
Estrangeira	54	0,7%	13	1,2%	67	0,8%
Total	7.363	100%	1.094	100%	8.457	100%

Tabela 12 – Estrangeiros segundo o país de nascimento

	São Remo	Sem Terra	Total
Bolívia	40	11	51
Haiti	6	-	6
Paraguai	2	2	4
Uruguai	3	-	3
Estados Unidos	1	-	1
Japão	1	-	1
Portugal	1	-	1
Total	54	13	67

O fato de termos quase metade das pessoas de São Remo e Sem Terra nascidas fora da cidade de São Paulo não é surpreendente. Sendo a cidade mais rica, com mais ofertas de serviços e conseqüentemente mais postos de trabalho, é razoável que seja a capital mais atrativa do Brasil.

É bem sabido que o maior fluxo migratório da história do Brasil ocorreu da região Nordeste para a Sudeste, principalmente a partir da década de 1930, quando o eixo Rio-São Paulo se consolidou como o principal polo do processo de industrialização e urbanização do país. Nas décadas de 1990 e 2000, porém, pesquisas demográficas mostraram o aumento gradativo da migração no sentido contrário, o chamado movimento de retorno, ao passo que o último censo do IBGE realizado, o de 2010, apontou a perda de força deste fluxo. Nesse contexto, mensurar o quanto das outras regiões há dentro de São Remo e Sem Terra é um trabalho relevante e, por enquanto, não coberto pelas pesquisas de abrangência nacional.

Diante da carência de políticas habitacionais que dessem conta dos fluxos migratórios, a ocupação das áreas periféricas dos principais centros urbanos ocorreu continuamente. Isso ajuda a explicar o fato de 49,3% dos residentes em São Remo e Sem Terra serem naturais de outras cidades brasileiras, que não São Paulo.

Os resultados do censo mostram que entre os não oriundos da cidade de São Paulo, 15,2% vieram de cidades da própria região Sudeste, a grande maioria – nove em cada 10 – do próprio estado de São Paulo. Dos estados da região Sul, Norte e Centro-Oeste vieram apenas 1,1%, 0,3% e 0,2%, respectivamente. Mas o grande destaque é para os nascidos na região Nordeste, que somam 3.385 moradores - 79,9% dos migrantes e 40% da população total.

Esse é um número muito significativo e não por um acaso temos tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro os Centros de Tradições Nordestinas, uma espécie de território nordestino dentro dessas cidades, em que se promove a cultura dessa região. No conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, onde foi realizado o censo demográfico que inspirou a realização deste, também se observou uma presença muito expressiva de nordestinos e se fez relevante considerar, portanto, a influência da cultura nordestina não apenas nos nascidos naquela região, mas também nas práticas e identidades dos descendentes, em muitos casos, nascidos como residentes na Maré ou, em uma etapa anterior, em alguma localidade do Rio de Janeiro.

O Nordeste é muito diverso e por isso cabe entender de onde, dentro da própria região, vieram essas pessoas. Importa assim destacar a forte presença baiana: 22,2% no Sem Terra e 13,8% no São Remo. Considerando só os nascidos em outros estados, os baianos são 32,7%, ou seja, quase 1/3 dos brasileiros não nascidos no estado de São Paulo.

Depois da Bahia, o segundo estado com maior influência é Pernambuco, compondo 7,6% do total; e em terceiro, o Ceará, com 5,1%. Juntos, somente esses três estados são responsáveis pela composição de 27,6% da população do São Remo e Sem Terra.

Tabela 13 - Unidade da Federação de nascimento dos moradores

	São Remo		Sem Terra		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
São Paulo	3.962	53,8%	579	52,9%	4.541	53,7%
Bahia	1.014	13,8%	243	22,2%	1.257	14,9%
Pernambuco	594	8,1%	50	4,6%	644	7,6%
Ceará	420	5,7%	15	1,4%	435	5,1%
Paraíba	287	3,9%	41	3,7%	328	3,9%
Minas Gerais	215	2,9%	49	4,5%	264	3,1%
Alagoas	186	2,5%	16	1,5%	202	2,4%
Piauí	187	2,5%	13	1,2%	200	2,4%
Rio Grande do Norte	151	2,1%	6	0,5%	157	1,9%
Sergipe	85	1,2%	3	0,3%	88	1,0%
Paraná	68	0,9%	17	1,6%	85	1,0%
Maranhão	59	0,8%	15	1,4%	74	0,9%
Rio de Janeiro	30	0,4%	6	0,5%	36	0,4%
Para	10	0,1%	7	0,6%	17	0,2%
Espirito Santo	10	0,1%	5	0,5%	15	0,2%
Goiás	11	0,1%	2	0,2%	13	0,2%
Santa Catarina	2	0,0%	6	0,5%	8	0,1%
Amazonas	4	0,1%	3	0,3%	7	0,1%
Distrito Federal	1	0,0%	2	0,2%	3	0,0%
Rondônia	1	0,0%	1	0,1%	2	0,0%
Tocantins	2	0,0%	-	-	2	0,0%
Rio Grande do Sul	2	0,0%	-	-	2	0,0%
Acre	-	-	1	0,1%	1	0,0%
Mato Grosso do Sul	1	0,0%	-	-	1	0,0%
Estrangeiros	54	0,7%	13	1,2%	67	0,8%
Sem informação	7	0,1%	1	0,1%	8	0,1%
Total	7.363	100%	1.094	100%	8.457	100%

Considerando que 40% dos moradores do território nasceram em estados nordestinos, a região merece atenção especial em qualquer análise sobre a origem dos moradores, haja vista que os nascidos fora do estado de São Paulo que não nasceram do Nordeste somam 5,4% do total. Ou seja, a concentração é tão marcada que, para se ter uma ideia, a segunda região com maior percentual é a Sul, com apenas 1,1% dos moradores.

Um dado importante quando se considera, por exemplo, os nascidos no Nordeste é que estamos falando de uma geração anterior. Por um lado, os moradores maiores de 30 anos representam 47,1% da população dos dois territórios e 63,3% deles nasceram em um estado nordestino, mais que o dobro dos que nasceram no próprio estado de São Paulo – 2.518 nordestinos e 1.049 paulistas. Por outro lado, entre os menores de 30 anos, que correspondem a

52,9% dos moradores, os nordestinos são 26,4%, enquanto os nascidos no estado de São Paulo somam 78,0% – 867 nordestinos e 3.492 paulistas.

Provavelmente, estamos também diante de uma geração que teve filhos em São Paulo. Porém, muitas vezes, os filhos também são influenciados pela tradição familiar, que é preservada no novo contexto de moradia, principalmente, quando há um contingente expressivo de outras pessoas com a mesma origem. Então, para refletir sobre o alcance da cultura nordestina no São Remo e Sem Terra, além de levar em consideração os 40% nascidos naqueles estados, seus descendentes de outras naturalidades podem ser incluídos, apontando para a suposição de que, pelo menos, metade dos moradores do São e Sem Terra é identificada com a cultura nordestina.

Tabela 14 – Local ou Região de nascimento dos moradores

Local ou Região	São Remo			Sem Terra			Total		
	faixa etária		Total	faixa etária		Total	faixa etária		Total
	0 a 29	30 ou mais		0 a 29	30 ou mais		0 a 29	30 ou mais	
São Paulo	78,5%	25,7%	53,8%	74,3%	30,5%	52,9%	78,0%	26,4%	53,7%
Nordeste	19,1%	64,8%	40,5%	21,1%	53,2%	36,7%	19,4%	63,3%	40,0%
RJ-MG-ES	1,3%	5,9%	3,5%	2,5%	8,6%	5,5%	1,4%	6,3%	3,7%
Sul	0,1%	2,0%	1,0%	0,9%	3,4%	2,1%	0,2%	2,2%	1,1%
Norte	0,2%	0,3%	0,2%	0,7%	1,5%	1,1%	0,2%	0,5%	0,3%
Centro-Oeste	0,2%	0,1%	0,2%	0,4%	0,4%	0,4%	0,2%	0,2%	0,2%
Estrangeiros	0,6%	0,9%	0,7%	0,2%	2,2%	1,2%	0,5%	1,1%	0,8%
Brasileiroa (sem informação do local)	0,0%	0,2%	0,1%	-	0,2%	0,1%	0,0%	0,2%	0,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

13. ACESSO À TECNOLOGIA E À INTERNET

Este texto está sendo escrito num momento de pandemia, ou seja, temos uma doença, COVID-19, que amedronta e ameaça a vida de todas as populações no mundo. A possibilidade de contaminação pelo novo coronavírus nos trouxe determinadas imposições sobre como viver, nos relacionar e cumprir com demandas mais básicas no nosso dia a dia. Estamos diante da necessidade de aprender novos comportamentos para nos protegermos do possível contágio e transmissão desse vírus que vem causando, de forma assustadora, a morte de tantas pessoas.

Os desafios trazidos no momento, no campo da saúde, dos comportamentos usuais e da sobrevivência, que passam pelas questões mais básicas para uma parte da população, como ter acesso a alimentação, tornam ainda mais claro o que a desigualdade do Brasil vem trazendo como consequência para a garantia de direitos a todos os brasileiros. Com esse olhar, é importante refletir sobre o quanto a falta de acesso à internet e a equipamentos eletrônicos, como computador, celular, *tablets* e outros, por exemplo, significou a exclusão de muitas pessoas, principalmente moradores de favelas e periferias de poder trabalhar em casa ou, no caso de crianças, adolescentes e jovens, ter a possibilidade de estudar e cumprir atividades escolares de forma remota.

É grave pensar que teremos no país desafios ainda maiores quando falamos de educação pública de qualidade para regiões em que vivem as populações empobrecidas após a pandemia do coronavírus. Neste contexto, é importante trazer a questão do acesso à internet, ao computador e ao telefone como algo essencial quando consideramos a influência e a necessidade da tecnologia no nosso cotidiano para muitas das demandas que temos.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o artigo 19 afirma o direito a “procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” – o que, nos dias atuais, inclui o acesso à internet como um direito fundamental. Isso significa que somente avançaremos no modelo de democracia, se todas as pessoas puderem exercer sua liberdade de opinião ou obter informações, independentemente do contexto em que vivem. Neste sentido, há muito a caminhar para que o conjunto da população desfrute de todos os benefícios que as tecnologias da informação podem trazer ao cotidiano.

No censo realizado em São Remo e Sem Terra, incluímos no questionário as seguintes perguntas: (i) Há internet no domicílio, sem ser a do telefone celular? e (ii) Tem computador ou microcomputador, inclusive notebook, no domicílio?. Nosso objetivo com essas perguntas foi compreender de que maneira a população de São Remo e Sem Terra – favelas localizadas numa região bem valorizada da cidade de São Paulo e, também, situadas ao lado da USP – acessa à internet. Como esses serviços chegam aos moradores? Qual parcela faz mais uso dos recursos e benefícios trazidos pela internet e tem acesso a equipamentos como computador?

Tabela 15 - Domicílio com internet, exceto a do celular

	São Remo		Sem Terra		Total	
	domicílios	%	domicílios	%	domicílios	%
Sim	1.578	63,2%	224	57,0%	1.802	62,4%
Não	917	36,7%	169	43,0%	1.086	37,6%
Sem informação	1	0%	-	-	1	0%
Total	2.496	100%	393	100%	2.889	100%

O censo mostrou que em 1.578 dos 2.496 domicílios de São Remo, ou seja, 63,2%, existe acesso à internet sem ser a do celular. Já no Sem Terra, há internet, que não a do celular, em 224 dos 393 domicílios, o que corresponde a 57%. Embora mais da metade dos domicílios de São Remo e Sem Terra tenha acesso à internet residencial, trata-se de uma proporção ainda abaixo do esperado se considerada a localização dessas favelas e as possíveis facilidades de acesso que os moradores poderiam ter a esse serviço. A tabela a seguir resume essas informações trazendo os totais dessas duas áreas que se localizam na zona oeste de São Paulo.

Ao perguntar em quais domicílios há computador, comparando com os que têm instalação de internet, o número cai bastante. Dos 2.496 domicílios em São Remo, apenas 952, ou 38,1%, possuem esse equipamento. Já no Sem Terra, são 168 das 393 casas visitadas (42,7%). Como pode ser observada, a aquisição de um computador para usos diversificados como estudar, ver filmes, pesquisar, trabalhar, entre outras ques-

tões, é um grande desafio para a maioria dos moradores de favelas e periferias. Não sem razão, a pandemia do coronavírus amplificou essa e outras desigualdades sociais, não permitindo, no caso da falta de se ter um computador com acesso à internet, a possibilidade de crianças e adolescentes manterem uma rotina de estudos e, com isso, não ficarem tão prejudicados por não possuírem as condições básicas de responder a essa demanda trazida pela necessidade do isolamento social. Consideramos importante trazer alguns perfis das pessoas que têm em suas casas acesso à internet e computador. De forma singular, olhar para as especificidades desse contingente em relação ao conjunto da população de São Remo e Sem Terra pode contribuir para a reflexão sobre quais condições precisam ser criadas para se ampliar o direito dos moradores ao serviço de internet e obtenção de equipamentos. A pergunta sobre utilização de computador e internet foi dirigida somente às pessoas maiores de 5 anos de idade.

Tabela 16 - Domicílios com computador

	São Remo		Sem Terra		Total	
	domicílios	%	domicílios	%	domicílios	%
Sim	952	38,1%	168	42,7%	1.120	38,8%
Não	1.541	61,7%	225	57,3%	1.766	61,1%
Sem informação	3	0,1%	-	-	3	0,1%
Total	2.496	100%	393	100%	2.889	100%

No quesito de gênero, verificamos que há um equilíbrio na proporção de homens e mulheres que fazem uso de internet e têm acesso a computador: 37,8% dos homens e 35,6% das mulheres. Quando cruzamos com a questão de cor/raça, identificamos que têm acesso à internet e computador 37,9% das pessoas declaradas brancas, 35,7% das pardas, 36,9% das pretas e 35% das que se reconheceram como amarelas, indígenas ou não tiveram a informação de cor/raça computada. Esses dados também indicam equilíbrio no acesso à internet e computador entre os grupos raciais.

Tabela 17 - Pessoas maiores de 5 anos de idade em São Remo e Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo o gênero

	Feminino	%	Masculino	%	Outro	%	Total	%
Sim, ambos	1.468	35,6%	1.402	37,8%	2	100%	2.872	36,6%
Só internet	2.034	49,3%	1.783	48,1%	-	-	3.817	48,7%
Só computador	18	0,4%	19	0,5%	-	-	37	0,5%
Nem computador, nem internet	603	14,6%	496	13,4%	-	-	1.099	14,0%
Sem informação	5	0,1%	9	0,2%	-	-	14	0,2%
Total	4.128	100%	3.709	100%	2	100%	7.839	100%

Tabela 18 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no São Remo com acesso à internet e computador, segundo o gênero

	Feminino	%	Masculino	%	Total	%
Sim, ambos	1.260	35,0%	1.195	37,0%	2.455	36,0%
Só internet	1.788	49,7%	1.586	49,2%	3.374	49,5%
Só computador	16	0,4%	18	0,6%	34	0,5%
Nem computador, nem internet	528	14,7%	419	13,0%	947	13,9%
Sem informação	4	0,1%	8	0,2%	12	0,2%
Total	3.596	100%	3.226	1	6.822	100%

Tabela 19 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo o gênero

	Feminino	%	Masculino	%	Outro	%	Total	%
Sim, ambos	208	39,1%	207	42,9%	2	100%	417	41,0%
Só internet	246	46,2%	197	40,8%	-	-	443	43,6%
Só computador	2	0,4%	1	0,2%	-	-	3	0,3%
Nem computador, nem internet	75	14,1%	77	15,9%	-	-	152	14,9%
Sem informação	1	0,2%	1	0,2%	-	-	2	0,2%
Total	532	100%	483	100%	2	100%	1.017	100%

Tabela 20 - Pessoas maiores de 5 anos de idade em São Remo e Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo cor/raça

	branca	%	parda	%	preta	%	outra	%	Total	%
Sim, ambos	966	37,9%	1.293	35,7%	508	36,9%	105	35,0%	2.872	36,6%
Só internet	1.182	46,4%	1.810	50,0%	679	49,4%	146	48,7%	3.817	48,7%
Só computador	21	0,8%	15	0,4%	1	0,1%	-	-	37	0,5%
Nem computador, nem internet	371	14,6%	496	13,7%	184	13,4%	48	16,0%	1.099	14,0%
Sem informação	6	0,2%	4	0,1%	3	0,2%	1	0,3%	14	0,2%
Total	2.546	100%	3.618	100%	1.375	100%	300	100%	7.839	100%

Tabela 21 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no São Remo com acesso à internet e computador, segundo cor/raça

	branca	%	parda	%	preta	%	outra	%	Total	%
Sim, ambos	813	36,9%	1.118	35,1%	446	37,8%	78	30,2%	2.455	36,0%
Só internet	1.062	48,3%	1.601	50,3%	573	48,6%	138	53,5%	3.374	49,5%
Só computador	20	0,9%	13	0,4%	1	0,1%	-	-	34	0,5%
Nem computador, nem internet	301	13,7%	448	14,1%	157	13,3%	41	15,9%	947	13,9%
Sem informação	5	0,2%	3	0,1%	3	0,3%	1	0,4%	12	0,2%
Total	2.201	100%	3.183	100%	1.180	100%	258	100%	6.822	100%

Tabela 22 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo cor/raça

	branca	%	parda	%	preta	%	outra	%	Total	%
Sim, ambos	153	44,3%	175	40,2%	62	31,8%	27	64,3%	417	41,0%
Só internet	120	34,8%	209	48,0%	106	54,4%	8	19,0%	443	43,6%
Só computador	1	0,3%	2	0,5%	-	-	-	-	3	0,3%
Nem computador, nem internet	70	20,3%	48	11,0%	27	13,8%	7	16,7%	152	14,9%
Sem informação	1	0,3%	1	0,2%	-	-	-	-	2	0,2%
Total	345	100%	435	100%	195	100%	42	100%	1.017	100%

Em relação ao perfil etário da população de São Remo e Sem Terra que faz uso de internet e computador, identificamos que os moradores que se encontram entre 15 e 34 anos são os que mais utilizam ambos os recursos, 44,3%. Crianças e adolescentes, entre 05 e 14 anos, também utilizam bastante esses recursos, em torno de 41,3%. Adultos, de 35 a 64 anos, acessam internet e computador numa proporção bem menor, em torno de 29,7%. Chama a atenção, contudo, que apenas 5% das pessoas acima de 65 anos fazem uso tanto de internet como de computador e, de outro lado, 75% não fazem uso de nenhum dos dois.

Tabela 23 - Pessoas maiores de 5 anos de idade em São Remo e Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo a faixa etária

	faixa etária									
	05-14	%	15-34	%	35-64	%	> 65	%	Total	%
Sim, ambos	563	41,3%	1.458	44,3%	832	29,7%	19	5,0%	2.872	36,6%
Só internet	623	45,7%	1.707	51,8%	1.420	50,7%	67	17,6%	3.817	48,7%
Só computador	12	0,9%	4	0,1%	13	0,5%	8	2,1%	37	0,5%
Nem computador, nem internet	163	12,0%	116	3,5%	535	19,1%	285	75,0%	1.099	14,0%
Sem informação	3	0,2%	9	0,3%	1	0,0%	1	0,3%	14	0,2%
Total	1.364	100%	3.294	100%	2.801	100%	380	100%	7.839	100%

Tabela 24 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no São Remo com acesso à internet e computador, segundo a faixa etária

	faixa etária									
	05-14	%	15-34	%	35-64	%	> 65	%	Total	%
Sim, ambos	495	41,5%	1.258	43,7%	689	28,4%	13	4,0%	2.455	36,0%
Só internet	547	45,9%	1.511	52,4%	1.255	51,8%	61	18,8%	3.374	49,5%
Só computador	10	0,8%	4	0,1%	12	0,5%	8	2,5%	34	0,5%
Nem computador, nem internet	138	11,6%	100	3,5%	467	19,3%	242	74,7%	947	13,9%
Sem informação	3	0,3%	9	0,3%	-	-	-	-	12	0,2%
Total	1.193	100%	2.882	100%	2.423	100%	324	100%	6.822	100%

Tabela 25 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo a faixa etária

	faixa etária									
	May-14	%	15-34	%	35-64	%	> 65	%	Total	%
Sim, ambos	68	39,8%	200	48,5%	143	37,8%	6	10,7%	417	41,0%
Só internet	76	44,4%	196	47,6%	165	43,7%	6	10,7%	443	43,6%
Só computador	2	1,2%	-	-	1	0,3%	-	-	3	0,3%
Nem computador, nem internet	25	14,6%	16	3,9%	68	18,0%	43	76,8%	152	14,9%
Sem informação	-	-	-	-	1	0,3%	1	1,8%	2	0,2%
Total	171	100%	412	100%	378	100%	56	100%	1.017	100%

Em São Remo e Sem Terra, apenas metade dos moradores (50,4%) que estão frequentando a escola têm acesso tanto à internet quanto ao computador. No entanto, entre os que não estão com vínculo escolar, o acesso é ainda mais restrito, abrangendo 31,5% desse contingente. Quanto ao perfil da escolaridade, fica claro que quanto maior o tempo de estudo, mais o acesso a esses serviços ocorre. Nesse sentido, 79,3% dos moradores entrevistados com curso superior completo fazem parte desse contingente que tem de acesso à internet e ao computador. Entre os moradores que possuem ensino médio, são 53%, ensino fundamental, 38,2%, e ensino fundamental incompleto, 24,3%. E quando olhamos para os moradores que não acessam nem computador nem internet, o maior percentual está entre os moradores que têm ensino fundamental incompleto, 24%, tendo na sequência os de ensino fundamental completo, 6,2%, de ensino médio com 3,6% e 1,9% entre os que têm ensino superior completo.

Tabela 26 - Pessoas maiores de 5 anos de idade em São Remo e Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo a frequência à escola

	sim	%	não	%	sem informação	%	Total	%
Sim, ambos	1.078	50,4%	1.793	31,5%	1	11,1%	2.872	36,6%
Só internet	860	40,2%	2.952	51,9%	5	55,6%	3.817	48,7%
Só computador	12	0,6%	25	0,4%	-	-	37	0,5%
Nem computador, nem internet	186	8,7%	913	16,0%	-	-	1.099	14,0%
Sem informação	4	0,2%	7	0,1%	3	33,3%	14	0,2%
Total	2.140	100%	5.690	100%	9	100%	7.839	100%

Tabela 27 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no São Remo com acesso à internet e computador, segundo a frequência à escola

	sim	%	não	%	sem informação	%	Total	%
Sim, ambos	929	49,7%	1.525	30,8%	1	16,7%	2.455	36,0%
Só internet	764	40,9%	2.606	52,7%	4	66,7%	3.374	49,5%
Só computador	10	0,5%	24	0,5%	-	-	34	0,5%
Nem computador, nem internet	161	8,6%	786	15,9%	-	-	947	13,9%
Sem informação	4	0,2%	7	0,1%	1	16,7%	12	0,2%
Total	1.868	100%	4.948	100%	6	100%	6.822	100%

Tabela 28 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo a frequência à escola

	Sim	%	Não	%	Sem informação	%	Total	%
Sim, ambos	149	54,8%	268	36,1%	-	-	417	41,0%
Só internet	96	35,3%	346	46,6%	1	33,3%	443	43,6%
Só computador	2	0,7%	1	0,1%	-	-	3	0,3%
Nem computador, nem internet	25	9,2%	127	17,1%	-	-	152	14,9%
Sem informação	-	-	-	-	2	66,7%	2	0,2%
Total	272	100%	742	100%	3	100%	1.017	100%

Tabela 29 - Pessoas maiores de 5 anos de idade em São Remo e Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo o grau de escolaridade

	Escolaridade					Total	
	01-Sem escolaridade ou Fundamental incompleto	02-Fundamental completo	03-Médio completo	04-Superior completo	05-Sem informação	pessoas	%
Sim, ambos	24,3%	38,2%	53,0%	79,3%	18,1%	2.872	36,6%
Só internet	50,9%	55,3%	42,9%	18,8%	61,1%	3.817	48,7%
Só computador	0,7%	0,3%	0,3%	-	0,7%	37	0,5%
Nem computador, nem internet	24,0%	6,2%	3,6%	1,9%	17,4%	1.099	14,0%
Sem informação	0,1%	0,1%	0,2%	-	2,8%	14	0,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	7.839	100%

Tabela 30 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no São Remo com acesso à internet e computador, segundo o grau de escolaridade

	Escolaridade					Total	
	01-Sem escolaridade ou Fundamental incompleto	02-Fundamental completo	03-Médio completo	04-Superior completo	05-Sem informação	pessoas	%
Sim, ambos	24,3%	37,3%	52,2%	78,0%	16,8%	2.455	36,0%
Só internet	51,2%	56,3%	43,4%	20,8%	64,0%	3.374	49,5%
Só computador	0,7%	0,3%	0,3%	-	0,8%	34	0,5%
Nem computador, nem internet	23,7%	6,0%	3,8%	1,3%	16,8%	947	13,9%
Sem informação	0,1%	0,1%	0,3%	-	1,6%	12	0,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	6.822	100%

Tabela 31 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo o grau de escolaridade

	Escolaridade					Total	
	01-Sem escolaridade ou Fundamental incompleto	02-Fundamental completo	03-Médio completo	04-Superior completo	05-sem informacao	pessoas	%
Sim, ambos	24,8%	45,3%	58,3%	83,7%	26,3%	417	41,0%
Só internet	48,2%	47,1%	39,3%	12,2%	42,1%	443	43,6%
Só computador	0,6%	-	-	-	-	3	0,3%
Nem computador, nem internet	26,3%	7,6%	2,3%	4,1%	21,1%	152	14,9%
Sem informação	-	-	-	-	10,5%	2	0,2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	1.017	100%

Como podemos ver, o acesso à internet e ao computador é um fenômeno que sinaliza o ingresso e a demanda crescente de favelas e periferias na cena da comunicação digital na contemporaneidade. Isso se torna mais evidente quando acrescentamos o acesso à internet via celular, uso que já se encontra generalizado entre jovens e adultos moradores de regiões periféricas. De fato, essas regiões emergem como um mercado de consumo de bens mais sofisticados, o que contribui para a desconstrução dos estereótipos que as consideram somente como territórios de carências e ausências.

O acesso à tecnologia da comunicação poderá ser ainda mais democratizado se os órgãos estatais comprometidos com essa missão conseguirem, de fato, ampliar a oferta dos serviços com qualidade e baixo custo para os mais pobres, como se promete há longo tempo. Essa incapacidade faz com que o percentual de domicílios em São Remo e Sem Terra – como também de muitos outros territórios periféricos – com acesso à internet esteja abaixo da média regional, ainda que a cidade de São Paulo seja a cidade mais desenvolvida do Brasil. Logo, a criação de alternativas de acesso à internet de qualidade com preço acessível para os moradores de menor renda é um imperativo da democracia contemporânea e do compromisso com a dignidade do conjunto da população.

14. EDUCAÇÃO

A educação torna-se, no Brasil, um direito de todas as pessoas, cujo dever de oferta é reiterado ao Estado, às famílias e à sociedade a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (art. 206). Fundamental para o desenvolvimento pessoal, o preparo para o exercício da cidadania e ingresso na vida laboral coube aos governos após a reabertura democrática definir seus princípios por meio da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9496).

Embora se afirme que a educação é um processo que se desenvolve continuamente ao longo da vida dos sujeitos e ocorre em diversos espaços, é por meio das instituições escolares oficiais que se reconhece socialmente que aqueles objetivos previstos nos dispositivos constitucionais são alcançados.

Se a legislação estabelece a obrigatoriedade da oferta deste tipo de formação por parte do Estado, ao mesmo tempo define a necessidade de concluir no mínimo a etapa da Educação Básica, tarefa difícil para boa parte da população nacional.

Há que destacar relativo avanço na universalização do acesso às escolas de ensino fundamental (do 1º ao 9º ano), mas há muito o que fazer no que tange à educação infantil (sobretudo à creche) e aos ensinos médio e superior. Quando se trata das modalidades técnica e profissionalizante, a desigualdade torna-se mais evidente.

De acordo com os dados do Censo Escolar 2020, o Brasil possui hoje cerca de 47,3 milhões de matrículas na educação básica, das quais 48,4% são atendidas por escolas públicas municipais, frente a 18,6% da rede privada. No Estado de São Paulo, observa-se a seguinte distribuição: 39,5% sob responsabilidade dos municípios, 36,5% em instituições estaduais, 23,8% atendidas por unidades privadas e 0,2% em unidades federais.

No que tange à educação infantil, as metas do Plano Nacional de Educação estabeleciam que 50% das crianças de até três anos seriam atendidas. Atualmente o atendimento é 35,6% deste público (o que equivale a aproximadamente 3,6 milhões de matrículas).

O mesmo se nota com relação aos anos iniciais do ensino fundamental, em que 81% dos estudantes estão matriculados na rede pública. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua) registra que “99,7% da população de 6 a 14 anos frequentam a escola: na faixa etária de 6 a 10 e 11 a 14, o atendimento é de 99,8% e de 99,5%, respectivamente” (BRASIL, 2019). Observa-se um avanço na oferta de vagas nas escolas públicas ao longo dos anos de modo que, em 2010, o Brasil registrou cerca de 26,7 milhões de alunos no ensino fundamental.

Com relação ao ensino médio, 89,2% da população entre 15 e 17 anos frequentam escola, o que corresponde a 7,55 milhões de matrículas em 2020. De acordo com o Censo Escolar, a rede estadual atende 84,1% dos estudantes, enquanto a rede privada recebe apenas cerca de 926 mil. Quase a totalidade dos estudantes (94,8%) está matriculada em escolas urbanas e 41,4% em escolas com mais de 500 alunos.

Com relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), o INEP verificou que “de 2018 a 2019, aproximadamente 300 mil alunos dos anos finais do ensino fundamental e

200 mil do ensino médio migraram para a EJA. São alunos com histórico de retenção e que buscam meios para a conclusão dos ensinos fundamental e médio” (BRASIL, 2021, p. 29).

Quando olhamos para o contexto da cidade de São Paulo, notamos algumas disparidades. E, apesar dos avanços, a população empobrecida continua alijada dos bancos escolares. A capital registrou cerca de 2,7 milhões de matrículas em 2020 em todos os anos da educação básica, de acordo com o Censo Escolar.

Tabela 32 - Número de matrículas da educação básica, por localização e dependência administrativa

Localidade	Federal		Estadual		Municipal		Privada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	405.997	0,86	15.199.500	32,14	22.898.611	48,42	8.791.186	18,59
Estado São Paulo	18.966	0,19	3.632.884	36,48	3.933.716	39,5	2.373.317	23,83
Cidade de São Paulo	2.487	0,09	986.700	36,74	736.301	27,42	960.037	35,75

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2020.

O acesso e a permanência escolar, nos seus vários níveis e modalidades, são desafios constantes para a administração pública, cuja atuação nem sempre responde com diligência às demandas sociais, sobretudo daqueles grupos que habitam as favelas e periferias das cidades e a zona rural.

Historicamente, observamos um processo sistemático de exclusão de pessoas negras e indígenas da educação formal. Este é modulado quando cruzamos com gênero e idade. Pessoas trans são as que menos acessam a escola, seguidas das mulheres negras. Homens negros têm maior dificuldade de concluir o ensino básico.

Quando se faz o recorte de classe, gênero e cor/raça, percebem-se as disparidades de acesso. Mesmo com os avanços observados nos últimos dez anos, na cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2014), enquanto 37% da população residente foi declarada preta ou parda, apenas 28% dos estudantes da educação básica pertencem a este grupo racial, frente a 44% de brancos (declarados brancos e amarelos).

14.1. EDUCAÇÃO EM SÃO REMO E SEM TERRA

O acesso e a permanência de estudantes oriundos das comunidades localizadas nas regiões periféricas à educação escolar são direitos que devem ser garantidos pelo poder público. De fato, embora seja possível argumentar que cabe a todas as pessoas enfrentar o desafio em superar as desigualdades educacionais, a responsabilidade de cada uma delas converge para mobilizar os governos a atuar de forma efetiva na consecução deste direito constitucional.

Historicamente, no contexto educacional brasileiro, as populações indígenas e negras foram sistematicamente excluídas dos bancos escolares. Na mesma medida, observa-se a atuação constante desses sujeitos no desenvolvimento de estratégias de mobilização.

Se, a partir da promulgação da Constituição de 1988 e, mais especificamente, com a definição de metas mais ambiciosas presentes nos Planos Nacionais de Educação, observa-se um aumento significativo no número de matrículas na educação básica, ainda se faz presente um conjunto de obstáculos a serem superados, sobretudo no que tange aos aspectos materiais e à promoção de um currículo escolar que valorize as potencialidades destes públicos. As escolas públicas oferecidas às populações empobrecidas ainda são as que recebem menos recursos materiais, o que impacta significativamente na oferta de uma educação de qualidade.

Os dados de matrícula tanto na comunidade de São Remo quanto de Sem Terra apontam para um problema ainda crônico nas periferias das grandes cidades: a ausência de vagas nas creches (que atendem crianças de zero a três anos e 11 meses) e o analfabetismo entre a população adulta (acima de 30 anos). Embora, neste segundo caso, haja uma diminuição no número de pessoas que não concluíram a Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos ainda não foi suficientemente implementada

com vistas a cumprir suas funções equalizadora e reparatória. Em São Remo, num universo de 426 crianças pequenas, há 109 sem acesso à creche, frente a 317 que estão frequentando. No caso Sem Terra, são 41 matrículas, dentre as 58 vivendo no território. Ao recortarmos por idade, os bebês (menos de 2 anos), temos 85 e 12 em São Remo e Sem Terra, respectivamente, que nunca frequentaram a creche.

Na faixa etária de 4 e 5 anos, há duas crianças no Sem Terra que nunca frequentaram a escola. Além dessas, há uma em cada território que não estava frequentando na ocasião da pesquisa. Todas as demais, quase 99% considerando os dois territórios, estavam frequentando.

Entre 6 e 14 anos, faixa etária adequada ao ensino fundamental, o número de meninos e meninas fora da escola aumenta um pouco, alcançando 2,4% das crianças. Foram encontradas 29 crianças que não estavam acompanhando as aulas, sendo 26 no São Remo e três no Sem Terra. Vale lembrar que a pesquisa foi realizada antes da pandemia da Covid-19 e, em decorrência da suspensão das aulas presenciais, é possível que haja mais crianças nessa condição atualmente.

Tabela 33 – Situação em relação à frequência à escola, em São Remo

Faixa etária	Situação em relação à frequência à escola					
	A	B	C	D	ND	TOTAL
00 e 01 ano	131	2	85	-	-	218
02 e 03 anos	186	6	16	-	-	208
04 e 05 anos	248	1	-	-	-	249
06 anos	120	2	-	-	-	122
07 a 10 anos	465	2	1	-	-	468
11 a 14 anos	448	20	1	-	-	469
15 anos	102	13	-	-	-	115
16 e 17 anos	164	73	-	-	-	237
18 e 19 anos	85	197	-	-	-	282
20 a 24 anos	129	727	2	-	1	859
25 a 29 anos	66	621	3	-	-	690
30 a 39 anos	77	1.226	12	1	4	1.320
40 a 49 anos	40	853	32	4	-	929
50 a 64 anos	34	730	102	6	1	873
maior de 65 anos	4	202	117	1	-	324
Total Geral	2.299	4.675	371	12	6	7.363

Legenda: A.- Frequenta; B - Já frequentou, mas não está frequentando atualmente; C - Não frequenta/nunca frequentou; D - Não está frequentando e não informou se já frequentou ou não; ND - não informou

Entre 15 e 17 anos, percebemos nos territórios recenseados o que a literatura já havia desvelado: o aumento do abandono escolar nos contextos periféricos à medida que as pessoas envelhecem. Entre os adolescentes que, pela idade, poderiam estar cursando o ensino médio, 25,6% estão fora da escola - 103, ao todo, sendo 86 no São Remo e 17 no Sem Terra.

Tabela 34 – Situação em relação à frequência à escola, no Sem Terra

Faixa etária	Situação em relação a frequência à escola					
	A	B	C	D	ND	TOTAL
00 e 01 ano	8	2	12	-	-	22
02 e 03 anos	33	-	3	-	-	36
04 e 05 anos	34	1	2	-	-	37
06 anos	12	-	-	-	-	12
07 a 10 anos	65	-	-	-	-	65
11 a 14 anos	73	3	-	-	-	76
15 anos	14	4	-	-	-	18
16 e 17 anos	20	13	-	-	-	33
18 e 19 anos	15	29	-	-	-	44
20 a 24 anos	34	91	-	-	-	125
25 a 29 anos	9	80	2	-	1	92
30 a 39 anos	9	173	3	-	1	186
40 a 49 anos	4	155	4	-	-	163
50 a 64 anos	2	120	7	-	-	129
maior de 65 anos	-	40	15	-	1	56
Total Geral	332	711	48		3	1.094

Legenda: A - Frequenta; B - Já frequentou, mas não está frequentando atualmente; C - Não frequenta/nunca frequentou; D - Não está frequentando e não informou se já frequentou ou não; ND - não informou

Ao cruzarmos os indicadores de raça e gênero com escolaridade, de modo global, percebemos que as mulheres são as que possuem maiores dificuldades em concluir o ensino fundamental, mas uma vez vencida esta etapa, elas são maioria nos ensinos médio e superior. Isto reforça o que a bibliografia educacional já afirmava (CARVALHO, 2004, p.247-290): existem fatores de exclusão de meninas nas primeiras etapas da educação básica (até os 14 anos), com uma situação inversa para os meninos adolescentes (a partir dos 15 anos). Em São Remo e Sem Terra, nota-se uma distinção entre os homens indígenas, que, proporcionalmente, aparecem com uma escolaridade mais elevada que a dos demais grupos raciais.

Olhando para os dados de forma interseccional, não se observam diferenças bem nítidas entre os grupos de cor/raça. Nas tabelas 35 e 36 vemos a distribuição das populações da São Remo e Sem Terra quanto à escolarização, de acordo com o gênero e a cor/raça declarada.

Tabela 35 – Escolaridade: última etapa concluída, por nível, raça/cor e gênero, em São Remo

Cor/Raça	Gênero	Sem Escolaridade	Ensino Fundamental 1	Ensino Fundamental 2	Ensino Médio	Ensino Superior	Sem Declaração
Amarela	Total	23	8	17	22		3
	Feminino	14	5	11	11		2
	Masculino	9	3	6	11		1
Branca	Total	794	524	394	625	58	46
	Feminino	425	248	191	378	39	18
	Masculino	369	276	203	247	19	28
Indígena	Total	31	14	23	40	3	4
	Feminino	14	11	10	23	2	3
	Masculino	17	3	13	17	1	1
Parda	Total	948	790	618	903	74	48
	Feminino	494	399	312	521	45	14
	Masculino	454	391	306	382	29	34
Preta	Total	342	252	232	379	19	16
	Feminino	184	113	101	205	11	4
	Masculino	158	139	131	174	8	12
Sem declaração	Total	32	23	7	18	5	8
	Feminino	20	7	2	8		1
	Masculino	12	16	5	10	5	7
Total Geral	Total	2.170	1.611	1.291	1.987	159	125
	Feminino	1.151	783	627	1.146	97	42
	Masculino	1.019	828	664	841	62	83

Nota: Inclui pessoas trans*, conforme o gênero declarado (masculino, feminino ou outro).



Tabela 36 – Escolaridade: última etapa concluída, por nível, raça/cor e gênero, no Sem Terra

Cor/Raça	Gênero	Sem Escolaridade	Ensino Fundamental 1	Ensino Fundamental 2	Ensino Médio	Ensino Superior	Sem Declaração
Amarela	Total	3		3	2	1	
	Feminino			3	1		
	Masculino	3			1	1	
Branca	Total	112	71	50	110	19	9
	Feminino	47	41	25	63	14	5
	Masculino	65	30	25	46	5	4
	Outro				1		
Indígena	Total	3	5	1	5	3	
	Feminino	2	4		1		
	Masculino	1	1	1	4	3	
Parda	Total	141	100	85	119	23	4
	Feminino	78	61	34	60	13	1
	Masculino	63	39	51	59	10	3
Preta	Total	59	43	28	64	3	5
	Feminino	28	18	15	37	2	
	Masculino	31	25	13	27		5
	Outro					1	
Sem declaração	Total	10	6	3			1
	Feminino	5	3				1
	Masculino	5	3	3			
Total Geral	Total	328	225	170	300	49	19
	Feminino	160	127	77	162	29	7
	Masculino	168	98	93	137	19	12

Nota: Inclui pessoas trans* conforme o gênero declarado (masculino, feminino ou outro).

Considerando a população adulta, aquela acima de 20 anos de idade, notamos que a porcentagem de analfabetismo é proporcionalmente maior entre as pessoas pretas e pardas (negras) à medida em que se amplia a faixa etária.

Em São Remo, na faixa etária entre 20 e 39 anos, há 13 pessoas brancas não alfabetizadas, frente a 19 pardas e 7 pretas (somando-se 26 pessoas negras). Em termos percentuais, significa dizer que 98,4% das pessoas brancas e 98,6% das negras são alfabetizadas. Porém, quando se olha para a faixa entre 40 e 59 anos, é que se nota como a exclusão escolar atingiu mais diretamente as pessoas negras: são 97 (13,5%) pardos e 41 (16%) pretos analfabetos, enquanto entre os brancos o analfabetismo é de 11,6%.

Tabela 37 - Alfabetização da população adulta por cor/raça, em São Remo

Faixa etária	Amarela		Branca		indígena		Parda		Preta		Não Declarado	
	AF	NA	AF	NA	AF	NA	AF	NA	AF	NA	AF	NA
05 a 09 anos	7	1	147	92	2	2	163	111	56	32		1
10 a 14 anos	5		215		4		273	2	72		8	
15 a 19 anos	9		202	1	12		311		97		2	
20 a 24 anos	5		268	1	13		385	2	177		7	1
25 a 29 anos	5		207	4	16		325	5	118	3	7	
30 a 34 anos	11		195	2	8		346	3	124		7	1
35 a 39 anos	3		176	6	12		279	9	122	4	10	
40 a 44 anos	7	1	169	5	10	2	210	22	80	5	10	2
45 a 49 anos	1		115	9	3	1	179	18	68	6	6	
50 a 54 anos	3	3	84	24	7		139	23	42	20	5	1
55 a 59 anos	2		76	20	2		91	34	26	10	3	4
60 a 64 anos			60	20	2		88	24	43	10	7	
65 a 69 anos	2		26	8	1	2	50	31	15	11	4	
70 a 74 anos	2		19	12			17	10	9	12		1
75 a 79 anos			7	11		1	8	10	2	6		
80 a 84 anos			6	4		2	5	4		6		1
85 a 89 anos			4	1				5	1			
90 anos ou mais			1	3			1			3		
Total Geral	62	5	1.977	223	92	10	2.870	313	1.052	128	76	12

No Sem Terra, na faixa etária entre 20 e 39 anos, 98,4% dos brancos são alfabetizados frente a 96,2% de pessoas negras. Em números absolutos, são 11 pessoas nesta faixa etária não alfabetizadas no território: duas brancas, duas pretas e sete pardas. Quando se olha para a faixa entre 40 e 59 anos, nota-se novamente o quanto a exclusão escolar entre as pessoas negras foi maior, pois, do total de analfabetos encontrados no território, os maiores percentuais estão neste grupo racial: 24,1% das pardas (7 pessoas) e 57,1% das pretas (16 pessoas), frente a 20,7% das brancas (6 pessoas).

Tabela 38 - Alfabetização da população adulta por cor/raça, no Sem Terra

Faixa etária	Amarela		Branca		Indígena		Parda		Preta		Não Declarado	
	AF	NA	AF	NA	AF	NA	AF	NA	AF	NA	AF	NA
05 a 09 anos			17	14	2		23	16	6	2	1	
10 a 14 anos			33	1	2		35		16		3	
15 a 19 anos	3		34				49		9			
20 a 24 anos			46				56		20		3	
25 a 29 anos	1		32	1	2		30	2	24			
30 a 34 anos			28	1	1		48	2	19	1		
35 a 39 anos	2		16		4		43	3	16	1		
40 a 44 anos			21		1		31	4	28	2		1
45 a 49 anos			24	4	2		25	2	10	5	3	
50 a 54 anos			20	2	1		22	1	12	5	2	2
55 a 59 anos			7				18		2	4	1	
60 a 64 anos			15	2	1		4	3	2	1	2	
65 a 69 anos			9	3			5	2		3		1
70 a 74 anos			3	1			2	1	1	4		
75 a 79 anos		1	3				1					
80 a 84 anos			3				2	2	1			
85 a 89 anos			3	1			1	1	1			
Total Geral	6	1	314	30	16		395	39	167	28	15	4

Legenda: AF: Alfabetizado; NA: Não Alfabetizado

Com relação à localização da instituição escolar frequentada, a maior parte das pessoas está matriculada fora do território. Na São Remo são 2.254 fora e 42 dentro; enquanto em Sem Terra, há 317 que precisam sair para estudar, enquanto apenas 14 frequentam as escolas no interior do território.

Dentre as pessoas que já frequentaram, pelo menos, o ensino fundamental, na Tabela 39 a seguir, se percebe que a escola pública possui um papel importante, pois quase que a totalidade dos moradores fez seu percurso escolar numa instituição pública.

Tabela 39 - Trajetória escolar na educação básica por tipo de financiamento

Tipo	São Remo	Sem Terra
Pública	4.617	697
Privada	37	21
Pública e privada	76	23
Sem informação	62	14
Total	4.792	755

Num universo de 583 pessoas que estão ou já estiveram matriculadas no ensino superior, 520 fizeram ou fazem fora da USP. Com relação às 63 pessoas que são ou foram estudantes em cursos de graduação ou pós-graduação na USP, são 28 estudantes residentes em São Remo e 35 em Sem Terra. É preciso destacar que nem todas estas pessoas são originárias destes territórios, mas ali residem dada a sua proximidade com a Universidade e ao valor dos aluguéis dos imóveis serem mais baixos. Por outro lado, quando se olha para a quantidade de crianças e adolescentes que estudam na Escola de Aplicação¹, por exemplo, são majoritariamente moradoras da São Remo.

Tabela 40 - Curso realizado na USP

Nível	São Remo	Sem Terra
Educação Infantil (creche)	4	6
Educação Básica	51	6
Graduação	22	25
Especialização	2	1
Mestrado	3	5
Doutorado	1	3
Pós-doutorado	0	1
Atividades de extensão ou Cursos livres	212	16
Total	295	63

O direito à educação, preconizado no texto constitucional brasileiro, para que tenha seu pleno alcance, precisa figurar como item prioritário na agenda pública. Compete aos governos o desenvolvimento de ações que garantam o pleno acesso e a permanência escolar de todas as crianças e adolescentes, mas também dos adultos que não tiveram a oportunidade de cursar a educação básica no período considerado ideal. Garantir tais condições pressupõe desenvolver políticas de correção de desigualdades e promoção de justiça social, sobretudo aquelas demarcadas no gênero, na raça e na condição socioeconômica. Neste diapasão, cabe às instituições, por um lado, colaborar decisivamente com os gestores públicos na indução e promoção de atividades; e por outro lado, ampliar o alcance das demandas expressas pelos diversos grupos populacionais.

As universidades públicas possuem um lugar central neste processo e, no caso dos territórios recenseados, têm o dever de pôr em prática ações consistentes que respondam às necessidades das populações do seu entorno. É preciso que, de fato, a USP cumpra sua missão social, fazendo com que o ensino, a pesquisa e a extensão universitária desenvolvidos no seu interior sejam para todas as pessoas, sobretudo aquelas que foram historicamente invisibilizadas e excluídas do ponto de vista educacional, social, étnico-racial e econômico.

1 A Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP atende preferencialmente filhos de funcionários, docentes efetivos e estudantes com vínculo regular com a USP (graduação ou pós-graduação), as vagas remanescentes são sorteadas para a população em geral residente no entorno da Universidade.

15. FAMÍLIA, CONJUGALIDADE E REPRODUÇÃO

É indiscutível o fato de que as relações familiares se diversificaram na sociedade brasileira; há uma complexidade que transcende sua organização em termos de arranjos domiciliares. Portanto, uma primeira ressalva precisa ser feita ao leitor desse texto: embora sejam conceitos próximos, com diversas interfaces, mas também diferenciações, família, conjugalidade e reprodução serão abordados aqui através do modo como determinadas dimensões dessa complexa trama social são operacionalizadas nas investigações de caráter censitário/populacional.

Um segundo ponto a destacar, antes de iniciar a análise dos dados, consiste em recuperar o alerta feito, há muito tempo, por uma conceituada intelectual brasileira de que “é apenas por um efeito da ideologia que ocorre ser frequente conceber instituições estáveis da sociedade antes como formas naturais de organização da vida coletiva do que como produtos mutáveis da atividade social” (DURHAM, 1983, p.18). Essa é uma importante dimensão a se ter em conta ao analisar dados de pesquisa, sobretudo de caráter quantitativo, em que tendemos a classificar e a apresentar os dados a partir das suas maiores prevalências. Isso significa dizer que a pluralidade dos arranjos e/ou das lógicas de organização, seja de casais, de famílias, de domicílios, são compostas não apenas pelas grandes frequências, que chamam a nossa atenção inicial, mas também pelas menores ou mais sutis aparições de pequenos casos dentro de um contexto mais amplo.

Assim, é a partir destas duas ponderações que os resultados aqui apresentados sobre reprodução, conjugalidade e configuração familiar devem ser recebidos.

15.1. MATERNIDADE E PATERNIDADE

A experiência da reprodução, seja para mulheres ou para homens, costuma ser um evento que implica mudanças, ajustes, conformações desde uma perspectiva de organização doméstica, arranjo conjugal, constituição identitária etc. Novamente, existem variadas possibilidades e significados em torno de um evento reprodutivo na trajetória de vida das pessoas. Há diferenças segundo: a) gênero – o que significa para uma mulher se tornar mãe ou para um homem se tornar pai?; b) o momento do ciclo de vida – ter um filho aos 16 anos de idade, por exemplo, tem significados e repercussões

distintas daquele que passa por essa experiência após os 40 anos de idade?; c) classe social – quais são as condições e contextos, possibilidades ou limites, da reprodução em camadas sociais mais altas e mais baixas?; d) identidade sexual – quais são as dificuldades enfrentadas e/ou estratégias acionadas por um casal homoafetivo (de homens ou de mulheres) para poder ter um filho?; etc. A lista de interrogações sobre a experiência da reprodução é infinita, posto que ela guarda distintos significados, possibilidades, limites em função do contexto em que ocorre e dos agentes envolvidos.

Neste estudo, a aproximação ao tema da reprodução pode ser feita a partir de duas formas: a) pelo exame da composição domiciliar e da relação de parentesco declarada entre os moradores do domicílio; b) pela declaração sobre pessoa grávida no domicílio. Importante salientar que a pergunta sobre gravidez nos domicílios não foi direcionada somente às mulheres; foi perguntado se havia algum homem cuja parceira estivesse grávida naquele momento. Essa estratégia permitiu não apenas captar a presença de casais gestantes (com uma gravidez em curso), mas também os casos em que homens não estavam morando com a parceira grávida ou, ainda, situações em que a mulher grávida não coabitava com o parceiro da gravidez.

Os resultados censitários nos territórios de São Remo e Sem Terra apontam a presença de, pelo menos, uma gestante (N=95) ou de um homem que declara que tem uma parceira grávida (N=76) em 102 domicílios, o que corresponde a 3,5% dos domicílios existentes (São Remo 3,7% e Sem Terra 2,3%).

A desagregação por gênero e conjugalidade começa a revelar os pormenores desse cenário. Nas duas comunidades há 171 pessoas com uma gestação em curso, sendo que 138 delas residem com o par, formando 69 casais. Portanto, há 33 pessoas que não residem com o par, a despeito de uma gestação em curso, das quais 26 são mulheres. Esses dados apontam para o fato de que algumas experiências reprodutivas são vividas fora do padrão hegemônico socialmente esperado, que é a composição e coabitação do casal no contexto de uma gestação. Em outras palavras, são contextos em que a experiência reprodutiva não necessariamente resulta em um contexto de conjugalidade coabitante.

A média de idade das mulheres grávidas e que moram com o parceiro é de 26,2 anos (as idades variam entre 14 e 40 anos); entre os homens, o valor médio encontrado é de 28 anos (com idades variando entre 15 e 44 anos). Por sua vez, a média de idade das mulheres que estão grávidas sem a presença do parceiro no domicílio é bem menor, correspondendo a 23 anos.

Considerando o conjunto das declarações sobre gestação em curso, segundo sexo e faixa etária, é interessante observar que 72,6% das mulheres grávidas possuem até 29 anos de idade. Esse é um aspecto que não surpreende, pois análises demográficas feitas para São Paulo e Brasil mostram que nossa sociedade tem um perfil de fecundidade jovem. Isso significa dizer que o perfil encontrado para São Remo e Sem Terra não é diferente daquele observado para a população do município ou do país, em que a maior parte das mulheres costuma ter o primeiro filho antes dos 30 anos de idade.

Outro ponto a chamar a atenção é que o percentual de moças grávidas entre 14 e 19 anos corresponde a 22,1% de todas as gestantes; 7,9% dos rapazes com até 19 anos declararam que a parceira está grávida. Esse é um dado particularmente relevante por diversos motivos. Primeiro, este fenômeno, comumente designado por “gravidez na adolescência”, atinge moças e rapazes! Geralmente, não se pergunta aos homens sobre as experiências reprodutivas nas quais esteve ou está envolvido e o tema da gravidez na adolescência acaba sendo apenas tratado como sinônimo de maternidade na adolescência. Porém, é importante chamar a atenção para o fato de a paternidade na adolescência estar presente nas comunidades estudadas, e na sociedade como um todo. Um segundo ponto a destacar é que o percentual encontrado para as comunidades de São Remo e Sem Terra está acima da média estimada de gestação em jovens para São Paulo. Dados recentes da Fundação Seade mostram que a proporção de mães adolescentes vem decaindo na última década: duas em cada 10 mães tinham até 19 anos no ano 2000; esse valor decresceu bastante e em 2019 elas representavam 10% das mulheres com menos de 20 anos que tiveram filhos.

Em terceiro lugar, é necessário apontar que nem toda gravidez, independentemente da idade em que ocorra, faz com que as pessoas passem a morar juntas ou a se casar. E esse aspecto ganha maior importância quanto mais jovem é a pessoa, mulher ou homem, envolvido em um evento reprodutivo, pois ele implica, na maior parte das vezes, numa dependência ainda maior da

jovem mãe em relação à família de origem no que concerne aos aportes necessários para sustento e cuidado da criança. Dentre as 21 jovens grávidas (com até 19 anos), onze delas não coabitam com o pai do bebê (enquanto dez moram juntos); entre os homens, há um rapaz com até 19 anos de idade que não coabita com a parceira grávida (cinco moram juntos).

Esses aspectos mostram a importância de conversarmos abertamente com moças e rapazes sobre temas como sexualidade, formas de prevenção de gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis, para que o exercício da vida sexual, em qualquer fase da vida, possa ocorrer de forma segura. E, caso uma gestação aconteça, que ela seja por opção e não como consequência de “algo que faltou”. Além disso, é importante a construção de redes de apoio para os jovens caso uma gravidez não planejada aconteça. Sabemos que nem sempre a gra-

videz na adolescência é um evento inesperado/imprevisto; muitas vezes os jovens querem ter um bebê. Mas, nem sempre eles possuem a estrutura necessária para constituírem um núcleo conjugal autônomo e independente da família de origem. O resultado acaba sendo a experiência da gestação sem a possibilidade de morarem juntos; ou ainda a vivência da gravidez para as moças de forma solitária, sem a presença do parceiro, que acaba saindo do relacionamento. Assim, a experiência da gravidez na adolescência pode constituir um momento importante de maior vulnerabilidade da jovem grávida, caso ela não encontre essa rede de apoio ao seu redor.

Tabela 41 – Número de gestações em curso segundo sexo e faixa etária

Faixa etária	Mulheres	%	Homens	%
10 a 14 anos	1	1,1	0	0
15 a 19 anos	20	21,1	6	7,9
20 a 24 anos	31	32,6	18	23,7
25 a 29 anos	17	17,9	17	22,4
30 a 34 anos	17	17,9	29	38,2
35 a 39 anos	7	7,4	5	6,6
40 a 44 anos	2	2,1	1	1,3
Total Geral	95	100	76	100

A gravidez na faixa etária de 14-19 anos coincide com um período em que o/a jovem ainda está em processo de escolarização. Mas olhar para o grau de escolaridade atingido quando a gravidez ocorre nos ajuda a pensar sobre repetências ou mesmo saída da escola sem completar o grau esperado. Por exemplo, no nosso conjunto de entrevistados, encontramos nove moças e um rapaz, com idade entre 15 e 19 anos, que estão vivenciando uma gravidez e que chegaram a cursar somente até o primeiro segmento do nível fundamental (o equivalente ao quinto ano). Há outros 14 jovens (nove

moças e cinco rapazes) que cursaram até o nível fundamental completo. Há claramente uma defasagem escolar entre estes jovens com experiência de gravidez. É provável que tais jovens tenham, em suas trajetórias, episódios de repetição de séries (“repetir o ano na escola”) e que, por algum motivo, tenham abandonado os estudos antes mesmo do atual evento de gestação. Numa escolarização linear/regular, espera-se que um jovem entre 15 e 19 anos de idade esteja ao menos no nível médio de ensino.

A defasagem escolar aparece de forma mais nítida entre as jovens grávidas com idade entre 20-24 anos: 58% delas cursaram somente até o nível fundamental completo (dentre os rapazes, esse percentual corresponde a 50%). Comparando-se com as jovens que não estavam grávidas no momento da entrevista, observamos que as que possuem no máximo o nível fundamental completo totalizam aproximadamente 31%, enquanto outras 68,2% chegaram a concluir, no mínimo, o nível médio de ensino. Não podemos afirmar, a partir dos nossos dados, se estas moças já tinham filhos antes da realização do censo; sabemos que a maternidade na adolescência/juventude não impede mas pode dificultar o processo de se manter estudando. Entretanto, nesse retrato feito da comunidade, não encontramos nenhuma moça com menos de 25 anos frequentando o nível superior e que estivesse grávida.

Uma reflexão que pode ser feita a partir desses resultados é a seguinte: manter-se estudando ajuda a adiar o momento da chegada de um filho, tanto para homens quanto para mulheres. O inverso dessa afirmação traz uma outra constatação: a baixa escolarização está fortemente associada a episódios de gravidez na trajetória de vida em um momento do curso da vida muitas vezes considerado “precoce”. Isso tem sido denominado como “duplo padrão reprodutivo”, em que se observa episódios de gravidez e nascimento de filhos entre pessoas jovens e com baixa escolaridade, enquanto há um adiamento da reprodução quando os jovens estão firmemente engajados em processo de escolarização, de tal forma que pessoas com nível superior de escolaridade tendem a ter o primeiro filho somente após os 30 anos de idade.

Tabela 42 - Escolaridade alcançada por moças e rapazes, de 15 a 24 anos, com experiência de gravidez em curso

	15-19 anos		20-24 anos	
	Moças	Rapazes	Moças	Rapazes
Sem escolaridade				1
Fundamental iniciais completo	9	1		1
Fundamental finais completo	8	5	18	9
Ensino médio completo	3		12	5
Sem informação			1	2
Total Geral	20	6	31	18

15.2. DOMICÍLIOS COM E SEM CASAL

O número de pessoas que moram em um mesmo domicílio tem tido queda constante desde os anos 1970 no Brasil. No censo populacional realizado em 1970, por exemplo, o número médio de pessoas por domicílio correspondia a 5,3; no ano 2000, esse valor já havia decrescido para 3,8 pessoas por domicílio, chegando a 3,3 no Censo de 2010. Além de domicílios com número menor de moradores, tem sido observado uma tendência de aumento de pessoas morando sozinhas, constatação feita sobretudo a partir do Censo de 1991.

Esses aspectos também estão presentes nos territórios de São Remo e Sem Terra: dentre os domicílios visitados, em 18,3% deles havia apenas um único morador (situação que denominamos como domicílio “unipessoal”). Já a quantidade de lares em que há a

presença de pelo menos um casal corresponde a 53,3% dos domicílios; em 28,3% há mais de um morador, porém sem relação marital presente. Então, como se caracterizam estas moradias? Quem são seus habitantes? A busca por respostas a estas perguntas nos dá possibilidade de refletir sobre o modo como os domicílios se organizam a partir de algumas características de seus moradores.

Tabela 43 - Distribuição dos domicílios segundo presença ou não de casal

	domicílios	%
Unipessoal	530	18,3%
Sem casal	819	28,3%
Com casal	1.540	53,3%
Total Geral	2.889	100%

15.2.1. DOMICÍLIOS UNIPESSOAIS

Vejamos inicialmente os domicílios em que há apenas um morador. Em termos gerais, aproximadamente 41% dos domicílios unipessoais são compostos por mulheres e 59% por homens (0,4% se declararam com outro gênero). Mas esse retrato ganha alguns coloridos se olharmos outras características destes moradores. Em 43,7% dos domicílios, as pessoas que moram sozinhas não concluíram o ensino fundamental e em 4,6% os moradores possuem no mínimo um curso superior completo.

Apesar do número de homens morando sozinhos ser bem maior do que o de mulheres, nota-se que quanto maior a escolaridade essa diferença se torna menor. Com pelo menos ensino superior completo, há um equilíbrio: são 12 homens e 11 mulheres.

Tabela 44 - Escolaridade e gênero dos moradores dos domicílios unipessoais

Escolaridade atingida	feminino		masculino		outro gênero		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem escolaridade e Fundamental incompleto	112	51,9	117	38,2	-	-	229	43,7
Fundamental completo	27	12,5	75	24,5	-	-	102	19,5
Ensino médio completo	66	30,6	102	33,3	1	50	169	32,3
Superior completo ou mais	11	5,1	12	3,9	1	50	24	4,6
Total Geral	216	100	306	100	2	100	524	100

Nota: Foram excluídos seis registros (uma mulher e cinco homens) por falta de informação.

As idades das pessoas que moram sozinhas variam desde 15 a 92 anos; na média, as mulheres em domicílio unipessoais têm 49 anos de idade, enquanto os homens têm 41 anos. Observando-se a distribuição por faixa etária, é curioso constatar que há uma maior proporção de mulheres morando sozinhas a partir dos 45 anos de idade, en-

quanto entre os homens, mais da metade dos que estão sós possuem até 44 anos. Em outras palavras, quando jovens, encontramos mais homens morando sozinhos do que mulheres; o inverso acontece na outra extremidade do espectro etário, em que observamos mais mulheres com mais idade do que homens em domicílios unipessoais.

Tabela 45 - Faixa etária e gênero dos moradores dos domicílios unipessoais

Faixa etária	Feminino (%)	Masculino (%)	Outro (%)	Total (%)
até 29 anos	18,4	23,5	50	21,5
30 a 44 anos	20,7	39,2	50	31,7
45 a 59 anos	24,9	25,1	-	24,9
60 anos ou mais	35,9	12,2	-	21,9
Total	100	100	100	100

Algumas interpretações podem ser feitas diante desse resultado. Por exemplo, sabemos que os homens morrem mais cedo do que as mulheres e uma das consequências dessa diferença no perfil de mortalidade na população por sexo é o fato das mulheres viúvas terem dificuldades de fazer recasamentos e, então, acabam ficando sozinhas. Uma outra reflexão possível diz respeito à maior liberdade

que os homens usufruem na sociedade e que se reflete na possibilidade de termos mais homens jovens morando sozinhos, se comparado às mulheres jovens. Isso também indica que eles conseguem alcançar algum tipo de estrutura econômica de tal sorte que torna possível eles morarem sozinhos.

15.2.2. DOMICÍLIOS COM CASAL

Os lares que possuem pelo menos um casal corresponde a 53% dos domicílios; usamos a expressão “pelo menos” um casal para explicitar o fato de que há dois ou três casais dividindo o mesmo teto em 3% dos domicílios. Este número ajuda a ilustrar a diversidade existente na composição dos lares, que não se restringem ao modelo “casal com filhos”. Essa é uma representação bastante difundida sobre as famílias, mas a vida real é bem mais plural, diversa e complexa do que os grandes modelos imaginados. Então, o que podemos dizer sobre estes domicílios que contam com casais em sua composição? Vejamos:

Em 1/5 destes lares há apenas o casal morando (22,1%); pode ser que se trate de famílias compostas por “casais sem filhos”, mas também podem ser lares em que os filhos cresceram e já saíram de casa. Em 1/3 dos lares temos a presença de três pessoas (32,9%), o que provavelmente corresponde à composição doméstica de um “casal com um filho”; em 23,8% desses domicílios há quatro moradores, que também deve corresponder à organização doméstica de “casal com filhos”. Domicílios com seis ou mais pessoas totalizam 7,6% dos lares com casal nestas duas comunidades (o número máximo de moradores encontrado em um mesmo domicílio foi de 11 pessoas). Em quase 2/3 dos domicílios a responsabilidade é “igualmente dividida” entre o casal e até com outros membros do domicílio.

Importante ressaltar que o modelo tradicional de família nuclear heterossexual é apenas um dentre os arranjos possíveis. A pluralidade de composições familiares está expressa não apenas em termos de presença ou não de filhos no domicílio, mas também em relação ao sexo dos parceiros que compõem o casal. Ainda que esse tipo de arranjo esteja submetido a crescentes investidas conservadoras e moralizantes, é digno de nota pontuar a presença de casais homoafetivos nos territórios, dividindo um mesmo espaço de moradia. Apesar de ser uma minoria, apenas 37 casais de mulheres e oito casais de homens, esse tipo de configuração conjugal expressa/reflete um conjunto de transformações no âmbito das relações familiares e das identidades sociais, dando lugar a outras possibilidades de existência que escapam da norma heterossexual dominante.

Vale mencionar que o Censo de 2010, último realizado no Brasil, identificou a existência de aproximadamente 60 mil famílias homoafetivas no território nacional. Esse é um fenômeno que vem acompanhado de outros importantes desdobramentos, tais como os que giram em torno da possibilidade de adoção de crianças por casais de mesmo sexo ou, ainda, do recurso a novas tecnologias reprodutivas para viabilizar o nascimento de um bebê no âmbito de um casal homossexual. Ambas são dimensões que compõem um crescente e atual debate sobre conjugalidade homossexual, homo parentalidade, direito à cidadania, bem como direito à constituição de grupos familiares e direito à socialização de crianças (sejam através de filhos biológicos ou adotivos) por casais homoafetivos.

15.2.3. DOMICÍLIOS SEM CASAL

Há ainda 28,3% de domicílios em que não há relação de conjugalidade (casamento ou união estável) declarada entre seus membros. Estes são compostos por mais mulheres (60%) do que homens (40%) e seu tamanho varia entre duas e 11 pessoas morando juntas (média de 2,96 moradores por domicílio). O predomínio é de um lar com mais de duas pessoas morando juntas (54%), o que nos faz supor que boa parte destes arranjos seja de domicílios monoparentais, ou seja, casas em que há a presença de um adulto e respectivos filhos/dependentes. Geralmente, esse adulto é uma figura feminina, situação que remete à difícil condição de mulheres sozinhas cuidando de seus filhos. Essa hipótese é reforçada pelo fato de que 85,9% das pessoas identificadas como “única ou principal responsável” nos domicílios sem casal sejam mulheres.

Os habitantes das comunidades de São Remo e Sem Terra são bastante jovens: mais da metade deles têm menos de 30 anos. Do mesmo modo, nos domicílios sem casal, 58% dos moradores são crianças, adolescentes e jovens nesta faixa de idade. No entanto, a relação entre os sexos mostra distinções: entre os homens, a maior concentração (72%) ocorre abaixo dos 30 anos, já entre as mulheres, acima dessa idade (51%). Nos domicílios sem casal, 70% das pessoas entre 30 e 59 anos são mulheres. Entre as pessoas idosas (acima de 60 anos), que representam 9% desses moradores, a diferença é ainda maior: as mulheres são 83% deste grupo etário.

A literatura vem registrando aumento no número de arranjos monoparentais, que tem sido atribuído, em grande parte, à instabilidade dos vínculos conjugais. Argumenta-se também que estes núcleos são formados por mulheres cada vez mais jovens, majoritariamente, separadas ou divorciadas. O aumento dos arranjos monoparentais também conta com o crescimento do número de mães solteiras. Este é um dado de especial relevância, pois há um consenso de que as famílias chefiadas por mulheres são famílias em risco social, ou seja, tradicionalmente identificadas em situação de maior vulnerabilidade social, e que conta com a presença de um contingente importante de crianças e adolescentes em tais domicílios.

Tabela 46 - Característica dos domicílios sem casal segundo o sexo do/a morador/a e faixa etária

Faixa etária	Feminino (%)	Masculino (%)	Total (%)
00 a 19 anos	50,2	61,2	55,2
20 a 59 anos	41,3	36,5	39,1
60 anos e mais	8,5	2,3	5,7
Total	100	100	100

Apesar da baixa escolaridade dos moradores desses domicílios “sem casal”, é possível observar os efeitos das políticas recentes de expansão da escolarização. A Constituição de 1988 tornou obrigatória a escolarização de crianças de 7 a 14 anos em todo o território nacional, ampliada, posteriormente, para a faixa etária de 4 e 17 anos (Emenda Constitucional nº 59/2009). A médio e longo prazo, essas medidas possibilitariam acabar com (ou reduzir fortemente) um enorme contingente de pessoas analfabetas na população em geral. Juntamente, temos visto es-

forços de expansão do ensino médio e de acesso ao ensino superior. É nesse sentido que podemos compreender a diferença de escolarização entre os membros destes domicílios sem casal: entre as pessoas com 50 anos e mais, há um predomínio de moradores com baixa escolaridade (83% têm até o nível fundamental completo), ao passo que metade dos adultos de outra geração (pessoas com 20 a 49 anos) atingiram ao menos o nível médio completo. Esse resultado indica um processo de escolarização de gerações mais jovens, sobretudo em relação às mulheres

15.3. CONSIDERAÇÕES

Embora o tamanho das famílias na população brasileira venha diminuindo nas últimas décadas – aspecto resultante do declínio das taxas de fecundidade, dentre outros fatores – o caráter de família nuclear continua a ser a forma predominante de organização e composição dos grupos sociais. Essa tendência também está presente nas comunidades de São Remo e Sem Terra, onde se observa que as unidades domésticas são compostas principalmente por mães, pais e filhos, ainda que de tamanho variado. Certamente há famílias recompostas neste universo, ou seja, núcleos formados após separações e recasamentos.

Ainda que o censo não tenha perguntado sobre separações e recasamentos/novas uniões, sabe-se que uma parcela dos arranjos domésticos resultantes da dissolução anterior tende a ser a formação de um outro núcleo com “novo casal” e filhos do casamento anterior e atual, mas também pode resultar em arranjos monoparentais. A presença do arranjo com apenas a mãe ou só o pai na companhia de filhos é um fenômeno com importante magnitude, sobretudo nos estratos socioeconômicos mais desfavorecidos da população.

Por fim, há que se reiterar o retrato obtido junto aos territórios de São Remo e Sem Terra: são famílias plurais, com arranjos e tamanhos diversos, que certamente contam com distintos graus de cooperação entre seus membros para a estruturação de seus cotidianos.



16. PRÁTICAS CULTURAIS

As pesquisas sobre práticas culturais se constituem em um importante instrumento para conhecer os comportamentos da população e verificar como se definem seus estilos de vida. Elas vêm sendo realizadas há várias décadas e em diferentes países, contribuindo para a identificação das atividades culturais preferidas por cada segmento da população, qual a frequência dessas práticas e quais as principais barreiras encontradas. Desta forma, trazem informações relevantes sobre as demandas e aspirações culturais de cada localidade e, conseqüentemente, subsidiam a formulação de políticas públicas.

As práticas culturais podem ser entendidas como o conjunto de atividades de consumo ou participação ligadas à vida intelectual e artística (COULANGEON, 2014), incluindo também as práticas culturais amadoras e outras atividades realizadas durante o tempo livre, nas quais os indivíduos podem se expressar. Este censo, além de traçar um perfil sociodemográfico de moradores das comunidades do entorno da USP, nos *campi* da capital do Estado, também incluiu questões relativas às práticas culturais dessa população. A análise aqui realizada buscou verificar as relações das práticas culturais dos moradores das comunidades com variáveis como gênero, idade, escolaridade, cor/raça, identidade negra, religião, tecnologias digitais, uso de computador e renda domiciliar mensal.

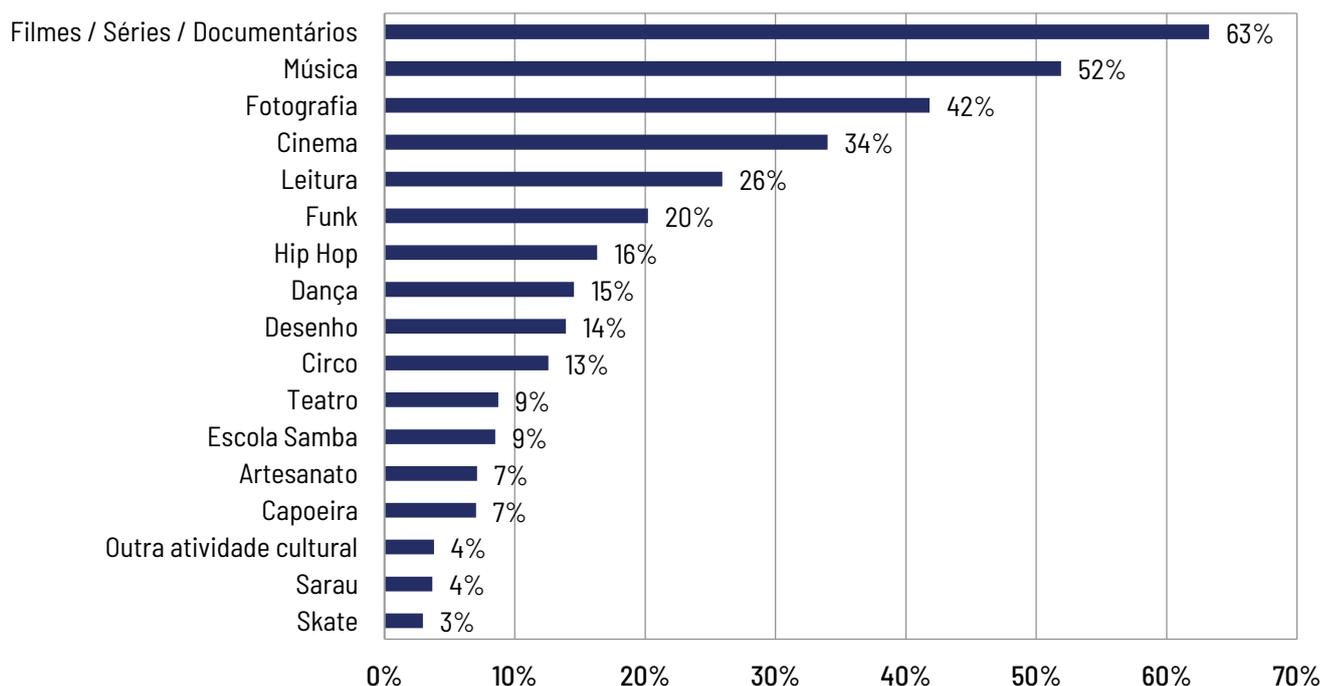
Os entrevistados foram perguntados sobre se algum morador do domicílio costuma (com frequência, habitualmente) praticar, promover ou acompanhar atividades como:

cinema; filmes/ séries/ documentários; fotografia; música/ canto; *hip hop/ rap/ break/ funk*; dança/ baile; teatro; artesanato; desenho/ pintura/ artes visuais/ artes visuais de rua; circo; capoeira; escola de samba/ bloco de carnaval; arte literária/ leitura; sarau/ *slam*; *skate* ou alguma outra atividade cultural não mencionada. O *skate* foi incorporado como prática cultural por ser uma atividade cada vez mais disseminada nas metrópoles e, em especial, na cidade de São Paulo, representando uma nova forma de uso do espaço público urbano e um estilo de vida, especialmente entre os jovens.

Os moradores das comunidades de São Remo e Sem Terra foram perguntados sobre as atividades que costumam praticar, promover ou acompanhar com frequência (habitualmente). A prática mais citada foi filmes/ séries/ documentários, que costuma ser praticada por 63% dos moradores, seguida de música/ canto (52%) – ambas praticadas habitualmente por mais da metade dos moradores.

Na sequência, foram indicados: fotografia (42%), cinema (34%), arte literária/ leitura (26%), *funk* (20%), *hip hop/ rap/ break* (16%), dança/ baile (15%), desenho/ pintura/ artes visuais/ artes visuais de rua (14%), circo (13%), teatro (9%), escola de samba/ bloco de carnaval (9%), artesanato (7%), capoeira (7%), sarau/ *slam* (4%) e, por último, *skate* (3%). No caso de outras atividades culturais, praticadas por 4% dos moradores, destacam-se: forró, atividades religiosas, atividades esportivas, atividades sociais, visita a instituições culturais, eventos etc.

Gráfico 19- Práticas culturais mais frequentes



Nas comunidades vizinhas ao *campus* Butantã da USP, 85% dos moradores praticam pelo menos uma atividade cultural, seja qual for, e apenas 15% não praticam nenhuma atividade. A seguir, serão apresentadas as expressões culturais por gênero, faixa etária, escolaridade, cor e identidade racial, religião, acesso às tecnologias digitais e renda domiciliar das pessoas praticantes ou apreciadoras.

16.1. PRÁTICAS CULTURAIS POR GÊNERO

Considerando o gênero dos moradores, não há diferença significativa no percentual de homens e mulheres que praticam ou se interessam por alguma atividade cultural – 85,4% e 85,1%, respectivamente. Na maior parte das atividades também não há diferenças significativas entre as indicações. Fotografia (45%), música/ canto (54%), arte literária/ leitura (29%) e artesanato (10%) são exemplos de práticas ou interesses um pouco mais prevalente entre as mulheres. Já o Hip hop/rap/ break (19%), o funk (22%) e a capoeira (9%) – expressões que misturam dança e música – são um pouco mais comuns entre os moradores do gênero masculino. As demais expressões pesquisadas trazem resultados bem próximos entre os gêneros.



Tabela 47 - Práticas culturais por gênero

	TOTAL	Gênero		
	-	Feminino	Masculino	Outro (*)
Filmes / Séries / Documentários	63%	63%	64%	50%
Música / Canto	52%	54%	50%	100%
Fotografia	42%	45%	38%	50%
Cinema	34%	35%	33%	50%
Arte literária / Leitura	26%	29%	23%	100%
<i>Funk</i>	20%	19%	22%	
<i>Hip hop / Rap / Break</i>	16%	14%	19%	
Dança / Baile	15%	15%	14%	
Desenho / Pintura / Artes visuais / Artes visuais de rua	14%	14%	14%	50%
Circo	13%	13%	12%	
Teatro	9%	10%	7%	50%
Escola de Samba / Bloco de car- naval	9%	9%	8%	50%
Artesanato	7%	10%	4%	50%
Capoeira	7%	5%	9%	
Outra atividade cultural	4%	4%	4%	
Sarau / <i>Slam</i>	4%	4%	3%	
Skate	3%	2%	4%	
Total absoluto (N)	8.457	4.421	4.034	2

(*) No questionário havia a opção “outro” na pergunta sobre gênero. Nas comunidades de São Remo e Sem Terra, apenas duas pessoas indicaram essa opção.

16.2. PRÁTICAS CULTURAIS POR IDADE

De modo geral, as práticas culturais vão se tornando menos intensas conforme aumenta a idade. No caso das práticas ligadas à escola de samba/ bloco de carnaval, pode-se verificar uma pequena inversão nessa tendência, com um pequeno aumento entre as faixas de 45 a 59 anos e de 60 anos ou mais (de 6% para 7%). Diferentemente das demais atividades, no artesanato o percentual de prática vai aumentando conforme a idade, chegando a 11% entre os moradores de 45 anos ou mais. O ápice das práticas culturais ocorre entre 12 e 34 anos, sendo nessas faixas etárias a maior incidência de prática habitual de atividades culturais.

Com relação às atividades consideradas na pesquisa, os dados indicam que mais de 70% dos moradores entre 12 e 34 anos têm o hábito de assistir filmes/ séries/ documentários. Já música/ canto é um hábito frequente em todas as faixas etárias, tendo uma pequena queda entre os moradores com idades mais avançadas, especialmente a partir dos 60 anos.

Tabela 48 - Práticas culturais por faixa etária, segundo a atividade ou expressão cultural

	Idade						
	0-11	12-15	16-24	25-34	35-44	45-59	60 ou +
Filmes / Séries / Documentários	62%	75%	77%	71%	63%	46%	38%
Música/canto	50%	57%	58%	56%	51%	48%	39%
Fotografia	45%	46%	51%	49%	42%	28%	15%
Cinema	35%	44%	50%	43%	28%	17%	8%
Arte literária/leitura	24%	31%	31%	30%	25%	19%	19%
<i>Funk</i>	18%	35%	41%	22%	11%	6%	4%
<i>Hip hop / Rap / Break</i>	13%	25%	25%	23%	14%	6%	4%
Dança / Baile	10%	14%	17%	18%	16%	13%	11%
Desenho / Pintura / Artes visuais / Artes visuais de rua	26%	18%	14%	13%	9%	6%	6%
Circo	20%	18%	10%	15%	9%	8%	6%
Teatro	9%	9%	12%	11%	7%	5%	5%
Escola de Samba / Bloco de carnaval	5%	6%	11%	12%	10%	6%	7%
Artesanato	4%	3%	4%	8%	9%	11%	11%
Capoeira	9%	11%	8%	8%	5%	3%	3%
Outra atividade cultural	3%	4%	4%	4%	4%	5%	3%
Sarau / <i>Slam</i>	3%	5%	5%	4%	3%	2%	1%
<i>Skate</i>	6%	10%	3%	2%	1%	1%	0%
Total absoluto (N)	1.560	555	1.580	1.581	1.318	1.199	664

Tabela 49 - Práticas culturais por faixa etária

	TOTAL	Idade							
		-	0-11	12-15	16-24	25-34	35-44	45-59	60 ou +
Prática pelo menos 1 atividade	Prática	85%	83%	94%	93%	90%	85%	77%	67%
	Não prática	15%	17%	6%	7%	10%	15%	23%	33%
TOTAL		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Total absoluto (N)	-	8.457	1.560	555	1.580	1.581	1.318	1.199	664

Os dados mostram que o percentual de moradores que não praticam nenhuma atividade cresce entre os que têm idades mais avançadas, ficando em 23% entre os moradores que têm entre 45 e 59 anos e em 33% entre os que têm 60 anos ou mais.

Esses resultados demonstram que deve haver barreiras para que os moradores de mais idade pratiquem atividades culturais, sendo importante investigar mais profundamente quais são os motivos para isso. Faltam atividades com foco nessas faixas etárias? Há oferta adequada? Há menos interesse pelas práticas culturais? Há dificuldades de mobilidade? As pessoas com mais idade circulam menos pelos espaços públicos? Há limites quanto ao uso das tecnologias digitais? A escolaridade tem influência nesse aspecto? Que outros fatores constituem barreiras para uma prática mais frequente?

16.3. PRÁTICAS CULTURAIS E ESCOLARIDADE

Em várias das atividades culturais abrangidas pela pesquisa, é possível verificar que os moradores com maior grau de escolaridade são os que mais costumam praticá-las, o que pode ser visto especialmente no caso de filmes/ séries/ documentários, que chega a 81% de prática para os moradores que têm curso superior, ou cinema, que também é prática mais frequente entre os moradores com essa escolaridade, chegando a 61%. Isso também ocorre no caso do teatro, que passa de 4% no caso dos moradores que nunca estudaram, a 7% para os que têm ensino fundamental, a 9% entre os que têm ensino médio, chegando a 25% entre moradores com curso superior. Na prática de atividades musicais não é significativa a diferença entre os graus de escolaridade.

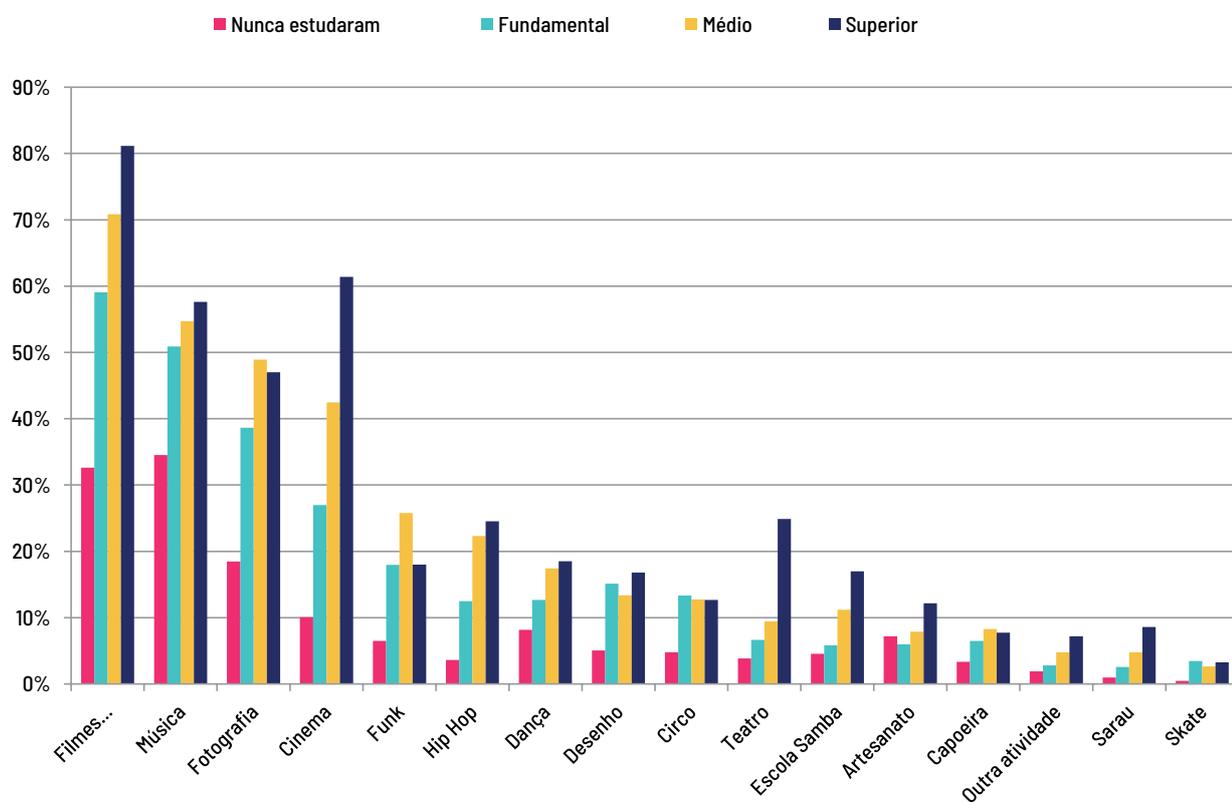
A escolaridade aqui considerada inclui a etapa que a pessoa frequenta ou chegou a frequentar, mesmo que não a tenha concluído. Outra observação importante é que, na tabela e nos gráficos a seguir, entre as 419 pessoas que nunca estudaram, 116 (28%) são crianças com menos de 5 anos de idade.

Tabela 50 - Práticas culturais por nível de escolaridade

	Escolaridade				
	Nunca estudaram	Fundamental	Médio	Superior	Sem informação
Filmes / Séries / Documentários	33%	59%	71%	81%	42%
Música / Canto	35%	51%	55%	58%	48%
Fotografia	18%	39%	49%	47%	30%
Cinema	10%	27%	42%	61%	18%
Funk	6%	18%	26%	18%	16%
Hip hop / Rap / Break	4%	12%	22%	25%	5%
Dança / Baile	8%	13%	17%	19%	10%

	Escolaridade				
	Nunca estudaram	Fundamental	Médio	Superior	Sem informação
Desenho / Pintura / Artes visuais / Artes visuais de rua	5%	15%	13%	17%	4%
Circo	5%	13%	13%	13%	7%
Teatro	4%	7%	9%	25%	3%
Escola Samba / Bloco de carnaval	5%	6%	11%	17%	7%
Artesanato	7%	6%	8%	12%	3%
Capoeira	3%	6%	8%	8%	3%
Outra atividade cultural	2%	3%	5%	7%	3%
Sarau / Slam	1%	3%	5%	9%	1%
Skate	0%	3%	3%	3%	1%
Total absoluto (N)	419	4.239	3.072	583	144

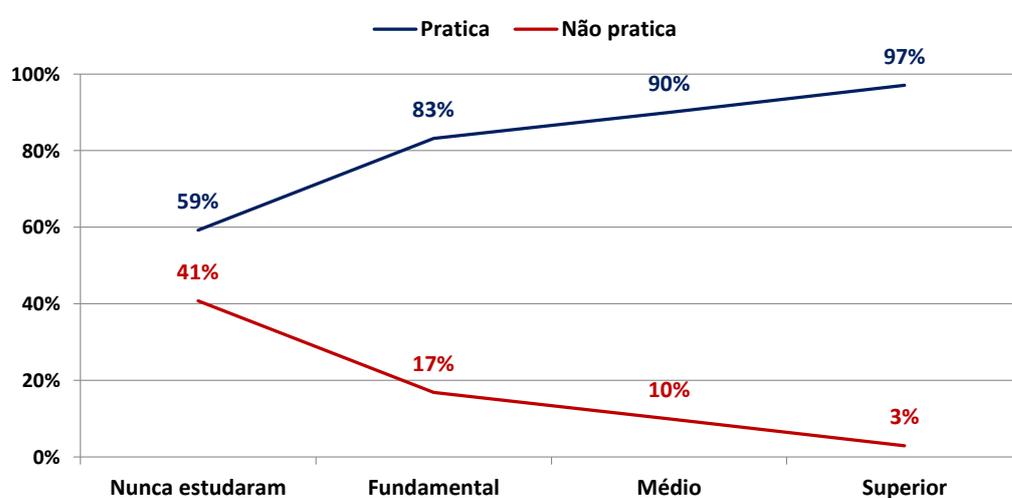
Gráfico 20 – Práticas culturais por nível de escolaridade, segundo a prática ou expressão cultural



Com exceção de fotografia e *funk*, que apresentam pequena queda entre os moradores do ensino médio para o superior, e de circo, capoeira e skate, em que os percentuais de prática se mantêm praticamente com a mesma incidência, em todas as demais práticas há um aumento da frequência conforme aumenta o grau de escolaridade.

O Gráfico 21 evidencia a relação direta que há entre a prática de atividades culturais e o grau de escolaridade. Entre os moradores que possuem nível superior, apenas 3% não praticam nenhuma atividade, ao passo que entre os que nunca estudaram, 41% não praticam atividades culturais, ou seja, quase a metade dos moradores que se encontram nessa condição. Cabe salientar, no entanto, que essa relação entre a frequência das práticas culturais e o grau de escolaridade não é novidade e é uma tendência observada em várias pesquisas de práticas culturais.

Gráfico 21 - Práticas culturais por nível de escolaridade



16.4. PRÁTICAS CULTURAIS E IDENTIDADE RACIAL

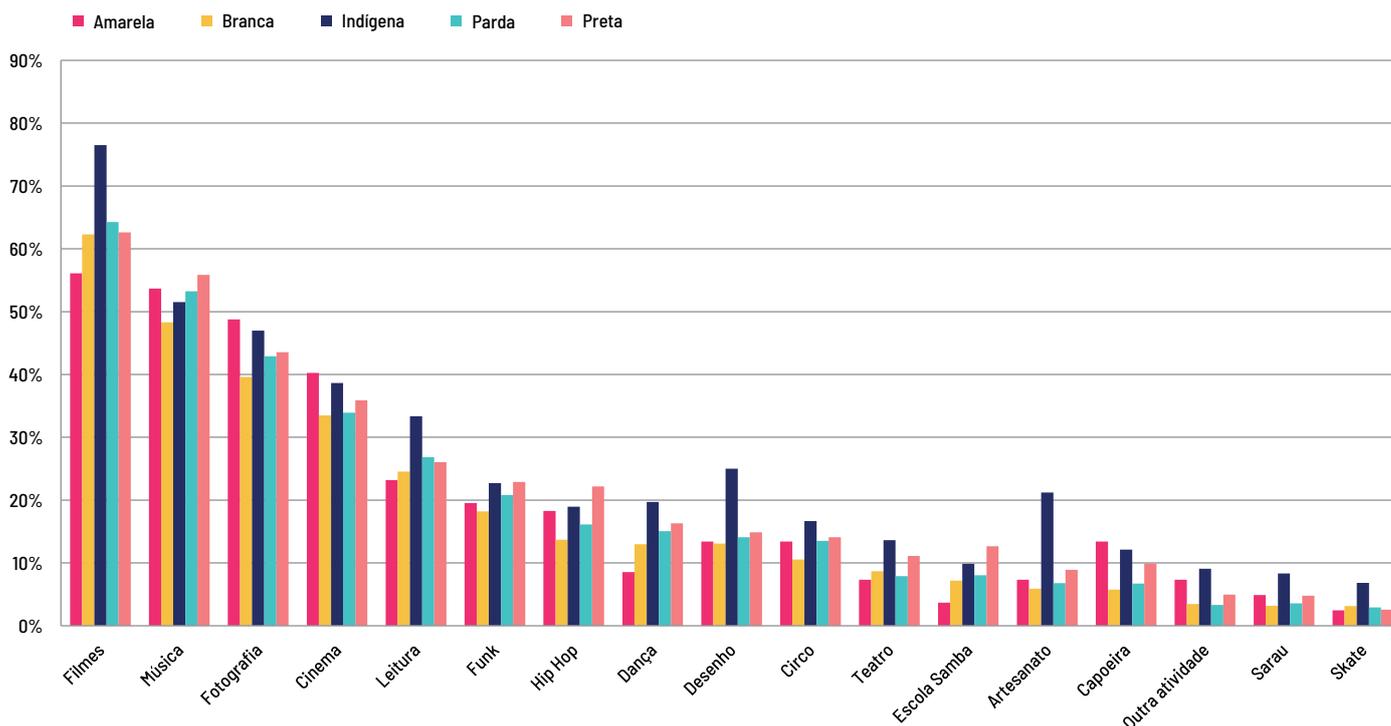
As práticas culturais dos moradores declarados de cor branca, parda ou preta em geral seguem os percentuais do total do conjunto de moradores de São Remo e Sem Terra, sendo que filmes/ séries/ documentários é a atividade mais habitual, seguida de música/ canto e, depois, de fotografia. Algumas diferenças podem ser verificadas entre os moradores de cor preta: a prática de música/ canto (56%), *hip hop/ rap/ break* (22%), escolas de samba/ bloco de carnaval (13%) e capoeira (10%) têm percentuais mais elevados em relação ao conjunto da população dessas comunidades.

Tabela 51 – Práticas culturais por cor/raça (parâmetros do IBGE), segundo a prática ou expressão cultural

	TOTAL	Cor / Raça					
	-	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Sem informação
Filmes/Séries/ Documentários	63%	56%	62%	77%	64%	63%	50%
Música / Canto	52%	54%	48%	52%	53%	56%	43%
Fotografia	42%	49%	40%	47%	43%	44%	27%
Cinema	34%	40%	33%	39%	34%	36%	16%
Arte literária / Leitura	26%	23%	25%	33%	27%	26%	20%
<i>Funk</i>	20%	20%	18%	23%	21%	23%	12%
<i>Hip hop / Rap / Break</i>	16%	18%	14%	19%	16%	22%	9%
Dança / Baile	15%	9%	13%	20%	15%	16%	12%
Desenho / Pintura / Artes visuais / Artes visuais de rua	14%	13%	13%	25%	14%	15%	4%
Circo	13%	13%	11%	17%	14%	14%	5%
Teatro	9%	7%	9%	14%	8%	11%	2%
Escola Samba / Bloco de carnaval	9%	4%	7%	10%	8%	13%	6%
Artesanato	7%	7%	6%	21%	7%	9%	8%
Capoeira	7%	13%	6%	12%	7%	10%	1%
Outra atividade cultural	4%	7%	3%	9%	3%	5%	4%
Sarau / <i>Slam</i>	4%	5%	3%	8%	4%	5%	
Skate	3%	2%	3%	7%	3%	3%	
Total absoluto (N)	8.457	82	2.817	132	3.866	1.447	113

Entre os moradores declarados indígenas (total de 132), chama a atenção o percentual elevado de práticas culturais frequentes, com destaque a filmes/ séries/ documentários (77%), desenho/ pintura/ artes visuais/ artes visuais de rua (25%) e artesanato (21%), que ficam bem acima dos percentuais gerais da população desses territórios. Esse dado parece compatível com os costumes dos povos indígenas, que têm o artesanato como atividade tradicional, e com a produção audiovisual, prática frequente para o registro das culturas e tradições desses povos. Arte literária/ leitura também se destaca entre esse grupo (33%). Já entre os poucos moradores declarados amarelos (total de 82), a fotografia, o cinema e a capoeira alcançam, pelo menos, 6 pontos percentuais a mais em relação ao total da população considerada.

Gráfico 22 - Práticas culturais por cor/raça



Além de se perguntar aos moradores das comunidades de São Remo e Sem Terra qual a cor de sua pele, também foi perguntado se a pessoa se identifica como negra. Os resultados do censo mostraram que, em todas as atividades culturais consideradas, o percentual de pessoas que se consideram negras e que praticam habitualmente essas atividades é maior do que no conjunto da população desses dois territórios. Pode-se deduzir que a proporção de moradores que se identificam como negros e praticam atividades culturais é maior do que a de não negros com tais hábitos.

A parcela que aprecia ou pratica alguma atividade cultural é de 89% entre os moradores que se identificam como pessoas negras e de 83% entre os que não se identificam assim. Vale assinalar que, nessas duas comunidades, embora 44% dos moradores se declarem de cor parda e 17% de cor preta, apenas 39% afirmam-se com a identidade negra.

Tabela 52 - Práticas culturais e identidade negra, segundo a prática ou expressão cultural

	TOTAL	Identidade Negra		
	-	Sim	Não	Sem informação
Filmes / Séries / Documentários	63%	67%	61%	55%
Música / Canto	52%	57%	49%	43%
Fotografia	42%	47%	39%	38%
Cinema	34%	37%	32%	24%
Arte literária / Leitura	26%	28%	25%	17%
Funk	20%	22%	19%	15%
Hip hop / Rap / Break	16%	20%	14%	12%
Dança / Baile	15%	17%	13%	10%
Desenho / Pintura / Artes visuais / Artes visuais de rua	14%	16%	13%	13%
Circo	13%	15%	11%	10%
Teatro	9%	11%	8%	4%
Escola de Samba / Bloco de carnaval	9%	12%	6%	5%
Artesanato	7%	9%	6%	5%
Capoeira	7%	9%	6%	6%
Outra atividade cultural	4%	5%	3%	2%
Sarau / Slam	4%	5%	3%	2%
Skate	3%	4%	3%	2%
Total absoluto (N)	8.457	3.406	4.799	252

Gráfico 23 - Práticas culturais e identidade negra

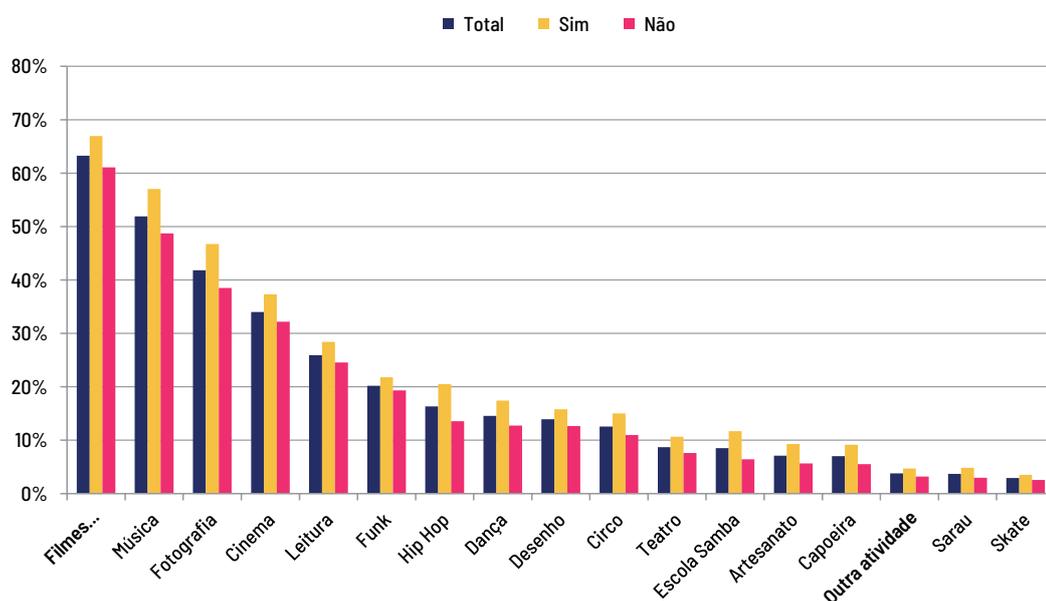


Tabela 53 - Práticas culturais e identidade negra

		TOTAL	Identidade Negra		
		-	Sim	Não	Sem informação
Prática pelo menos 1 atividade	Prática	85%	89%	83%	75%
	Não prática	15%	11%	17%	25%
Total absoluto (N)		-	8.457	3.406	4.799
				252	

16.5. PRÁTICAS CULTURAIS E RELIGIÃO

A pergunta sobre religião foi aplicada apenas para pessoas maiores de 18 anos de idade, por isso há muitas ocorrências de “não se aplica”. Com relação aos moradores evangélicos, o percentual de pessoas que pratica arte literária/ leitura habitualmente (31%) é maior do que no conjunto da população da comunidade de São Remo e Sem Terra (26%). Isso se deve, provavelmente, pelo costume de leitura da Bíblia, prática comum entre os seguidores dessa religião. Por outro lado, o percentual de pessoas que praticam dança/ baile (10%) é menor do que no conjunto de moradores (15%), assim como a prática de capoeira (5%).

Entre os moradores que seguem a religião católica, a prática habitual de várias das atividades culturais consideradas na pesquisa está abaixo do conjunto de moradores dessa região. Exceção pode ser feita à dança/ baile (20%), que é mais frequente do que no conjunto, assim como a frequência à escola de samba/ bloco de carnaval (11%) e a prática de artesanato (9%).

Já para as pessoas que seguem religiões afro-brasileiras, embora em número muito pequeno (apenas 87 dos respondentes), os percentuais estão acima do conjunto de moradores, com destaque à escola de samba/ bloco de carnaval (29% contra 9% do conjunto mais amplo), ao *hip hop/ rap/ break* (32% contra 16%), à música/ canto (67% contra 52%), ao teatro (25% contra 9%), ao *funk* (29% contra 20%) e à capoeira (16% contra 7%). Vale destacar que, entre esses moradores, 97% praticam pelo menos uma atividade cultural. No conjunto dos moradores de São Remo e Sem Terra, esse percentual ficou em 85%. Por fim, entre os que afirmam não ter religião, chama a atenção os percentuais referentes à prática de *funk*, que está acima do conjunto de moradores (28% contra 20%) e de *hip hop/rap/break* (22% contra 16%).

Tabela 54 - Práticas culturais e religião

	TOTAL	Religião					
	-	Católica	Evangélica	Afro-Brasileira	Outras	Nenhuma	Não se aplica
Filmes / Séries / Documentários	63%	58%	63%	68%	70%	65%	67%
Música / Canto	52%	51%	54%	67%	55%	49%	52%
Fotografia	42%	38%	43%	41%	47%	38%	47%
Cinema	34%	28%	33%	40%	36%	35%	39%
Arte literária / Leitura	26%	22%	31%	28%	42%	24%	26%
<i>Funk</i>	20%	17%	11%	29%	15%	28%	25%
<i>Hip hop / Rap / Break</i>	16%	14%	12%	32%	23%	22%	17%
Dança / Baile	15%	20%	10%	29%	14%	16%	11%
Desenho / Pintura / Artes visuais /Artes visuais de rua	14%	8%	12%	21%	13%	11%	23%
Circo	13%	10%	12%	15%	7%	9%	18%
Teatro	9%	8%	8%	25%	13%	8%	10%
Escola de Samba / Bloco de carnaval	9%	11%	5%	29%	10%	11%	6%
Artesanato	7%	9%	9%	20%	15%	6%	4%
Capoeira	7%	6%	5%	16%	7%	7%	9%
Outra atividade cultural	4%	3%	6%	10%	9%	3%	3%
Sarau / <i>Slam</i>	4%	3%	4%	14%	3%	4%	4%
<i>Skate</i>	3%	1%	1%	3%	1%	2%	7%
Total absoluto (N)	8.457	2.462	1.772	87	139	1.612	2.385

16.6. PRÁTICAS CULTURAIS E TECNOLOGIAS DIGITAIS

De maneira geral, o desenvolvimento das tecnologias digitais e o acesso à internet vêm impactando sensivelmente as práticas culturais, possibilitando novos modos de consumir e produzir conteúdo artístico e cultural. No caso das comunidades São Remo e Sem Terra, isso não é diferente, o que pode ser constatado pelas perguntas relativas ao uso de internet e computador aplicadas a pessoas maiores de cinco anos de idade.

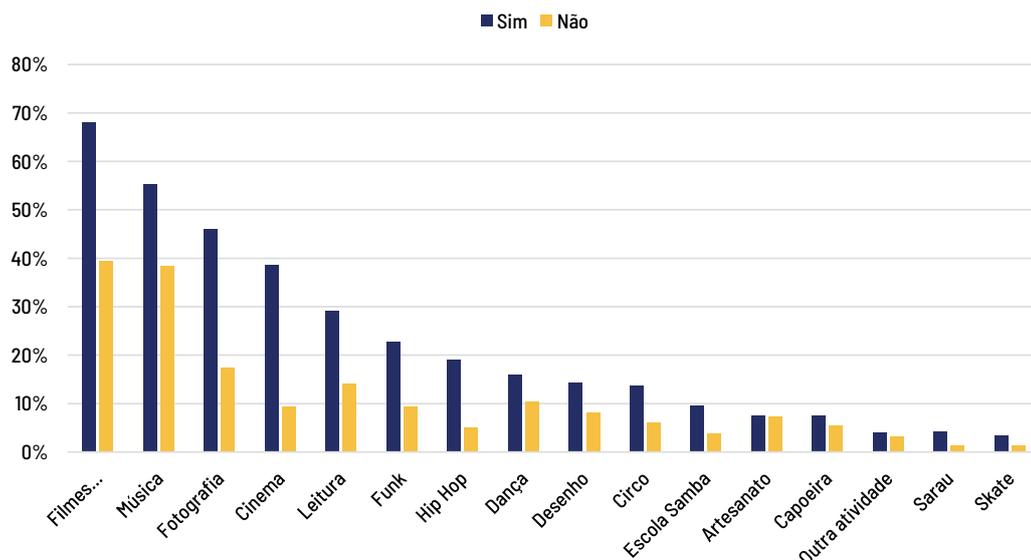
Tabela 55 - Práticas culturais e acesso à internet, segundo a prática ou expressão cultural

	TOTAL	Uso internet			
	-	Não se aplica	Sim	Não	Sem informação
Filmes / Séries / Documentários	63%	55%	68%	39%	20%
Música / Canto	52%	41%	55%	38%	20%
Fotografia	42%	41%	46%	18%	
Cinema	34%	29%	39%	9%	
Arte literária / Leitura	26%	13%	29%	14%	20%
<i>Funk</i>	20%	12%	23%	9%	
<i>Hip hop / Rap / Break</i>	16%	7%	19%	5%	
Dança / Baile	15%	7%	16%	10%	
Desenho / Pintura / Artes visuais / Artes visuais de rua	14%	20%	14%	8%	
Circo	13%	12%	14%	6%	20%
Escola de Samba / Bloco de carnaval	9%	5%	10%	4%	
Artesanato	7%	2%	8%	7%	
Capoeira	7%	4%	8%	5%	
Outra atividade cultural	4%	2%	4%	3%	
Sarau / <i>Slam</i>	4%	2%	4%	1%	
<i>Skate</i>	3%	1%	3%	1%	
Total absoluto (N)	8.457	618	6.697	1.137	5

Ao relacionar essas variáveis com a frequência de práticas culturais, é possível verificar que o hábito de praticar atividades culturais é um pouco maior entre as pessoas que fazem uso de internet, o que ocorre na maioria das atividades consideradas – com exceção de desenho/ pintura/ artes visuais/ artes visuais de rua, sarau/ *slam* e *skate*, que seguem os percentuais obtidos para o conjunto dos moradores.

Nos casos de filmes/ séries/ documentários (68%), música/ canto (55%) e arte literária/ leitura (29%), pode-se supor que essas práticas sejam favorecidas exatamente pelo uso de internet, seja para a fruição de criações disponibilizadas na web, seja para a produção e a difusão de produções próprias.

Gráfico 24 - Práticas culturais e acesso à internet



O mesmo fenômeno pode ser observado no caso de uso de computador – dessa vez com percentuais ainda mais elevados e para todas as atividades culturais consideradas. Cabe observar, no entanto, que entre os moradores das comunidades São Remo e Sem Terra, 79% das pessoas têm acesso à internet, ao passo que o uso de computador se limita a 34% em São Remo e 38% em Sem Terra.

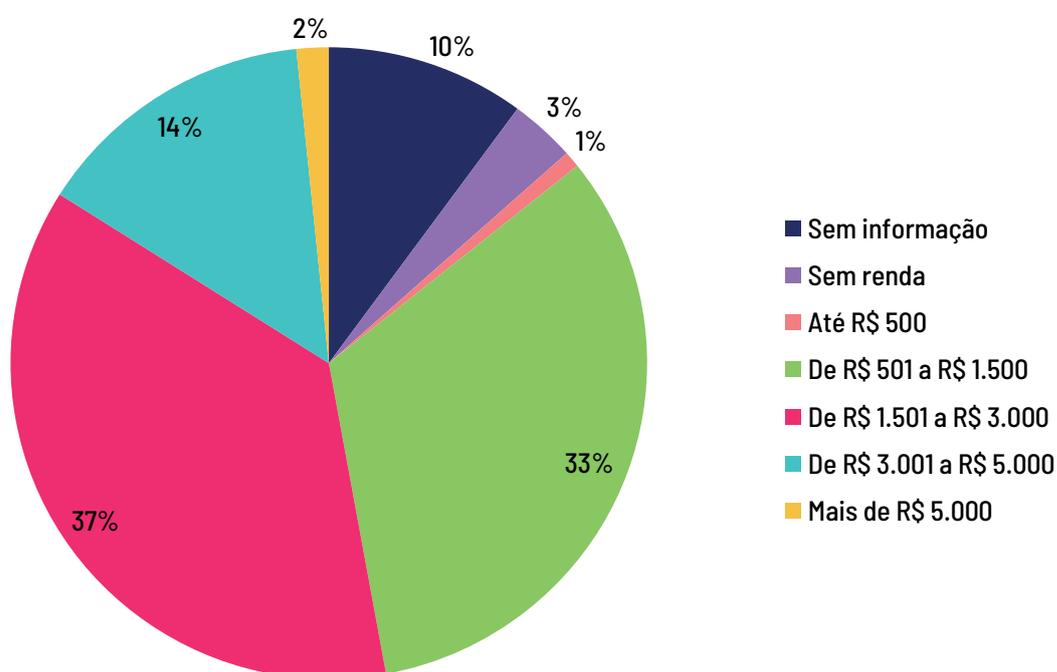
Tabela 56 - Práticas culturais e acesso ao computador

	-	Não se aplica	Sim	Não	Sem informação
Filmes / Séries / Documentários	63%	55%	74%	58%	50%
Música / Canto	52%	41%	56%	51%	58%
Fotografia	42%	41%	48%	38%	
Cinema	34%	29%	48%	26%	8%
Arte literária / Leitura	26%	13%	35%	22%	33%
Funk	20%	12%	23%	20%	25%
Hip hop / Rap / Break	16%	7%	23%	14%	
Dança / Baile	15%	7%	16%	15%	17%
Desenho / Pintura / Artes visuais / Artes visuais de rua	14%	20%	17%	11%	25%
Circo	13%	12%	16%	11%	
Escola de Samba / Bloco de carnaval	9%	5%	10%	8%	
Artesanato	7%	2%	9%	7%	
Capoeira	7%	4%	9%	6%	
Outra atividade cultural	4%	2%	6%	3%	
Sarau / Slam	4%	2%	6%	3%	
Skate	3%	1%	4%	2%	
Total absoluto (N)	8.457	618	2.910	4.917	12

16.7. PRÁTICAS CULTURAIS POR RENDA DOMICILIAR

Para a análise das práticas culturais, a renda domiciliar mensal foi organizada nas seguintes faixas: até R\$ 500,00 (sem renda); de R\$ 501,00 a R\$ 1.500,00; de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00; de R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 e mais de R\$ 5.000,00. Nas comunidades de São Remo e Sem Terra, a faixa de renda domiciliar preponderante é a de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00 (37%); seguida de R\$ 501,00 a R\$ 1.500,00 (33%); de R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 (14%); sem renda (3%); mais de R\$ 5.000,00 (2%) e até R\$ 500,00 (1%). Não há essa informação para 10% dos domicílios.

Gráfico 25- Faixa de renda domiciliar



Com relação às práticas culturais, os dados indicam que música/ canto é uma atividade que tem frequência maior entre os moradores sem renda (56%), até R\$ 500,00 (61%) e de R\$ 501,00 a R\$ 1.500,00 (54%), decaindo entre as faixas de maior renda. Filmes/ documentário/ séries é uma atividade bastante praticada por moradores que têm renda domiciliar mensal de R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 (66%), assim como fotografia (47%), com percentuais acima dos obtidos para o conjunto de moradores da região.

Cinema é uma atividade mais frequente entre os moradores com renda domiciliar mensal de R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 (46%) e de mais de R\$ 5.000,00 (49%), o que sugere que essa prática cultural encontra barreiras de ordem econômica. Já o *hip hop/ rap/ break* aparece com mais força entre os moradores que não têm renda. Dança/ baile, desenho/ pintura/ artes visuais/ artes visuais de rua, circo, artesanato e *skate* são as atividades mais frequentes entre os moradores de renda domiciliar mensal de até R\$ 500,00.

Tabela 57 - Práticas culturais por renda domiciliar, segundo a prática ou expressão cultural

	-	Sem renda	Até R\$ 500,00	De R\$ 501 a R\$ 1.500	De R\$ 1.501 a R\$ 3.000	De R\$ 3.001 a R\$ 5.000	Mais de R\$ 5.000	Sem informação
Filmes / Séries / Documentários	63%	59%	61%	62%	64%	66%	61%	61%
Música / Canto	52%	56%	61%	54%	51%	49%	38%	52%
Fotografia	42%	41%	40%	39%	43%	47%	43%	40%
Cinema	34%	24%	24%	29%	36%	46%	49%	28%
Arte literária / Leitura	26%	30%	29%	27%	26%	26%	23%	21%
Funk	20%	22%	19%	21%	19%	22%	12%	19%
Hip hop / Rap / Break	16%	21%	10%	18%	16%	16%	12%	13%
Dança / Baile	15%	15%	21%	17%	14%	13%	12%	12%
Desenho / Pintura / Artes visuais / Artes visuais de rua	14%	20%	30%	16%	13%	11%	9%	10%
Circo	13%	9%	29%	14%	12%	11%	22%	10%
Teatro	9%	11%	14%	9%	9%	10%	16%	4%
Escola de Samba / Bloco de carnaval	9%	12%	7%	9%	8%	7%	14%	9%
Artesanato	7%	9%	11%	8%	7%	6%	7%	6%
Capoeira	7%	9%	7%	8%	7%	7%	5%	5%
Outra atividade cultural	4%	4%	1%	3%	3%	5%	9%	4%
Sarau / Slam	4%	4%	1%	5%	3%	3%	2%	3%
Skate	3%	4%	10%	3%	2%	3%	4%	3%
Total absoluto (N)	8.457	282	70	2.779	3.116	1.218	138	854

Por fim, a prática habitual de arte literária/ leitura fica bem distribuída entre as várias faixas de renda, o que pode indicar duas possibilidades (que podem ser objeto de pesquisas futuras): em primeiro lugar, que a situação econômica aparentemente não é uma barreira para essa prática – haja vista que essa atividade é mais frequente nas faixas de menor renda, decrescendo conforme aumenta a renda; em segundo lugar, que

o entendimento do que seja arte literária/ leitura pode extrapolar os livros, considerando diferentes tipos de suportes e materialidade dos textos. Essa é uma questão que já vem sendo discutida por estudiosos das práticas culturais que propõem uma revisão do que se entende por arte literária/ leitura, podendo abarcar formatos e conteúdos variados.

17. ALIMENTOS QUE REPRESENTAM A FAMÍLIA

O censo realizado nas comunidades de São Remo e Sem Terra procurou conhecer a principal referência alimentar dos entrevistados, com a seguinte pergunta aberta: “Qual é o alimento (ou prato) que representa / simboliza a família desse domicílio?”. As respostas obtidas podem ser agrupadas por insumos (carne, frango, arroz, batata), por cortes específicos (acém, picanha), por modo de preparo (ao forno, frito, ensopado) ou, ainda, por tipo de culinária (comida nordestina, comida árabe, comida haitiana).

Considerando os itens mais citados, foram criadas sete categorias para ilustrar os tipos mais frequentes de respostas, dando conta principalmente do tipo de culinária (tipicamente brasileira ou internacional), dos principais insumos citados e de alguns pratos que apareceram com mais frequência.

Nos domicílios das comunidades da região oeste, os insumos mais citados foram arroz (54,1%) e feijão (53,3%), seguido por vegetais e saladas (16,7%) e carne (16,6%), sem especificar qual, além da carne vermelha (12%) e da branca (11,6%). Esses resultados refletem a dieta típica brasileira, que é o tradicional prato de arroz, feijão, mistura e salada.

Alimentos que podem ser agrupados como culinária internacional foram indicados por 10,8% dos respondentes, enquanto pratos típicos da culinária brasileira foram a resposta de 8,4% dos entrevistados. Dentre as massas, macarrão foi indicado por 9,8% dos respondentes, lasanha por 3,9% e pizza por 2,6%.

Tabela 58 - Frequência relativa de domicílios segundo a principal referência alimentar representativa da família

Grupo do alimento	Domicílio (%)
Insumo - arroz	54,1%
Insumo - feijão	53,3%
Vegetais e saladas	16,7%
Insumo - carne sem especificar	16,6%
Insumo - carne vermelha	12,0%
Insumo - carne branca	11,6%
Massas e afins	11,1%
Culinária internacional	10,8%
Culinária brasileira	8,4%
Insumo - ovo	3,8%
Doces	0,7%
Outros	3,5%
Sem informação	8,1%
Nada específico	0,3%

18. TORCIDA PARA TIME DE FUTEBOL

Em setembro de 2019, o Datafolha divulgou uma pesquisa nacional sobre torcida para times de futebol. Ouvindo 2.878 pessoas com mais de 16 anos, em 175 municípios do país, com margem de erro de 2 pontos percentuais, o Instituto apontou que, entre as quatro maiores torcidas do Brasil, três eram de clubes paulistanos: Corinthians (14%), São Paulo (8%) e Palmeiras (6%) ocuparam do segundo ao quarto lugar. O primeiro lugar na pesquisa pertenceu ao Flamengo, apontado com 20% da torcida nacional e ampla liderança nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. No Nordeste, por exemplo, o Flamengo alcançou uma preferência três vezes maior que a do Corinthians: 27% a 9%. Na região Sudeste, onde estão os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, a pesquisa assinalou um empate técnico entre os dois – 18% para o Corinthians e 17% para o Flamengo (UM EM..., 2019).

Dois anos antes, em 2017, o Datafolha incluiu o tema em uma pesquisa voltada para a avaliação da administração da capital paulista, onde entrevistou 1.092 pessoas com mais de 16 anos, tendo a pesquisa 3 pontos percentuais de margem de erro. O resultado dessa amostra foi, pela ordem, Corinthians (36%), São Paulo (19%), Palmeiras (12%) e Santos (5%). Vale destacar que, segundo a pesquisa, 24% dos paulistanos não torciam para nenhum time, percentual maior que o verificado em outras pesquisas realizadas em 1993 (12%), 1998 (12%), 2010 (13%), 2012 (17%) e 2014 (22%), por exemplo (GONÇALVES, 2017).

O Censo Vizinhança USP também trouxe esse tema para a pauta, perguntando se os moradores maiores de 10 anos de idade torcem para algum time e, caso positivo, qual. De cada três moradores maiores de 10 anos de idade, dois foram declarados (por si próprios ou pela pessoa entrevistada no domicílio) como torcedores de algum time de futebol.

Tabela 59 - Pessoas maiores de 10 anos de idade segundo o ato de torcer ou não para algum time de futebol

	São Remo		Sem Terra		Total	
	peçoas	%	peçoas	%	peçoas	%
Sim	4.144	66,8%	625	66,8%	4.769	66,8%
Não	1.997	32,2%	300	32,1%	2.297	32,2%
Sem informação	67	1,1%	11	1,2%	78	1,1%
Total	6.208	100%	936	100%	7.144	100%

Tabela 60 - Pessoas maiores de 10 anos de idade segundo o time de futebol para o qual torce

Time	São Remo		Sem Terra		Total	
	peçoas	%	peçoas	%	peçoas	%
Não torce ou sem informação se torce	2.064	33,3%	311	33,2%	2.384	33,4%
Corinthians	1.869	30,1%	252	26,9%	2.121	29,7%
São Paulo	1.052	17,0%	172	18,4%	1.224	17,1%
Palmeiras	654	10,5%	97	10,4%	751	10,5%
Flamengo	236	3,8%	44	4,7%	280	3,9%
Santos	216	3,5%	29	3,1%	245	3,4%
Vasco	27	0,4%	9	1,0%	36	0,5%
Seleção brasileira	11	0,2%	3	0,3%	14	0,2%
Bahia	9	0,1%	1	0,1%	10	0,1%
Atlético Mineiro	7	0,1%	-	0,0%	7	0,1%
Cruzeiro	5	0,1%	1	0,1%	6	0,1%
Ceará	5	0,1%	-	0,0%	5	0,1%
Fluminense	5	0,1%	-	0,0%	5	0,1%
Barcelona	4	0,1%	-	0,0%	4	0,1%
Botafogo	2	0,0%	1	0,1%	3	0,0%
Real Madrid	1	0,0%	2	0,2%	3	0,0%
Athletico Paranaense	-	0,0%	2	0,2%	2	0,0%
Bayern de Munique	2	0,0%	-	0,0%	2	0,0%
Internacional	2	0,0%	-	0,0%	2	0,0%
Náutico	1	0,0%	1	0,1%	2	0,0%
Paysandu	2	0,0%	-	0,0%	2	0,0%
Seleção brasileira feminina	-	0,0%	2	0,2%	2	0,0%
Grêmio	-	0,0%	1	0,1%	1	0,0%
Pão de Queijo	-	0,0%	1	0,1%	1	0,0%
Paraíba Sport Clube	1	0,0%	-	0,0%	1	0,0%
São Remo	1	0,0%	-	0,0%	1	0,0%
Time das crianças da São Remo	1	0,0%	-	0,0%	1	0,0%
Vitória	1	0,0%	-	0,0%	1	0,0%
Múltipla preferência	20	0,3%	6	0,6%	26	0,4%
Não determinado	8	0,1%	1	0,1%	2	0,0%
Total	6.206	100%	936	100%	7.144	100%

O Corinthians é a preferência de 30,1% dos moradores com mais de 10 anos de São Remo e 26,9% do Sem Terra. Em seguida, aparece o São Paulo, com 17,0% e 18,4%, respectivamente. Em terceiro lugar, o Palmeiras, com 10,5% e 10,4%. E, em quarto, aparece o Flamengo, do Rio de Janeiro, com uma pequena diferença à frente do Santos: considerando São Remo e Sem Terra juntos, os totais são 3,9% para o time carioca e 3,4% para o da baixada santista.

Algumas suposições podem ajudar a explicar a preferência pelo Flamengo na mesma casa percentual do Santos em pleno território paulistano. Uma delas, diz respeito ao êxito do time em 2019 (ano de realização deste censo), que atraiu a atenção principalmente de crianças e adolescentes. Vale lembrar que, no Censo Vizinhaça USP, o foco etário foi a partir dos 10 anos. Outra suposição consiste no fato de morar um bom número de nordestinos adultos e idosos em São Remo e Sem Terra, o que foi abordado no item 12 (Nacionalidade e Naturalidade) desta publicação. Como visto na mencionada pesquisa do Datafolha, de 2019, o Flamengo estava com 27% da preferência nos estados da região Nordeste (percentual maior que a sua média nacional, de 20%), enquanto times nordestinos tradicionais reuniram percentuais bem menores – os mais bem colocados foram o Bahia e o Sport, cada um com 4% dos nordestinos acima de 16 anos, seguidos de Santa Cruz, Fortaleza, Vitória e Ceará, cada um com 2% da população da própria região.

O contingente de pessoas acima de 10 anos declarados não torcedores alcançou um em cada três moradores. Os times locais foram mencionados por apenas três pessoas, torcedoras do Pão de Queijo, do São Remo e do “time das crianças de São Remo”.

19. DEPENDÊNCIA DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS

O consumo de substâncias psicoativas é parte da história da humanidade, sendo realizado em práticas sociais controladas ritualisticamente, tais como cerimônias religiosas, rituais de iniciação etc. Entretanto, com o desenvolvimento histórico assiste-se o esvaziamento desse controle ritual sobre o uso de psicoativos, de modo que um fenômeno novo começa a fazer parte das sociedades modernas: a perda de controle sobre o uso dessas substâncias, levando à compulsividade (GIDDENS, 1977) ou, do ponto de vista do modelo biomédico, à dependência química.

Nas sociedades democráticas, nas quais a saúde é um direito garantido pelo Estado, tem-se a presença de políticas públicas para fazer frente a essa perda de controle no consumo de substâncias psicoativas. É nessa linha que diferentes países, inclusive o Brasil, são signatários de tratados e convenções ratificadas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e por seus países membros, em relação às substâncias consideradas ilícitas e lícitas e os possíveis danos decorrentes de seu consumo (BAS-TOS *et al.*, 2017).

Nas últimas décadas, as políticas em relação ao uso dos psicoativos, lícitos e ilícitos, têm oscilado entre a perspectiva proibicionista e a de redução de danos.

De um lado, a perspectiva proibicionista condena o uso das substâncias consideradas ilícitas a partir do ponto de vista médico e legal e adota regras rígidas que associam o seu uso a um suposto “mundo das drogas” ligado à marginalidade (FEFFERMANN E FIGUEIREDO, 2006). Como consequência, tem-se um conjunto de ideias autoritárias e preconceituosas que opera a

criminalização e demonização do usuário dessas substâncias. Com efeito, o consumo de substâncias consideradas ilícitas, particularmente pelos jovens, os enquadra na categoria de “grupo de risco”, o que reforça uma perspectiva normativa e disciplinadora, que entende o uso das substâncias dentro de um quadro diagnóstico sob um ponto de vista médico-legal (CAMPOS, 2010).

De outro lado, temos uma perspectiva de redução dos possíveis danos causados pelo consumo das substâncias, que, ao contrário do proibicionismo, reconhece que o uso dessas substâncias é uma atividade social, de modo que os padrões de uso (quem usa, o que usa e como usa) estão sujeitos a determinantes socioculturais e não podem ser reduzidos aos aspectos médico-legais. Ao contrário da “tolerância zero” ou da “guerra às drogas”, a política de redução de danos preconiza estratégias de autocontrole ou controle societário já existentes entre os usuários. Com isso, busca-se reduzir os possíveis danos advindos do uso dos psicoativos por meio de estratégias de saúde que envolvem a mobilização de recursos socioculturais já existentes, inclusive com a participação dos próprios usuários para atuar no assessoramento e elaboração de políticas públicas de saúde (MACRAE, s/d).

Neste censo, foi utilizado o critério da autodeclaração para definir se havia alguém no domicílio pesquisado considerado dependente de alguma substância psicoativa lícita ou ilícita, isto é, álcool, tabaco e outras drogas. Em algumas situações a própria pessoa entrevistada se autodeclarava dependente de alguma substância. Com efeito, nos territórios da zona oeste, 193 (5,5%) pessoas entrevistadas se autodecla-

raram dependentes de alguma substância psicoativa. Esse dado é importante, pois pode indicar que o entrevistado reconhece que perdeu o controle sobre o uso da substância e que isso pode lhe causar possíveis danos a sua vida pessoal e familiar.

Embora a dependência química seja considerada um diagnóstico médico, a partir dos critérios utilizados no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DS-M-IV), o critério da autodeclaração também pode ser considerado válido, pois se refere aos possíveis danos causados na vida familiar e social por aqueles que se consideram e são considerados dependentes, levando-se em conta o contexto social, cultural e histórico no qual os entrevistados estão inseridos (CAMPOS, 2010).

O censo revela que, nos territórios da zona oeste, 357 (4,2%) pessoas entrevistadas são consideradas dependentes de álcool, tabaco e outras drogas. Especificamente, isso corresponde a 313 pessoas (4,3%) em São Remo e 44 pessoas (4,0%) no Sem Terra. O censo apurou também que, no conjunto dos territórios, 193 (5,5%) pessoas se autodeclararam como dependentes de álcool, tabaco e outras drogas. Deste total, 166 pessoas (5,5%) são da comunidade São Remo e 27 pessoas (5,9%) da comunidade Sem Terra.

Tabela 61 - Total de pessoas declaradas, pela pessoa entrevistada, com dependência química, de álcool ou outras drogas

	São Remo		Sem Terra		Total	
	peçoas	%	peçoas	%	peçoas	%
Sim	313	4,3%	44	4,0%	357	4,2%
Não	7.050	95,7%	1.050	96,0%	8.100	95,8%
Total	7.363	100%	1.094	100%	8.457	100%

Esses números são expressivos na medida em que revelam a gravidade do problema da dependência e seus efeitos para as pessoas e famílias pesquisadas. Além disso, eles também se encontram muito próximos à média nacional que, segundo dados do III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela

população brasileira (III LENUD), realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), em 2014, corresponde a 5,5% da população que sofre com a dependência de álcool, tabaco e outras drogas (BASTOS *et al.*, 2017).

Tabela 62 – Pessoas declaradas, pela pessoa entrevistada, com dependência química em São Remo e Sem Terra, por gênero e substância

	Feminino		Masculino		Outro		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
não é dependente - total	4.320	97,7%	3.778	93,7%	2	100%	8.100	95,8%
sim - total	101	2,3%	256	6,3%			357	4,2%
sem informação			2	0,0%			2	0,0%
álcool	19	0,4%	89	2,2%			108	1,3%
álcool; cocaína			2	0,0%			2	0,0%
álcool; cocaína; maconha			5	0,1%			5	0,1%
álcool; cocaína; maconha; tabaco			2	0,0%			2	0,0%
álcool; drogas	2	0,0%	9	0,2%			11	0,1%
álcool; maconha			3	0,1%			3	0,0%
álcool; maconha; tabaco;			2	0,0%			2	0,0%
álcool; tabaco	2	0,0%	14	0,3%			16	0,2%
álcool; tabaco; cocaína; maconha			1	0,0%			1	0,0%
cocaína			6	0,1%			6	0,1%
cocaína; maconha			4	0,1%			4	0,0%
cocaína; maconha; tabaco	2	0,0%					2	0,0%
<i>crack</i>			1	0,0%			1	0,0%
drogas	2	0,0%	20	0,5%			22	0,3%
maconha	9	0,2%	40	1,0%			49	0,6%
maconha; drogas			1	0,0%			1	0,0%
maconha; lança perfume			2	0,0%			2	0,0%
maconha; tabaco	6	0,1%	2	0,0%			8	0,1%
tabaco	59	1,3%	50	1,2%			109	1,3%
tabaco; <i>crack</i>			1	0,0%			1	0,0%
Total Geral	4.421	100%	4.034	100%	2	100%	8.457	100%

Tabela 63 – Pessoas declaradas, pela pessoa entrevistada, com dependência química no São Remo, por gênero e substância

	Feminino		Masculino		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
não é dependente - total	3.774	97,8%	3.276	93,5%	7.050	95,7%
sim - total	84	2,2%	229	6,5%	313	4,3%
sem informação			2	0,1%	2	0,0%
álcool	17	0,4%	84	2,4%	101	1,4%
álcool; cocaína			2	0,1%	2	0,0%
álcool; cocaína; maconha			1	0,0%	1	0,0%
álcool; cocaína; maconha; tabaco			2	0,1%	2	0,0%
álcool; drogas	2	0,1%	9	0,3%	11	0,1%
álcool; maconha			2	0,1%	2	0,0%
álcool; maconha; tabaco;			2	0,1%	2	0,0%
álcool; tabaco	1	0,0%	13	0,4%	14	0,2%
álcool; tabaco; cocaína; maconha			1	0,0%	1	0,0%
cocaína			3	0,1%	3	0,0%
cocaína; maconha			4	0,1%	4	0,1%
cocaína; maconha; tabaco	2	0,1%			2	0,0%
<i>crack</i>			1	0,0%	1	0,0%
drogas	2	0,1%	19	0,5%	21	0,3%
maconha	7	0,2%	40	1,1%	47	0,6%
maconha; drogas			1	0,0%	1	0,0%
maconha; lança perfume			2	0,1%	2	0,0%
maconha; tabaco	6	0,2%	2	0,1%	8	0,1%
tabaco	47	1,2%	38	1,1%	85	1,2%
tabaco; <i>crack</i>			1	0,0%	1	0,0%
Total Geral	3.858	100%	3.505	100%	7.363	100%

Tabela 64 – Pessoas declaradas, pela pessoa entrevistada, com dependência química no Sem Terra, por gênero e substância

	Feminino		Masculino		Outro		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
não é dependente - total	546	97%	502	94,9%	2	100%	1.050	96,0%
sim - total	17	3,0%	27	5,1%			44	4,0%
álcool	2	0,4%	5	0,9%			7	0,6%
álcool; cocaína; maconha			4	0,8%			4	0,4%
álcool; maconha			1	0,2%			1	0,1%
álcool; tabaco	1	0,2%	1	0,2%			2	0,2%
cocaína			3	0,6%			3	0,3%
drogas			1	0,2%			1	0,1%
maconha	2	0,4%					2	0,2%
tabaco	12	2,1%	12	2,3%			24	2,2%
Total Geral	563	100%	529	100%	2	100%	1.094	100%

19.1. DEPENDÊNCIA DE ÁLCOOL

Em relação ao tipo de substância, o censo mostra que nas comunidades da zona oeste, um total de 1,3% das pessoas é dependente de álcool, o que corresponde a 108 pessoas, sendo 1,4% na comunidade São Remo e 0,6% no Sem Terra.

A autodeclaração de dependência de álcool, na zona oeste, foi feita por 45 pessoas (1,3%), sendo 43 pessoas (1,4%) na comunidade São Remo e 2 pessoas (0,4%) no Sem Terra.

Esses números estão próximos da média nacional que, segundo o III LENUD, 1,5% da população é dependente de álcool e drogas (BASTOS *et al.*, 2017, p 126-127). Esses dados reforçam a importância do alcoolismo nessas comunidades periféricas e a necessidade de políticas públicas de saúde que ajudem a controlar e reduzir os possíveis danos dessa dependência.

A associação de álcool com tabaco é de cerca 0,2% nos territórios da zona oeste, num total de 16 pessoas, mesmo quando a própria

pessoa se autodeclara dependente. A associação de álcool com drogas consideradas ilícitas (maconha e cocaína) é de 0,1% no conjunto dos territórios pesquisados.

As estimativas de dependência de álcool por sexo também são importantes nas regiões recenseadas. Considerando a totalidade da população pesquisada, nos territórios da zona oeste, a dependência de álcool foi 5,5 vezes mais frequente entre os homens (2,2%) do que entre as mulheres (0,4%). E, quando se observa as comunidades especificamente, as maiores proporções ocorrem na comunidade São Remo, na qual a dependência de álcool é seis vezes mais frequente entre os homens (2,4%) do que entre as mulheres (0,4%). Esses dados chamam a atenção quando se observa as estimativas nacionais que, segundo o III LENUD, apontam para uma frequência de dependência de álcool de 3,4 vezes maior entre os homens (2,4%) do que entre as mulheres (0,7%) (BASTOS *et al.*, 2017, p. 127). Os dados da comunidade São Remo estão acima da média nacional, o que acen-

tua a gravidade do problema. Isso porque as consequências do alcoolismo para a vida pessoal e familiar são profundas, podendo estar associada a agravos, como a violência doméstica (CAMPOS, 2010).

É importante ressaltar que o fato da proporção de mulheres dependentes de álcool ser menor do que entre os homens não diminui a gravidade do problema do alcoolismo feminino. Como mostra a literatura científica sobre o tema, ainda existe muito preconceito em torno desta questão, sendo marcada por sentimentos de vergonha, que, muitas vezes, impedem as mulheres de se reconhecerem como dependentes de álcool e procurar ajuda (ALZUGUIR, 2014).

Os dados por faixa etária também apontam para a gravidade do problema da dependência de álcool nos territórios pesquisados. Considerando a totalidade da pesquisa, nos territórios da zona oeste, encontramos uma prevalência de dependência de álcool nas faixas etárias de 45 a 49 anos (4,2%) e de 55 a 59 anos (3,7%), sendo que as maiores prevalências foram encontradas na comunidade São Remo, com 4,2% na faixa etária de 45 a 49 anos e de 4,1% na faixa de 55 a 59 anos.

Aqui é importante ressaltar que, quando a própria pessoa entrevistada se declara dependente de álcool, as maiores proporções no total dos territórios da zona oeste são para as seguintes faixas etárias: 35 a 39 anos (2,3%), 45 a 49 anos (2,1%) e de 55 a 59 anos (2,3%). E, na comunidade São Remo, 35 a 39 anos (2,6%), 45 a 49 anos (2,5%) e de 55 a 59 anos (2,7%). Além disso, vale notar que entre os adolescentes (15 a 19 anos) a prevalência de dependência nos territórios da Zona Oeste foi de 0,5%, sendo que na comunidade São Remo foi de 0,6%.

Esses dados são relevantes quando se observa que a maior prevalência de dependência de álcool ocorre na faixa etária de maior produtividade ligada ao trabalho. É preciso considerar que essas comunidades periféricas são habitadas por trabalhadores assalariados que dependem da renda advinda do trabalho para sua reprodução material e social. Com efeito, o alcoolismo pode comprometer a possibilidade de esse trabalhador prover a manutenção de si mesmo e de sua família (CAMPOS, 2010).

19.2. DEPENDÊNCIA DE TABACO

Outra dependência importante apontada pela pesquisa foi a de tabaco, o que pode sugerir a dependência por nicotina presente nos cigarros. Entre os pesquisados na zona oeste, observa-se um total de 109 pessoas (1,3%) dependentes de tabaco, sendo 85 pessoas (1,2%) na comunidade São Remo. Nos territórios da zona oeste, 74 pessoas entrevistadas (2,1%) se declararam dependentes de tabaco. No censo, a associação de tabaco com drogas consideradas ilícitas é irrelevante do ponto de vista estatístico.

Nos resultados por sexo, os territórios da zona oeste apresentaram percentuais semelhantes quanto à dependência de tabaco: 1,3%, num total de 59 mulheres, e 1,2%, num total de 50 homens. Porém, se do ponto de vista estatístico essa diferença pode parecer irrelevante, do ponto de vista da saúde pública pode indicar uma tendência de tabagismo maior entre as mulheres, o que difere dos dados nacionais que apontam uma maior prevalência de consumo de tabaco entre os homens, conforme o III LENUD (BASTOS *et al.*, 2017, p.91).

Em relação às faixas etárias, o censo revelou uma maior prevalência da dependência por tabaco, entre 45 e 49 anos, num total de 3,7%. Dentre as pessoas que se autodeclararam dependentes de tabaco por faixa etária, as maiores proporções são: 35 a 39 anos (2,5%), 40 a 44 anos (3,3%), 45 a 49 anos (3,8%), 50 a 54 anos (3,3%) e 60 a 64 anos (3,5%). Aqui, cabe ressaltar, por um lado, a baixa prevalência entre os adolescentes, em torno de 0,5%, e, por outro lado, a alta prevalência dessa dependência entre pessoas idosas, o que pode favorecer agravos importantes como o câncer pulmonar.

Como bem aponta o III LENUUD, no Brasil, existe legislação específica que proíbe a venda de cigarros a menores de 18 anos (Lei nº 10.702/2003), além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que também proíbe o fornecimento, ainda que gratuitamente, de substâncias que podem causar dependência (BASTOS *et al.*, 2017). O censo encontrou um percentual pequeno de 0,1% de dependentes na faixa de 10 a 14 anos nessa região, o que pode indicar a retração do consumo nessa faixa etária.

19.3. DEPENDÊNCIA DE DROGAS ILÍCITAS

Em relação às drogas consideradas ilícitas, a pesquisa no São Remo e Sem Terra revelou uma prevalência da maconha de 0,6%. Quando a própria pessoa se autodeclara dependente de maconha, esse número é de 0,3%.

As estimativas por sexo revelam que, nos territórios da zona oeste, a dependência afeta 1,0% dos homens e 0,2% das mulheres. A associação entre maconha e tabaco é encontrada em 0,1% das mulheres dos territórios pesquisados.

Os dados por faixa etária indicam uma maior prevalência entre os jovens dos territórios da zona oeste, das faixas etárias entre 25 e 29 (1,5%) e 30 e 34 anos (1,8%). Considerando aqueles que se autodeclararam dependentes de maconha, temos as maiores proporções nas seguintes faixas etárias: 25 a 29 anos (2,3%) e 30 a 34 anos (2,7%). Em relação às comunidades, os maiores achados são na São Remo, de 25 a 29 anos (2,5%) e 30 a 34 anos (3,1%).

É importante ressaltar que a autodeclaração como dependente de maconha pode estar relacionada ao uso dessa substância

psicoativa e não necessariamente a um diagnóstico médico. A juventude concebida como uma “fase da vida” faz parte de um processo social mais amplo que envolve aprendizagem e a experimentação, inclusive de substâncias consideradas ilícitas como a maconha, o que vai compor a construção identitária e subjetiva desses jovens, dentro do contexto social e cultural no qual estão inseridos. Assim, é importante ter cautela em relação à reificação da noção de juventude como fonte de risco, que vê o jovem como um ser desviante, em uma perspectiva normatizadora e disciplinadora.

Em relação à dependência de outras substâncias psicoativas, tais como cocaína e *crack*, os resultados não foram expressivos do ponto de vista estatístico em ambos os territórios da zona oeste.

A pesquisa do censo sobre dependência de álcool, tabaco e outras drogas só vem reforçar a importância de políticas públicas de saúde que ajudem a reduzir os possíveis danos à saúde daqueles que se consideram dependentes, sem que, com isso, comprometam sua autonomia.

20. DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Nas últimas décadas, observa-se um re-
crudescimento das chamadas doenças
crônicas não transmissíveis (DCNT), cujos
sofrimentos de longa duração obrigam os
adoecidos a conviverem com um mal con-
siderado incurável, com importantes con-
sequências e reflexos sobre a própria vida
e seu manejo cotidiano, bem como sobre as
relações sociais – familiares e profissionais
(CANESQUI, 2007).

Esse quadro tem exigido também uma mu-
dança no paradigma médico, obrigando-o
a afastar-se dos tratamentos agudos em
direção a um “controle” de longo prazo das
doenças. Dito de outro modo, as doenças
crônicas têm provocado uma transição da
“cura” para o “cuidado”, envolvendo a ges-
tão e o gerenciamento da doença e, conse-
quentemente, da própria saúde por parte
do adoecido (HELMAN, 2003).

Como ressaltam Claudine Herzlich e Janine
Pierret (1991), diante de uma doença crô-
nica, o doente deve passar a “gerir a doen-
ça”, responsabilizando-se pelo cuidado de
si mesmo, uma vez que, ele deve conviver
com a realidade inelutável de que tem uma
“doença incurável”.

Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde,
realizada em 2019, reforçam que as DCNT
provocam um elevado número de mortes
prematargas (entre 30 e 69 anos de idade)
e repercutem na qualidade de vida dos que
acometem e ocasionam impacto econômico
para a sociedade e os sistemas de saúde
(BRASIL, 2020). Nessa linha, a Pesquisa
aponta que 23,9% da população com 18
anos ou mais possuem diagnóstico de hi-
pertensão arterial, o que corresponde a
38,1 milhões de pessoas (BRASIL, 2020, p.
54). Já em relação ao diabetes, a pesquisa

aponta que 7,7% da população de 18 anos
ou mais possuem diagnóstico médico de
diabetes, o que equivale a 12,3 milhões de
pessoas (BRASIL, 2020, p.59). Em relação
ao colesterol alto, a pesquisa aponta 14,6%
das pessoas de 18 anos ou mais de idade
(23,2 milhões) com esse diagnóstico (BRA-
SIL, 2020, p.62).

O censo apurou as incidências das DCNT
nos territórios de São Remo e Sem Terra.
Com efeito, 1,7% das pessoas reportaram
ter hipertensão arterial, o que correspon-
de a 141 pessoas e 1,1% das pessoas têm
diabetes, o que corresponde a 89 pessoas.
Ainda, 21 pessoas têm colesterol alto, o que
equivale a 0,2% da população. Destas, 131
pessoas (1,8%) que possuem hipertensão
arterial, 88 pessoas (1,2%) que têm dia-
betes e 21 pessoas (0,3%) com colesterol
alto residem no São Remo. E 10 pessoas
(0,9%) e 1 pessoa (0,1%), que residem no
Sem Terra, possuem hipertensão e diabe-
tes, respectivamente. Cabe destacar que,
diferentemente das deficiências, que fo-
ram perguntadas uma a uma, as DCNT não
foram perguntadas especificamente, tendo
sido registradas apenas as declarações es-
pontâneas das pessoas entrevistadas quan-
do indagadas se tinham outra deficiência
ou problema de saúde a declarar. Isso pode
ter influência sobre as baixas prevalências
de algumas DCNT verificadas nesse estudo.

O censo também apurou a incidência das
DCNT por faixa etária, com os seguintes
resultados em relação à hipertensão arte-
rial: de 65 a 69 anos, 16 pessoas possuem,
o que corresponde a 9,2% da faixa etária;
de 60 a 64 anos, 30 pessoas, o que equivale
a 10,6% da faixa etária; de 55 a 59 anos,
18 pessoas, o que equivale a 6,0% da fai-
xa etária; de 50 a 54 anos, 20 pessoas, o

que equivale a 4,8% da faixa etária; de 45 a 49 anos, 19 pessoas, o que corresponde a 4,0% da faixa etária.

Já em relação ao diabetes, os resultados por faixa etária são: na faixa etária de 60 a 64 anos, 22 pessoas indicaram que têm, o que corresponde a 7,7% da faixa etária; de 55 a 59 anos, 15 pessoas, o que equivale a 5,2% da faixa etária; de 50 a 54 anos, 7 pessoas, o que equivale a 1,7% da faixa etária; de 40 a 49 anos, 16 pessoas, o que corresponde a 3,0% da faixa etária.

Em relação ao colesterol alto, os resultados por faixa etária são os seguintes: de 60 a 64 anos, 8 pessoas afirmaram ter, o que

corresponde a 3,1% da faixa etária; de 55 a 59 anos, 4 pessoas, o que equivale a 1,5% da faixa etária.

O censo também apontou que 13 pessoas têm diagnóstico de câncer, o que corresponde a 0,2% do total. Destes, 5 pessoas residem em São Remo e estão na faixa etária de 50 a 54 anos, o que equivale a 0,1% do total e 1,2% da faixa etária.

Os dados por faixa etária que o censo apurou em São Remo e Sem Terra corroboram os obtidos na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, o que indica a necessidade de se avançar nas políticas de saúde de controle das DCNT na região.

21. SAÚDE MENTAL

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a saúde mental como um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade (OMS/WHO, 1946). Com efeito, os transtornos que afetam a saúde mental comprometem a capacidade do indivíduo em realizar seu bem-estar e desenvolver suas habilidades no interior da comunidade, gerando sofrimento psíquico e social.

É nessa linha que a Política Nacional de Saúde Mental, instituída em 2001, visa estabelecer o marco para a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e, por essa via, redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Um dos aspectos essenciais está na passagem, em definitivo, de um modelo centrado na referência hospitalar para um modelo de atenção diversificada, de base territorial comunitária (BRASIL, 2001).

Todavia, nos últimos anos, algumas mudanças foram introduzidas e alteraram substancialmente a Política Nacional de Saúde Mental, abrindo espaço para alterações na Rede de Atenção Psicossocial, como o incentivo à internação psiquiátrica e ao financiamento de comunidades terapêuticas, o que pode comprometer as conquistas relacionadas aos direitos da pessoa com transtornos mentais e que necessita de um tratamento (CRUZ, GONÇALVES E DELGADO, 2020).

O censo mostra que nos territórios da zona oeste a presença de transtornos que afetam a saúde mental de seus moradores é expressiva. Com efeito, 169 pessoas declararam sofrerem de ansiedade ou depressão, o que equivale a 2,0% do total da população. Além disso, 21 pessoas declararam sofrerem de Esquizofrenia, o que equivale a 0,2% do total da população. Há também a indicação de que 14 pessoas que sofrem de Síndrome do Pânico, Agorafobia ou Síndrome da Cabana, o que corresponde a 0,2% do total. Há 10 pessoas que sofrem do Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que equivale a 0,1% do total e 6 pessoas que sofrem de Bipolaridade, o que equivale a 0,1% do total.

Esses números reforçam a importância do suporte comunitário e dos serviços de saúde mental para garantir assistência a essa população e ajudá-la a superar a situação de sofrimento psíquico e social em que se encontra.

O censo também revela a distribuição desses transtornos mentais nos territórios da zona oeste por faixa etária. Assim, chama a atenção o número de crianças e adolescentes que sofrem de depressão ou ansiedade, totalizando, 31 pessoas, na faixa etária de 10 a 19 anos, o que corresponde a 0,1% do total da população e 1,8% da população nessa faixa etária. Esses números podem indicar um alto índice de crianças e adolescentes em situação de sofrimento psíquico, que, por sua vez, podem estar fazendo uso de medicação controlada em função dessa situação.

Entre a população adulta que sofre de ansiedade ou depressão, temos: 36 pessoas na faixa etária de 20 a 29 anos (0,4% do total da população e 4,0% da faixa etária); 29 pessoas na faixa etária de 30 a 39 anos (0,3% do total e 3,9% da faixa etária); 34 pessoas na faixa etária de 40 a 49 anos (0,4% do total e 6,5% da faixa etária); 37 pessoas na faixa etária de 50 e 59 anos (0,4% do total e 10,5% na faixa etária).

Os dados do censo também chamam a atenção ao revelar que 5 pessoas na faixa etária de 5 a 9 anos sofrem de Autismo, o que corresponde a 0,7% do total dessa faixa etária. E três pessoas na faixa etária de 10 a 14 anos que também sofrem de Autismo, o que equivale a 0,4% do total nessa faixa etária.

Esses dados são relevantes por se tratar de uma faixa etária pré-escolar e escolar, o que pode sinalizar para os problemas relacionados ao aprendizado e ao modo como a escola pode ter um papel fundamental em torno dessa questão relacionada a uma educação inclusiva.

Também chama a atenção o fato de 3 pessoas na faixa etária de 40 a 44 anos e 4 na faixa etária de 65 a 69 anos declararem sofrer de Esquizofrenia, o que totaliza 0,5% e 2,3% da população dessas faixas etárias, respectivamente. Aqui é fundamental que essas pessoas tenham seus direitos a uma assistência à saúde mental humanizada respeitados, possibilitando o convívio familiar e social.

O censo revela que a maioria dos moradores que declararam sofrer de ansiedade ou depressão é de São Remo, num total de 142 pessoas, o que equivale a 1,9% do total da população. No Sem Terra, 27 pessoas declararam que sofrem de ansiedade ou depressão, o que totaliza 2,5% do total da população. Dentre os que declararam sofrerem de Esquizofrenia, temos 14 pessoas (0,2%) que residem no São Remo e 7 pessoas (0,6%), no Sem Terra.

Esses dados reforçam a necessidade de serviços de saúde pública que assistam essa população de forma humanizada, contribuindo para a minimização do sofrimento psíquico e social, bem como para inclusão social.

22. CONDIÇÕES DE SAÚDE: PLANOS DE SAÚDE PRIVADOS

A Constituição de 1988 consagrou em seu Artigo 196 que a “saúde é direito de todos e dever do Estado”, cujo acesso deve ser universal e igualitário “às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Com isso, o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma conquista do direito à saúde da população brasileira, particularmente as mais vulneráveis econômica e socialmente.

Embora o SUS seja a porta de entrada para o acesso ao direito à saúde, consagrado na Constituição, o sistema de saúde público ainda não consegue atender às necessidades da população, que extrapolam as questões relacionadas à doença e demandas de serviços médicos, envolvendo as vulnerabilidades que expressam os modos de vida, costumes, crenças que fazem parte do processo de saúde-doença. As razões disso podem ser encontradas, sobretudo, no subfinanciamento do SUS, que não recebe os recursos necessários para garantir um acesso à saúde que satisfaça as expectativas da população, levando ao processo de sucateamento dos serviços de saúde.

Com efeito, o mercado de planos de saúde vem ampliando a oferta de serviços de saúde. O censo revela a distribuição territorial da cobertura de planos de saúde privados, de modo que em São Remo e Sem Terra, na zona oeste, 80%, totalizando 6.765 pessoas, não têm plano de saúde privado. Esses números mostram a importância do SUS para a população dessas regiões, cuja renda baixa não permite pagar pelo acesso à saúde. A presença do Hospital Universitário da USP, vizinho às comunidades São Remo e Sem Terra, também pode explicar o fato de que apenas 19,2% de seus moradores têm plano de saúde particular.

Tabela 65 - Pessoas que possuem plano de saúde privado, por gênero, no São Remo e Sem Terra

	Sim		Não		Sem informação		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Feminino	816	18,5%	3.576	80,9%	29	0,7%	4.421	100%
Masculino	806	20,0%	3.188	79,0%	40	1,0%	4.034	100%
Outro	1	50,0%	1	50,0%	-	-	2	100%
Total Geral	1.623	19,2%	6.765	80,0%	69	0,8%	8457	100%

Quando analisamos os planos de saúde por sexo, observamos que é pouco significativa a diferença de cobertura entre a população masculina e feminina nos territórios da zona oeste, sendo 20,0% e 18,5%, respectivamente. Esses dados estão de acordo com a média nacional observada na Pesquisa Nacional de Saúde, PNS, de 2019, na qual “estatisticamente, a cobertura de plano de saúde foi bem similar entre homens e mulheres (27,4% e 29,5%, respectivamente)” (BRASIL, 2020, p. 30).

No território da São Remo tem-se uma cobertura ligeiramente maior entre os homens em relação às mulheres, sendo 20,1% e 18,4%, respectivamente. Já no Sem Terra tem-se uma cobertura ainda mais equilibrada entre homens e mulheres, 19,5% e 19,2%, respectivamente. Esse equilíbrio na presença de planos de saúde privados entre a população masculina e feminina nos territórios da zona oeste pode estar relacionado à presença marcante de ambos os sexos no mercado de trabalho formal, de modo que a titularidade de planos de saúde deve-se ao fato deles serem pagos pelos empregadores.

Tabela 66 - Pessoas que possuem plano de saúde privado, por gênero, no São Remo

	Sim		Não		Sem informação		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Feminino	708	18,4%	3.122	80,9%	28	0,7%	3.858	100%
Masculino	703	20,1%	2.764	78,9%	38	1,1%	3.505	100%
Total Geral	1.411	19,2%	5.886	79,9%	66	0,9%	7.363	100%

Tabela 67 - Pessoas que possuem plano de saúde privado, por gênero, no Sem Terra

	Sim		Não		Sem informação		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Feminino	108	19,2%	454	80,6%	1	0,2%	563	100,0%
Masculino	103	19,5%	424	80,2%	2	0,4%	529	100,0%
Outro	1	50,0%	1	50,0%			2	100,0%
Total Geral	212	19,4%	879	80,3%	3	0,3%	1.094	100,0%

A adesão dos moradores das comunidades da zona oeste aos planos de saúde por faixa etária é reveladora das barreiras do sistema. Assim, observa-se uma cobertura razoável na faixa etária entre 0 e 4 anos, considerada de maior vulnerabilidade das crianças, nas comunidades da zona oeste, sendo 17,5%. Já o percentual das crianças de 5 a 9 anos é de 16,3%. Esses números podem sinalizar uma preocupação de salvaguarda dos pais de procurarem dispor de um atendimento à saúde infantil complementar ao serviço público de saúde em caso de necessidade.

Isso fica claro quando observamos os dados referentes aos territórios da zona oeste. Assim, no São Remo, tem-se uma cobertura de plano de saúde de 18,3% na faixa de 0 a 4 anos e, no Sem Terra, a cobertura é de 11,7% para a mesma faixa etária. Já na faixa de 5 a 9, a cobertura na São Remo e Sem Terra, é de 15,5% e 22,2%, respectivamente.

Durante a adolescência, na faixa etária de 10 a 19 anos, a cobertura de plano de saúde está em em 16,6% em São Remo e 12,2% no Sem Terra, sendo que neste último território, tem-se uma maior cobertura na faixa etária de 15 a 19 anos, com 18,9%. A partir dos 20 anos, a cobertura se mantém num patamar em torno de 21% nos dois territórios da zona oeste, como mostram os dados, sendo impulsionadas pelas adesões ligadas ao vínculo empregatício formal. Assim, no território da São Remo há uma cobertura de 23,0% na faixa etária de 25 a 29 anos e no Sem Terra há uma cobertura de 20,8% na faixa de 20 e 24 anos.

Nos territórios da zona oeste o maior percentual de cobertura está na faixa etária de 35 a 39 anos, com 28,1%. A partir daí, a cobertura diminui na medida em que a idade avança, sendo de 22,9%, na faixa entre 45 e 49 anos. Chama a atenção que no território Sem Terra, a cobertura nessa faixa etária é de 29,3%, o que pode indicar vínculo de trabalho formal que possibilita a aquisição de plano de saúde. Na faixa de 60 a 64 anos, a cobertura cai para 15,5 % nos territórios da zona oeste. A partir dos 70 anos, os resultados indicam que a cobertura até aumenta um pouco, em função da adesão não vinculada ao trabalho, mas sem impacto expressivo.

Tabela 68 – Pessoas com plano de saúde privado no São Remo e no Sem Terra, segundo a faixa etária

	Sim		Não		Sem informação		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
00 a 04 anos	108	17,5%	506	81,9%	4	0,6%	618	100%
05 a 09 anos	113	16,3%	581	83,6%	1	0,1%	695	100%
10 a 14 anos	107	16,0%	559	83,6%	3	0,4%	669	100%
15 a 19 anos	116	15,9%	608	83,4%	5	0,7%	729	100%
20 a 24 anos	189	19,2%	788	80,1%	7	0,7%	984	100%
25 a 29 anos	174	22,3%	602	77,0%	6	0,8%	782	100%
30 a 34 anos	168	21,0%	618	77,3%	13	1,6%	799	100%
35 a 39 anos	199	28,1%	494	69,9%	14	2,0%	707	100%
40 a 44 anos	130	21,3%	477	78,1%	4	0,7%	611	100%
45 a 49 anos	110	22,9%	364	75,7%	7	1,5%	481	100%
50 a 54 anos	75	17,9%	342	81,8%	1	0,2%	418	100%
55 a 59 anos	43	14,3%	255	85,0%	2	0,7%	300	100%
60 a 64 anos	44	15,5%	239	84,2%	1	0,4%	284	100%
65 a 69 anos	19	11,0%	154	89,0%			173	100%
70 a 74 anos	20	21,3%	74	78,7%			94	100%
75 a 79 anos	3	5,9%	47	92,2%	1	2,0%	51	100%
80 a 84 anos	4	11,1%	32	88,9%			36	100%
85 a 89 anos	1	5,6%	17	94,4%			18	100%
90 anos ou mais			8	100%			8	100%
Total Geral	1.623	19,2%	6.765	80,0%	69	0,8%	8.457	100%

Em geral, os resultados indicam que a proporção de pessoas com plano de saúde diminui com o avançar da idade, o que aponta para a importância do marcador geracional ligado à desigualdade social. Pois, como as operadoras de saúde aumentam o valor dos planos para faixas etárias mais avançadas, o acesso da população com menor renda fica inviável, exatamente no período da vida em que o acesso aos serviços de saúde se faz mais necessário, o que só reforça a importância da saúde ser um direito universal.

Tabela 69 – Pessoas com plano de saúde privado no São Remo, segundo a faixa etária

	Sim		Não		Sem informação		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
00 a 04 anos	99	18,3%	438	81,0%	4	0,7%	541	100%
05 a 09 anos	95	15,5%	518	84,4%	1	0,2%	614	100%
10 a 14 anos	96	16,6%	480	82,9%	3	0,5%	579	100%
15 a 19 anos	98	15,5%	532	83,9%	4	0,6%	634	100%
20 a 24 anos	163	19,0%	689	80,2%	7	0,8%	859	100%
25 a 29 anos	159	23,0%	525	76,1%	6	0,9%	690	100%
30 a 34 anos	145	20,7%	541	77,4%	13	1,9%	699	100%
35 a 39 anos	171	27,5%	437	70,4%	13	2,1%	621	100%
40 a 44 anos	116	22,2%	403	77,1%	4	0,8%	523	100%
45 a 49 anos	88	21,7%	311	76,60%	7	1,7%	406	100%
50 a 54 anos	65	18,5%	285	81,2%	1	0,3%	351	100%
55 a 59 anos	41	15,3%	225	84,0%	2	0,7%	268	100%
60 a 64 anos	37	14,6%	216	85,0%	1	0,4%	254	100%
65 a 69 anos	17	11,3%	133	88,7%			150	100%
70 a 74 anos	15	18,3%	67	81,7%			82	100%
75 a 79 anos	2	4,4%	43	95,6%			45	100%
80 a 84 anos	3	10,7%	25	89,3%			28	100%
85 a 89 anos	1	9,1%	10	90,9%			11	100%
90 anos ou mais			8	100,0%			8	100%
Total Geral	1.411	19,2%	5.886	79,9%	66	0,9%	7.363	100%

Tabela 70 – Pessoas com plano de saúde privado no Sem Terra, segundo a faixa etária

	Sim		Não		Sem informação		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
00 a 04 anos	9	11,7%	68	88,3%			77	100%
05 a 09 anos	18	22,2%	63	77,8%			81	100%
10 a 14 anos	11	12,2%	79	87,8%			90	100%
15 a 19 anos	18	18,9%	76	80,0%	1	1,1%	95	100%
20 a 24 anos	26	20,8%	99	79,2%			125	100%
25 a 29 anos	15	16,3%	77	83,7%			92	100%
30 a 34 anos	23	23,0%	77	77,0%			100	100%
35 a 39 anos	28	32,6%	57	66,3%	1	1,2%	86	100%
40 a 44 anos	14	15,9%	74	84,1%			88	100%
45 a 49 anos	22	29,3%	53	70,7%			75	100%
50 a 54 anos	10	14,9%	57	85,1%			67	100%
55 a 59 anos	2	6,3%	30	93,8%			32	100%
60 a 64 anos	7	23,3%	23	76,7%			30	100%
65 a 69 anos	2	8,7%	21	91,3%			23	100%
70 a 74 anos	5	41,7%	7	58,3%			12	100%
75 a 79 anos	1	16,7%	4	66,7%	1	16,7%	6	100%
80 a 84 anos	1	12,5%	7	87,5%			8	100%
85 a 89 anos			7	100%			7	100%
Total Geral	212	19,4%	879	80,3%	3	0,3%	1.094	100%

23. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A chamada deficiência física e mental pode causar inúmeras dificuldades para o acesso a bens, equipamentos sociais e direitos de cidadãos e cidadãs. Todavia, as definições de saúde, normalidade e deficiência não são universais e podem variar social e historicamente (ASCH, 2005). Com efeito, as condições físicas e mentais dos indivíduos são avaliadas, em geral, levando-se em conta um padrão de normalidade e de saúde valorizado em um dado momento histórico, o que pode causar uma discriminação das pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial.

É nessa linha que o movimento social das pessoas com deficiência denuncia que são sistematicamente submetidos à segregação e a um tratamento inferior em nossa sociedade. Como aponta Adrienne Asch (2005, p. 234):

é possível apreciar a norma de ter dois braços, sem ser discriminado como uma mulher de um braço só, entretanto, as Ciências Sociais, as autobiografias, a legislação e as decisões judiciais revelam que as pessoas, tanto com deficiências visíveis ou “invisíveis” perdem oportunidades de trabalhar, de estudar e de viver onde ou com quem escolhem. (Grifos da autora)

É certo que a pessoa com deficiência física ou mental exigirá cuidados médicos em diferentes momentos da vida, de maneira que os avanços biomédicos proporcionam melhoria no bem-estar dessas pessoas. Mas, a condição de pessoa com deficiência não faz com que não sejam saudáveis, como muitas pessoas, incluindo os profissionais de saúde, imaginam (ASCH, 2005, p. 231).

Com efeito, muitos dos problemas associados a se ter uma deficiência são provenientes de arranjos sociais discriminatórios que não reconhecem a pessoa com deficiência como um sujeito de direitos, passíveis de mudança. Como afirma Débora Diniz (2007, p. 4):

o que existe são contextos sociais pouco sensíveis à compreensão da diversidade corporal como diferentes estilos de vida. (...) os avanços biomédicos proporcionaram melhoria no bem-estar das pessoas com e sem deficiência; por outro lado, a afirmação da deficiência como um estilo de vida não é resultado exclusivo do progresso médico. É uma afirmação ética que desafia nossos padrões de normal e patológico.

Foi a partir disso que este censo indagou sobre a existência de moradores com deficiência física ou mental nos territórios da zona oeste. Os resultados indicam que em 150 domicílios (5,2 % do total) há, pelo menos, um morador com deficiência física e em 95 domicílios (3,3% do total) há, pelo menos, um morador com deficiência mental ou intelectual. A maioria dos domicílios com pessoas com deficiência física ou mental está na comunidade São Remo, num total de 127 (5,1%) e 80 (3,2%), respectivamente.

O censo também indagou sobre a quantidade de pessoas com algum tipo de deficiência nos territórios da zona oeste. Assim, os resultados indicam que 152 (1,8% do total) pessoas com deficiência física, sendo 128 (1,7%) em São Remo e 24 (2,2%) no Sem Terra, e 100 (1,2%) pessoas com deficiência mental, sendo 83 (1,1%) em São Remo e 17 (1,6%) no Sem Terra.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013, realizada pelo IBGE, em 64 mil domicílios, apontou que 6,2% da população brasileira possui algum tipo dessas deficiências. Cabe ressaltar que a PNS é uma pesquisa especializada que adota critérios técnicos mais detalhados e se utiliza do modelo biomédico para a conceituação de deficiência. Desse modo, qualquer comparação entre os dados deste censo e a PNS deve levar em conta essas diferenças.

Outro aspecto é que este censo se utiliza de um critério social para a conceituação de deficiência. Com efeito, em um contexto social, marcado pela desigualdade socioeconômica, as pessoas com deficiência física e mental, com ou sem diagnóstico e acompanhamento médico, sofrem muito mais devido às restrições de atendimento, de falta de renda, de acessibilidade e de cuidados e equipamentos especializados.

Esse quadro é ainda mais grave se considerarmos os tipos de deficiência física e mental, bem como a faixa etária dos moradores com alguma delas. Assim, o censo indica que a maior incidência de deficiências físicas e mentais está entre os moradores da comunidade São Remo.

Entre as pessoas com deficiência física, temos: seis com “AVC”, sendo duas pessoas na faixa etária entre 60 e 64 anos e 70 e 74 anos; quatro pessoas com “amputação da perna”, sendo que duas pessoas estão na faixa etária entre 40 e 44 anos; quatro pessoas com “paralisia”, sendo que três estão na faixa etária entre 20 e 29 anos; quatro com “problema no joelho”, sendo que duas estão na faixa etária entre 20 e 54 e 65 e 69 anos. Já entre as deficiências mentais, temos as maiores incidências: seis pessoas com “autismo”, sete pessoas com “depressão, pânico” e cinco pessoas com “esquizofrenia”.

A presença de pessoas com deficiências físicas e mentais nos territórios da zona oeste evidencia a importância deste censo, que aponta para a necessidade de políticas públicas que garantam a acessibilidade, as condições de renda e uma rede de cuidados especializados, o que pode contribuir para melhorar sua qualidade de vida, reconhecendo sua autonomia e seus direitos sociais.

24. RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE

O Brasil é profundamente religioso. Esta constatação, exaustivamente analisada pelas Ciências Sociais nos seus vários aspectos¹, ultrapassa a evidência censitária de que 92% da população acima de 18 anos² declara o seu pertencimento religioso, de acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2012). Mesmo considerando o fato de que houve um aumento no número de pessoas que se autodeclararam “sem religião”, “não declararam” ou “não souberam responder” – passando de 7,1% em 2000 para 8,0% em 2010 – percebe-se que majoritariamente o brasileiro professa algum tipo de crença.

Mais do que aferir o grau de adesão a cosmologias religiosas, frequência às liturgias ou concordância com a doutrina e a moral religiosa, o fato é que estes aspectos emolduram os pertencimentos sociais e o agir político dos sujeitos, mesmo que em graus distintos e, em muitos momentos, de forma contraditória. Isso é, declarar o pertencimento religioso a uma instituição que se apresenta na cena pública como conservadora do ponto de vista dos costumes, não implica necessariamente que o indivíduo compartilhe este posicionamento em todos os aspectos de sua vida.

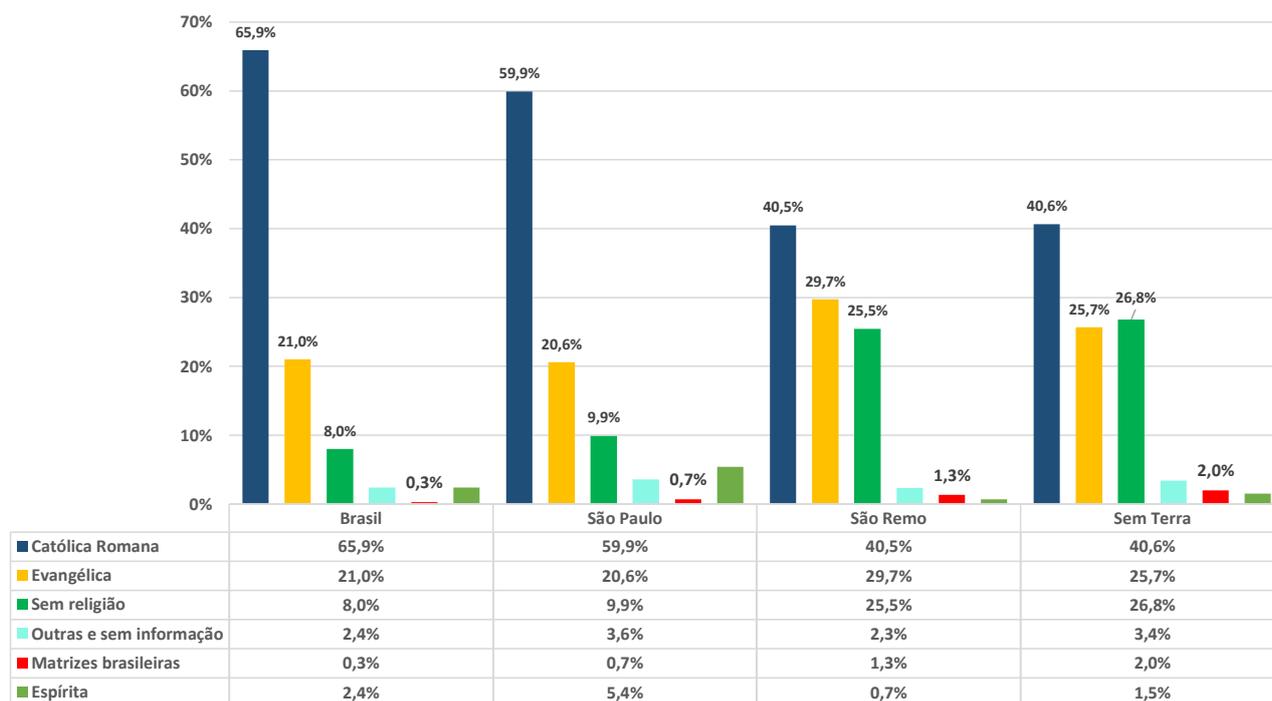
Convém destacar que não saber declarar, optar por não responder a pergunta ou, ainda, afirmar-se como não filiado à nenhuma religião, não equivale dizer que o indivíduo não professa uma fé. Tão somente indica que a pessoa não se percebe filiada a nenhuma instituição.

Com relação ao pertencimento religioso, olhando para o contexto paulistano, observa-se uma situação análoga àquela presente no contexto nacional: 91,5% e 90,1% da população declararam algum vínculo religioso em 2020 e 2021, respectivamente (IBGE, 2012). Entretanto, ao justapor estes dados com os territórios pesquisados, se observa que o número de não pertencimento quase triplica, sendo 25,5% na São Remo e 26,8% no Sem Terra. Já a declaração de algum pertencimento ou filiação religiosa alcançou 73,6% na São Remo e 72,2% no Sem Terra. É importante assinalar que o Censo Vizinhança USP só registrou a religião dos moradores maiores de 18 anos de idade.

1 Para uma visão panorâmica dos estudos sobre religião no Brasil, ver Paula Montero (1999).

2 A consulta sobre religião no Censo Vizinhança USP foi dirigida apenas às pessoas com 18 anos de idade ou mais, portanto, as referências a estatísticas nacionais acionadas neste texto seguirão este recorte etário.

Gráfico 26 – Distribuição da população, com 18 anos ou mais, segundo grandes grupos de religião



Fonte: Dados do Brasil e de São Paulo – IBGE, Censo Demográfico 2010. Dados da Amostra.

Mesmo reafirmando o fato de que o alto grau de pertencimento religioso no Brasil está distribuído em todos os grupos populacionais, os dados colhidos na zona oeste da cidade de São Paulo (São Remo e Sem Terra) contrapõem o argumento largamente difundido no senso comum de que nas regiões periféricas o pertencimento religioso é predominante, embora siga a tendência nacional de aumento no número de pessoas que não se filiam a nenhuma instituição. Seria interessante observar o fluxo migratório dessas pessoas para analisar mais densamente este quadro.

Com relação à filiação institucional, São Remo possui um percentual maior de cristãos com filiação às igrejas evangélicas (29,7%), enquanto no Sem Terra são cerca de 25,7%. A Igreja Católica recebe 40% da população de cada território, enquanto os “sem religião” somam cerca de 26%.

Esta distribuição reforça o argumento de Ronaldo Almeida e Paula Montero (2001) de que o trânsito religioso se dá de forma multidirecional, de modo que, embora a igreja católica seja a “doadora universal” de fiéis, o destino não é necessariamente a igreja evangélica. Nesse aspecto, convém destacar a presença das religiões de matrizes africanas, com a soma de 1,4% nos dois territórios, reproduzindo o que se observa tanto no município de São Paulo quanto no país.

Em números absolutos, São Remo, com 71 pessoas, concentra o maior número de afro-religiosos (1,3% do total de residentes maiores de 18 anos), ao mesmo tempo em que registra uma marca de 25,5% de adultos declarados com nenhum tipo de pertencimento religioso.

Destaca-se ainda, em São Remo, a presença de católicos ortodoxos, religiões orientais e judeus. Já em Sem Terra, dentre esses segmentos foram identificados somente adeptos das religiões orientais. Embora estatisticamente não alcance nem 1% da população, esta mostra é suficiente para apontar que a paisagem religiosa nas periferias carrega traços da sociedade envolvente, maximizando uns e minimizando outros.

Tabela 71 – Total absoluto e relativo de pessoas com 18 anos ou mais, segundo grandes grupos de religião

	São Remo		Sem Terra		Total	
	pessoas	%	pessoas	%	pessoas	%
Nenhuma/Sem religião	1.344	25,5%	213	26,8%	1.557	25,6%
Católica romana	2.137	40,5%	323	40,6%	2.460	40,5%
Evangélica protestante	1.568	29,7%	204	25,7%	1.772	29,2%
Afrobrasileira	71	1,3%	16	2,0%	87	1,4%
Espírita cristianizada	35	0,7%	12	1,5%	47	0,8%
Testemunha de Jeová	6	0,1%	13	1,6%	19	0,3%
JCS dos Últimos Dias (Mórmon)	8	0,2%	2	0,3%	10	0,2%
Judaica	4	0,1%	-	0,0%	4	0,1%
Oriental	1	0,0%	1	0,1%	2	0,0%
Católica ortodoxa	2	0,0%	-	0,0%	2	0,0%
Outra	8	0,2%	-	0,0%	8	0,1%
Duplo ou Múltiplo pertencimento	7	0,1%	-	0,0%	7	0,1%
Não determinada	39	0,7%	3	0,4%	42	0,7%
Sem informação	47	0,9%	8	1,0%	55	0,9%
Total	5.277	100%	795	100%	6.072	100%

Quando instadas a indicar especificamente a igreja ou denominação de pertencimento, foram registradas 211 (duzentos e onze) variações de resposta. Em muitos casos, como entre os católicos, evangélicos e adeptos das religiões de matrizes africanas, eram apresentadas o nome das paróquias, igrejas, congregações ou comunidades religiosas que frequentavam. Mas, em alguns momentos não foi possível identificar o pertencimento ou ele não foi informado, tal como ocorreu com 47 pessoas em São Remo e 8 pessoas em Sem Terra. Vale destacar que, assim como no cenário nacional, o maior percentual de evangélicos encontram-se entre os de origem pentecostal, principalmente, vinculados às Assembleias de Deus, Congregação Cristã no Brasil e Igreja Universal do Reino de Deus, nos dois territórios.

Considerando a classificação por raça/cor, de acordo com os critérios do IBGE, observamos em São Remo e Sem Terra um número expressivo de pessoas autodeclaradas pardas e pretas, 63% e 62%, respectivamente, enquanto na cidade de São Paulo essa população não ultrapassa 37%, segundo dados do Censo Demográfico 2010. Da mesma forma, a quantidade de pessoas indígenas, em termos percentuais, fica acima daquela observada na cidade, que é de 1%; em números absolutos, há 132 indígenas entre os residentes das duas comunidades, o que equivale a 1,6% do total de moradores. Entretanto, outra informação trazida pelo Censo Vizinhança USP é que a porcentagem de pessoas que se consideram negras fica abaixo da soma das pessoas declaradas pretas e pardas nesses territórios. Isso demonstra que a consciência da identidade étnico-racial está atrelada a processos de reconhecimento e pertencimento que não se reduzem à cor. Deste modo, apenas 41,1% em São Remo e 36,2% em Sem Terra se percebem enquanto negros.

Esse panorama sobre a composição étnico-racial da população de São Remo e Sem Terra é importante para a interpretação do pertencimento religioso estratificado por raça/cor. Se católicos, evangélicos e “sem-religião” são os grupos que concentram o maior número de pessoas, observa-se que proporcionalmente os negros (pretos e pardos) são majoritariamente praticantes de alguma religião de matriz africana: na zona oeste, são 58 negros frente a 21 brancos. Em São Remo encontra-se a maior proporção de autodeclarados pretos nas religiões de matrizes africanas.

Os indígenas são majoritariamente cristãos. Em primeiro lugar, católicos, seguidos dos evangélicos e os “sem-religião” na terceira posição. Este quadro se repete nos dois territórios. Destaca-se, entretanto, que nenhuma pessoa indígena declarou pertencimento religioso às tradições indígenas. Em São Remo, encontra-se uma pessoa indígena judaica. Proporcionalmente, a comunidade Sem Terra reúne o maior número de indígenas sem filiação religiosa, dentre os dois territórios recenseados.

Tabela 72 - Pessoas com 18 anos ou mais, segundo cor/raça e religião, em São Remo

Religiosidade	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Sem informação	Total Geral
	peessoas	peessoas	peessoas	peessoas	peessoas	peessoas	peessoas
Nenhuma/Sem religião	14	400	19	623	275	13	1.344
Católica Romana	19	708	31	1.001	347	31	2.137
Evangélica Protestante	12	465	24	743	296	28	1.568
Afro Brasileira	-	15	3	29	23	1	71
Espírita Cristianizada	1	16	1	10	7	-	35
JC Santos Dos Últimos Dias (Mórmon)	-	-	5	3	-	-	8
Testemunha de Jeová	1	2	-	3	-	-	6
Judaica	-	-	1	3	-	-	4
Católica Ortodoxa	-	1	-	1	-	-	2
Oriental	-	1	-	-	-	-	1
Outra	-	1	-	2	5	-	8
Múltiplo pertencimento	-	1	-	5	1	-	7
Não determinada	-	11	2	20	6	-	39
Sem informação	2	18	-	10	11	6	47
Total Geral	49	1.639	86	2.453	971	79	5.277

Tabela 73 - Pessoas com 18 anos ou mais, segundo cor/raça e religião, no Sem Terra

Religiosidade	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Sem informação	Total Geral
	pessoas	pessoas	pessoas	pessoas	pessoas	pessoas	pessoas
Nenhuma/Sem religião	1	69	9	84	48	2	213
Católica Romana	1	105	3	141	64	9	323
Evangélica Protestante	2	64	-	92	42	4	204
Afro Brasileira	-	10	-	1	5	-	16
Testemunha de Jeová	-	2	-	6	5	-	13
Espírita cristianizada	-	4	-	8	-	-	12
JC Santos Dos Últimos Dias (Mórmon)	-	2	-	-	-	-	2
Oriental	-	-	-	-	1	-	1
Não determinada	-	-	-	2	1	-	3
Sem informação	-	5	-	1	2	-	8
Total Geral	4	261	12	335	168	15	795

As mulheres representam 53,3% do total de moradores de São Remo e Sem Terra maiores de 18 anos de idade. Essa posição majoritária observa-se também no pertencimento religioso: entre as 4.460 pessoas declaradas com algum pertencimento religioso, as mulheres correspondem a 57,9%.

Porém, considerando os dois maiores grupos religiosos observados, o católico romano e o evangélico protestante, em particular, os percentuais variam um pouco mais: na média dos dois territórios, as mulheres são 53,5% entre as pessoas católicas e 63,5% entre as evangélicas. Já entre as pessoas declaradas sem pertencimento religioso, os homens são maioria, 59,7%. As tabelas a seguir mostram a distribuição por gênero de cada grupo de pertencimento religioso observado.

Em linhas gerais, nos territórios pesquisados temos um retrato que reproduz em pequena escala os dados gerais da distribuição religiosa no Brasil. Em termos macros, as declarações de filiação religiosa não diferem em larga medida do que se tem apurado em outras pesquisas. Entretanto, quando se olha o pertencimento religioso a partir dos marcadores sociais da diferença (sobretudo raça e gênero), alguns contornos são delineados e revelam as especificidades de cada comunidade.

Tabela 74 - Pessoas com 18 anos ou mais, segundo o gênero e religião, em São Remo

Religiosidade	Feminino		Masculino		Total Geral	
	pessoas	%	pessoas	%	pessoas	%
Nenhuma/Sem religião	541	40,3%	803	59,7%	1.344	100%
Católica romana	1.136	53,2%	1.001	46,8%	2.137	100%
Evangélica protestante	1.008	64,3%	560	35,7%	1.568	100%
Afro brasileira	39	54,9%	32	45,1%	71	100%
Espirita cristianizada	28	80,0%	7	20,0%	35	100%
JC Santos Dos Últimos Dias (Mórmon)	4	50,0%	4	50,0%	8	100%
Testemunha de Jeová	4	66,7%	2	33,3%	6	100%
Judaica	-	-	4	100,0%	4	100%
Católica ortodoxa	1	50,0%	1	50,0%	2	100%
Oriental	-	-	1	100,0%	1	100%
Outra	4	50,0%	4	50,0%	8	100%
Múltiplo pertencimento	6	85,7%	1	14,3%	7	100%
Não determinada	20	51,3%	19	48,7%	39	100%
Sem informação	25	53,2%	22	46,8%	47	100%
Total Geral	2.816	53,4%	2.461	46,6%	5.277	100%

Tabela 75 - Pessoas com 18 anos ou mais, segundo o gênero e religião, no Sem Terra

Religiosidade	Feminino		Masculino		Outro		Total Geral	
	pessoas	%	pessoas	%	pessoas	%	pessoas	%
Nenhuma/Sem religião	85	39,9%	128	60,1%	-	-	213	100%
Católica romana	180	55,7%	143	44,3%	-	-	323	100%
Evangélica protestante	118	57,8%	86	42,2%	-	-	204	100%
Afro brasileira	10	62,5%	4	25,0%	2	12,5%	16	100%
Testemunha de Jeová	9	69,2%	4	30,8%	-	-	13	100%
Espirita cristianizada	9	75,0%	3	25,0%	-	-	12	100%
JC Santos Dos Últimos Dias (Mórmon)	2	100%	-	-	-	-	2	100%
Oriental	1	100%	-	-	-	-	1	100%
Não determinada	2	66,7%	1	33,3%	-	-	3	100%
Sem informação	4	50,0%	4	50,0%	-	-	8	100%
Total Geral	420	52,8%	373	46,9%	2	0,3%	795	100%

25. ANIMAIS DE COMPANHIA

O censo coletou dados sobre cães, gatos e pássaros domiciliados. Entretanto, sabemos que havia outras espécies e, portanto, as informações a seguir só se referem a uma fração do número total de animais de companhia. Encontramos 745 cães, 685 gatos e 983 pássaros. Ao se comparar o número de cães e gatos por cada cem habitantes humanos, na São Remo esses animais não eram tão comuns como nos estados brasileiros ou nos territórios recenseados na zona leste (Jardim Keralux e Vila Guaraciaba), onde a quantidade de cães e gatos supera o número de crianças. Contudo, a quantidade de cães e gatos (1.430) foi próximo ao de crianças¹ (1.560). Se a isto somamos relatos de moradores e de pesquisadores de campo sobre o estatuto dos animais como membros da família, vemos que as famílias multiespécies não são um fenômeno alheio às periferias. Portanto, ignorar as necessidades dos animais nas periferias e insistir na imposição de um retrato puramente humano das famílias periféricas é mais um ato de desconsideração da forma em que essas famílias se entendem. A invisibilidade dos animais nas periferias urbanas mostra uma periferia dentro de outra, uma periferia tão distante que nem é cogitada como tal.

Embora tenham sido contabilizados 1.430 cães e gatos em São Remo e Sem Terra, a análise aqui apresentada considera 1.415, pois 15 indivíduos não tiveram seus dados coletados.

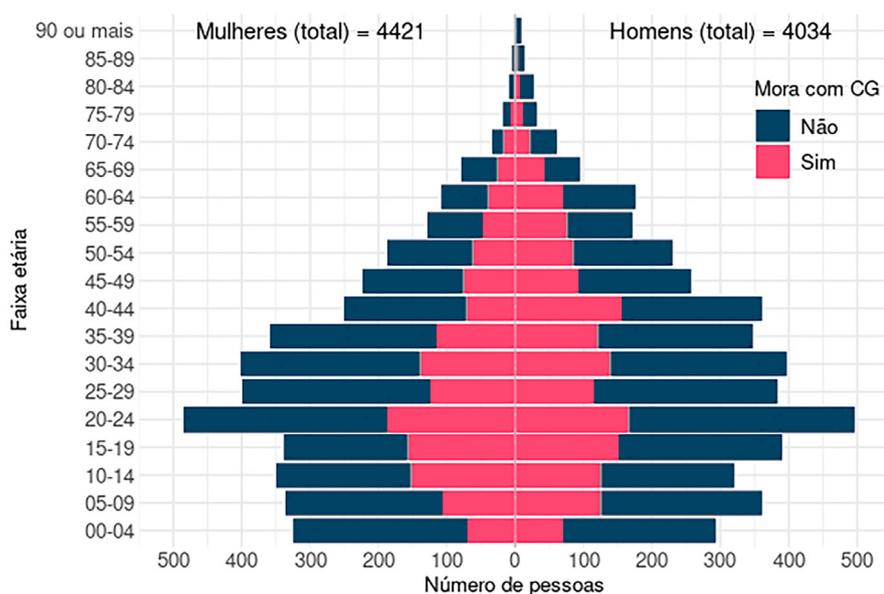
Gráfico 27 - Relações de proporcionalidade entre animais de companhia (apenas cães, gatos e pássaros) e crianças

De cada 100 indivíduos:



1 Criança: de 0 a 12 anos incompletos, isto é, até 11 anos, Art. 2º, Lei Nº 8.069 de 1990.

Gráfico 28 - Pirâmide populacional humana, indicando a quantidade de pessoas que moram com cães e gatos, por faixa etária



O Gráfico 28 mostra que o convívio com cães e gatos foi comum em todas as faixas etárias, mas chama a atenção o fato de ter sido relativamente menor na primeira faixa².

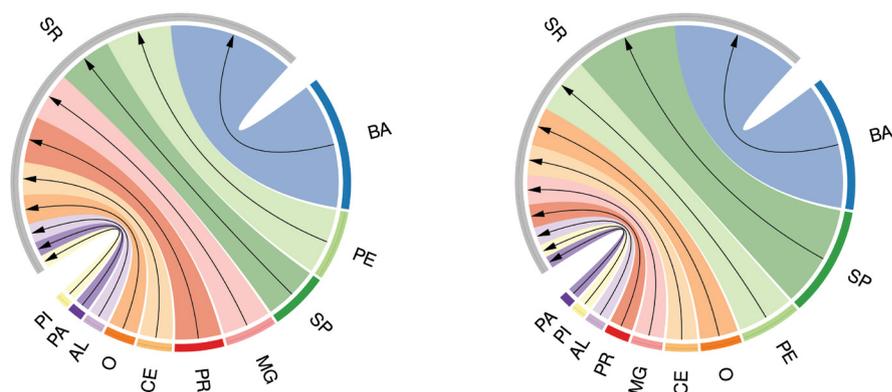
É possível que, frente à chegada de bebês, algumas famílias optem por transferir seus cães ou gatos para outros locais. Entretanto, diferentemente do que foi observado nos territórios pesquisados na zona leste, a presença de cães ou gatos em São Remo e Sem Terra parece não ter se relacionado com a presença de pessoas grávidas (mulher ou parceiro): entre os domicílios em que não havia gravidez, 43,4% tinham moradores caninos ou felinos, enquanto essa porcentagem foi 45,6% entre os domicílios em que havia gravidez.

As relações demográficas entre as espécies estão determinadas culturalmente e isso pode ser visto, por exemplo, na variação da presença de pássaros domiciliados em função do estado de nascimento dos humanos do respectivo domicílio. O gráfico a seguir ilustra a origem predominante³ das famílias com (esquerda) e sem (direita) pássaros. A área em cinza representa a quantidade relativa de famílias em São Remo e Sem Terra e as áreas coloridas, o estado de nascimento da maioria dos humanos da família. Quanto maior a área, maior o número de famílias e nas duas figuras podemos observar o predomínio nordestino, ao passo que a origem paulista era menos frequente (a área verde escuro é menor na esquerda) nos domicílios com pássaros.

2 Note-se como na faixa etária de 0 a 4 anos é maior a diferença entre a área verde e a roxa, esta última é muito menor. Nas últimas faixas também, mas é difícil falar de um padrão estável por se tratar de tão poucas pessoas.

3 Nas famílias com moradores de estados não paulistas, o estado predominante foi determinado sem considerar os moradores paulistas.

Gráfico 29 - Origem predominante dos humanos nas famílias com (esquerda) e sem (direita) pássaros, por estado

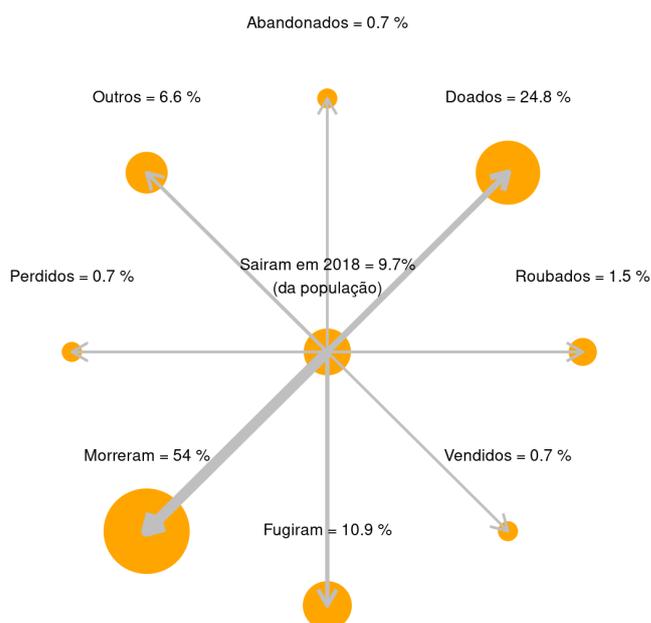


Nota: "O": outros 13 Estados

Como mostraremos em outra pesquisa, algumas aves são levadas às periferias urbanas pelas migrações humanas, dessa forma, o choque de realidades produzido por tal migração é sentido por animais humanos e não humanos. Do ponto de vista epidemiológico, devemos notar que os vírus da *influenza* aviária têm potencial pandêmico e têm sido isolados em mais de 100 espécies de aves selvagens. Não há como garantir que um vírus altamente patogênico produzido pelo agronegócio ou introduzido por aves migratórias numa determinada região não seja transmitido a uma ave posteriormente levada a uma periferia urbana adensada populacionalmente. Em outras palavras, é mais uma receita para gerar a próxima pandemia.

Nos 12 meses anteriores à data de referência do censo, isto é, todo o ano de 2018 (haja vista que a data de referência foi 1º de janeiro de 2019), a quantidade de cães e gatos que saíram dos domicílios foi equivalente a 9,7% dos cães e gatos que estavam nos domicílios quando o censo foi realizado. O destino mais relatado foi a morte (54%), enquanto fugidos e perdidos, ou seja, animais que foram parar nas ruas, representaram 11,6%. O abandono, uma prática socialmente reprovada, foi admitida em 0,7% dos casos e a venda foi o destino relatado também em 0,7% (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Destino dos cães e dos gatos que saíram dos domicílios em 2018



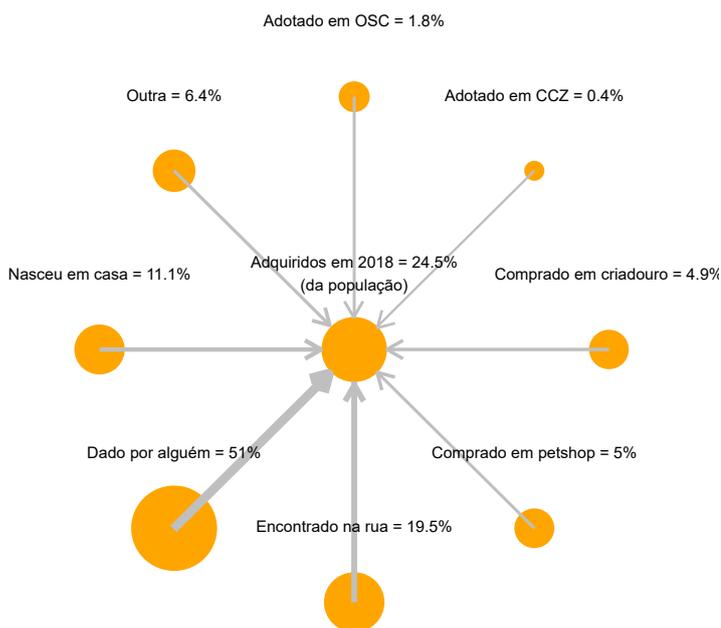
Nota: As porcentagens dos destinos referem-se ao total de animais que saíram (9,7% da população).

A quantidade de cães e gatos que entraram em São Remo e Sem Terra em 2018 foi equivalente a 24,5% dos cães e gatos que estavam nos domicílios quando realizado o Censo. A maioria dos tutores (51%) ganharam de alguém os cães e os gatos, origem seguida pelos que encontraram os seus animais na rua e os que nasceram em casa. Nenhuma das origens restantes foi maior que 10% (Gráfico 31).

Entre os cães e gatos que entraram em 2018, 11,3% foram adquiridos para substituir animais que saíram dos domicílios. Mais da metade (60,5%) dos cães e gatos que entraram nos domicílios em 2018 procediam de outro lugar que não São Remo e Sem Terra. Dos 13,7% que migraram de outros municípios, as origens mais comuns foram municípios próximos da Grande São Paulo: 17,6% de Osasco, 9,5% de Cotia e 5,4% de Carapicuíba. Nenhuma das origens restantes superou 5%.

O controle reprodutivo evita nascimentos indesejados, que por sua vez leva a abandono e a outros tipos de maus tratos e de problemas de saúde pública (acidentes de trânsito, zoonoses, contaminação ambiental por excrementos e carcaças). Em São Remo e Sem Terra, 37,6% dos cães e 57,6% dos gatos estavam esterilizados, porcentagens superiores às encontradas em vários municípios, mostrando o esforço dos tutores para prevenir os problemas decorrentes dos nascimentos indesejados. Entre os animais esterilizados, apenas 7,5% dos cães e 9,9% dos gatos já estavam esterilizados quando adquiridos, enquanto 24% dos cães e 24,8% dos gatos foram esterilizados em 2018. Entre as cadelas e gatas não esterilizadas, 12% e 14,1% tiveram ninhadas em 2018, respectivamente. O número médio de filhotes foi igual a 5,43 de cachorros e a 4,74 de gatos.

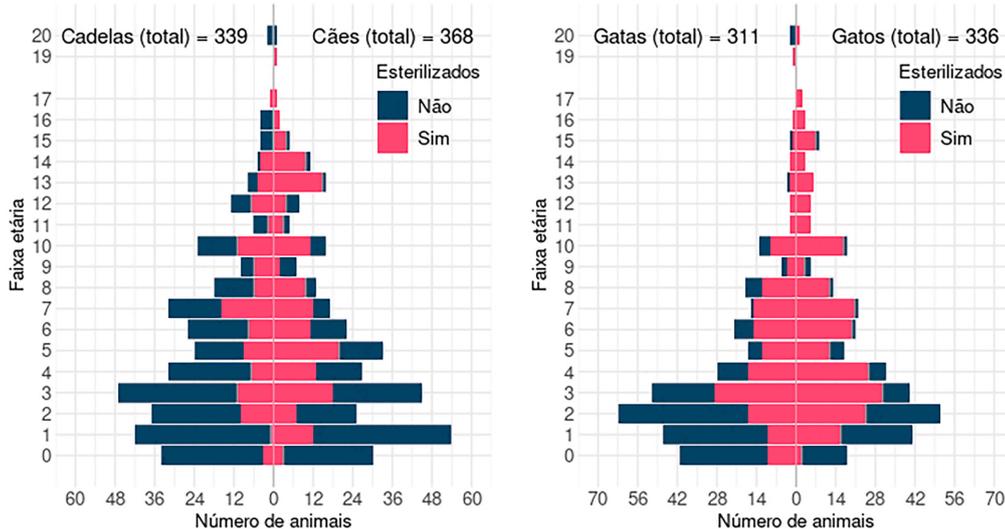
Gráfico 31 - Origem dos cães e dos gatos que entraram nos domicílios em 2018



Nota: As porcentagens das origens referem-se ao total de animais que entraram (24,5% da população)

A idade média dos cães e dos gatos foi de 5,22 e 4,41 anos respectivamente, enquanto 8,68% dos cães e 8,70% dos gatos tinham menos de um ano. Diferentemente do observado em várias populações, os animais com menos de um ano não foram os mais numerosos e a esterilização tendeu a ser mais frequente entre os machos (Gráfico 32). O primeiro achado pode ser um indício da destinação externa dada aos filhotes que nascem no território, enquanto o segundo mostra que crenças machistas que dificultam o controle reprodutivo de machos, identificadas em pesquisas realizadas em diferentes contextos culturais, não é uma barreira significativa em São Remo e Sem Terra.

Gráfico 32 - Pirâmides das populações de cães e de gatos, indicando a quantidade de animais esterilizados



26. AMBIENTE E ANIMAIS SINANTRÓPICOS

O território de São Remo é delimitado pelo *campus* da Cidade Universitária (USP) no leste e sudeste, pelo 16º Batalhão da Polícia Militar no norte e noroeste, e por bairros residenciais no oeste e sudoeste. São Remo (no norte do território) estava separado da comunidade Sem Terra por um mercado e um terreno baldio conhecido como Bura-canã (visto em contorno amarelo na Figura 17), mas durante a pandemia este último foi ocupado e atualmente é possível ir de extremo a extremo do território sem sair da área residencial.

Como ilustrado na Figura 17, o depósito do lixo em local indicado pelo serviço de coleta foi predominante (70%), seguido

pela coleta não seletiva na porta (25,1%). A coleta seletiva na porta representou 4,1%, enquanto o depósito em terreno baldio ou córrego somou 1,5% e concentrou-se principalmente no Riacho Doce (polígono vermelho), o lugar de maior precariedade estrutural do território¹. Assim, 99,2% dos domicílios usavam um serviço oficial de coleta de lixo e, entre os mesmos, 92,6% estavam satisfeitos com a regularidade das coletas. A frequência relativa das formas de destinação do lixo contrasta com a observada nas comunidades pesquisadas na zona leste e a principal razão da diferença está nas vias de trânsito veicular, pois São Remo e Sem Terra são menos acessíveis para os veículos responsáveis pela coleta.

Figura 17 - Destino do lixo

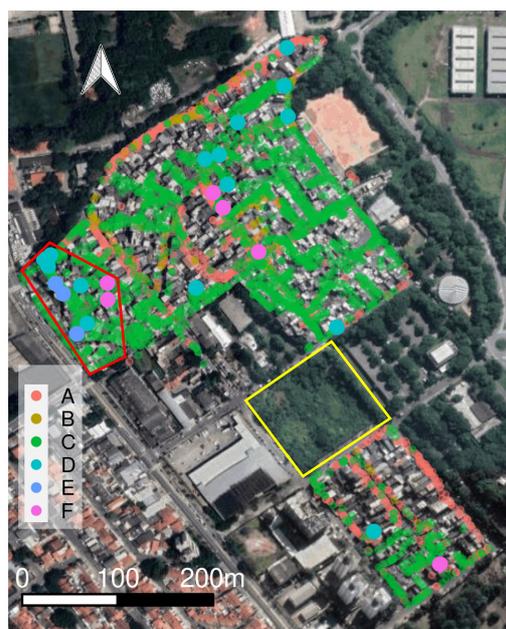


Figura 18 - Destino do esgoto entre os domicílios desatendidos pela rede de esgoto da SABESP²



A: Coleta não seletiva na porta; B: coleta seletiva na porta; C: depósito em local indicado; D: deixado em terreno baldio; E: jogado em canal ou rio do córrego; F: queimado. Polígono amarelo: Bura-canã.

1 Sem considerar a nova ocupação que é muito mais precária estruturalmente.
2 SABESP: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

A maioria dos domicílios estava ligada à rede de esgoto (83,2%), com relação ao restante, 12% lançavam o esgoto ao córrego, 3% o destinava em fossa séptica, 0,4% em fossa rudimentar, 0,2% em valas a céu aberto, enquanto outras opções representaram 1,2%. Os domicílios que lançavam o esgoto ao córrego formaram um aglomerado na proximidade do Riacho Doce, mas chama a atenção que esse tipo de destinação também ocorreu em outros lugares (Figura 17).

A presença de escorpiões em São Remo e Sem Terra foi relatada em 47,6% dos domicílios (1.376) e em 4,5% destes (62 domicílios) algum dos moradores já foi picado. Por outro lado, em 55,5% dos domicílios (1.606) relatou-se o incômodo com a presença de outros animais sinantrópicos, sendo ratos, mosquitos e baratas os mais comuns entre os 29 tipos de animais referidos pelos entrevistados, além dos escorpiões.

Tabela 76 - Frequência absoluta e relativa de domicílios em que houve declaração de animais causadores de incômodo, segundo o animal declarado

Animal	Total	Porcentagem	Animal	Total	Porcentagem
Rato	1.268	43,9%	Carrapato	3	0,1%
Barata	420	14,5%	Saruê	3	0,1%
Mosquito	74	2,6%	Aranha marrom	2	0,1%
Mosquito da dengue	62	2,1%	Barbeiro	2	0,1%
Pernilongo	44	1,5%	Lagartixa	2	0,1%
Gato	32	1,1%	Larva	2	0,1%
Aranha	28	1,0%	Marimbondo	2	0,1%
Cachorro	23	0,8%	Roedores	2	0,1%
Pombo	21	0,7%	Abelha	1	0,0%
Piolho de cobra	10	0,3%	Galinha	1	0,0%
Lacraia	9	0,3%	Hamster	1	0,0%
Cobra	8	0,3%	Lesma	1	0,0%
Formiga	8	0,3%	Perereca	1	0,0%
Mosca	8	0,3%	Pulga	1	0,0%
Inseto	5	0,2%	-	-	-

Nota: Mosquito da Dengue: transmissor de arboviroses.

O local de residência das vítimas de picadas de escorpião não se restringiu a uma área específica do território e não houve relatos nos domicílios mais próximos do Buracanã, porém, o local dos acidentes pode ter sido fora dos domicílios e se concentrado em algumas áreas de maior risco, como o terreno baldio mencionado. O problema dos escorpiões tem se agravado

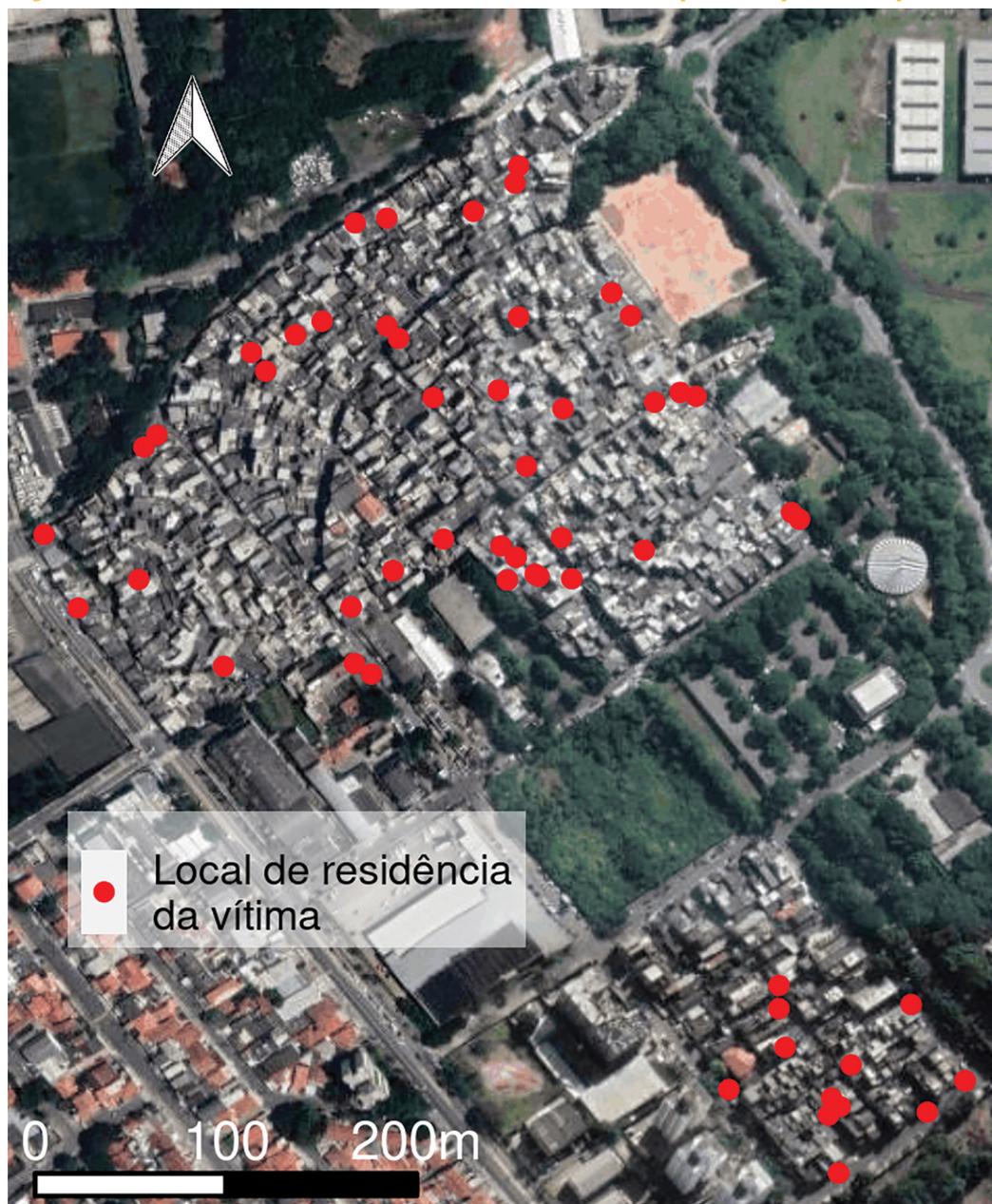
consideravelmente com a ocupação do Buracanã, já que o terreno concentrava o maior acúmulo de entulho do território e a comunidade, que está adequando o lugar para a construção de moradias, vinha capturando dezenas de escorpiões diariamente³. O problema com roedores e saruês também tem se intensificado com a ocupação. Adicionalmente, o Circo

3 Informações levantadas em projetos da Rede SUP: www.saudeunicaemperiferias.com. Acesso em: 2 mar. 2021.

Escola, o maior equipamento sociocultural do território, tinha problemas com os saruês que estavam habitando os forros das edificações. O Circo Escola atualmente encontra-se abandonado, o qual pode

estar propiciando o aumento da população desses animais. Dessa forma, problemas sanitários (zoonoses) e ambientais somam-se a outros impactos negativos do abandono do espaço.

Figura 19 - Local de residência dos moradores humanos picados por escorpião



27. CULTIVO DE PLANTAS NO DOMICÍLIO

Em 45,1% dos domicílios mantinham-se plantas, em alguns casos dentro dos domicílios (13,6%), em outros fora dos domicílios (25,6%) e em menor medida, dentro e fora (5,8%) (Figura 20). Numa região de Sem Terra houve predomínio de domicílios com plantas no interior, opondo-se à tendência observada no restante do território (Figura 20, polígono amarelo).

Figura 20 - Domicílios com plantas



Entre os domicílios com plantas, 67,6% têm a decoração como o principal motivo para cultivar as espécies. Em seguida, aparecem o uso de plantas medicinais (6,8%) e o aproveitamento culinário (3,3%) como principal motivação.

Tabela 77 - Motivação principal para o cultivo de planta dentro ou fora do domicílio

	São Remo		Sem Terra		Total	
	domicílios	%	domicílios	%	domicílios	%
Decoração	738	66,8%	142	71,7%	880	67,6%
Medicinal	75	6,8%	13	6,6%	88	6,8%
Culinária ou Alimentação	29	2,6%	14	7,1%	43	3,3%
Religião ou Superstição	23	2,1%	2	1,0%	25	1,9%
Sombra	3	0,3%	-	0,0%	3	0,2%
Outra ou múltipla motivação	224	20,3%	23	11,6%	247	19,0%
Sem informação	12	1,1%	4	2,0%	16	1,2%
Total	1.104	100%	198	100%	1.302	100%

28. MORADORES QUE TRABALHAM NA USP

Por ser uma instituição pública, os vínculos de trabalho que podem ser encontrados na USP são, em sua maioria, formalizados e instituídos por meio de concurso público ou processo seletivo, sendo o quadro de pessoal composto predominantemente por servidores estatutários (docentes e alguns poucos servidores de outras áreas) e funcionários contratados em regime de CLT (pessoal técnico-administrativo e professores temporários). Mas, para além destes, há também estagiários e bolsistas que atuam em projetos de ensino, pesquisa e extensão universitárias, trabalhadores autônomos ou contratados por empresas que prestam serviços para a universidade (terceirizados). Sabe-se que cada um desses vínculos está ligado a um conjunto de direitos, vivências, pertencimentos e possibilidades de progressão na carreira profissional, mas, no âmbito do censo, todas essas modalidades foram consideradas para pensar a relação dos territórios pesquisados com a USP a partir da dimensão do trabalho.

Primeiramente, vale considerar que a proximidade com o *campus* da Cidade Universitária e a longa relação histórica entre a USP e seu entorno periférico foi um fator importante na construção das relações de trabalho das comunidades São Remo e Sem Terra. Em 1979, em pesquisa específica sobre os trabalhadores da universidade, já foram encontradas 185 pessoas dos territórios pesquisados trabalhando na USP, o que correspondia a 24,8% do total dos trabalhadores da São Remo à época (BLAY E MARTINS, 1980).

No cenário mais recente, a partir do censo é possível identificar, para além de percentuais, algumas características e os tipos de relações de trabalho estabelecidas com essa universidade. Com relação ao impacto na oferta de trabalho, observa-se que, na população que tem entre 18 e 64 anos, 1.711 pessoas (30%) responderam que trabalham ou que já trabalharam na USP. Entre eles há aqueles que são concursados, terceirizados, prestadores de serviços, autônomos, bolsistas, entre outros que exercem alguma atividade profissional no espaço da universidade.

A maioria das relações de trabalho captadas pela pesquisa já foi encerrada: 1.202 entrevistados (21,1%) afirmam já terem trabalhado anteriormente, enquanto somente 509 (8,9%) trabalhavam na USP na época da realização do censo. Há também a informação importante com relação à população com mais de 64 anos, em que 127 pessoas relataram ter trabalhado anteriormente e 8 que ainda trabalham na USP, total que corresponde a 35,5% dessa faixa etária.

Tabela 78 - Relações de trabalho com a USP da população entre 18 e 64 anos

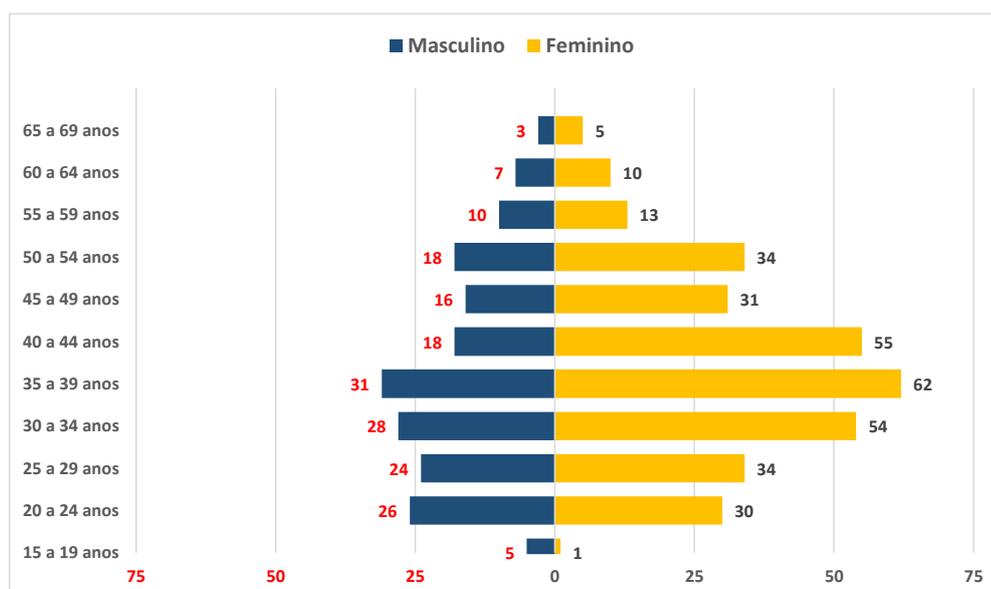
Comunidade	Trabalha		Já trabalhou		Não trabalha/ trabalhou		Sem informação		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
São Remo	454	9,2%	1.061	21,4%	3.423	69,1%	15	0,3%	4.953	100%
Sem Terra	55	7,4%	141	19,1%	542	73,3%	1	0,1%	739	100%

Considerando toda a população com mais de 18 anos que já trabalhou na USP, somente 326 pessoas dessa faixa de idade (24%) não estão procurando emprego, seja por estarem aposentadas ou por outros motivos. Os demais, ou estão empregados em outros lugares, correspondendo a 783 (59%), ou estão desempregados e à procura de outro emprego, caso de 221 pessoas (17%), o que sinaliza uma provável rotatividade da mão de obra, em função dos regimes de trabalho serem temporários, ou uma realocação do posto, quando se considera os terceirizados. Os aposentados representam 223 pessoas (17%), mas com uma parcela que continua trabalhando ou procurando emprego.

Em relação aos que trabalham na USP, a maior parte é composta por mulheres com 330 (63,4%) do total, em contraposição aos homens que correspondem a 189 (36,3%), além de haver uma pessoa que se identifica como transgênera (0,3%). Apesar dessa diferença, é possível observar certa semelhança nas faixas etárias por gênero, conforme demonstra a pirâmide etária abaixo (Gráfico 33). Cerca da metade dos que trabalham na USP, isto é, o total de 248 pessoas (48,2%), estão entre os 30 aos 44 anos.

Com relação ao tipo de vínculo, os moradores que trabalham na universidade são, em sua maioria, terceirizados (73%), seguidos pelos contratados (15,19%) e os servidores concursados (5,96%). Nota-se que, apesar dos concursados serem um número relativamente pequeno entre os que trabalham na USP, o percentual desses em

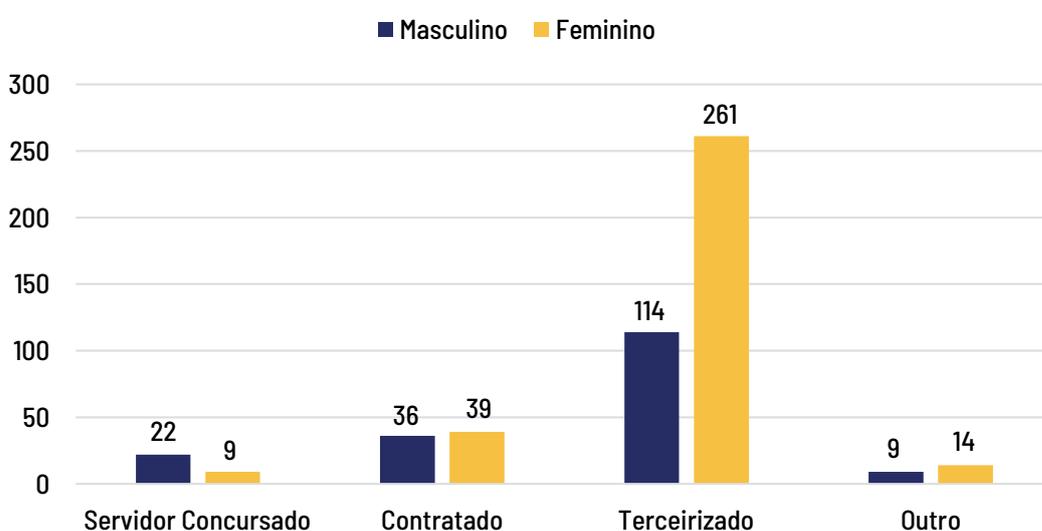
Gráfico 33 - Pirâmide etária dos moradores que trabalham na USP por gênero



comparação a todos os entrevistados que declararam ser servidores públicos concursados (109 pessoas) indica que a universidade tem um peso importante, já que emprega 31 (28,4%) desses servidores. Há também alguns poucos casos de entrevistados com outros tipos de vínculo. Esses moradores são, em sua maioria, autônomos ou prestadores de serviço, além de haver alguns bolsistas e estagiários.

Destaca-se que, em relação ao gênero, os homens representam 22 dos 31 concursados, enquanto as mulheres correspondem a somente 9 trabalhadoras servidoras da USP. Por outro lado, em relação ao trabalho terceirizado, as mulheres representam quase o dobro do que os homens, com 261 mulheres frente a 114 homens. A maioria dos trabalhos terceirizados são relativos aos serviços de limpeza, seguidos dos serviços de segurança, de controle de acesso e de portaria.

Gráfico 34 - Vínculo de trabalho com a USP por gênero



Os números relativos aos contratados, por sua vez, devem ser observados com atenção, pois mais da metade dos entrevistados se identifica como funcionários do setor privado (73%), enquanto outros 21% se identificam como servidores públicos e 1,33% estagiários. Esses números indicam uma possível dificuldade de identificar a condição de trabalho dentro das múltiplas possibilidades da universidade, fato potencializado em função de mais da metade das respostas terem sido dadas por membros da família (65%) e não pelas pessoas que trabalham na USP.

A partir do censo também é possível analisar outras características dessa população trabalhadora na USP, considerando o cruzamento entre vínculo de trabalho e a cor/raça que se identificam. Pode-se observar que, entre os terceirizados, em primeiro lugar estão as mulheres que se identificam como pardas, correspondendo a 30,7%, seguidas das mulheres brancas (19,5%), mulheres pretas (16%) e, depois, dos homens pardos (14,1%), homens brancos (8,3%) e homens pretos (8%). Portanto, entre os terceirizados, que são aqueles que costumam experimentar as condições mais precarizadas de trabalho, considerando tanto os homens quanto as mulheres, predominam trabalhadores que podem ser classificados como negros (pretos e pardos). Vale destacar que 68,8% dos moradores de São Remo e Sem Terra que trabalham na USP são pretos e pardos, o que ultrapassa um pouco a composição racial do conjunto da população desses territórios, que têm 62,8% de pessoas declaradas pretas ou pardas.

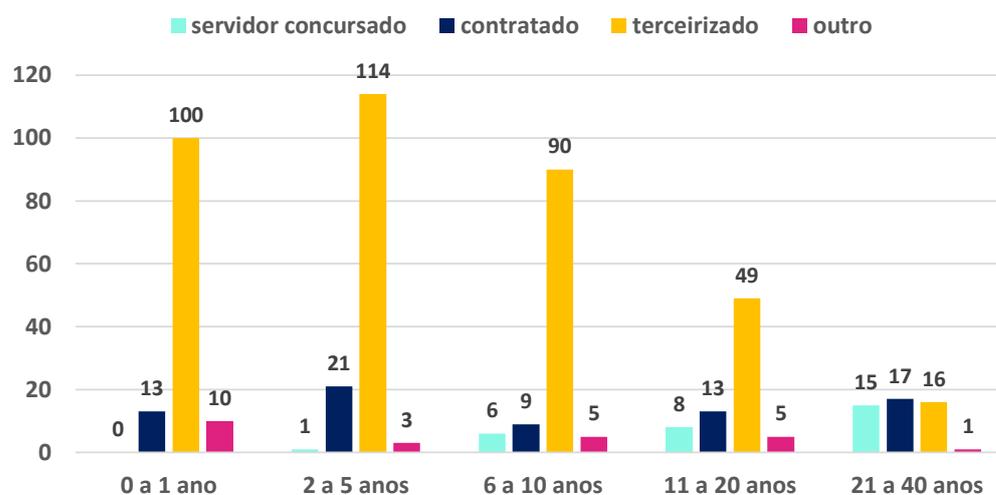
Tabela 79 – População por gênero, cor/raça e vínculo de trabalho

	Vínculo com a USP	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Sem informação	Total
Feminino	Servidor concursado	-	1	-	3	5	-	9
	Contratado	-	14	-	13	12	-	39
	Terceirizado	3	73	5	115	60	5	261
	Outro	-	5	-	5	4	-	14
	Sem informação	-	-	-	1	1	-	2
	Total	3	93	5	137	82	5	325
Masculino	Servidor concursado	-	3	-	12	7	-	22
	Contratado	-	10	-	10	14	-	36
	Terceirizado	-	31	-	53	30	-	114
	Outro	-	-	-	7	2	-	9
	Sem informação	-	-	1	1	-	-	2
	Total	-	44	1	83	53	2	183
Geral	Total geral	3	137	6	220	135	7	508

Por outro lado, entre aqueles que são concursados, predominam os homens pardos (38,7%), seguidos dos homens pretos (22,6%), das mulheres pretas (16,1%), homens brancos (9,7%), mulheres pardas (9,7%) e mulheres brancas (3,2%). Sendo assim, pessoas que podem ser classificadas como negras também são maioria entre os moradores de São Remo e Sem Terra que são servidores públicos da USP, cujas condições de trabalho são mais estáveis e associadas a uma série de benefícios (auxílios em relação à alimentação, creche, funeral, transporte, além de vale-refeição, bilhete para acesso gratuito ao ônibus circular, preferência nas vagas do ensino básico da Escola de Aplicação e das atividades/cursos do Centro de Práticas Esportivas da USP).

Outro aspecto a ser destacado é a relação entre tipo de vínculo e tempo de trabalho na USP. Como indica o Gráfico 35, identifica-se que a maioria dos terceirizados trabalha há pouco tempo na universidade (de 0 a 5 anos de vínculo), apesar de existir uma pequena parcela que acumula um tempo de trabalho maior do que 20 anos. Essa situação, provavelmente, é consequência das condições das empresas terceirizadas e dos contratos que estabelecem com a universidade e seus funcionários. Já no caso dos trabalhadores concursados, o inverso acontece: metade possui mais de 20 anos de vínculo, sendo expressivo também o número daqueles que têm pelo menos 10 anos, enquanto uma pequena parcela teria um tempo de vínculo de até cinco anos. As duas situações são resultado de diversos fatores, entre os quais se destacam a expansão da terceirização e a crise financeira da USP que, desde 2014, implicou em uma redução drástica de concursos públicos, principalmente de funcionários técnico-administrativos.

Gráfico 35 - Vínculo com a USP e tempo de trabalho



Por fim, vale reforçar que as mudanças internas e estruturais na oferta e condições de trabalho na USP impactaram as comunidades de São Remo e Sem Terra, tanto pelo alto número de pessoas que trabalhavam e deixaram de trabalhar na instituição (21,1% da população total em idade de trabalhar) como pelo fato da maioria dos vínculos de trabalho serem sob o regime terceirizado (73,7%). Ressalta-se, ainda, a predominância entre os trabalhadores registrados pelo censo de mulheres identificadas como pretas e pardas (46,7%) e de vínculos de trabalho que somam entre um e cinco anos (51,8%).

29. RELAÇÃO DOS MORADORES COM A USP

Um dos diferenciais deste censo foi a inclusão de temáticas pouco abordadas tanto em recenseamentos domiciliares quanto em estudos sobre territórios periféricos, tais como práticas culturais, identidade de gênero e caracterização de animais não humanos. A relação com a USP também foi contemplada, considerando-se seus serviços, equipamentos e eixos de atuação (ensino, pesquisa e extensão), tendo em vista a própria natureza da pesquisa no âmbito desta universidade e o objetivo de produzir conhecimento sobre a vizinhança periférica de alguns dos *campi* no que diz respeito às formas de relacionamento histórico com a instituição.

O primeiro conjunto de perguntas realizadas se referiu às atividades e serviços acessados na USP. Em 2.526 dos 2.889 domicílios recenseados houve a indicação de que não há moradores que desenvolvem atividades ou utilizam os serviços da universidade, o que representou 87,4% do total, sendo esse percentual um pouco maior quando se considera somente o território de São Remo (88,3%) em relação ao Sem Terra (81,7%). Além disso, na maior parte das moradias onde há pessoas com o hábito de usufruir do espaço da universidade, apenas um dos moradores utilizava os serviços/atividades, em um contexto em que a média de moradores por domicílio é de 2,86. Ou seja, mesmo nos casos em que havia esse hábito, ele não se estendia a todos os moradores do domicílio.

Tabela 80 – Existência de morador que pratica alguma atividade ou utiliza algum serviço da USP

	Total		São Remo		Sem Terra	
	domicílios	%	domicílios	%	domicílios	%
Sim	363	12,6%	291	11,7%	72	18,3%
Não	2.526	87,4%	2.205	88,3%	321	81,7%
Total	2.889	100%	2.496	100%	393	100%

Ao mesmo tempo que esses dados sinalizam que a proximidade geográfica não soluciona, por si só, distâncias simbólicas históricas entre moradores de periferias e favelas e a universidade pública, também indicam um potencial a ser explorado na construção de relações entre a USP e seu entorno periférico. Esse baixo acesso dos recenseados à universidade pode estar ligado à própria dinâmica de atuação da USP de não priorizar ações específicas para e com a vizinhança, assim como ao desconhecimento ou desinteresse dos moradores do entorno com relação às atividades e aos serviços oferecidos na Cidade Universitária.

Tabela 81 – Total de pessoas no domicílio que praticam alguma atividade ou utilizam algum serviço da USP

	Total		São Remo		Sem Terra	
	domicílios	%	domicílios	%	domicílios	%
Nenhuma	2.526	87,4%	2.205	88,3%	321	81,7%
1 pessoa	227	7,9%	184	7,4%	43	10,9%
2 pessoas	73	2,5%	58	2,3%	15	3,8%
3 pessoas	38	1,3%	31	1,2%	7	1,8%
4 pessoas	18	0,6%	11	0,4%	7	1,8%
5 pessoas	1	0,0%	1	0,0%	-	-
6 pessoas	4	0,1%	4	0,2%	-	-
7 pessoas	2	0,1%	2	0,1%	-	-
Total	2.889	100%	2.496	100%	393	100%

Entretanto, levando em consideração apenas as questões aqui abordadas e os domicílios onde há indicação de existência de pessoas que acessam atividades e serviços na USP, vale mencionar que a maioria dos usuários é mulher (55%) e está na faixa etária adulta, dos 30 aos 59 anos (36%), havendo ainda uma participação significativa de jovens (de ambos os gêneros), entre 15 e 29 anos (30%). O acesso se concentra, principalmente, nos serviços médicos e/ou odontológicos (em 51,2% dos domicílios), o que pode ser explicado pela proximidade dos territórios com a Faculdade de Odontologia, que oferece tratamentos realizados por alunos de forma gratuita a qualquer interessado de baixa renda; e com o Hospital Universitário da USP, que é voltado para docentes, funcionários, estudantes e seus dependentes, mas que atende moradores do entorno encaminhados pelo posto de saúde.

As atividades físicas e esportivas aparecem em segundo lugar como as mais citadas entre as respostas espontâneas, sendo que em 31,4% dos domicílios há pessoas que utilizam a USP para essa finalidade. Se somadas às menções a um projeto socioesportivo específico, o Ski na Rua, que faz uso da estrutura da Cidade Universitária para promover o esporte de esqui no asfalto entre crianças e jovens, citado em 5,5% das residências, o percentual de acesso ao *campus* para fins esportivos e de condicionamento físico chega a 36,9%.

Importante notar que nesse conjunto de respostas estão atividades desenvolvidas no *campus* da USP e não necessariamente atividades e/ou serviços promovidos pela USP. Isso fica evidenciado quando se observa o local da atividade ou prestação de serviços: a maior parte dos entrevistados indica que ela acontece “no *campus*”, sem um local específico ou em vários locais distintos (47,1% dos domicílios). Já o Centro de Práticas Esportivas da USP (Cepeusp), unidade que oferece programas de educação física e esporte para as comunidades interna e externa à universidade, só foi mencionado em 0,5% dos domicílios. Outro aspecto a ser considerado é que o uso das áreas comuns do *campus* para esportes e atividades físicas é uma constante ao se referenciar à Cidade Universitária, visto que suas ruas largas e a topografia diversificada, além da entrada gratuita, geram condições propícias para tais práticas, inclusive entre usuários que não têm vínculo profissional ou educacional com a USP e com a presença de empresas de orientação esportiva que exploram comercialmente o espaço (BENETTI, 2015).

As atividades culturais no *campus* foram mencionadas em 5,2% dos domicílios considerados, com indicação de frequência a espaços variados, como bibliotecas, museus, salas de teatro e cinema. Já a rádio USP, que é uma emissora que mescla programação musical com divulgação de informações e projetos da universidade, tinha pouco alcance entre os entrevistados, sendo ouvida em apenas 13% dos domicílios. Esses dados sugerem que, em termos de impacto cultural, o papel da USP em São Remo e Sem Terra ainda é pequeno diante da capacidade de atendimento com 30 bibliotecas existentes e 7 museus de visitação gratuita no *campus* da Cidade Universitária, além das dezenas de iniciativas de extensão cultural oferecidas, inclusive com programas institucionalizados a partir de uma pró-reitoria específica para esse fim.¹

O transporte foi indicado em 4,1% dos 363 domicílios onde há algum tipo de acesso aos serviços presentes na USP. Entre os moradores do Sem Terra, especificamente, o transporte foi o terceiro serviço mais referenciado (em 6,9% dos 72 domicílios), o que demonstra a importância das dez linhas de ônibus municipais que circulam por esse *campus* universitário não apenas para seus estudantes e funcionários, como também para os moradores dos territórios pesquisados. Três dessas linhas são circulares e têm trajeto exclusivo entre o *campus* e o Metrô/Terminal de ônibus Butantã, além de passarem próximo ao portão que dá acesso à estação de trem Cidade Universitária. Existe ainda uma linha de ônibus que faz a ligação entre os municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo, na região metropolitana do ABCD paulista.²

Para uma cidade com a extensão territorial de São Paulo, cuja população trabalhadora se utiliza basicamente do sistema público de transporte, a disponibilidade de ônibus no *campus* se mostra importante tanto para pensar a permanência de estudantes de baixa renda na universidade quanto a mobilidade dos moradores do entorno. No caso daqueles que pertencem à comunidade USP (estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores), por exemplo, o uso dos circulares que fazem o trajeto *campus*-metrô é gratuito, mediante o uso de um bilhete específico, o BUSP. Mas esse benefício não é estendido aos demais usuários, tal como ocorria até 2012, quando os ônibus que circulavam estritamente pelo *campus* tinham entrada gratuita. O BUSP também não é oferecido aos trabalhadores terceirizados da USP e alguns dos moradores pesquisados que têm esse tipo de vínculo chegaram a reclamar, durante o trabalho de campo do censo, que se deslocam a pé para o trabalho, nos casos em que não dispõem do auxílio transporte por parte das empresas que os contrataram ou, ainda, como estratégia de diminuir seus gastos mensais.

Nas demais respostas categorizadas pela pesquisa aparecem referências que sugerem uma variedade de usos da Cidade Universitária por parte da vizinhança periférica, tais como ações desenvolvidas por escolas que incluem visitas ao *campus*, passeio com animais, alimentação, festas, serviços bancários e veterinários, projetos acadêmicos e atividades de ensino. Nesse conjunto de usos e práticas, entretanto, a soma dos percentuais de domicílios onde há menção à participação em aulas, palestras, cursos e projetos acadêmicos atinge apenas 1,1% do total considerado. E quando se relaciona esse dado com informações sobre educação nos territórios recenseados, pode-se destacar que, muito embora o contexto mais recente da USP seja de ações afirmativas para populações historicamente alijadas do acesso ao ensino superior (egressos de escolas públicas, pobres, negros e indígenas), a presença dos moradores do entorno como estudantes da instituição ainda é ínfima. Do total de 8.457 moradores entrevistados em São Remo e Sem Terra, apenas 1,5% cursam e 2,7% realizaram algum curso dessa universidade, considerando-se desde a creche, os cursos livres e pré-vestibulares, além da graduação e pós-graduação.

1 Em referência à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, responsável pelas políticas culturais e de extensão voltadas para o diálogo entre a USP e a sociedade.

2 Para consulta das linhas disponíveis, ver: <https://puspc.usp.br/2017/04/05/transportes-3/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

Tabela 82 – Atividade ou serviço acessado na USP

RESPOSTAS	Total			São Remo			Sem Terra		
	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios que acessam	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios que acessam	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios que acessam
Nenhuma atividade ou serviço declarada	2.526	87,4%	-	2.205	-	-	321	-	-
Serviços médicos e/ou odontológicos	186	6,4%	51,2%	152	6,1%	52,2%	34	8,7%	47,2%
Atividades físicas e/ou esportivas	114	3,9%	31,4%	85	3,4%	29,2%	29	7,4%	40,3%
Projeto Ski na rua	20	0,7%	5,5%	16	0,6%	5,5%	4	1,0%	5,6%
Atividades e/ou espaços culturais	19	0,7%	5,2%	17	0,7%	5,8%	2	0,5%	2,8%
Transporte	15	0,5%	4,1%	10	0,4%	3,4%	5	1,3%	6,9%
Atividades e/ou espaços de lazer	8	0,3%	2,2%	8	0,3%	2,7%	-	-	-
Atividades de projetos em parceria USP/escola do bairro	7	0,2%	1,9%	3	0,1%	1,0%	4	1,0%	5,6%
Atividades diversas (não especificadas) / Outras	7	0,2%	1,9%	7	0,3%	2,4%	-	-	-
Passeio com animais	4	0,1%	1,1%	2	0,1%	0,7%	2	0,5%	2,8%
Serviços de alimentação	4	0,1%	1,1%	2	0,1%	0,7%	2	0,5%	2,8%

Aulas, cursos, palestras e/ou eventos	3	0,1%	0,8%	1	0,0%	0,3%	2	0,5%	2,8%
Serviços bancários	2	0,1%	0,6%	2	0,1%	0,7%	-	-	-
Festas	1	0,0%	0,3%	-	-	-	1	0,3%	1,4%
Projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão da USP	1	0,0%	0,3%	1	0,0%	0,3%	-	-	-
Serviços veterinários	1	0,0%	0,3%	1	0,0%	0,3%	-	-	-
Sem informação	4	0,1%	1,1%	4	0,2%	1,4%	-	-	-
Total Geral	2.889	100%	-	2.496	100%	-	393	100%	-

Tabela 83 – Local onde a atividade ou o serviço é realizado

RESPOSTAS	Total			São Remo			Sem Terra		
	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios que acessam	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios que acessam	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios que acessam
Nenhuma atividade ou serviço declarado	2.526	87,4%	-	2.205	88,3%	-	321	81,7%	-
No campus (sem local específico/vários locais)	171	5,9%	47,1%	140	5,6%	48,1%	31	7,9%	43,1%
Unidade(s) de Ensino da USP	83	2,9%	22,9%	69	2,8%	23,7%	14	3,6%	19,4%
Hospital Universitário	77	2,7%	21,2%	61	2,4%	21,0%	16	4,1%	22,2%
Centro de Esportes/Ginásio	14	0,5%	3,9%	9	0,4%	3,1%	5	1,3%	6,9%
Unidade Básica de Assistência à Saúde	4	0,1%	1,1%	4	0,2%	1,4%	-	-	-

Prefeitura do <i>campus</i> Cidade Universitária	3	0,1%	0,8%	3	0,1%	1,0%	-	-	-
Escola de Aplicação	2	0,1%	0,6%	-	-	-	2	0,5%	2,8%
Museu	2	0,1%	0,6%	2	0,1%	0,7%	-	-	-
Praça do Relógio	2	0,1%	0,6%	1	0,0%	0,3%	1	0,3%	1,4%
Praça dos bancos	2	0,1%	0,6%	2	0,1%	0,7%	-	-	-
Raia da Cidade Universitária	2	0,1%	0,6%	1	0,0%	0,3%	1	0,3%	1,4%
Restaurante universitário	2	0,1%	0,6%	-	-	-	2	0,5%	2,8%
Crusp (Conjunto Residencial)	1	0,0%	0,3%	-	-	-	1	0,3%	1,4%
Espaço Girassol	1	0,0%	0,3%	1	0,0%	0,3%	-	-	-
Outros	4	0,1%	1,1%	3	0,1%	1,0%	1	0,3%	1,4%
Sem informação	4	0,1%	1,1%	4	0,2%	1,4%	-	-	-
Total Geral	2.889	100%	-	2.496	100%	-	393	100%	-

De forma específica, o censo realizado pela USP indagou aos moradores de São Remo e Sem Terra se o *campus* era utilizado para atividades de lazer ou esportes e qual a frequência dessa utilização, já que a própria configuração e a diversidade de espaços presentes na Cidade Universitária favorecem esse tipo de uso: são cerca de 3.700.000 m² de extensão territorial, 924.836 m² de áreas verdes, dezenas de lanchonetes, restaurantes, equipamentos culturais (museus, bibliotecas, sala de cinema e teatro) e esportivos (quadras, campo de futebol, piscina, velódromo e raia olímpica).³ Para essa questão, foi expressivo o número de respostas negativas, com um total de 48,8% de domicílios onde não há nenhum morador que utiliza a universidade para tais práticas, sendo que no Sem Terra essa percentagem atingiu 60,1% das residências recenseadas. No caso daqueles que acessam o espaço para essa finalidade, é mais recorrente o uso ocasional (27,1% do total).

3 A descrição da área da Cidade Universitária está disponível na tabela da Prefeitura do *Campus* USP da Capital (PUSP-C): <http://www.puspc.usp.br/wp-content/uploads/sites/159/2016/08/Campus-USP-da-Capital.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2021.

Tabela 84 – Existência de morador que utiliza algum espaço da USP para prática de lazer ou esporte

	Total		São Remo		Sem Terra	
	domicílios	%	domicílios	%	domicílios	%
Sim, frequentemente	508	17,6%	442	17,7%	66	16,8%
Sim, de vez em quando	783	27,1%	710	28,4%	73	18,6%
Sim, raramente	181	6,3%	164	6,6%	17	4,3%
Não	1.410	48,8%	1.174	47,0%	236	60,1%
Sem informação	7	0,2%	6	0,2%	1	0,3%
Total	2.889	100%	2.496	100%	393	100%

Além das perguntas referentes aos usos e atividades desenvolvidas, questionou-se sobre a existência de aspectos em torno da USP que agradam ou incomodam os moradores pesquisados, no intuito de captar algumas percepções acerca dessa relação de vizinhança. Na maior parte dos domicílios, não foi registrado nenhum incômodo (81,6% dos recenseados) e esse percentual é ainda maior quando se compara o território do Sem Terra (86,5% do total) com o de São Remo (80,8% do total).

Tabela 85 – Existência de incômodo relacionado à vizinhança com a USP

	Total		São Remo		Sem Terra	
	domicílios	%	domicílios	%	domicílios	%
Sim	523	18,1%	471	18,9%	52	13,2%
Não	2.358	81,6%	2.018	80,8%	340	86,5%
Sem informação	8	0,3%	7	0,3%	1	0,3%
Total	2.889	100%	2.496	100%	393	100%

Entre aqueles que indicaram se incomodar com algum aspecto, predominam queixas quanto ao atendimento oferecido pelo Hospital Universitário (HU), com 43,6% dos resultados, algo que só reforça a dependência das comunidades do entorno aos serviços médicos e odontológicos prestados pela universidade. Nas respostas espontâneas, há reclamações sobre as muitas faltas percebidas no HU: “falta de atendimento”, “falta de médicos” e “falta de verba”; ou, ainda, sobre o “atendimento precário” e a “restrição do acesso dos moradores ao hospital”. Algumas das frases registradas pela pesquisa, como “o HU não atende mais favelado” e “o atendimento no HU não é mais o que era antes e isso é prejudicial para a comunidade”, denotam insatisfação com algumas mudanças que foram promovidas no hospital nos últimos anos, como o encerramento do serviço de obstetrícia e do pronto atendimento para casos não graves da comunidade externa à USP em 2017.⁴

4 Informações retiradas da matéria do Jornal do *Campus*, “Serviço médico da Zona Oeste é sobrecarregado com desmonte do HU” (Costanti; Molinari, 2018). Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2018/10/servico-medico-da-zona-oeste-e-sobrecarregado-com-desmonte-do-hu/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

Depois do atendimento do HU, a reclamação mais recorrente diz respeito às restrições ou dificuldades de acesso à Cidade Universitária (em 35,8% dos domicílios onde há incômodo), dada a existência de portões para controle da circulação de pessoas e veículos no *campus* (são 6 exclusivamente para pedestres e 3 para pedestres/veículos, no total) e a limitação do acesso em determinados dias e horários somente para a comunidade USP (à noite, aos domingos e feriados), identificada com a carteirinha da universidade. Esse tipo de controle foi implementado a partir de 1995, período em que se iniciou uma série de medidas restritivas, sob o discurso de problemas com a intensa circulação no *campus* (que varia de 80 a 100 mil pessoas, diariamente), como a quantidade de lixo, as ocorrências policiais e tentativas de ocupação de espaços vazios da universidade. Um muro ao redor do *campus* foi construído, demarcando os limites físicos da USP, além da instalação de portões com barreiras (catracas e trancas) e do maior investimento na guarda universitária.⁵ Desde então, esse se tornou um dos principais pontos de conflito entre a universidade e sua vizinhança periférica.

De maneira indireta, as restrições ao acesso e à atuação da guarda universitária também aparecem na terceira resposta mais recorrente no cômputo das reclamações: o preconceito/discriminação contra os moradores do entorno (4,4% dos domicílios). A percepção dos entrevistados é de que são tratados de forma diferenciada, seja por meio da imposição de limites físicos à sua presença no *campus*, seja por conta da criação de estigmas sobre eles (associação a roubos e furtos, sobretudo). De maneira direta, inclusive, a presença da guarda universitária é outro foco de reclamação, atingindo 3,6% dos domicílios. Responsável pelo controle do fluxo de veículos e pessoas, bem como pela segurança nas áreas comuns do *campus*, a “polícia da USP”, como é comumente chamada, é considerada preconceituosa, violenta e racista por alguns moradores. Outras questões como o barulho, consumo de drogas, falta de acesso aos serviços da USP e problemas da relação universidade-comunidade também foram mencionadas com alguma frequência.

Tabela 86 – Tipo de incômodo relacionado à vizinhança com a USP

	Total			São Remo			Sem Terra		
	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios com incômodo	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios com incômodo	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios com incômodo
Não declarou incômodo	2.366	81,9%	-	2.025	81,1%	-	341	86,8%	-
Problemas no atendimento à comunidade no Hospital Universitário	228	7,9%	43,6%	207	8,3%	43,9%	21	5,3%	40,4%
Restrição/dificuldade de acesso ao <i>campus</i>	187	6,5%	35,8%	182	7,3%	38,6%	5	1,3%	9,6%

5 Conferir a matéria do Jornal da USP Especial, “As idas e vindas do transporte público na Cidade Universitária”, disponível em: <http://jornal.usp.br/especial/transporte-usp/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

Preconceito/discriminação contra moradores/comunidade	23	0,8%	4,4%	21	0,8%	4,5%	2	0,5%	3,8%
Vigilância universitária/polícia	19	0,7%	3,6%	18	0,7%	3,8%	1	0,3%	1,9%
Barulho	13	0,4%	2,5%	11	0,4%	2,3%	2	0,5%	3,8%
Consumo de drogas/consumo de drogas pelos estudantes	13	0,4%	2,5%	13	0,5%	2,8%	-	-	-
Falta de acesso ao ensino/aos serviços da USP	12	0,4%	2,3%	12	0,5%	2,5%	-	-	-
Problemas na relação USP-comunidade	12	0,4%	2,3%	9	0,4%	1,9%	3	0,8%	5,8%
Falta de segurança	9	0,3%	1,7%	9	0,4%	1,9%	-	-	-
Falta de manutenção e limpeza no entorno da USP	8	0,3%	1,5%	4	0,2%	0,8%	4	1,0%	7,7%
Falta de gratuidade no circular	6	0,2%	1,1%	6	0,2%	1,3%	-	-	-
Muro no entorno da USP	5	0,2%	1,0%	4	0,2%	0,8%	1	0,3%	1,9%
Terreno baldio	5	0,2%	1,0%	2	0,1%	0,4%	3	0,8%	5,8%
Falta de regularização fundiária/Tentativas de remoção da comunidade	4	0,1%	0,8%	4	0,2%	0,8%	-	-	-
Presença de ratos/escorpiões	4	0,1%	0,8%	2	0,1%	0,4%	2	0,5%	3,8%
Cachorros abandonados	3	0,1%	0,6%	3	0,1%	0,6%	-	-	-
Falta de atividades/projetos para a comunidade	2	0,1%	0,4%	2	0,1%	0,4%	-	-	-
Falta de oportunidades de trabalho	2	0,1%	0,4%	2	0,1%	0,4%	-	-	-

Problemas no atendimento à comunidade no Hospital Veterinário	2	0,1%	0,4%	2	0,1%	0,4%	-	-	-
Violência (assaltos e roubos)	2	0,1%	0,4%	2	0,1%	0,4%	-	-	-
Outros	40	1,4%	7,6%	27	1,0%	5,5%	13	2,8%	21,2%
Total Geral	2.889	100%	-	2.496	100%	-	393	100%	-

Ainda que as reclamações tenham aparecido, a proporção de domicílios com entrevistados que se manifestaram sobre aspectos que agradam na vizinhança com a USP foi maior do que a dos que demonstraram ter algum incômodo: 55,6% contra 18,1%. E no topo das respostas registradas aparecem aquelas relacionadas a atividades e serviços que são mais frequentemente acessados pelos moradores de São Remo e Sem Terra. Em primeiro lugar se destacam as atividades e/ou espaços destinados ao lazer, recreação e esportes oferecidos pela universidade (indicadas em 29,6% dos domicílios), seguida dos serviços médicos e odontológicos (19,8%), das áreas verdes (18%), da estrutura/espaços disponíveis (15%) e da existência da própria USP (10,4%).

Tabela 87 – Existência de aspectos que agradam na vizinhança com a USP

	Total		São Remo		Sem Terra	
	domicílios	%	domicílios	%	domicílios	%
Sim	1.606	55,6%	1.382	55,4%	224	57,0%
Não	1.259	43,6%	1.092	43,8%	167	42,5%
Sem informação	24	0,8%	22	0,9%	2	0,5%
Total	2.889	100%	2.496	100%	393	100%

Tabela 88 – Aspectos que agradam na vizinhança com a USP

	Total			São Remo			Sem Terra		
	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios com algo que agrada	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios com algo que agrada	domicílios	% sobre domicílios	% sobre domicílios com algo que agrada
Não declarou aspecto que agrada	1.283	44,4%	-	1.114	44,6%	-	169	43,0%	-
Atividades/espaços de lazer/recreação/esportes	475	16,4%	29,6%	437	17,5%	31,6%	38	9,7%	17,0%

Serviços médicos/odontológicos	318	11,0%	19,8%	256	10,3%	18,5%	62	15,8%	27,7%
Área verde	289	10,0%	18,0%	231	9,3%	16,7%	58	14,8%	25,9%
Espaço/estrutura da universidade	241	8,3%	15,0%	226	9,1%	16,4%	15	3,8%	6,7%
A USP	167	5,8%	10,4%	135	5,4%	9,8%	32	8,1%	14,3%
Ambiente bom/ agradável/ bonito	112	3,9%	7,0%	107	4,3%	7,7%	5	1,3%	2,2%
Acesso ao transporte	86	3,0%	5,4%	75	3,0%	5,4%	11	2,8%	4,9%
Proximidade/ oportunidade de trabalho	67	2,3%	4,2%	60	2,4%	4,3%	7	1,8%	3,1%
Projetos/Atividades/Oportunidades de conhecimento para a comunidade	38	1,3%	2,4%	36	1,4%	2,6%	2	0,5%	0,9%
Atividades/espços culturais	26	0,9%	1,6%	22	0,9%	1,6%	4	1,0%	1,8%
Acesso fácil ao campus	25	0,9%	1,6%	8	0,3%	0,6%	17	4,3%	7,6%
Circulação de pessoas/trabalhadores/estudantes/professores	25	0,9%	1,6%	20	0,8%	1,4%	5	1,3%	2,2%
Segurança	23	0,8%	1,4%	16	0,6%	1,2%	7	1,8%	3,1%
Paisagem	21	0,7%	1,3%	19	0,8%	1,4%	2	0,5%	0,9%
Atividades/eventos/cursos	20	0,7%	1,2%	18	0,7%	1,3%	2	0,5%	0,9%
Atendimento oferecido	13	0,4%	0,8%	11	0,4%	0,8%	2	0,5%	0,9%
Praticidade/facilidades para as pessoas da região	11	0,4%	0,7%	8	0,3%	0,6%	3	0,8%	1,3%
Serviços oferecidos	10	0,3%	0,6%	9	0,4%	0,7%	1	0,3%	0,4%

Universidade melhorou/valorizou/deu visibilidade ao bairro	10	0,3%	0,6%	9	0,4%	0,7%	1	0,3%	0,4%
Jornal da USP	6	0,2%	0,4%	6	0,2%	0,4%	-	-	-
Instituto Butantã	4	0,1%	0,2%	4	0,2%	0,3%	-	-	-
Ser um espaço público	4	0,1%	0,2%	2	0,1%	0,1%	2	0,5%	0,9%
Acesso aos bancos	3	0,1%	0,2%	3	0,1%	0,2%	-	-	-
Circulação de informações	3	0,1%	0,2%	2	0,1%	0,1%	1	0,30%	0,4%
Escola de Aplicação	3	0,1%	0,2%	3	0,1%	0,2%	-	-	-
Ampliação do comércio local	2	0,1%	0,1%	1	0,0%	0,1%	1	0,3%	0,4%
Muitas coisas	2	0,1%	0,1%	2	0,1%	0,1%	-	-	-
Pode trazer benefícios para a população/bairro	2	0,1%	0,1%	2	0,1%	0,1%	-	-	-
Projeto Ski na Rua	2	0,1%	0,1%	2	0,1%	0,1%	-	-	-
Outros	39	1,3%	2,5%	28	1,1%	2,1%	11	2,8%	4,9%
Sem informação	10	0,3%	0,6%	10	0,4%	0,7%	-	-	-
Total Geral	2.889	100%	-	2.496	100%	-	393	100%	-

Para além dessas cinco respostas mais frequentes, a menção a aspectos como qualidade do ambiente, acesso ao transporte, oportunidades de trabalho e estudo, atividades culturais e circulação de professores/ trabalhadores/ estudantes indicam que a USP é uma referência positiva no que diz respeito às suas atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), bem como na sua infraestrutura e nas suas possibilidades de uso como espaço público.

A leitura dos resultados demonstra semelhança quanto aos acessos, práticas e percepções dos moradores de São Remo e Sem Terra, havendo pouca variação das respostas fornecidas em cada um dos territórios quando o assunto é a relação desenvolvida com a USP. Demonstra, ainda, que o desenvolvimento de atividades e uso de serviços na e da USP é baixo – principalmente quando se trata do ensino –, tendo em perspectiva a infraestrutura, a capacidade de atendimento e a diversidade de ações promovidas pela instituição. Apesar disso, espaços e atendimentos oferecidos são valorizados pela população de São Remo e Sem Terra, especialmente aqueles relacionados à saúde, esportes, lazer e cultura.

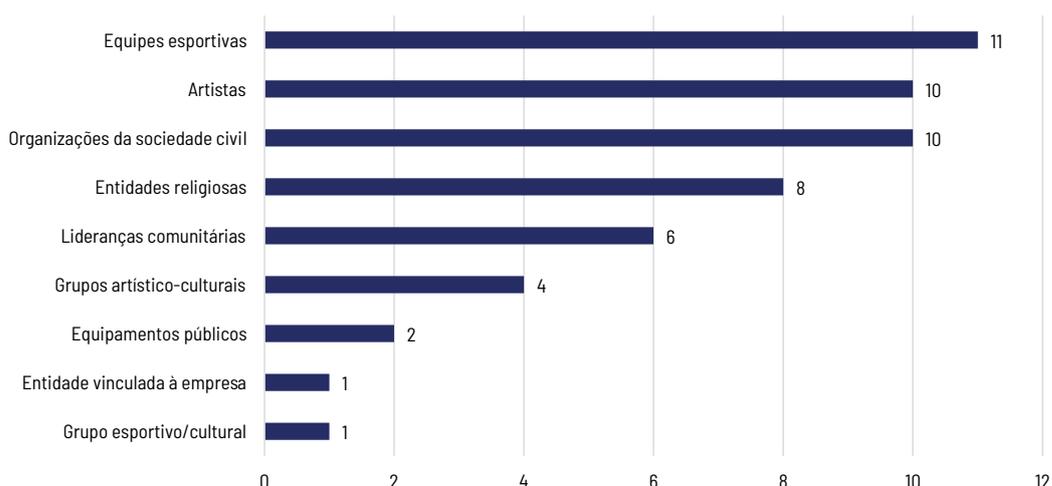
30. MAPEAMENTO SOCIOCULTURAL

O mapeamento sociocultural teve o objetivo de identificar e levantar dados de equipamentos públicos ou governamentais, organizações da sociedade civil, equipes esportivas, grupos culturais, entidades privadas ou religiosas, além de artistas e lideranças. Essa etapa da pesquisa se somou à coleta de informações sobre domicílios, pessoas e animais domiciliados no intuito de revelar outros aspectos da vida social dos territórios e dar destaque às suas formas particulares de mobilização política, produção artístico-cultural, lazer e convivência comunitária.

Em São Remo e Sem Terra, o pré-mapeamento realizado durante o censo populacional indicava a presença de 75 desses atores individuais e coletivos, a partir dos registros dos pesquisadores de campo e das indicações dos articuladores. Ao longo do levantamento de dados, no entanto, esse número foi reduzido para 65, porque, entre outros aspectos, descobriu-se que algumas instituições e grupos encerraram suas atividades, assim como artistas se mudaram para outras localidades. Desses 65, 53 forneceram informações à pesquisa (81% dos entrevistáveis), 49 por meio de entrevistas por telefone e 4 por autopreenchimento de questionário. A principal lacuna diz respeito às instituições religiosas, pois, das 16 que foram identificadas e que são, em sua maioria, evangélicas de orientação pentecostal, apenas 8 foram pesquisadas. Com relação às demais, ou não se obteve o contato de seus representantes ou não se conseguiu convencê-los de conceder entrevistas a partir do contato remoto.

Dos 53 mapeados, 37 são atores coletivos (70%) e 16 são atores individuais (30%). No total, foram registradas informações sobre 11 equipes esportivas (times de futebol), 10 artistas (3 MCs de *funk*, 2 grafiteiros, 2 cantores de forró, 1 cantor de rap, 1 poeta e 1 DJ), 10 organizações da sociedade civil (5 associações, 3 projetos sociais, 1 OSCIP e 1 instituto), 8 instituições religiosas (5 evangélicas, 2 centros de umbanda e 1 igreja católica), 6 lideranças comunitárias, 4 grupos artístico-culturais (2 coletivos de artistas, 1 grupo de *rap* e 1 grupo de samba-rock), 2 equipamentos públicos (1 posto de saúde e 1 centro de assistência psicossocial), 1 grupo cultural e esportivo (capoeira) e 1 entidade vinculada à empresa privada.

Gráfico 36 – Total de mapeados segundo tipo/natureza da atuação

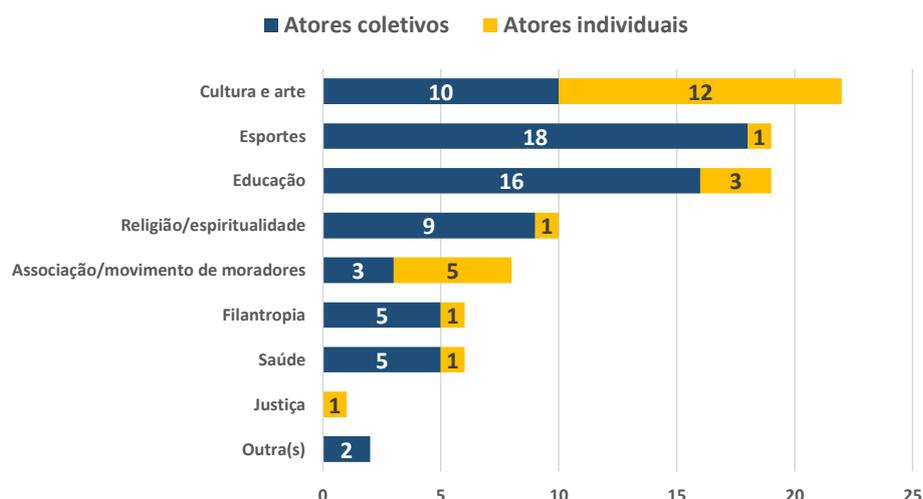


A maior parte dos mapeados do Jardim São Remo e Sem Terra desenvolve atividades e organiza a reivindicação de direitos em mais de uma área de atuação, sendo que cultura e arte, educação e esportes aparecem como as mais citadas. Entre os atores coletivos, predominam intervenções relacionadas aos esportes (jogos e campeonatos), uma vez que a maioria dos registros é de times de futebol, o que corrobora a importância do futebol de várzea para a sociabilidade e a prática esportiva nas periferias. Mas, para além da presença expressiva desses times, merece relevo a existência de duas iniciativas de incentivo ao esporte combinado com a inclusão social: uma voltada à participação de meninas no futebol e outra dedicada ao *rollerski* (esqui no asfalto). Registra-se, ainda, a presença de uma associação poliesportiva que incentiva a prática de esportes, gerencia uma quadra local e organiza ações como distribuições de cestas básicas e realização de festas para crianças.

Entre atores individuais, cultura e arte se destacam, pois há mais artistas do que lideranças comunitárias entrevistados pela pesquisa, assim como existem algumas lideranças que declararam se engajar em ações culturais e/ou artísticas. Os artistas estão ligados a manifestações urbanas e populares que têm lastro histórico em periferias e favelas: *funk*, *forró*, *samba-rock*, *grafite* e *sarau literário*, esta última, uma forma mais recente de fruição cultural e participação político-comunitária em territórios periféricos. Dos 10 artistas entrevistados, apenas 3 deles realizam atividades para a formação e ocupação do tempo livre de outros moradores da comunidade (organização de *sarau*, levantamento de poetas e autores autônomos, oficinas de *hip hop* e *grafite*), os demais se dedicam quase que exclusivamente à produção artístico-cultural e às apresentações.

Já as lideranças comunitárias participam de ações diversas relacionadas à luta por direitos e acesso a serviços, muitas vezes representando sua comunidade em reuniões e fóruns e atuando em parceria com instituições, grupos e ativistas. No contexto de disseminação da Covid-19, por exemplo, elas se tornaram atores-chave na captação de doações e na distribuição de alimentos, *kits* de higiene e limpeza, no intuito de minimizar os efeitos da pandemia nos territórios.

Gráfico 37 – Áreas de atuação de atores coletivos e individuais



Chama a atenção que boa parte dos mapeados tem mais de vinte e um anos de atuação (17 deles ou 32% do total), seja quando se observa o total das entrevistas, seja quando se analisa o conjunto de atores coletivos ou de atores individuais de forma separada. É igualmente expressivo o número daqueles que somam de seis a dez anos de intervenção (15 ou 28% do total). Mas é importante notar, também, que 12 dos pesquisados (23%) atuam há menos de cinco anos, o que aponta para um movimento de organização de novas iniciativas ou de renovação dos quadros de artistas e lideranças.

Tabela 89 – Anos de atuação dos atores individuais e coletivos

ANOS DE ATUAÇÃO	ATORES COLETIVOS	%	ATORES INDIVIDUAIS	%	TOTAL	%
0-5	9	24%	3	19%	12	23%
6-10	10	27%	5	31%	15	28%
11-15	1	3%	2	13%	3	6%
16-20	4	11%	0	0%	4	8%
+ de 20	11	30%	6	38%	17	32%
Sem informação	2	5%	0	0%	2	4%
Total	37	100%	16	100%	53	100%

A Associação dos Moradores do Jardim São Remo é a instituição mais antiga entre os atores coletivos, foi organizada informalmente no processo de ocupação do território ainda nos anos 1960. A mais recente foi criada em 2020 e é um grupo que promove aulas de capoeira e ações socioambientais. Entre os atores individuais, registra-se a média de idade de 39,4 anos, sendo esse número mais baixo quando se considera somente o caso dos artistas (33,8 anos) e mais alto quando se observa apenas as lideranças (48,8 anos). Interessante notar que a maioria dos que se declaram artistas (8 de 10 entrevistados) começou a atuar ainda criança ou jovem (com idades que vão dos 10 aos 24 anos), enquanto os que são considerados lideranças comunitárias começaram a se reconhecer nesse papel já adultos (a partir dos 28 anos).

O número de membros dos equipamentos e coletividades variou de 2 a 96, sendo que 25 deles contam com a colaboração de até 20 pessoas, entre integrantes, funcionários e voluntários. Apenas no equipamento público que presta serviços de saúde e em um dos times de futebol este número está acima de 50. Muito embora uma ou outra resposta tenha sido imprecisa, identificou-se que metade dos integrantes dos coletivos mapeados mora nos territórios pesquisados e a maioria é homem.

Tabela 90 – Número de moradores e de homens e mulheres entre os membros/integrantes dos atores mapeados

	MAPEADOS	MEMBROS/ INTEGRANTES	MORADORES	MULHERES	HOMENS
Atores individuais	16	16	16	4	12
Atores coletivos	37	654	328	203	451
Total	53	670	344	207	463

Na participação segundo o gênero, a prevalência masculina é impulsionada pelos times de futebol, que são quase exclusivamente formados por homens: 8 dos 11 times não contam com a participação de nenhuma mulher e os demais contam com uma ou duas entre seus membros, possivelmente atuando em suas diretorias. Mas para além disso, quando se analisa as informações sobre as pessoas que ocupam o cargo máximo nas instituições mapeadas, em 30 delas (81% do total) o principal responsável ou representante oficial é homem. Entre os atores individuais, também predominam homens (12 dos 16 entrevistados), sendo que no caso dos artistas individuais não foi identificada nenhuma mulher no contexto da pesquisa. Apenas no conjunto das lideranças comunitárias as mulheres se sobressaem numericamente (são 4 entre 6 entrevistados). E mesmo tendo sido poucas as lideranças entrevistadas pela pesquisa, cabe destacar que esse dado vai ao encontro de narrativas sobre o ativismo de base no Jardim São Remo, que aponta para o protagonismo feminino na luta por melhores condições de vida nesse território.

Já no que se refere ao engajamento da população local, observa-se que em 18 dos 37 mapeados (quase metade), a maioria dos integrantes não mora nos territórios pesquisados. Além de algumas igrejas evangélicas e times de futebol, são os casos dos equipamentos públicos, da entidade vinculada à empresa e dos projetos sociais, o que pode ser explicado pela exigência de profissionais especializados para os quadros de algumas dessas organizações, mas também pela atuação de instituições originadas em outras regiões da cidade na comunidade. Em sua maioria, são os times de futebol e as instituições religiosas que concentram um maior número de moradores, tanto proporcionalmente em cada um dos seus quadros, como numericamente em relação ao total: 223 dos 354 moradores indicados como membros/colaboradores estão relacionados aos times, igrejas e centros de umbanda.

Cerca de 54% das instituições e grupos (20 dos 37 mapeados) possuem personalidade jurídica. Os demais, sobretudo os times de futebol, não são formalizados. Ainda que não seja a situação da maioria, é alto o percentual dos informais (46%), o que sinaliza limites para a ampliação da atuação, bem como para a efetivação de algumas parcerias e o acesso a recursos públicos ou privados. Especialmente porque a formalização é um requisito necessário para a realização de convênios com órgãos públicos, recebimento de doações, disputa de editais, ou mesmo para uso de equipamentos e participação em competições esportivas.

Essa limitação fica evidenciada quando se considera as informações sobre a captação de recursos, nas quais o voluntariado aparece como a modalidade principal, seguido do financiamento de empresas e pessoas físicas via doações, tanto entre atores individuais quanto entre atores coletivos formais e informais. Entre os que estão formalizados, eventos, convênios, editais e leis de incentivo também são formas acionadas. Com relação aos informais, são os recursos dos próprios integrantes (por meio de vaquinhas ou mensalidades) que subsidiam as intervenções, além da realização de eventos.

Tabela 91 – Modalidades de captação de recursos entre atores individuais e coletivos

CAPTAÇÃO DE RECURSOS	ATORES INDIVIDUAIS	ATORES COLETIVOS	TOTAL
Voluntariado	9	24	33
Patrocínio via doação	4	15	19
Eventos	5	7	12
Recursos dos integrantes	2	7	9
Convênio	2	3	5
Patrocínio via leis de incentivo	1	1	2
Editais	1	1	2
Outra(s)	4	4	8

A baixa incidência de formas mais burocratizadas de acesso a recursos públicos e privados, que exigem a regularização de documentos e a escrita de projetos, também pode ser relacionada às principais dificuldades apontadas pelos entrevistados, principalmente entre os atores coletivos. Para esses, a insuficiência de recursos financeiros ou materiais, a falta de uma sede ou de espaço adequado para a realização das atividades e a ausência de respostas do poder público aparecem no topo das reclamações. No caso dos artistas e lideranças, além dos recursos financeiros ou materiais, foram mais recorrentes as menções à falta de apoio ou participação da comunidade e ao preconceito contra a expressão artística como dificuldades na atuação cotidiana (essa última indicada pelos cantores de *funk*).

Tabela 92 – Dificuldades enfrentadas na atuação de atores individuais e coletivos

DIFICULDADES ENFRENTADAS	Atores individuais	Atores coletivos	Total
Falta de recursos financeiros/materiais	7	26	33
Falta de sede/equipamento adequado	3	10	13
Falta de apoio/participação da comunidade	5	3	8
Falta de apoio/respostas do poder público	3	5	8
Preconceito contra a expressão artística	4	0	4
Falta de apoio do setor privado	0	3	3
Conciliação da vida pessoal e ativismo	1	1	2
Falta de recursos humanos	0	2	2
Pandemia do coronavírus	0	2	2
Poucas oportunidades de apresentação	2	0	2
Outras	2	6	8
Sem informação	0	2	2

Outro aspecto a ser destacado é que a atuação em rede, com ações conjuntas com outros movimentos, grupos e instituições, não é preponderante no conjunto de mapeados (é realidade para 47% dos entrevistados), tampouco a parceria com projetos da comunidade USP (o percentual é de 41%). Entre os formalizados e lideranças comunitárias, uma ligeira maioria participa de redes (11 das 20 instituições formalizadas e 4 das 6 lideranças) e metade (10 instituições e 3 lideranças) está engajada ou já se engajou em projetos uspianos. Mas o mesmo não se observa entre os grupos informais, uma vez que apenas 5 entrevistados construíram redes dentro e fora do território e 6 já estabeleceram relações com projetos da universidade (de um total de 17), sendo que somente 3 deles já desenvolveram ambos os tipos de parcerias. No caso dos artistas, embora metade faça trabalhos em rede, 7 dos 10 entrevistados nunca estabeleceram parceria com projetos da USP.

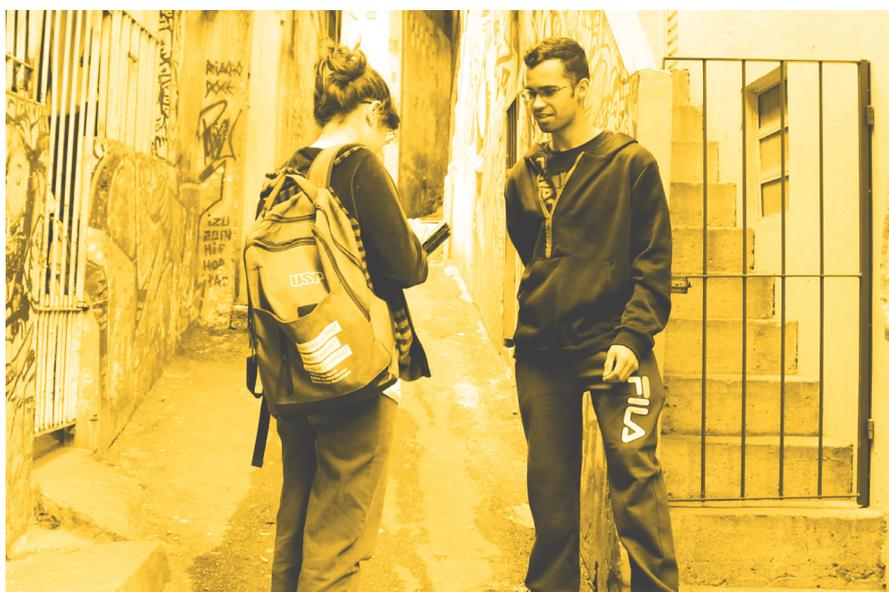
Tabela 93 – Atuação em rede e parcerias, segundo o tipo de entrevistado

	Atua em rede		Parceria com projetos da USP	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Formal	11	9	10	10
Informal	5	12	6	11
Artistas	5	5	3	7
Lideranças	4	2	3	3
Total	25	28	22	31

Dos projetos citados nominalmente como parceiros, o Aproxima-Ação foi o mais indicado, com 6 citações: 2 organizações da sociedade civil, 1 equipamento público, 1 grupo artístico-cultural e 2 lideranças comunitárias. Iniciativa mais antiga da USP com foco na São Remo, trata-se de um programa que visa promover a interlocução entre ações, serviços e conhecimento produzido pela universidade e sua vizinhança de baixa renda, tendo como público-alvo crianças e adolescentes. Mas há outras ações institucionais pontualmente mencionadas e com longo histórico de atuação no território, como o jornal comunitário *Notícias da São Remo*, produzido por estudantes e professores do curso de graduação em jornalismo e voltado exclusivamente para notícias locais. As demais menções dos entrevistados se referem a variados projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como a docentes de diferentes unidades da USP. Essa pulverização de referências pode indicar, por um lado, que a universidade está presente em sua diversidade em algumas ações do território; e, por outro lado, que muitas iniciativas não criaram capilaridade ou estabeleceram relações estáveis que gerassem reconhecimento na comunidade.

Em síntese, diferentemente do censo populacional, o levantamento de dados socioculturais não pretendeu oferecer uma cobertura exaustiva da temática nos contextos pesquisados. O intuito era trazer à tona um panorama das ações desenvolvidas e que contribuem para refletir sobre a organização territorial, cultural e social de São Remo e Sem Terra, a despeito de precariedades materiais, privação de direitos e violências que persistem.

O que se pôde observar no conjunto de informações obtidas neste mapeamento é que, apesar de haver um número baixo de equipamentos públicos que atendem os territórios e uma relação de parceria com a USP realizada ainda de forma inconsistente, há uma pulsante vida associativa, de intervenção social e de convivência comunitária protagonizada pelos próprios moradores, tanto de forma coletiva como de maneira individual. Essa diversidade de instituições e pessoas com atuação sociocultural vai ao encontro do conhecimento acumulado sobre espaço urbano que aponta para a relevância das ações locais desde que as periferias e favelas se formaram, seja nas interpretações que identificam no engajamento dos moradores o papel fundamental na conquista de direitos e acesso a bens e serviços (SADER, 2001; CALDEIRA, 2015), seja nas reflexões que situam essas iniciativas como potências de criatividade, inovação e resiliência nos territórios (FERNANDES E SOUZA E SILVA, 2018; D'ANDREA, 2020).



31. ALGUMAS RECOMENDAÇÕES DOS MORADORES PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS ACADÊMICOS EM PERIFERIAS E FAVELAS

O intenso trabalho de campo para articulação de parcerias e levantamento de dados nos territórios, assim como a participação efetiva de alguns moradores e instituições ao longo de todo o Censo Vizinhança USP, provocaram a retomada de antigos questionamentos sobre a relação da USP com sua vizinhança periférica e despertaram reflexões sobre a forma com que projetos acadêmicos são conduzidos.

As recomendações aqui apresentadas são produtos desse contexto e foram elaboradas a partir das considerações feitas pelos moradores que atuaram como articuladores locais do censo. O objetivo é contribuir com a formulação de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para periferias e favelas pautados pela conduta ética na relação com os sujeitos pesquisados e pelo caráter colaborativo na produção de conhecimento e intervenções.

Sendo assim, com relação ao planejamento dos projetos, recomenda-se:

- Prever a participação de moradores dos territórios pesquisados em todas as etapas e incluí-los como membros da equipe de forma remunerada;
- Fazer articulações para o desenvolvimento do trabalho não apenas com entidades institucionalizadas, mas também com lideranças comunitárias e moradores interessados em contribuir com o conhecimento ou o desenvolvimento local;
- Valorizar a vivência e o conhecimento dos moradores dos territórios desde o planejamento das ações até a escrita dos relatórios com os resultados;
- Priorizar, na seleção da equipe, pesquisadores que tenham identificação positiva e conhecimento sobre favelas e periferias, seja em termos de origem social, histórico de engajamento político-social ou de formação acadêmica;

- Pensar ações que gerem contrapartidas e/ou desdobramentos para os territórios.

Quanto ao desenvolvimento dos projetos, sugere-se:

- Evitar a rotatividade de membros da equipe, a fim de garantir vínculos com o contexto estudado;
- Manter a comunidade informada sobre os objetivos e resultados esperados, no intuito de evitar frustrações quanto ao alcance e potenciais efeitos dos projetos;
- Gerar conhecimentos que façam sentido para os moradores e retratem a realidade local, para que possam ser apropriados na transformação dos territórios.

Sobre a conclusão dos projetos e divulgação dos resultados, propõe-se:

- Promover a devolutiva dos resultados para a comunidade em reuniões abertas e publicações, para que não haja a percepção de que o território foi utilizado apenas como “laboratório”;
- Disseminar métodos e conceitos relacionados aos projetos que sejam úteis para a organização de demandas e iniciativas locais;
- Capacitar lideranças comunitárias para uso dos dados e conhecimentos produzidos, a fim de potencializar sua atuação ou possibilitar sua autonomia para a realização dos próprios projetos e intervenções.

Além dessas ações específicas para a elaboração, execução e disseminação dos resultados dos projetos, sugere-se, ainda, que recursos humanos, materiais e financeiros da universidade possam ser disponibilizados para os territórios, com a finalidade de:

- Oferecer suporte e consultoria às ações realizadas por entidades e lideranças comunitárias;
- Criar um canal institucional de relação universidade-comunidade, visando a identificação das demandas e a construção de uma agenda de pesquisa e intervenções pertinentes ao território;
- Realizar projetos e campanhas de divulgação que estimulem o ingresso dos moradores de favelas e periferias na universidade pública;
- Organizar atividades culturais e informativas para movimentar o território, para além das ações que geram dados e conhecimentos específicos.

32. APONTAMENTOS SOBRE ALGUNS RESULTADOS DO CENSO VIZINHANÇA USP

Os dados do censo realizado nas comunidades de São Remo/Sem Terra (zona oeste) e Jardim Keralux/Vila Guaraciaba (zona Leste) demonstram que a relação da USP com as comunidades do entorno ainda é distante, percebendo-se certa “indiferença” ante as questões que tratam da relação com a USP: por exemplo, 87,4% dos moradores das comunidades da zona oeste e 92,1% dos da zona leste declararam não usar nenhum serviço ou praticar atividades na USP.

O distanciamento do *campus* Leste da USP é ainda maior que o do *campus* Butantã – apenas 7,9% dos moradores do Jardim Keralux/Vila Guaraciaba afirmaram já ter utilizado algum serviço ou realizado alguma atividade na USP. Algumas hipóteses para isso:

- o *campus* Leste é mais recente que o *campus* Butantã;
- o Hospital Universitário é um equipamento importante existente no *campus* Butantã que atende as comunidades da zona oeste;
- existe um universo significativo de moradores das comunidades da zona oeste que trabalham no *campus* Butantã;
- há (e houve) um número maior de projetos sociais da USP para as comunidades da zona oeste devido ao fato de ser um *campus* mais antigo e de ser a sede administrativa da universidade, com mais unidades e mais professores e alunos.

A maior relação dos moradores da São Remo com a USP Butantã se deve, principalmente, ao Hospital Universitário; depois, o serviço mais utilizado é o atendimento odontológico. Por conta disso, o hospital é o local do *campus* onde os moradores da São Remo mais frequentam e também é objeto das maiores reclamações, particularmente, a restrição ao atendimento.

Por conta dessa maior proximidade do *campus* Butantã com a São Remo e o Sem Terra, a opinião positiva da vizinhança com a universidade é maior na zona oeste (55,6%) do que na zona leste, onde a maioria não mencionou algo que agrade no fato de ser vizinho ao *campus* (54,6%).

Os moradores de São Remo/Sem Terra valorizam a área de lazer e esportes do *campus* Butantã, além do Hospital Universitário (embora ele também seja criticado pela restrição ao atendimento); enquanto que no Jardim Keralux/Vila Guaraciaba há poucas menções positivas à presença da USP, destacando-se entre elas as atividades com as crianças, o próprio espaço e o entendimento de que a presença da USP “melhorou o bairro”.

Entre as sugestões/reivindicações, os moradores da zona oeste destacam fortemente a volta do atendimento do Hospital Universitário. Já nas comunidades da zona leste, as reivindicações se centram no papel que a USP poderia desempenhar em melhorias no bairro, como asfaltamento, limpeza das ruas, implantação de posto policial e até agência bancária.

Observa-se também que, em termos de impacto cultural, o papel da USP nas comunidades é pequeno. A rádio USP é pouco ouvida nas comunidades: em apenas 13% dos domicílios de São Remo/Sem Terra e em 6,9% dos domicílios do Jardim Keralux/Vila Guaraciaba. A presença dos moradores nas atividades educacionais da USP é ínfima. Apenas 1,5% estudam e 2,7% declararam já ter estudado em algum curso da USP, no caso da São Remo. No Jardim Keralux/Vila Guaraciaba, esses percentuais ainda são menores: 0,5% e 1,3%, respectivamente. Das atividades educacionais oferecidas pela USP para a São Remo e o Sem Terra, as que têm maior impacto são o Colégio Aplicação e a Creche da USP.

Assim, o que se infere desses dados é que a relação da USP com as comunidades está ainda dependente dos serviços prestados pela universidade, em especial os da área de saúde, e das possibilidades de uso do espaço físico do *campus* como área de lazer e esporte, razão pela qual a relação com as comunidades da zona oeste é maior que as do *campus* leste – no *campus* Butantã, por existir uma área mais ampla e mais aproveitada para lazer, além do Hospital Universitário e do serviço de odontologia. No *campus* leste, não há estes serviços e o uso do *campus* como espaço de lazer é mais restrito, seja por conta da forma de acesso, seja pelo tamanho menor do *campus*. Entretanto, a expectativa das comunidades da zona leste em relação à USP reside no peso institucional – a cobrança das comunidades da zona leste vão no sentido de a USP auxiliar na melhoria do bairro, como limpeza das ruas, corte do gramado, asfalto, instalação de serviços etc. Permanece ainda distante a importância educativa-cultural da USP para as comunidades do Jardim Keralux e da Vila Guaraciaba.

Já com relação às atividades culturais, as práticas nas comunidades pesquisadas são diversas. As mais citadas foram:

- assistir a filmes, séries, documentários;
- música;
- leitura;
- funk;
- dança (nas comunidades da zona leste, a dança como manifestação cultural supera o funk por pequena margem; na zona oeste, o funk está à frente);
- hip-hop;
- desenho.

Outras atividades citadas foram: ida à igreja e participação em certames esportivos.

A inferência que se pode fazer a partir dessas respostas é a de que três espaços têm papel fundamental na construção das práticas culturais: televisão, igreja e cultura de rua. É fato que na São Remo existem vários projetos desenvolvidos por organizações não governamentais direcionados ao incentivo da prática de leitura (como o Projeto Alavanca, o Girassol, o Circo-Escola, entre outros).

A televisão ainda tem papel central no consumo cultural das famílias (expresso na resposta “assistir a filmes, séries, documentários”). As duas outras expressões culturais mais citadas – música e leitura – podem ter a ver com consumo midiático e práticas religiosas. No caso da música, ela se expressa pelas mídias rádio, televisão, celular; e também é praticada e consumida em determinadas organizações religiosas. A leitura pode estar vinculada a práticas religiosas (a leitura da Bíblia e outros materiais de igreja) e também à existência do jornal comunitário *Notícias do Jardim São Remo*, projeto que já existe há 27 anos e é realizado pelo curso de jornalismo da ECA/USP, além dos projetos

de leitura desenvolvidos pelas organizações não governamentais que atuam na São Remo. Há também iniciativas culturais comunitárias que podem ter certo impacto, como os grupos musicais das comunidades (grupos de hip hop, funk e samba). O interessante é que a prática de leitura, quando há, se concentra em uma ou duas pessoas da família (perfil de cerca de 40% dos domicílios), não sendo algo disseminado entre todos os membros. Mas a prática geral de leitura ainda é pequena, inferior a 30% dos moradores. Porém, aqui há um campo interessante de estudos sobre as práticas de leitura na comunidade – quais são elas, como elas se inserem no cotidiano desses moradores etc.

A música é muito mais praticada ou consumida (66% dos domicílios na zona oeste) e um pouco mais disseminada dentro das famílias. Algumas práticas culturais musicais, como o hip hop e o funk, têm um índice menor de pessoas que declaram praticar (menos de 30%), o que indica que a música consumida nas comunidades tem ainda outro padrão estético que não foi possível identificar. Aqui se abre um campo interessante de estudo sobre as práticas musicais na comunidade.

Com relação ao pertencimento racial, a maioria dos moradores se declara preta ou parda: nas comunidades de São Remo e Sem Terra, são 62,8% das pessoas (45,7% pardas e 17,1% pretas); em Keralux e Vila Guaraciaba, são 59,5% (43,1% pardas e 16,4% pretas). No conjunto dos quatro territórios estudados, 61,1% das pessoas foram declaradas pardas ou pretas. Entretanto, a identificação como “negros” é minoritária: apenas 40,3% na zona oeste e 37,3% na zona leste, o que nos leva a inferir que ainda pesam os estigmas negativos do racismo contra negros. O interessante é que apenas 1,6% dos moradores da zona oeste e 1,5% da zona leste se declarou como indígena. Porém, no quesito sobre a autopercepção de uma identidade indígena, as respostas afirmativas foram em número bem superior: 18,6% na zona oeste e 16,3% na zona leste. Este é um indicativo de que uma parcela de pessoas pardas (ou até brancas) tem mais facilidade em se identificar como descendente de indígenas do que de negros.

As práticas culturais afro-brasileiras têm pequeno impacto nas comunidades – a capoeira, por exemplo, é apreciada ou praticada por cerca de 5% dos moradores. O total de pessoas filiadas às religiões de matriz africana não supera 1% dos moradores maiores de 18 anos. Os preconceitos relatados pela população das duas comunidades referem-se aos praticados por órgãos da universidade (atendimentos que consideram desrespeitosos em equipamentos como o Hospital Universitário por serem moradores de favela ou de periferia) e pela polícia.

A percepção do preconceito está vinculada diretamente a morarem em comunidades periféricas. Essa situação é bem interessante porque mostra justamente uma perspectiva que articula o pertencimento étnico-racial majoritariamente não branco (negro, pardo, indígena), morar na periferia e ser discriminado por instituições externas (polícia, universidade).

As poucas perguntas sobre pertencimento étnico-racial abrem possibilidades interessantes de estudos como:

- o significado do reconhecimento da identidade indígena em proporção bem superior aos que se declaram como indígenas;
- o significado do reconhecimento da identidade negra ser minoritário, apesar de a soma de pretos e pardos ser majoritária nas duas comunidades – quais elementos conformam o sentido de ser identificado como negro por parte dessa população e, também, em que medida a identificação “parda” é incorporada por parte da população que se identifica como indígena;

- o pequeno impacto das tradições culturais de matriz africana (e mesmo indígena) nas comunidades, bem abaixo dos percentuais dos que se identificam como negros ou indígenas;
- aprofundar os sentidos de percepção dos preconceitos por parte dos moradores da comunidade (o preconceito por ser morador da favela e se este se expressa visualmente pelas marcas fenotípicas dos seus moradores, o que configura o racismo de marca).

Como síntese, pode-se destacar a partir da leitura de alguns dos dados do censo que:

- as relações da comunidade com a universidade estão diretamente vinculadas às possibilidades de apropriação simbólica, institucional e de atendimento oferecidas pela universidade; daí, por conta de um serviço importante e de qualidade historicamente oferecido como o Hospital Universitário, o espaço de lazer proporcionado pelo *campus* Butantã e o fato deste também ser local de trabalho, a percepção das comunidades da zona oeste sobre a USP são mais positivas que as da zona leste;
- a expressão cultural produzida pela USP tem baixo impacto nas comunidades – a rádio USP é pouco ouvida, os espaços culturais oferecidos pela universidade são pouco frequentados, sem contar o pequeno acesso dos moradores aos cursos universitários. Há uma dimensão cultural própria da comunidade que vai em paralelo com a da universidade – os moradores têm como práticas culturais importantes o consumo de produtos televisivos, a prática musical (que se infere ser produto de movimentos culturais periféricos, como hip hop, funk e samba, bem como das organizações religiosas) e de leitura (que se infere também ser de textos religiosos, como a Bíblia, do jornal comunitário produzido e distribuído pelos alunos do curso de jornalismo e os projetos de leitura desenvolvidos pelas ONGs no bairro);
- a visão da universidade como uma “prestadora de serviços” é muito forte nas comunidades da zona oeste (onde a reivindicação mais comum é o retorno do atendimento amplo do Hospital Universitário).

As respostas no campo da cultura ensejam uma série de possibilidades institucionais da universidade para melhorar a relação com as comunidades:

- os equipamentos e instrumentos culturais da USP – museus, rádio USP etc. – ainda são muito distantes simbolicamente da realidade dessas comunidades, o que reverbera no baixo impacto que têm na população local; aqui há um campo para se discutir as possibilidades desses equipamentos desenvolverem projetos para se aproximar dessas comunidades (articulações com lideranças locais etc.);
- possibilidades de estudos: pesquisas sobre os consumos culturais nas comunidades (que tipo de produto alavanca a alta participação em práticas musicais e de leitura, como a universidade pode intervir nisso etc.).

Os dados do censo relativos à cultura, relação com a USP e pertencimento étnico-racial demonstram que a melhoria das relações da universidade com as comunidades do entorno exige aprofundamento de alguns estudos que impactem as políticas de ensino, pesquisa e extensão da universidade. Os muros ainda prevalecem e as pontes frágeis existentes ainda dependem de possibilidades de apropriação instrumental de um lado e de outro. Há uma riqueza de significados nas comunidades parcialmente demonstrada no censo que pode ser aprofundada com novos estudos.

Quadro 4 - Ruas, CEP e localização na planta cartográfica (Figura 21)

TIPO	NOME	CEP	QUADRANTE (VER PLANTA)
Rua	Pires Brandão	05360-090	A2, B1, B2
Vieira	Pires Brandão	05360-095	B2
Rua	Maria Inês Beltrão	05360-100	A2
Rua	Catumbi	05360-110	A1, A2, B1
Rua	Aquianes	05360-120	B1, B2
Passagem	Alfredo Tanca Braga	05360-122	B1, B2
Vieira	P.T	05360-123	B2
Travessa	do Berçário	05360-125	B2
Vieira	Crianças	05360-127	A1, B1
Travessa	Cinco	05360-128	A1, B1
Rua	Pangaré	05360-130	B2, B3, C2
Rua	Carmine Lourenço del Gaiso	05360-140	B3, C3
Avenida	São Remo	05360-150	A2, B2, B3
Vieira	Roberto de Barros	05360-153	A2
Travessa	do Café	05360-155	A2
Vieira	do Leite	05360-157	A2
Rua	Cipotânea	05360-160	B1, B2, B3, C3
Travessa	do Marrom		B2
Vieira	da Conquista	05360-163	B2
Travessa	Brasil	05360-165	B1, B2
Travessa	Cipó	05360-167	
Rua	Baltazar Rabelo	05360-170	A3, B2, B3
Vieira	da Paz	05360-173	B2
Vieira	Professor	05360-175	B2
Rua	Grande Arrozal	05360-180	B2
Rua	Alfredo Tianca Braga	05360-200	B1, B2
Rua	das Paineiras	05360-240	B1
Travessa	Bolívia		B2
Rua	G (Aquianes)	05360-120	A1, A2, B1
Travessa	Presidente Luis Carlos Viotti		A1
Avenida	Sebastião Eugênio de Camargo	05360-010	C3
Vieira	B		C3
Vieira	H		C3
Travessa	Guadalupe		B3, C3

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo; MONTERO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. São Paulo: **Perspectiva** [online], 2001, vol.15, n.3, pp.92-100.
- ALVARENGA, Darlan. **Número de brasileiros com carteira assinada é o menor desde 2012, mostra o IBGE. G1**, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/26/numero-de-brasileiros-com-carteira-assinada-e-o-menor-desde-2012-mostra-ibge.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- ALZUGUIR, Fernanda Vecchi (2014). **A carreira moral da vergonha na visão de homens e mulheres alcoólatras. Physis** Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 24 (1): 11-29.
- AS IDAS e vindas do transporte público na cidade universitária. **Jornal da USP Especial** [s. d.]. Disponível em: <http://jornal.usp.br/especial/transporte-usp/>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- ASCH, Adrienne. Diagnóstico pré-natal e aborto seletivo: um desafio à prática e às políticas. In: DINIZ, Débora (org.). **Admirável nova genética: bioética e sociedade**. Brasília: Letras Livres, Editora da UNB, 2005, pp. 223-263.
- BASTOS, Francisco Inácio P. M. *et al.* **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017.
- BENETTI, Marino Pereira. **Prática esportiva nas áreas comuns do campus USP da capital: conflitos e diagnóstico**. Dissertação (Mestrado em Estudos Socioculturais e Comportamentais da Educação Física e do Esporte), 2015. Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/39/39134/tde-09122015-090209/>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- BLAY, Eva Alterman; MARTINS, Heloisa H. Souza. Favelização dos funcionários da USP. **Ciência e Cultura**, 32 (4), 1980, pp. 418-120.
- BRAIDO, Antenor. Especulação eleva preços de barracos a até Cr\$ 1 milhão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 1983. 2º Caderno - Local - Saúde, p. 16. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8302&anchor=4305767&origem=busca&origemURL=&pd=e2f4150fb04bb384265dc2def0cca537>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- BRASIL. **Censo Escolar 2020: divulgação dos resultados**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 12 de jun. de 2021.
- BRASIL. **Pesquisa nacional de saúde, 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- BRASIL. **Política Nacional de Saúde Mental**. Lei n. 10.216, de 06 de abril de 2001. Disponível em <http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1038413/politica-nac-saude-mental.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- CALDEIRA, Teresa. Social Movements, Cultural Production, and Protests São Paulo's Shifting Political Landscape: São Paulo's Shifting Political Landscape. **Current Anthropology**, v. 56, nº 11, 2015. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/681927>. Acesso em 5 jul. 2021.
- CAMPOS, Edemilson Antunes de. **"Nosso remédio é a palavra": uma etnografia sobre o modelo terapêutico de Alcoólicos Anônimos**. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2010.

CANESQUI, Ana Maria. Estudos antropológicos sobre adoecidos crônicos. In: Ana Maria. Canesqui (org). **Olhares socioantropológicos sobre os adoecidos crônicos**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2007, pp.19-51.

CARVALHO, Marília Pinto. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulação entre gênero e cor/raça. Campinas, **Cadernos Pagu**, n 22, 2004, pp. 247-290.

COSTANTI, Giovanna; MOLINARI, Laura. Serviço médico da Zona Oeste é sobrecarregado com desmonte do HU. **Jornal do Campus**, 7 out. 2018. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2018/10/servico-medico-da-zona-oeste-e-sobrecarregado-com-desmonte-do-hu/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

COULANGEON, Philippe. **Sociologia das práticas culturais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

CRUZ, Nelson Falcão de Oliveira; GONÇALVES, Renata Weber; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020.

CUNHA, Maria Leonila Couto. **Trabalho infantil**. Brasília, DF, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/dados-e-indicadores/trabalho-infantil>. Acesso em: 22 ago. 2021.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos Cebrap**. v. 1, n° 39, jan-abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?lang=pt>. Acesso em: 6 jul. 2021.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?**. São Paulo: Brasiliense, 2007. Disponível em: <https://pedagogiafadba.files.wordpress.com/2013/03/texto-1-o-que-c3a9-deficic3aancia.pdf> Acesso em: 3 abr. 2021.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Família e reprodução humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ENOUT, Helena J. R. Outra urbanidade possível em áreas de habitação precária. Favelas São Remo e Sem-Terra, em São Paulo-SP. In: ZUQUIM, Maria de Lourdes e D'OTTAVIANO, Camila (orgs.). **Práticas recentes de intervenções contemporâneas em cidades da América Latina**. São Paulo: FAU, 2014. pp. 215-243. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/487/438/1694-1>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FEFFERMAN, Marisa e FIGUEIREDO, Regina. Redução de danos como estratégia de prevenção de drogas entre jovens. **Boletim do Instituto de Saúde**, nº 40, São Paulo, Instituto de Saúde – SES, 2006.

FERNANDES, Fernando; SOUZA E SILVA, Jailson de; BARBOSA, Jorge. O paradigma da potência e a pedagogia da convivência. **Revista Periferias**, v.1, nº 1, 2018. Rio de Janeiro: IMJA, 2018. Disponível em: <http://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia>. Acesso em: 1 jul. 2021.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Moder-nização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GONÇALVES, Emerson. Torcida corintiana amplia vantagem sobre as rivais na cidade de São Paulo. **Olhar Crônico Esportivo/Globo Esporte.com**. 27 fev. 2017. Disponível em: <http://ge.globo.com/blogs/especial-blog/olhar-cronico-esportivo/post/torcida-corintiana-amplia-vantagem-sobre-rivais-na-cidade-de-sao-paulo.html>. Acesso em 26 jul. 2021.

GONÇALVES, Rafael Soares. Censos e favelas cariocas: evolução de um conceito censitário. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material** [online]. v. 28, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e23>. Acesso em: 22 ago. 2021.

HELMAN, Cecil. **Cultura, saúde e doença**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HERZLICH, Claudine e PIERRET, Janine. **Malades d'hier, malades d'aujourd'hui: de la mort collective au devoir de guérison**. Paris: Éditions Payot, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JACOBI, Pedro. Do centro à periferia: meio ambiente e cotidiano na cidade de São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, n. 6-7, jun. 2000, pp. 145-162. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/Gyz73jQVbBwhRmwNCDRDxJJ/?format=pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MACRAE, Edward. (s.d.). Aspectos socioculturais do uso de drogas e políticas de redução de danos. São Paulo: **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos**. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/edward2.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MAIS de 2 milhões de paulistanos ainda moram em favelas. **Carta Capital**. 30 nov. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/32xsp/mais-de-2-milhoes-de-paulistanos-ainda-moram-em-favelas/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MONTERO, Paula. Religiões e dilemas da sociedade brasileira. In: MICELI, Sergio. (Org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Antropologia (v. 1). São Paulo, Sumaré, Anpocs/Capes, 1999, pp. 327-367.

NAKANO, Anderson. Desigualdades habitacionais no “repovoamento” do centro expandido do município de São Paulo. **Cadernos da Metrópole**. Vol. 20, n. 41, abr. 2018, pp. 53-74. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962018000100053&lang=pt. Acesso em: 22 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)** – 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 2 jun. 2021.

PASTERNAK, Suzana. São Paulo e suas favelas. **Pós**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], n. 19, 2006, pp. 176-197. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43470>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PASTERNAK, Suzana; D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. Paradoxes of the intervention policy in favelas in São Paulo: how the practice turned our the policy. In: **The Routledge handbook of institutions and planning in action** [S.l.: s.n.], 2018.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul: Metrópoles e Fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, nº.60, fevereiro/2006.

PESQUISAS FPA. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade**. São Paulo: SESC, 2020.

PREFEITURA DO CAMPUS USP DA CAPITAL. **CUASO em números**. São Paulo: PUSPC-USP, 2016. 1 página. Disponível em: <http://www.puspc.usp.br/wp-content/uploads/sites/159/2016/08/Campus-USP-da-Capital.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2021.

ROCHA, Mariana M. **Quando a favela é extensão da universidade: o Programa Avizinhar em meio às relações entre a USP e a São Remo**. Dissertação (Mestrado em Educação), 2016. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição, 2001.

SALA, Arnaldo. Cadastro ampliado em saúde da família como instrumento gerencial para diagnóstico de condições de vida e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 20, n. 6, dez 2004, pp. 1556-1564.

SANDOVAL GREGORI, M.; GUILHERME MOTA, C. **Campus USP Butantã: el conocimiento crítico y la ciudad**. Revista de Estudios Brasileños, [S. l.], v. 3, n. 5, 2016. DOI: 10.3232/REB.2016.V3.N5.2232. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reb/article/view/123024>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SÃO PAULO. **Igualdade racial em São Paulo: avanços e desafios**. São Paulo: Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

SEHAB/HABITASAMPA. Favela Habitasampa. **Geosampa**, 2016. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

TRANSPORTES. **Prefeitura do campus USP da capital**. Disponível em: <https://puspc.usp.br/2017/04/05/transportes-3/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

UM em cada cinco brasileiros torce para o Flamengo, aponta Datafolha. **Folha de S. Paulo**. 17 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/09/um-em-cada-cinco-brasileiros-torce-para-o-flamengo-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2021.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 15, n. 44, 2000, pp. 5-34. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001>. Acesso em: 22 ago. 2021]

ZUQUIM, de Lourdes; Maria. GRINOVER, Marina Mange. Cartografias de áreas precárias: um ensaio sobre ensino e pesquisa na pós-graduação da FAUUSP. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.6, n.1, ago/dez. 2018, pp.27-41. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v6n201>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Localização do São Remo e Sem Terra em relação aos limites dos distritos de São Paulo
- Figura 2 - Favelas de São Remo e Sem Terra na base da Prefeitura de São Paulo
- Figura 3 - Aglomerados subnormais do IBGE correspondentes ao Jardim São Remo e Sem Terra
- Figura 4 - Terreno entre São Remo e Sem Terra em março de 2020, mês de encerramento do trabalho de campo do censo
- Figura 5 - Terreno entre São Remo e Sem Terra em maio de 2021, após a ocupação de janeiro do mesmo ano
- Figura 6 - Malha de setores utilizada para estimação do universo e extração de resultados
- Figura 7 - Densidade demográfica, por hectare, total e por setor
- Figura 8 - Vista área dos loteamentos São Remo e Sem Terra
- Figura 9 - Condição dos domicílios em relação à propriedade, em São Remo e Sem Terra
- Figura 10 - Divisão de lote registrados nas bases da Prefeitura de São Paulo, no Sem Terra
- Figura 11 - Divisão de lotes registrados nas bases da Prefeitura de São Paulo, em (parte de) São Remo
- Figura 12 - Mapa de calor dos imóveis de aluguel em São Remo e Sem Terra
- Figura 13 - Mapa de calor dos imóveis declarados em situação de ocupação, invasão e outras em São Remo e Sem Terra
- Figura 14 - Domicílios que não possuem ligação à rede da SABESP e que despejam seu esgoto doméstico no córrego, em São Remo e Sem Terra
- Figura 15 - Domicílios que possuem coleta de lixo na porta de casa, em São Remo e Sem Terra
- Figura 16 - Atividades realizadas na USP representadas em nuvem de palavras
- Figura 17 - Destino do lixo
- Figura 18 - Destino do esgoto entre os domicílios desatendidos pela rede de esgoto da SABESP
- Figura 19 - Local de residência dos moradores humanos picados por escorpião
- Figura 20 - Domicílios com plantas
- Figura 21 - Guia das ruas

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Crescimento relativo do total de habitantes e do número de domicílios em São Remo, Sem Terra, distrito Rio Pequeno e município de São Paulo entre 2010 e 2019
- Gráfico 2 - Total relativo de domicílios segundo o número de moradores
- Gráfico 3 - Total relativo de habitantes por faixa etária
- Gráfico 4 - Pirâmide de idade e gênero do São Remo
- Gráfico 5 - Pirâmide de idade e gênero do Sem Terra
- Gráfico 6 - Pirâmide de idade e gênero de São Remo e Sem Terra
- Gráfico 7 - Número de pessoas com rendimento por domicílio
- Gráfico 8 - Total relativo de domicílios segundo o rendimento domiciliar por faixa de renda
- Gráfico 9- Trabalho remunerado atualmente
- Gráfico 10- Trabalho remunerado formal ou informal
- Gráfico 11 - Tipo de vínculo do trabalho formal
- Gráfico 12- Trabalho informal por tipo de vínculo
- Gráfico 13- Se está sem trabalho remunerado, já trabalhou?
- Gráfico 14 - Procura por trabalho independentemente se já tem trabalho remunerado
- Gráfico 15- Tempo (em anos) de procura por trabalho
- Gráfico 16 - Procura por trabalho remunerado entre pessoas que não estão trabalhando
- Gráfico 17- Tempo (em anos) de procura de trabalho entre os que estão à procura e sem trabalho
- Gráfico 18 - Aposentados e pensionistas
- Gráfico 19- Práticas culturais mais frequentes
- Gráfico 20 - Práticas culturais por nível de escolaridade, segundo a prática ou expressão cultural
- Gráfico 21 - Práticas culturais por nível de escolaridade

Gráfico 22 - Práticas culturais por cor/raça
Gráfico 23 - Práticas culturais e identidade negra
Gráfico 24 - Práticas culturais e acesso à internet
Gráfico 25- Faixa de renda domiciliar
Gráfico 26 - Distribuição da população, com 18 anos ou mais, segundo grandes grupos de religião
Gráfico 27 - Relações de proporcionalidade entre animais de companhia (apenas cães, gatos e pássaros) e crianças
Gráfico 28 - Pirâmide populacional humana, indicando a quantidade de pessoas que moram com cães e gatos, por faixa etária
Gráfico 29 - Origem predominante dos humanos nas famílias com (esquerda) e sem (direita) pássaros, por estado
Gráfico 30 - Destino dos cães e dos gatos que saíram dos domicílios em 2018
Gráfico 31 - Origem dos cães e dos gatos que entraram nos domicílios em 2018
Gráfico 32 - Pirâmides das populações de cães e de gatos, indicando a quantidade de animais esterilizados
Gráfico 33 - Pirâmide etária dos moradores que trabalham na USP por gênero
Gráfico 34 - Vínculo de trabalho com a USP por gênero
Gráfico 35 - Vínculo com a USP e tempo de trabalho
Gráfico 36 - Total de mapeados segundo tipo/natureza da atuação
Gráfico 37 - Áreas de atuação de atores coletivos e individuais

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Unidades domiciliares, ocupadas ou não, contabilizadas no censo
Tabela 2 - Domicílios ocupados, com entrevistas e fechados, e o motivo da não realização da entrevista
Tabela 3 - Total de habitantes, número de domicílios e média de moradores por domicílio
Tabela 4 - Comparação entre o total de habitantes, o número de domicílios e a média de moradores por domicílio de 2010 e 2019, em São Remo e Sem Terra
Tabela 5 - Comparação entre o total de habitantes, o número de domicílios e a média de moradores por domicílio de 2010 e 2019, no distrito Rio Pequeno e no município de São Paulo
Tabela 6 - Taxa de Natalidade por 1.000 habitantes e Taxa de Fecundidade Geral por 1.000 mulheres entre 15 e 49 anos de idade em distritos de São Paulo e no município, em 2014
Tabela 7 - Total absoluto e relativo de domicílios segundo o número de moradores
Tabela 8 - Perímetro, Área total, Área habitada, número de Habitantes e Densidade demográfica
Tabela 9 - Total absoluto e relativo de habitantes por faixa etária
Tabela 10 - Total absoluto e relativo de habitantes por gênero
Tabela 11 - Nacionalidade dos moradores
Tabela 12 - Estrangeiros segundo o país de nascimento
Tabela 13 - Unidade da Federação de nascimento dos moradores
Tabela 14 - Local ou Região de nascimento dos moradores
Tabela 15 - Domicílio com internet, exceto a do celular
Tabela 16 - Domicílios com computador
Tabela 17 - Pessoas maiores de 5 anos de idade em São Remo e Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo o gênero
Tabela 18 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no São Remo com acesso à internet e computador, segundo o gênero
Tabela 19 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo o gênero
Tabela 20 - Pessoas maiores de 5 anos de idade em São Remo e Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo cor/raça
Tabela 21 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no São Remo com acesso à internet e computador, segundo cor/raça
Tabela 22 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo cor/raça
Tabela 23 - Pessoas maiores de 5 anos de idade em São Remo e Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo a faixa etária
Tabela 24 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no São Remo com acesso à internet e computador, segundo a faixa etária
Tabela 25 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo a faixa etária

Tabela 26 - Pessoas maiores de 5 anos de idade em São Remo e Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo a frequência à escola

Tabela 27 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no São Remo com acesso à internet e computador, segundo a frequência à escola

Tabela 28 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo a frequência à escola

Tabela 29 - Pessoas maiores de 5 anos de idade em São Remo e Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo o grau de escolaridade

Tabela 30 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no São Remo com acesso à internet e computador, segundo o grau de escolaridade

Tabela 31 - Pessoas maiores de 5 anos de idade no Sem Terra com acesso à internet e computador, segundo o grau de escolaridade

Tabela 32 - Número de matrículas da educação básica, por localização e dependência administrativa

Tabela 33 - Situação em relação à frequência à escola, em São Remo

Tabela 34 - Situação em relação à frequência à escola, no Sem Terra

Tabela 35 - Escolaridade: última etapa concluída, por nível, raça/cor e gênero, em São Remo

Tabela 36 - Escolaridade: última etapa concluída, por nível, raça/cor e gênero, no Sem Terra

Tabela 37 - Alfabetização da população adulta por cor/raça, em São Remo

Tabela 38 - Alfabetização da população adulta por cor/raça, no Sem Terra

Tabela 39 - Trajetória escolar na educação básica por tipo de financiamento

Tabela 40 - Curso realizado na USP

Tabela 41 - Número de gestações em curso segundo sexo e faixa etária

Tabela 42 - Escolaridade alcançada por moças e rapazes, de 15 a 24 anos, com experiência de gravidez em curso

Tabela 43 - Distribuição dos domicílios segundo presença ou não de casal

Tabela 44 - Escolaridade e gênero dos moradores dos domicílios unipessoais

Tabela 45 - Faixa etária e gênero dos moradores dos domicílios unipessoais

Tabela 46 - Característica dos domicílios sem casal segundo o sexo do/a morador/a e faixa etária

Tabela 47 - Práticas culturais por gênero

Tabela 48 - Práticas culturais por faixa etária, segundo a atividade ou expressão cultural

Tabela 49 - Práticas culturais por faixa etária

Tabela 50 - Práticas culturais por nível de escolaridade

Tabela 51 - Práticas culturais por cor/raça (parâmetros do IBGE), segundo a prática ou expressão cultural

Tabela 52 - Práticas culturais e identidade negra, segundo a prática ou expressão cultural

Tabela 53 - Práticas culturais e identidade negra

Tabela 54 - Práticas culturais e religião

Tabela 55 - Práticas culturais e acesso à internet, segundo a prática ou expressão cultural

Tabela 56 - Práticas culturais e acesso ao computador

Tabela 57 - Práticas culturais por renda domiciliar, segundo a prática ou expressão cultural

Tabela 58 - Frequência relativa de domicílios segundo a principal referência alimentar representativa da família

Tabela 59 - Pessoas maiores de 10 anos de idade segundo o ato de torcer ou não para algum time de futebol

Tabela 60 - Pessoas maiores de 10 anos de idade segundo o time de futebol para o qual torce

Tabela 61 - Total de pessoas declaradas, pela pessoa entrevistada, com dependência química, de álcool ou outras drogas

Tabela 62 - Pessoas declaradas, pela pessoa entrevistada, com dependência química em São Remo e Sem Terra, por gênero e substância

Tabela 63 - Pessoas declaradas, pela pessoa entrevistada, com dependência química no São Remo, por gênero e substância

Tabela 64 - Pessoas declaradas, pela pessoa entrevistada, com dependência química no Sem Terra, por gênero e substância

Tabela 65 - Pessoas que possuem plano de saúde privado, por gênero, no São Remo e Sem Terra

Tabela 66 - Pessoas que possuem plano de saúde privado, por gênero, no São Remo

Tabela 67 - Pessoas que possuem plano de saúde privado, por gênero, no Sem Terra

Tabela 68 - Pessoas com plano de saúde privado no São Remo e no Sem Terra, segundo a faixa etária

Tabela 69 - Pessoas com plano de saúde privado no São Remo, segundo a faixa etária

Tabela 70 - Pessoas com plano de saúde privado no Sem Terra, segundo a faixa etária

Tabela 71 – Total absoluto e relativo de pessoas com 18 anos ou mais, segundo grandes grupos de religião
Tabela 72 - Pessoas com 18 anos ou mais, segundo cor/raça e religião, em São Remo
Tabela 73 - Pessoas com 18 anos ou mais, segundo cor/raça e religião, no Sem Terra
Tabela 74 - Pessoas com 18 anos ou mais, segundo o gênero e religião, em São Remo
Tabela 75 - Pessoas com 18 anos ou mais, segundo o gênero e religião, no Sem Terra
Tabela 76 - Frequência absoluta e relativa de domicílios em que houve declaração de animais causadores de incômodo, segundo o animal declarado
Tabela 77 - Motivação principal para o cultivo de planta dentro ou fora do domicílio
Tabela 78 - Relações de trabalho com a USP da população entre 18 e 64 anos
Tabela 79 – População por gênero, cor/raça e vínculo de trabalho
Tabela 80 – Existência de morador que pratica alguma atividade ou utiliza algum serviço da USP
Tabela 81 – Total de pessoas no domicílio que praticam alguma atividade ou utilizam algum serviço da USP
Tabela 82 – Atividade ou serviço acessado na USP
Tabela 83 – Local onde a atividade ou o serviço é realizado
Tabela 84 – Existência de morador que utiliza algum espaço da USP para prática de lazer ou esporte
Tabela 85 – Existência de incômodo relacionado à vizinhança com a USP
Tabela 86 – Tipo de incômodo relacionado à vizinhança com a USP
Tabela 87 – Existência de aspectos que agradam na vizinhança com a USP
Tabela 88 – Aspectos que agradam na vizinhança com a USP
Tabela 89 – Anos de atuação dos atores individuais e coletivos
Tabela 90 – Número de moradores e de homens e mulheres entre os membros/integrantes dos atores mapeados
Tabela 91 – Modalidades de captação de recursos entre atores individuais e coletivos
Tabela 92 – Dificuldades enfrentadas na atuação de atores individuais e coletivos
Tabela 93 – Atuação em rede e parcerias, segundo o tipo de entrevistado

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos Temas e Quesitos presentes nos questionários Domicílio e Pessoa
Quadro 2 - Síntese dos Temas e Quesitos presentes no questionário Animal domiciliado
Quadro 3 - Domicílios existentes e totais utilizados no sorteio dos domicílios-doadores para a substituição dos fechados
Quadro 4 - Ruas, CEP e localização na planta cartográfica (Figura 21)

EXPEDIENTE DO PROJETO DEMOCRACIA, ARTES E SABERES PLURAIS - DASP

Realização

Universidade de São Paulo - USP
Reitor: Vahan Agopyan
Vice-reitor: Antonio Carlos Hernandez
Instituto de Estudos Avançados - IEA
Diretor: Guilherme Ary Plonski
Vice-diretora: Roseli de Deus Lopes
Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência
Coordenador acadêmico: Martin Grossmann
Coordenadora executiva: Liliana Sousa e Silva

Parceria

Itaú Cultural
Presidente: Alfredo Setubal
Diretor: Eduardo Saron
Observatório Itaú Cultural
Equipe: Marcos Cuzziol (até 2020), Jader Rosa, Luciana Modé e Andréia Briene

Apoio estratégico

Fundação Tide Setubal
Presidente do conselho: Neca Setubal
Superintendente: Mariana Neubern de Souza Almeida

Apoios institucionais da USP

Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH
Gabinete da Reitoria
Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
Pró-Reitoria de Graduação
Programa Unificado de Bolsas de Estudos para Apoio e Formação de Estudantes de Graduação
Pró-Reitoria de Pesquisa
Edital de Apoio a Projetos de Pesquisa com Iniciativas de Ciência-Cidadã
Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Apoios externos

Arq.Futuro
Elisa Bracher
Escola da Cidade

Projetos parceiros na USP

Notícias do Jardim São Remo
Programa Aproxima-Ação
Rede SUP - Saúde Única em Periferias

Docentes parceiros da USP

Ana Estela Haddad
Cristiane da Silva Cabral
Dennis de Oliveira
Edemilson Antunes de Campos
Francisca Dantas Mendes

Gerardo Kuntschik
Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira
Maria de Lourdes Zuquim
Maria Helena Pereira Toledo Machado
Oswaldo Santos Baquero
Rosenilton Silva de Oliveira

Parceiros nos territórios

Jardim São Remo e Sem Terra

Associação de Moradores do Jardim São Remo
Associação Poliesportiva São Remo
CAPS Infantil
Circo Escola
Conselho de Usuários UBS São Remo
Grupo Composição Urbana
Grupo Ideologia Fatal
Instituto Cybernetikos
Projeto Alavanca
Projeto Girassol
Projeto Social Catumbi Futebol

Jardim Keralux e Vila Guaraciaba

Centro para Crianças e Adolescentes Jardim Keralux - CCA Keralux
Conselho Gestor da Comunidade
Escola Estadual Irmã Annete Marlene Fernandes de Mello
Igreja Adventista do Sétimo Dia
Instituto Conexão Social Mãos que se Unem Instituto União Keralux - INKER
UBS Keralux

Idealizadora e coordenadora geral

Eliana Sousa Silva

Coordenador acadêmico

Martin Grossmann

Supervisora geral

Érica Peçanha

Centralidades Periféricas

Consultor

Marcio Vidal Marinho

Plataforma Conexões USP Periferias

Pesquisadora de pós-doutorado

Érica Peçanha

Pesquisadores de pós-graduação

Claudia Rosalina Adão
Leandro de Oliva Costa Penha
Telma Azevedo

Pesquisadores de graduação

Ísis Belon Fernandes

Marianna Gabrielli Alves (Bolsista do Projeto Práticas Mediativas)

Vítor Soares Miceli (Bolsista do Projeto Práticas Mediativas)

Censo Pontes e Vivências de Saberes

Consultores

Dalcio Marinho Gonçalves (coordenador de pesquisa e formação)

Everton Pereira da Silva (coordenador de campo)

Articuladores locais

Camila Mendes Ferreira dos Santos

Charleton Pierre

Cíntia Salvador Ferreira

Eraldo Virginio da Silva

Ericsson Michel Silva Magnavita

Kaio Gameleira da Silva Pinto

Laís Rodrigues da Cunha

Rafael Pompeu da Silva

Rosângela do Nascimento Ferreira

Sebastião Gomes

Pesquisadores de pós-graduação

Adriana Pereira do Nascimento

Danilo Pereira Sato

Jacqueline Jaceguai Chagas Nunes dos Santos

Manfrin

Roberto Moretto

Thais Barbosa Passos

Pesquisadores de graduação

Aline de Carvalho Santos (Bolsista do Programa Aproxima-Ação)

Amanda Escobar Costa

Arlindo Alves Pereira Junior

Breno Mõroni Veloso dos Santos

Caio Gabriel da Silva

Carla Maria dos Santos Silva

Caroline de Jesus Cabral

Dayane Pereira de Souza

Diana Cristina Enriquez Cueva

Douglas Henrique Santos da Silva

Eduarda Ribeiro Rodrigues

Eduardo da Silva Moreira

Erika Souto (Bolsista do Projeto Saúde Única em Periferias)

Fagner de Souza Gonçalves

Gabriel Souza Belém Pimenta dos Santos

Gustavo Pontes da Silva

Henrique Gomes de Andrade Silva

Isadora Nunes Ferreira (Bolsista do Projeto Saúde Única em Periferias)

Isamara Oliveira Guimarães (Bolsista do Projeto Práticas Mediativas)

Izadora Ferreira Santos

Jacia Kanarski Braz da Silva (Bolsista do Programa Aproxima-Ação)

Jade Bernardes

Jardielson Araújo da Silva

Jhonatan Ferreira Alencar

Juliana Alves Frade
Leonardo Francez
Leonardo Rossato Tavares (Bolsista do Projeto Saúde Única em Periferias)
Luciana Lima Marques
Maria Luiza Rocha Bueno (Bolsista do Projeto Práticas Mediativas)
Mateus Oliveira Santos
Natália Galvão Azevedo Silva
Nayara Klinger Castilho Santos
Patrícia Mendes Gomes
Paulo Rogério Nunes dos Santos
Paulo Victor Simões
Pedro Gabriel Miranda e Silva
Pedro Henrique Santos
Rafaela Pereira Campos (Bolsista do Projeto Saúde Única em Periferias)
Rafaela Tauani Rodrigues de Freitas
Raquel de França Bezerra
Raquel Pereira Ires (Bolsista do Projeto Saúde Única em Periferias)
Ricardo Lima da Silva (in memoriam)
Richard Melo da Silva
Simony Silva Campello
Victoria Caroline de Souza Alves
Vitória Andrade Reis
Weckson Oliveira
Wellington Luiz Ferreira
Wellyda Christina de Oliveira Araújo
Yone Maximiniano

Agradecimentos

Ana Estela Haddad, Antônio Carlos Hernandes, Aziz Salem, Beatriz Cristina Rocha, Edmund Chada Baracat, Fernanda Cunha Rezende, Fernando Black Nandão, Jorge Paulo Soares, Liliana Sousa e Silva, Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira, Marcos André de Almeida Santos, Maria Leonor de Calasans, Mônica Sanches Yassuda, Neca Setubal, Oswaldo Santos Baquero, Paulo Saldiva, Ricardo Ricci Uvinha, Mauro Bellesa, Sérgio Ricardo Villani Bernardo, Rafael Borsanelli, Raimunda Rodrigues dos Santos, Roque Celeste Passos, Thiago Guedes e Tizuko Terezinha Sakamoto.

Ficha técnica da publicação

Coordenação

Eliana Sousa Silva
Martin Grossmann

Organizadores

Eliana Sousa Silva
Érica Peçanha
Dalcio Marinho Gonçalves

Autores dos textos

Camila Mendes Ferreira dos Santos
Cristiane da Silva Cabral
Dalcio Marinho Gonçalves
Danilo Pereira Sato
Dennis de Oliveira
Edemilson Antunes de Campos
Edson Diniz Nóbrega Júnior
Eliana Sousa Silva
Érica Peçanha
Ericsson Michel Silva Magnavita
Everton Pereira da Silva
Liliana Sousa e Silva
Maria de Lourdes Zuquim
Marina Mange Grinover
Martin Grossmann
Nayara Klinger Castilho Santos
Oswaldo Santos Baquero
Paulo Rogério Nunes dos Santos
Raquel de França Bezerra
Rosângela do Nascimento Ferreira
Rosenilton Silva de Oliveira
Vitor Coelho Nisida

Revisão

Maíra Vale

Fotos

Leonor Calasans

Capa e projeto gráfico

Clara Borges

Diagramação e layout

Thiago Guedes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Censo Vizinhança USP [livro eletrônico] :
características domiciliares e socioculturais
do Jardim São Remo e Sem Terra / organização
Eliana Sousa Silva, Érica Peçanha, Dalcio
Marinho Gonçalves ; coordenação Eliana Sousa
Silva, Martin Grossmann. -- São Paulo :
Instituto de Estudos Avançados, 2021. -- (Projeto
democracia, artes e saberes plurais : Cátedra
Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência)
ePub.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87773-21-6

DOI 10.11606/9786587773216

1. Censo domiciliar 2. Comunidade Jardim São
Remo (Favela) - Aspectos sociais 3. Comunidade
Sem Terra (Favela) - Aspectos sociais
4. Desenvolvimento territorial 5. Favelas -
Condições sociais 6. Periferias urbanas - São Paulo
(SP) 7. Universidade de São Paulo I. Silva, Eliana
Sousa. II. Peçanha, Érica. III. Gonçalves,
Dalcio Marinho. IV. Grossmann, Martin. V. Série.

21-95371

CDD-304.6098161

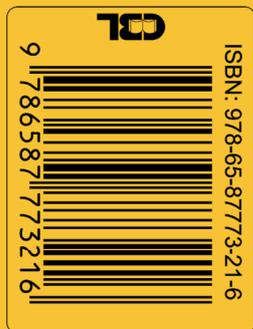
Índices para catálogo sistemático:

1. Favelas : População : São Paulo : Estado : Censo
304.6098161

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a
reprodução parcial ou total desta obra, desde
que citadas a fonte e a autoria e respeitando
a Licença Creative Commons indicada. Proibido
qualquer uso para fins comerciais.



Um conjunto de informações sobre o Jardim São Remo e o Sem Terra que agregam a diversidade de rostos, cores, idades e vivências nas muitas lutas estabelecidas ao longo da sua existência como favela na cidade de São Paulo. É sobre isso que a publicação “Censo Vizinhança USP” aborda e revela, a partir de uma articulação que reuniu professores, técnicos e alunos da universidade, instituições da sociedade civil, moradoras e moradores da região, além de parceiros que apoiaram essa relevante iniciativa.

O objetivo maior foi levantar e tornar acessível um conjunto de dados que possam, a partir das demandas dos moradores do Jardim São Remo e do Sem Terra, servir a iniciativas e articulações intra e extracomunitárias de enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas que separam, de forma estrutural, pessoas numa mesma cidade. Temos aqui um percurso que foi tecido com muita dedicação e compromisso político com a sua materialização. Não foi fácil concretizar o que propusemos inicialmente, mas conseguimos!

De forma singular, esta publicação desvela algumas das características e perfis da população por faixa etária, gênero, composição racial, condições de saúde e de escolarização, além de formas de organização comunitária e práticas culturais presentes nesses territórios. Desse modo, entendemos esse registro de informações como algo importante para que a governança da Universidade de São Paulo e, também, a sociedade civil que atua na região possam se engajar num projeto definitivo de garantia de direitos para os moradores do Jardim São Remo e do Sem Terra.

Eliana Sousa Silva

Titular da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência (2018-2019)

REALIZAÇÃO

Cátedra Olavo Setubal
de Arte, Cultura e Ciência



PARCERIA



APOIO

